

Ana Amélia Lage Martins

Mediação: reflexões no campo da Ciência da Informação

Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG

Escola de Ciência da Informação- ECI

Agosto de 2010

Ana Amélia Lage Martins

Mediação: reflexões no campo da Ciência da Informação

Dissertação de mestrado apresentada ao *Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*, da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis
Linha de pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade

Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG
Escola de Ciência da Informação- ECI

Martins, Ana Amélia Lage.

M379m Mediação [manuscrito] : reflexões no campo da Ciência da
Informação

/ Ana Amélia Lage Martins. – 2010.
253 f. : il., enc.

Orientadora: Alcenir Soares dos Reis.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas
Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 212-240
Inclui anexos.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Mediação – Teses. 3.
Comunicação – Teses. I. Título. II. Reis, Alcenir Soares dos. III.
Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da
Informação.

CDU: 02:316.77

Ficha catalográfica: Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

"MEDIÇÃO: REFLEXÕES NO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO"

Ana Amélia Lage Martins

Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "**Mestre em Ciência da Informação**", linha de pesquisa "**Informação, Cultura e Sociedade (ICS)**".

Dissertação aprovada em: 18 de agosto de 2010.

Por:



Prof. Dr. Alcenir Soares dos Reis - ECI/UFMG (Orientadora)



Prof. Dr. Márcio Simeone Henriques - FAFICH/UFMG



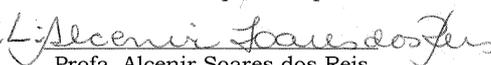
Prof. Dr. Maria Aparecida Moura - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

Versão final Aprovada por



Prof. Gercina Ângela B. O. Lima
Coordenadora



Prof. Alcenir Soares dos Reis
Orientadora



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE **ANA AMÉLIA LAGE MARTINS**, matrícula:
2008659679

Às 8:30 horas do dia 18 de agosto de 2010, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG, a Comissão Examinadora, aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 12/08/2010, para julgar em exame final, o trabalho intitulado **Mediação: reflexões no campo da Ciência da Informação**, requisito final para obtenção do Grau de MESTRE em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade (ICS). Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. A Comissão Examinadora destacou o escopo teórico, o percurso metodológico, a qualidade e a relevância da dissertação. Foram atribuídas as seguintes indicações:

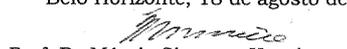
Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis - Orientadora	APROVADA
Prof. Dr. Márcio Simeone Henriques	APROVADA
Profa. Dra. Maria Aparecida Moura	APROVADA

Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 18 de agosto de 2010.


Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis
Orientadora - ECI/UFMG


Prof. Dr. Márcio Simeone Henriques
FAFICH/UFMG


Profa. Dra. Maria Aparecida Moura
ECI/UFMG

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.


Prof. Espirina Domingos R. O. Lima
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação - ECI/UFMG

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus queridos:

Celina Arinda Soares Abreu, minha avó
Erivelto Lage Martins, meu pai
Maria Soledade Lage Martins, minha mãe.

Porque sem eles nada disso teria existido.

Agradecimentos

Chegar ao fim desta jornada apenas me foi possível porque contei com a colaboração de inúmeras pessoas que, direta ou indiretamente, me possibilitaram vivenciar este momento e concretizar este trabalho.

Presto aqui minha gratidão, pois:

Aos meus pais, Erivelto Lage Martins e Maria Soledade Lage Martins, por sempre me apoiarem e me amparem em todos os momentos da vida.

À professora Alcenir Soares dos Reis que, com dedicação, paciência e sabedoria, orientou este trabalho, me guiando nos momentos mais difíceis e cruciais desta empreitada.

À minha querida irmã Maria Tereza Lage Martins, pelas conversas, visitas, risadas e, sobretudo, pela prestimosa contribuição com as traduções.

À Joanna Conde Maynie, pelas horas divididas, pelo carinho e também pelas valiosas traduções. Igualmente agradeço ao Carlos Eugênio Contato Rolim, na estimada cooperação com as traduções.

À CAPES que, com o provimento da bolsa, possibilitou a minha dedicação integral nesta pesquisa.

À Elisa, Beatriz, Júlia e Cristina Vignolo por se tornarem minha família, mesmo antes de me acolherem, compartilhando comigo um mundo vasto de experiências.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pelas aulas, textos, conversas e orientações.

Às professoras Maria Aparecida Moura e Maria Guiomar da Cunha Frota, pelos ensinamentos desde a graduação e pelo estímulo e apoio nesta pesquisa.

Ao professor Márcio Simeone Henriques pelas valiosas contribuições no exame de qualificação.

Ao Valdir de Castro Oliveira, por ser inspiração intelectual e permitir acompanhá-lo pelos “caminhos das mediações”.

A Viviane Santos, por me ajudar nas tarefas do cotidiano e também nas que excedem o cotidiano.

Ao Fabrício José Nascimento da Silveira, por me mostrar a beleza do conhecimento e me fazer entender o valor do exagero, e, sobretudo, da temperança.

Aos amigos da pós-graduação com quem dividi textos, angústias e sorrisos, especialmente à: Izabel França, Liara Gomes, Marina Torres, Georgea Choucair, Roger Guedes e, sobretudo, à Alessandra Rodrigues, pela contribuição com a normalização.

Às queridas amigas da graduação e pós: Patrícia Ayres Renó e Lorena Tavares de Paula. À Lorena, por tudo, sempre.

Às amigas: Alessandra Gonçalves, Natálha Abreu, Fernanda Kope, Nayara Andrade, Nara Géa, Nazareth Leite, Ana Maria Bacelete, Celina Pereira e Fabiana Okagawa que, mesmo de longe, acompanharam os passos dessa caminhada.

À Fabiana Paulo, pela ótima acolhida em Belo Horizonte.

À amiga sempre presente Ana Lúcia Andrade pela sensibilidade, generosidade e por contagiar tanto amor .

Aos amigos e amigas da Serra da Moeda, de Brumadinho, do Jornal Tribuna e do “Abraça a Serra da Moeda” que vivenciam comigo a mediação e a contradição.

À professora Regina Maria Marteleto, que me apresentou o universo amplo e fascinante da pesquisa.

Aos funcionários da Escola de Ciência da Informação que sempre se mostraram muito solícitos em ajudar nos trâmites formais da universidade.

E ao Maurinho, pela força que não existe igual no mundo.

A percepção do real se dá em três níveis ascendentes. Primeiro o da informação. Você vê um tigre na frente, a luminosidade informa o nervo ótico, que transmite para o córtex. Se ficarmos nesse nível, somos informados e mais nada. Então, é preciso passar para outro nível, que é o do conhecimento, o interrelacionamento de todas as informações que recebemos. Mas isso os animais também têm, porque, se um animal vê um tigre, sai correndo como nós. É preciso chegar ao nível superior, que é o da consciência, dar um sentido às nossas ações (Augusto Boal, 2004, p.2).

Resumo

Este trabalho, de natureza teórica, teve em vista produzir uma reflexão sobre o emprego do termo mediação no âmbito dos estudos da Ciência da Informação brasileira que se dedicam a apreender as múltiplas dinâmicas informacionais a partir de diferentes perspectivas. Seu ponto de partida foi a consideração de um uso corrente deste conceito de vasta amplitude e significação, que na área é comumente associado ao de informação, designando, amiúde, práticas, processos e modelos dos mais variados. Esta presença constante, e por vezes indefinida do vocábulo, traz indagações e torna significativo lançar luzes para os modos pelos quais ocorre sua inserção, emprego e apropriação, já que a mediação não é originária do campo, tendo sido transportada a este. Empreendeu-se um esforço em sistematizar e discutir usos e empregos da mediação no campo da Ciência da Informação produzida no Brasil, intentando mapear o termo e as principais atribuições a ele imputadas. Teve como objetivo norteador, a apreensão, do ponto de vista teórico, das principais formulações que cercam o vocábulo mediação na área, por meio de publicações tecno-científicas que revelaram o tratamento teórico e conceitual atribuído ao termo. Formulou-se um *corpus* de análise com material textual proveniente de encontros científicos e artigos de periódicos especializados em Ciência da Informação, composto por 164 unidades amostrais baseadas nos critérios de homogeneidade, representatividade e relevância. Percorreu um caminho descritivo e analítico, subsidiado pela técnica de análise de conteúdo, o que levou à percepção da escassez de um tratamento conceitual conferido à mediação, bem como de uma ausência de problematização e reflexão sobre seu significado. Viu-se que o mesmo é entendido, predominantemente, pelo prisma dos elos intermediários que ligam informação e usuário e da facilitação ao acesso à informação. Esta visão reitera um caráter operacional da informação no campo e converge-se a noção de mediação arraigada no senso comum, o que torna problemática a ruptura epistemológica necessária ao fazer científico. A análise permitiu apontar as limitações e desafios inerentes à intrincada tarefa de apreender as diferentes nuances que envolvem a informação e a mediação em suas práticas e processos cotidianos. A partir de tal contexto foi possível apontar uma perspectiva para se pensar a mediação em suas relações com a informação vislumbrando, de forma mais próxima, as discussões suscitadas pelo indissociável trinômio “Informação, Cultura e Sociedade”. Chegou-se, assim, por meio da interlocução entre as discussões teóricas e os dados empíricos analisados, a formulação inicial de um construto denominado “mediação informacional” que busca conferir relevo à dimensão simbólica, contraditória e conflitiva que caracteriza a relação entre mediação e informação.

Palavras-chave: mediação, Ciência da Informação, mediação informacional

Abstract

This work, theoretically, was intended to produce a reflection on the use of the term mediation in the studies of science information in Brazil that are dedicated to understanding the multiple informational dynamics from various perspectives. Its starting point was a consideration of the current use of the concept of vast magnitude and significance in the area that is commonly associated to information, assigning, often, practices, processes and models of the most varied. This constant presence, and sometimes the term undefined in the area, bring questions and shed light becomes significant for the ways in which its insertion occurs, the usage and ownership, since the mediation does not originate from the field, having been transported to this.

A great effort was undertaken to systematize and discuss the usage of mediation in the field of science information produced in Brazil, trying to draw a "mapping" of the term and the major tasks assigned to it. It was aimed at guiding the seizure, the theoretical point of view, the main formulations that surround the word mediation in the area, through techno-scientific publications, which revealed the conceptual and theoretical treatment given the term. A corpus was made up of textual analysis with material from scientific meetings and articles in specialized journals in Science Information, composed of 164 sampling units based on the criteria of homogeneity, representativeness and relevance. It has come to a descriptive and analytical way, funded by the technique of content analysis, which has led to the perception of a lack of conceptual treatment given to mediation as well as an absence of problems tackled and reflected on its meaning. It was seen that it is understood predominantly through the prism of the intermediate links that connect users and information and facilitating access to information. This vision converges to the notion of mediation rooted in common sense and reiterates an operational nature of the information in the field, making it difficult to epistemological rupture needed to do science. The analysis has allowed to point out the limitations and challenges inherent in the intricate task of understanding the different nuances that involve information and mediation in their everyday practices and processes. From such context it was possible to point a prospect to think about mediation in their relations with information gleaming, more closely, the discussions raised by the inseparable trinomial "Information, Culture and Society". It was reached, and, through dialogue between the theoretical discussions and empirical data analyzed, the initial formulation of a construct called "mediation informational" that seeks to give relief to the symbolic dimension, contradictory and conflicting, which characterizes the relationship between mediation and information.

Key words: Mediation, Science Information, Informational Mediation.

Resumé

Ce travail, de nature théorique, a en vue de produire une réflexion sur l'emploi du terme médiation dans le contexte des études de la Science de l' Information brésilienne qui se consacrent à appréhender les multiples dynamiques informationnelles à partir de différentes perspectives. Son point de départ est la considération d'une utilisation courante de ce concept de vaste amplitude et la significação, qui dans le secteur est comumente associé à celui de l'information, en désignant, souvent, des pratiques, des processus et des modèles les plus variés. La recherche a entrepris un effort de systématiser les utilisations et de discuter les emplois de la médiation dans le champ de la Science des Informations produites au Brésil, en essayant de tracer une « cartographie » du terme et des principales attributions à lui imputées. On a eu comme objectif de guidage, l'appréhension, du point de vue théorique, des principales formulations qui entourent le mot médiation dans le champ, au moyen de publications technoscientifiques du secteur qui ont révélé le traitement théorique et conceptuel attribué au terme. Un corpus d'analyse a été formulé avec le matériel textuel provenant de rencontres scientifiques et d'articles de journaux spécialisés dans la Science de l' Information, composé par 164 unités exemplaires basées dans les critères d'homogénéité, de représentativité et de pertinence. Suivant un chemin descriptif et analytique, contribué par la technique d'analyse de contenu, engendrant la perception d'une pénurie d'un traitement conceptuel conféré à la médiation, ainsi que d'une absence de problématisation et réflexion sur sa signification. On a observé que le même est compris, majoritairement par le prisme des liens intermédiaires qui lient l'information à l'utilisateur et par la facilitation à l'accès à l'information. Cette vision se converge à la notion de médiation attaché au sens commun, réitère un caractère opérationnel de l'information dans sur le terrain et rendant problématique la rupture épistémologique nécessaire pour se faire "scientifique". L'analyse nous a permis d'indiquer les limitations et les défis inhérents à la complexe tâche d'appréhender les différentes nuances qui impliquent l'information et la médiation dans leurs pratiques et processus quotidiens. Il a été possible, à partir de ces notes, d'indiquer une perspective pour penser à la médiation dans ses relations avec les informations en apercevant, de forme plus proche, les discussions suscitées par l'indissociable trinome Informations, Culture et Société. On est arrivé, ainsi à la formulation initiale d'une construction nommée « médiation d'information » laquelle cherche conférer un relief à la dimension symbolique, contradictoire et conflictuelle qui caractérise la relation entre la médiation et l'information.

Mots-clés : Médiatin ; Science de l' Information ; médiation d'information

Lista de gráficos

GRÁFICO 1: Frequência de ocorrência das temáticas tratadas pelo grupo Informação e Sociedade/Ação Cultural durante as cinco primeiras edições do ENANCIB	114
GRÁFICO 2: Núcleo das abordagens relativas à mediação, referentes aos ENANCIBs entre 2005 e 2009	130
GRÁFICO 3: Núcleo das abordagens relativas à mediação, presentes nos artigos analisados	156

Lista de tabelas

TABELA 1: Número de trabalhos apresentados pelo grupo Informação e Sociedade/Ação Cultural por edição do ENANCIB e número total de trabalhos	98
TABELA 2: Número de trabalhos apresentados pelo grupo Mediação, Circulação e Uso/Apropriação da Informação por edição do ENANCIB e número total de trabalhos.	101
TABELA 3: <i>Corpus</i> de análise da pesquisa	110

Lista de Quadros

- QUADRO 1: Fases de reconhecimento da interdisciplinaridade da Ciência da Informação segundo Pinheiro (2003) **83**
- QUADRO 2: Periódicos indexados pelas bases de dados PERI e BRAPCI para composição do *corpus* da pesquisa **103**
- QUADRO 3: Trabalhos apresentados no Colóquio Mediações, Usos Sociais de Saberes e Informações componentes do *corpus* da pesquisa **109**
- QUADRO 4: Síntese das unidades amostrais que apontaram um entendimento para a mediação **195**

Lista de abreviaturas

ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
BRAPCI	Base referencial de artigos periódicos da Ciência da Informação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ECI	Escola de Ciência da Informação
ELICO	<i>Equipe de Recherche de Lyon em Sciences d l'Information et dès Bibliothèques</i>
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
ENSSIB	<i>École Nationale Supérieure des Sciences de l'Information et des Bibliothèques</i>
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
GERIICO	<i>Groupe d' Études et de Recherche Interdisciplinaire em Information et Communication</i>
GT	Grupo de trabalho
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia
ICICT	<i>Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica</i> em Saúde
LERASS-	<i>Laboratoire d' Études et de Recherches em Sciences Sociales Appliquées, Université Paul Sabatier, Toulouse 3; o Laboratório</i>
MUSSI	Mediações e Usos Sociais de Saberes e Informação
NEMUSAD	Núcleo de Estudos das Mediações e Usos Sociais dos Saberes e Informações em Ambientes Digitais
ONG	Organização não Governamental
PERI	Base de dados de Periódicos da Ciência da Informação
PUCCAMP	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
SUS	Sistema Único de Saúde
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNIRIO	Universidade do Rio de Janeiro

Sumário

1 INTRODUÇÃO	17
2 O CAMPO DA INFORMAÇÃO SOCIAL	23
2.1 Cultura e Informação	27
2.2 Informação como forma simbólica	31
2.3 Informação e realidade: lutas pela significação	37
3 MEDIAÇÃO: TERMO PLURAL	43
3.1 Raízes: história, etimologia e filosofia	43
3.2 Mediação: categoria dialética	47
3.3 A mediação na Psicologia	53
3.4 Mediação e Ciências jurídicas	55
3.5 Mediação e Cultura	56
3.6 Mediação na Ciência da Comunicação	62
4 SOBRE A MIGRAÇÃO DE CONCEITOS: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA	72
4.1 A migração de conceitos na Ciência da Informação	80
4.1.1 Noções específicas da área, sedimentadas ao longo do tempo	87
4.1.2 Noções da área, semi-elaboradas	87
4.1.3 Noções tomadas de empréstimo de outras áreas do conhecimento	88
4.1.4 Noções da experiência empírica comum	88
5 PERCURSO METODOLÓGICO	91
5.1 Formação do <i>corpus</i> da pesquisa	91
5.1.1 Trabalhos apresentados no Grupo Informação e Sociedade/Ação Cultural: ENANCIBs I, II, III, IV e V	93
5.1.1.1 <i>Contextualizando os ENANCIBs</i>	94
5.1.2 Trabalhos do GT: Mediação, Circulação e Uso/Apropriação da Informação: ENANCIBs VI, VII, VIII, IX e X	99
5.1.3 Artigos de periódicos científicos	102
5.1.4 Colóquio Mediação e Usos Sociais de Saberes e Informações	105

5.2 A análise de conteúdo	110
6 MEDIAÇÃO PELO ENANCIB: UM MAPEAMENTO	114
6.1 Grupo Informação e Sociedade/Ação Cultural: recolhendo indícios	
6.1.1 Novas tecnologias e a Sociedade da Informação	114
6.1.2 Educação	116
6.1.3 Os movimentos sociais	120
6.2 Grupo Mediação, Circulação e Uso/Apropriação da Informação	130
6.2.1 Mediação, transferência, acesso e uso	131
6.2.2 Mediação: tecnologias, dispositivos e a construção de sentidos	134
6.2.3 Mediação e Cultura	141
6.2.4 Mediação, Cognição e Educação	147
6.2.5 Mediação da Informação: a formulação de um conceito	151
7 A MEDIAÇÃO SEGUNDO ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS	156
7.1 Ação Cultural, Biblioteca e Mediação	15
7.2 O bibliotecário mediador	157
7.3 Mediação e Gestão	166
7.4 Organização, uso e as tecnologias	168
7.5 Educação e Cognição	172
7.6 Comunicação e mediação	177
8 MEDIAÇÕES E USOS SOCIAIS DE SABERES E INFORMAÇÕES: O I COLÓQUIO DA REDE MUSSI	184
9 MEDIAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA: UM PANORAMA	194
9.1 Apontamentos futuros: por uma mediação informacional	207
REFERÊNCIAS	212
ANEXO A	241
ANEXO B	249
ANEXO C	252

1 INTRODUÇÃO

Encontrar o termo mediação em textos científicos da Ciência da Informação brasileira, em palestras proferidas por pesquisadores e professores ou no cotidiano de salas de aulas já se tornou, há algum tempo, bastante habitual para os ambientados neste campo.

Conjugada freqüentemente ao termo informação, designando a expressão “mediação da informação”, vê-se a mediação sendo incorporada cada vez mais ao vocabulário corrente da área: seja através das vertentes que investigam as dinâmicas da informação no âmbito das práticas e processos histórico-sociais; daquelas que enfatizam os sistemas e a gestão da informação no cerne de instituições; ou por meio das que pensam a arquitetura e a organização dos registros de informações de forma sistematizada.

Uma forte evidência de que o vocábulo mediação na Ciência da Informação brasileira é reconhecido como um termo de relevância, no cerne do aparato conceitual e terminológico do campo, pode ser encontrada na existência de um grupo de trabalho¹ da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) que traz em sua denominação o termo mediação. Trata-se do GT Mediação, Circulação e Apropriação da Informação, que tem sua gênese derivada do antigo grupo Informação e Sociedade/Ação Cultural, vigente por 10 anos como um fórum temático aglutinador de questões e olhares convergentes dentro do campo, os quais estavam relacionados à dimensão social, cultural, ética e histórica do objeto informacional.

Em 2005, o grupo Informação e Sociedade/Ação Cultural passou a se chamar Mediação, Circulação e Uso da Informação, expressão posteriormente reformulada, em 2009, para Mediação, Circulação e Apropriação da Informação.

Ambas as denominações referenciam uma ligação estabelecida entre mediação e informação que, por meio do artigo genitivo “da” (preposição de+ artigo definido a), indica um nexos relacional ou derivacional entre estes dois elementos.

O emprego de tal expressão na nomeação de um enclave de discussão já indica um vínculo estreito que se estabelece entre mediação e informação por, pelos menos, uma parcela do campo.

¹ Os grupos de trabalho se destinam a abrigar questões, objetos e temáticas que estabelecem afinidades entre si.

Outro indício de que a mediação exibe-se como elemento de reflexão na área, pode ser notado na denominação de grupos, linhas e núcleos de pesquisa ligados ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e a instituições de ensino e pesquisa.

Em uma busca² orientada pela área de Ciência da Informação no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil³, base de dados do CNPq, veremos a existência de linhas de pesquisa denominadas “Gestão, Mediação, Acesso e Uso da Informação”, “Mediação da Informação”, “Mediação da leitura”, bem como de grupos nomeados “Núcleos de estudos em informação e mediações comunicacionais contemporâneas”; “Fluxos e mediações sócio-técnicas da informação”; “Grupo de Estudos e Pesquisa em Mediação e Comunicação da Informação”.

Para o CNPq uma linha de pesquisa aglutina estudos científicos que se “fundamentam em tradição investigativa, de onde se originam projetos cujos resultados guardam afinidades entre si” (CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA, 2009). O grupo de pesquisa, por seu turno, congrega pesquisadores, estudantes e pessoal de apoio técnico, organizados em torno da execução de linhas de pesquisa e que se agrupam hierarquicamente a partir da experiência e da competência técnico administrativa.

A existência de grupos e linhas de pesquisa que alocam a mediação figurando de modo expressivo - ao exibir-se na própria nomeação do grupo - fornece-nos sinais tanto de que ela se inscreve, em dada medida, em uma “tradição investigativa”, denotada pela linha, quanto de que ela agrega pesquisadores e estudantes que têm como ponto de contato uma reflexão sobre tal tema.

Como núcleo de pesquisa, podemos encontrar o recém criado Núcleo de Estudos em Mediações e Usos Sociais de Saberes e Informações em Ambientes Digitais (NEMUSAD) que constitui um dos núcleos de pesquisa da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI-UFMG).

O NEMUSAD tem como elo de constituição a proposta da Rede franco-brasileira de Pesquisadores em Mediações e Usos Sociais de Saberes e Informação (MUSSI), constituída em 2007. Seu eixo central é a configuração de um grupo de

² Pesquisa realizada em junho de 2010 em <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>

³ O Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil começou a ser elaborado a partir de 1992 com o objetivo de reunir informações atinentes às pesquisas desenvolvidas no país. Por meio de uma consulta a esta base é possível encontrar descrições sobre grupos, linhas de pesquisa, temáticas privilegiadas, recursos humanos envolvidos, bem como interações entre grupos de pesquisas e o setor produtivo. Estas informações são atualizadas diariamente e, por meio de censos realizados bi-anualmente, é possível também visualizar quantitativamente o perfil da pesquisa no Brasil.

interlocução entre pesquisadores franceses e brasileiros das áreas de Ciências da Informação e Comunicação, que contemple questões da informação, em seus aspectos sócio-histórico e cultural, tendo em vista as proximidades entre mediações, informações e uso. Em 2008 a REDE MUSSI realizou um Colóquio no Rio de Janeiro, reunindo pesquisadores dos dois países que investigam as questões assinaladas, evento que conferiu destaque ao debate sobre a mediação, especialmente em sua relação com a informação.

Do ponto de vista da formação profissional, o Ministério da Educação (MEC), em sua proposta de Diretrizes Curriculares para a área de Ciência da Informação no Brasil (1998), considera como um dos tópicos essenciais para os cursos da área de Ciência da Informação as: “mediações e interfaces entre produtores e usuários da informação”. Na graduação em Biblioteconomia da Universidade Estadual de Londrina e Universidade Federal de Santa Catarina, por exemplo, a disciplina “Mediação da Informação” se insere na grade curricular no âmbito das disciplinas obrigatórias.

Estes apontamentos corroboram com nossa visão de que os termos mediação, mediações e mediador podem ser notados em diferentes instâncias discursivas do campo, por distintos ângulos, o que faz da noção de mediação uma presença marcante no contexto da Ciência da Informação brasileira.

Contudo, ao se articular de multifários modos, a partir do emprego de referenciais provenientes de outras disciplinas, a mediação passa por diferentes lugares, o que acaba por ocasionar uma ausência de precisão conceitual que cerca seu uso no contexto da área.

Este fato incide diretamente na problemática central contemplada por este trabalho, quando interroga acerca dos empregos que envolvem a aplicação de tão amplo termo no cerne do campo.

Diante disto nos indagamos: como a mediação vem sendo tratada do ponto de vista teórico e conceitual pela Ciência da Informação brasileira?

Seguindo orientada por este questionamento, esta pesquisa buscou apreender e revelar as principais matrizes teóricas e formulações conceituais que envolvem a aplicação deste conceito, pela ótica da produção textual decorrente das atividades científicas do campo.

Assim, esta dissertação estrutura-se pelos seguintes eixos que revelam o percurso pelo qual passamos para a compreensão da problemática anteriormente indicada.

O segundo capítulo **“O campo social da informação”** busca evidenciar dois principais pontos de partida, entendidos por nós como necessários em um processo de produção do conhecimento: a demarcação do contexto teórico e epistemológico onde se inscreve o estudo, bem como a explicitação do entendimento que o trabalho constrói acerca da informação.

Estes dois momentos são importantes para elucidar a orientação e a perspectiva que direcionam nosso olhar ao construir e analisar o objeto de estudo assinalado, razão pela qual a discussão sobre o terreno epistemológico ao qual nos filiamos e a partir do qual entendemos a informação, inaugura o presente trabalho. Em seguida, firmamos nossa compreensão acerca da informação, tendo em vista que este exercício se faz de crucial importância, já que este conceito dentro do campo está longe de lograr uma precisão conceitual partilhada de forma unânime. Este passo é relevante também para subsidiar a construção de um olhar para as relações que se estabelecem entre informação e mediação, quando vislumbradas pelos referenciais da ótica social da Ciência da Informação, conforme apresentado na parte final do trabalho.

Eleger como objeto de estudo um conceito polissêmico, de vasto alcance e conotação, exige revelar diferentes acepções que perpassam o mesmo. Neste sentido, o terceiro capítulo **“Mediação: termo plural”** traça um percurso que explora os modos de articulação da mediação em campos como a Antropologia, a Comunicação, a Filosofia, a Psicologia e as Ciências Jurídicas, procurando descortinar suas raízes históricas, etimológica, teóricas e conceituais.

Este capítulo revela como o conceito de mediação transita de um campo para outro, ganhando feições específicas de cada domínio do conhecimento por qual passa. Diante deste movimento contínuo e da multiplicidade de aplicações, o quarto capítulo, **“Sobre a migração de conceitos: uma discussão necessária”** reflete o movimento da “migração de conceitos”, cada vez mais característico das ciências designadas de inter e/ou transdisciplinares, dentre as quais tem sido incluída a Ciência da Informação.

O quinto capítulo, intitulado **“Percurso metodológico”** expõe a metodologia adotada pela pesquisa que, sustentada pelas diretrizes da técnica de análise de conteúdo, buscou apresentar os empregos, apropriações e formulações da mediação no campo da Ciência da Informação brasileira. Para isto compusemos um *corpus* de análise, formado por artigos publicados em revistas científicas do campo, trabalhos apresentados no Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, (ENANCIB) e no I Colóquio Mediação e Usos Sociais de Saberes e Informação,

promovido pela Rede franco-brasileira MUSSI. Como princípios norteadores para a escolha do material textual, adotamos os critérios de representatividade, homogeneidade e relevância.

Assim, o primeiro estrato escolhido para compor o *corpus* foi o grupo de trabalho da ANCIB Mediação, Circulação e Uso da Informação, que entre os anos de 1994 e 2003 era denominado Informação e Sociedade/Ação Cultural. Em face desta mudança, entendemos ser relevante, antes, um mapeamento dos principais temas tratados por este grupo, para compreendermos os assuntos com os quais o conceito mediação fora articulado. Assim, analisamos os títulos, resumos e palavras chaves de 107 (cento e sete) trabalhos deste grupo e estabelecemos os principais núcleos temáticos a partir da convergência de temáticas encontradas nos textos.

O segundo momento de composição do *corpus* foi a seleção, no universo dos trabalhos apresentados no âmbito do grupo Mediação, Circulação e Uso/Apropriação da Informação⁴, referentes aos ENANCIBs de 2005 a 2009, daqueles que tratavam diretamente do conceito mediação como parte significativa da discussão, devendo para isso o mesmo figurar no título, resumo e/ou palavras-chave.

Esta triagem nos levou a um conjunto de 33 (trinta e três) publicações que foram lidas na sua integralidade e categorizadas de acordo com as abordagens relativas à mediação.

Os resultados da análise deste primeiro estrato do *corpus* são descritos no capítulo 6 denominado “**Mediação pelo ENANCIB: um mapeamento**” o qual se subdivide em “**Mediação na Ciência da Informação: recolhendo indícios**”, onde apresentamos os assuntos mais recorrentes que pautaram a discussão do grupo Informação e Sociedade/Ação Cultural, localizando as primeiras aparições do termo mediação, bem como mapeamos e analisamos as acepções reveladas pelos trabalhos publicados no GT Mediação, Circulação, Uso/Apropriação da Informação.

Prosseguindo a seleção e análise do material textual, selecionamos em duas Bases de Dados correntes que indexam periódicos da Ciência da Informação, artigos que tratavam do conceito em pauta. Procurando pelos termos mediação, mediador, mediadores e mediações, também nos títulos, resumos e palavras-chave, chegamos a um universo de 18 (dezoito) publicações, as quais também foram categorizadas em núcleos

⁴ Em razão da mudança da nomenclatura do grupo dada em 2009, de Mediação, Circulação e Uso da Informação para Mediação, Informação e Apropriação da Informação nos referimos a este GT, neste trabalho, como “Mediação, Circulação, Uso/Apropriação da Informação”.

de abordagens, conforme procedemos com os trabalhos dos últimos cinco ENANCIBs. As principais abordagens atinentes ao termo mediação, provenientes da análise dos artigos, estão expostas no capítulo 7, “**A mediação segundo artigos publicados em periódicos**”.

Conforme tratamento dispensado aos trabalhos apresentados pelo grupo Mediação, Circulação e Uso/Apropriação da Informação e aos artigos, selecionamos o último estrato do *corpus*, relativo aos trabalhos apresentados no “I Colóquio Mediações e Usos Sociais de Saberes e Informação: um diálogo França-Brasil”, realizado em 2008, e que foram escolhidos também de acordo com os critérios explicitados anteriormente.

No capítulo 8 “**Mediações e os usos sociais de saberes e informações: o colóquio da Rede Mussi**” detalhamos os principais empregos do termo mediação nos 6 (seis) trabalhos referentes a este encontro que completaram o material analisado pela pesquisa.

A leitura e análise do *corpus* permitiram entrever os principais tratamentos conferidos à mediação no campo da Ciência da Informação brasileira, a partir dos quais tecemos considerações sobre os modos de utilização deste termo. O oitavo capítulo, “**Mediação na Ciência da Informação brasileira: um panorama**”, apresenta uma visão geral dos dados provenientes da descrição e análise do material, refletindo sobre a escassez de conceituações teóricas mais sedimentadas da mediação nos ambientes da pesquisa em Ciência da Informação e as implicações desta prática no âmbito da construção do conhecimento científico. Diante da multiplicidade de olhares para a mediação no campo da Ciência da Informação buscamos, neste capítulo final, introduzir uma discussão teórica entre informação e mediação, no âmbito dos estudos sociais da informação, por meio de uma perspectiva traduzida pelo construto *mediação informacional*. Parte-se da consideração da natureza dialética da informação e da mediação, com vistas a evidenciar os aspectos contraditórios e conflitantes mais amplos que configuram e moldam a relação entre estas duas instâncias no âmbito das dinâmicas sociais.

2 O CAMPO DA INFORMAÇÃO SOCIAL

Qualquer trabalho que busque apreender aspectos relativos a uma realidade, necessita, antes, explicitar o lugar de onde provêm as indagações que o norteia, e a partir do qual será orientado o seu olhar.

No caso da pesquisa em Ciência da Informação, tão logo se demarque esta ótica, se delineiam as facetas e as nuances de seu complexo e escorregadio objeto de estudo: o objeto informação.

O lugar de origem desta pesquisa, o qual dirige nossa visão sobre a informação é o campo da informação social: vertente de estudo no âmbito da Ciência da Informação, que tem como eixo central a dimensão sócio-cultural e histórica do objeto informacional.

Os estudos que abarca esta corrente localizam a informação como procedimento, fenômeno e artefato da ordem da cultura, sendo contextual e historicamente circunscrita e atrelada à instituição de sentidos e significados para as coisas e fenômenos do mundo.

Assinalando a perspectiva da cultura no âmbito dos estudos da informação, Marteleto (2008) parte do entendimento da mesma como “artefato material e simbólico de produção de sentidos, fenômeno da ordem do conhecimento e da cultura” (MARTELETO, 2008, p.15).

Para esta autora, a informação referencia tanto os modos de relação dos sujeitos com a realidade, como os artefatos criados nas e pelas relações e práticas sociais.

Assim, a cultura é entendida como um conceito nucleador na apreensão do fenômeno informacional, quando compreendida como:

um sistema dinâmico de estruturas simbólicas e materiais reproduzido socialmente por meio da memória e da tradição, ou mesmo, como um código de informação social que constitui as maneiras próprias de agir, relacionar e representar da sociedade (MARTELETO, 1995, p.4).

Araújo (2001) também situa a informação no domínio da cultura, vendo-a como decorrente da capacidade de representar simbolicamente o mundo, um elemento que se inscreve no seio dos processos histórico-sociais e instaura relações de atribuição de significados à realidade.

Consideramos que uma das principais características do homem é a sua capacidade de representar simbolicamente as experiências vividas, transformando-as em discursos com significação, em informações sobre o mundo que podem ser comunicadas entre seus semelhantes (ARAÚJO, 2001, p.18).

Esta perspectiva social da informação tem como marco os estudos de Jesse Shera que começou a esboçar, a partir da década de 1950, uma “epistemologia social” do objeto informacional, buscando ultrapassar as perspectivas individualistas dos paradigmas físico e cognitivo⁵. Para ele, a informação desempenharia um elo entre a cultura e o indivíduo, compreendendo um elemento que sustenta e forja determinada estrutura social.

A ligação básica através da qual os indivíduos conquistam a unidade numa cultura é através da comunicação da informação. Assim, a informação é o cimento com o qual a estrutura da sociedade é mantida unida. Uma cultura, pelo menos por definição, produz um transcrito, um registro em forma mais ou menos permanente que pode ser transmitido de geração em geração. Em sociedades primitivas não letradas esse registro toma a forma de um ritual verbal, lendas, poemas e cerimoniais (SHERA, 1977, p.11)

O “paradigma social” da Ciência da Informação coloca o sujeito enquanto ator social no cerne dos processos informacionais, não mais delegando à informação o *status* de “coisa”, ou restringido-a as formações cognitivas individuais.

Neste sentido, e inaugurando uma nova perspectiva de compreensão do objeto de estudo da Ciência da Informação, Hjørland propõe, em 1995, um enfoque social denominado de “análise de domínio”. Seu núcleo compreende o estudo dos chamados “domínios de conhecimento”, ligados às suas “comunidades discursivas”, ou seja, grupos sociais distintos sincronizados em pensamento, linguagem e conhecimento, constituintes da sociedade moderna (NASCIMENTO; MARTELETO, 2004).

Esta concepção ressalta que os indivíduos co-habitantes de uma determinada comunidade compartilham conhecimentos que estão envolvidos na compreensão sobre um objeto ou tema. A existência de um conhecimento está a depender, portanto, dos

⁵ Paradigma físico, paradigma cognitivo e paradigma social são expressões utilizadas por Capurro (2003) para localizar perspectivas epistemológicas no campo da Ciência da Informação. Para ele a primeira refere-se às correntes apoiadas no modelo transferencial-difusionista da informação sustentadas na Teoria Matemática da Informação de Shannon e Weaver. O paradigma cognitivo exprime, de modo geral, as abordagens cognitivas da informação sistematizadas, sobretudo, com os trabalhos de Brookes que, dentre outros aspectos, sinalizou a anomalia do estado cognitivo e a necessidade da busca e assimilação da informação. O paradigma social da informação diz respeito aos estudos sociais da informação que propuseram localizar os fenômenos informacionais no cerne dos processos e práticas histórico-sociais.

marcos deste horizonte de pré-compreensão partilhado, pois, “ao receber uma informação, o indivíduo ou grupo lhe atribui um sentido conforme o seu acervo social de conhecimento e a realidade ou situação em que estão inseridos” (RAMOS, 2007, p.45).

Para o autor, a análise de domínio percebe as comunidades discursivas como formações heterogêneas que congregam atores com pontos de vista diferenciados, estruturas de conhecimento individuais, critérios de relevância subjetivos e estilos cognitivos particulares, estando todos estes aspectos presentes na dinâmica entre as estruturas de domínio e o conhecimento individual, e na interação entre o nível individual e o social (NASCIMENTO; MARTELETO, 2004).

Assim, as necessidades de informação de cada grupo social são consideradas na concepção dos sistemas de informação sendo a trajetória histórica do indivíduo, localizada no seio de uma história coletiva, elemento modulador das percepções e apreciações elaboradas em cada domínio de conhecimento.

A informação é localizada, portanto, em seus matizes históricos, econômicos, culturais, tecnológicos, sociais e políticos.

A composição de um campo dedicado aos estudos sociais da informação no Brasil está ligada às transformações que sucediam na sociedade brasileira em meados da década de 70 do século XX, ocasião em que emergiram no país inúmeros movimentos sociais com fortes conotações culturais, sinalizando conflitos que excediam o escopo da luta de classes.

Este momento é assinalado pela criação de novos sujeitos políticos e de novas práticas que tematizavam, na cena pública, conflitos não mais restritos às relações de produção, abarcando aspectos da subjetividade dos sujeitos, como questões de gênero, étnicas e relativas ao meio ambiente e educação⁶.

É determinante também o contexto político autoritário em que se encontrava o país, bem como o modelo neoliberal que se instalava progressivamente à época.

Esta renovação da produção teórica sobre as formas de organização coletiva, no âmbito das ciências sociais, pôde ser vista também nos estudos e práticas do campo

⁶ A estas ações coletivas emergentes foi dado o nome “novos movimentos sociais”, segundo Laclau (1986), em decorrência da crise que estas lutas proporcionaram ao paradigma tradicional das Ciências Sociais, concernente à forma de integração que assinalava os agentes sociais e aos contornos tomados pelo conflito entre eles. Sobre isso consultar: SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiência e luta dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 e LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 2, vol. 1, out. 1986.

da Biblioteconomia, que começou a voltar o olhar para as questões da cidadania e da democracia, bem como para as implicações, os alcances e as contradições implicadas no uso e acesso à informação.

Cardoso (1994), sistematizando o campo da “informação social”, indica que os estudos conduzidos a partir do mesmo partem da compreensão de que a sociedade se configura como produto humano e o homem como produto social, sendo, pois, objetivo desta área de investigação “captar e interpretar o fenômeno informacional em seu movimento dialético entre ambos” (CARDOSO, 1994, p.111).

Para apreender o objeto de estudo da área da informação, a autora propõe que três aspectos sejam referenciados:

- a) A historicidade dos sujeitos cognoscentes e dos objetos cognoscíveis, que os aloca em uma relação culturalmente determinada, em uma interação de produção de sentidos.
- b) A totalidade dos fenômenos sociais, que vislumbra a sociedade como estrutura orgânica em que o conjunto confere sentido ao fragmento, sendo necessário, portanto, a contextualização da informação em um todo estruturado maior, para que não se produza uma visão fragmentada acerca da mesma.
- c) A tensionalidade, elemento permanente e determinante das relações sociais e das produções de sentidos sobre as mesmas por grupos, segmentos e classes que disputam a hegemonia no campo da cultura.

A partir destes três pressupostos a autora indica que os estudos em “Informação Social”:

procuram situar-se cultural e historicamente dentro de uma perspectiva sócio-antropológica que utiliza um referencial metodológico das ciências humanas e sociais para elaboração de seus programas, projetos e análises, compreendendo o trabalho de produção/difusão do conhecimento como um compromisso ético que supõe a intervenção sobre o real para a sua transformação (CARDOSO, 1994, p.111-112).

Pela ótica social, a cultura compreende “o primeiro momento de construção conceitual da informação, como artefato ou como processo que alimenta as maneiras próprias de ser, representar e estar em sociedade” (MARTELETO, 1995, p.2), razão pela qual se faz significativo entrever alguns delineamentos deste termo que também se marca pela vasta extensão semântica e conceitual.

2.1 Cultura e Informação

Discutido amplamente, elaborado de muitas maneiras e ocupando um espaço privilegiado em diferentes teorias sociais, o conceito de cultura, segundo Bosi (1998), tem origem na raiz latina *colo* (*presente*), *cultus* (*particípio/ passado*) e *culturus* (*particípio/ futuro*), a partir da qual ganhara suas primeiras atribuições, ligadas ao cultivo e ao trato com a terra.

Por esta acepção, o sentido de cultura ligava-se à moradia, à ocupação e ao cuidado com a terra, não sendo, contudo, restrito ao escopo do trabalho com o solo, referindo também a aquilo que se cultivava sob ele, através de ritos mágicos e em reverência aos antepassados. É o que nos assinala Silveira (2007):

cultus também demarca aquilo que se trabalha sob a terra. Ou seja, o enterro dos mortos como instrumento de reverência à memória e à vida dos antepassados que em seu momento de retorno à terra torna-se a força necessária à germinação dando, assim, seqüência ao contínuo fluxo da vida. Fato que nos permite inferir que é a partir deste contexto que a cultura se relaciona, desde suas primeiras acepções, com práticas de organização simbólica e de produção social de significados, tendo-se em vista a interpretação e a constituição do real (SILVEIRA, 2007, p.53).

A cultura é aproximada também ao termo grego *Paidéia*, aludindo o processo pedagógico de formação do homem. Do grego *paidos* (criança), *paidéia* inicialmente significava “criação de meninos” (*paido*= criança) sendo atrelada, posteriormente, à própria noção de cultura, entendida como desenvolvimento humano.

Este sentido de cultura como o aperfeiçoamento do espírito, o cultivo da mente, foi estendido da concepção original de cultura a partir do século XVI. Com ele, “a palavra cultura passou do significado que tinha em relação à vida agrária para um significado intelectual, moral, que significa conjunto de idéias e valores (BOSI, 1998, p.22).”

Assim, o conceito de cultura começa a ser tratado por filósofos e historiadores alemães nos séculos XVII e XIX, sendo geralmente utilizado para aludir um processo de desenvolvimento intelectual ou espiritual, diferenciando-se, sob certos aspectos, do de “civilização”, termo que, derivado da palavra latina *civilis*, foi inicialmente usado na França e na Inglaterra no fim do século XVIII para descrever um processo progressivo de desenvolvimento humano.

Nestes países, as palavras cultura e civilização foram, ao longo dos anos, sobrepondo-se: ambas começaram a ser empregadas para descrever um processo geral de desenvolvimento humano, o de tornar-se culto ou civilizado, referindo-se ao refinamento e à ordem, em oposição à barbárie e à selvageria⁷.

Esta concepção se apoiava no espírito do Iluminismo europeu e sua aposta no caráter progressista da Era Moderna, orientado pelos avanços da técnica e da ciência, ambas pautadas na racionalidade.

Tem-se, a partir de então, uma demarcação que opõe cultura e natureza no cerne da razão evolucionista, razão pela qual “contrapõe-se sociedades civilizadas às sociedades primitivas e, da mesma forma, as pessoas cultas às não-cultas” (RAMOS, 2007, p.53).

Na segunda metade do século XVIII a Alemanha – que utilizara originalmente o termo *Kultur*, sustentado pela concepção francesa – racionaliza e polariza o conceito de cultura, sendo o mesmo adotado pela burguesia nacional em contraposição à aristocracia da corte, com vistas a diferenciar-se desta e afirmar seus valores (RAMOS, 2007). Assim:

a burguesia apropria-se do termo *cultura*, entendido como os valores espirituais autênticos e profundos da ciência, arte e filosofia e, ao mesmo tempo, opõe o termo *cultura* ao termo *civilização*, que passa a ser utilizado para designar os valores cortesões e superficiais da aristocracia (RAMOS, 2007, p.53).

O contraste entre cultura e civilização que assinala a contenda entre aristocracia e burguesia na Alemanha do século XVIII move-se, paulatinamente, do social para o nacional. A crítica alemã dirigida ao universalismo iluminista francês vê a cultura francesa como superficial, enquanto a palavra cultura converte-se em símbolo de superioridade, profundidade e autenticidade alemãs.

Desse modo, o conceito de cultura deixa de referenciar erudição, refinamento, para significar expressão livre, popular. Isto fez com que o olhar fosse dirigido à comunidade, ou seja, a aquilo que exprimisse a cultura original de certo povo (VALADE, 1995).

Esta querela protagonizada entre Alemanha e França será o embrião tanto para a concepção universalista, que supõe a existência de uma cultura universal, quanto para

⁷ De acordo com Ramos (2007) a diferença entre cultura e civilização nesta época residiria no fato de que a cultura referenciaria “progressos individuais” enquanto civilização “progressos das instituições, da legislação, da educação, da sociedade” (RAMOS, 2007, p. 53)

a visão particularista da cultura, que concebe a existência de múltiplas culturas, particulares e genuínas. De acordo com Cuhe (1999) este duplo entendimento alicerçará os estudos das Ciências Sociais.

Com o surgimento da Antropologia, no fim do século XIX, exibem-se inúmeras formulações para o termo cultura, ao qual era conferido um tratamento tanto por um viés descritivo quanto por um simbólico.

De acordo com a primeira lente, na qual se incluem os trabalhos de Gustav Klemm e Edward Burnett Tylor, a cultura é entendida como o conjunto inter-relacionado de crenças, costumes, formas de conhecimento e artes, que são adquiridos pelos indivíduos enquanto membros de uma sociedade particular, os quais podem ser estudados cientificamente. Estes elementos constituidores da cultura desenham um “todo complexo” que assinala uma dada sociedade, diferenciando essa sociedade de outros lugares e épocas diferentes (THOMPSON, 1995).

Um dos objetivos do estudo da cultura, por esta abordagem, é explorar e analisar a totalidade da cultura em seus elementos componentes, classificando-os e comparando-os de uma maneira sistematizada, trabalho que teve inicialmente como orientadores os preceitos do positivismo e do evolucionismo.

Assim, defendia-se que as sociedades primitivas caminhavam progressiva e evolutivamente rumo à sociedade civilizada.

A concepção simbólica, à qual estão inseridos os estudos de L.A White e Clifford Geertz, transfere o foco analítico para a dimensão simbólica da cultura: os fenômenos culturais passam a ser compreendidos como fenômenos simbólicos e a análise da cultura a basear-se na interpretação dos símbolos e da ação simbólica.

Esta concepção da cultura parte da consideração de que o uso dos símbolos é um traço particular e distintivo da vida humana. Balizando-se pelos aspectos compreensivos da cultura, os elementos de análise não compreendem mais os objetos ou artefatos em sua materialidade, mas os sistemas de símbolos, de linguagem e de sentido (THOMPSON, 1995).

A evidência do aspecto simbólico referencia, pois, a atividade humana arranjada em diferentes linguagens simbólicas (gestual, organização espacial, linguagem das relações humanas), ou seja, “uma organização da vida com sentido” (THOMPSON, 1995, p.192).

Os estudos de Clifford Geertz, sobretudo sistematizados na obra “A Interpretação das Culturas”, representam um importante esforço para delinear as

implicações desta concepção no âmbito da pesquisa antropológica. Este autor pauta-se nos elementos simbólicos que contemplam significados passíveis de serem interpretados pela antropologia, orientando-se do seguinte modo:

acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal suspenso em teias de significados que ele mesmo teceu, entendendo a cultura como sendo essas teias, e sua análise, portanto, como sendo não uma ciência experimental em busca de leis, mas uma ciência interpretativa em busca de significados (GEERTZ, 1989, p.15).

Para Geertz (1989) a análise da cultura faz com que se penetre em adensadas camadas de significados que se revelam nas ações, construções e expressões do cotidiano. Sua obra é emblemática por oferecer uma importante formulação do conceito de cultura, a partir da literatura antropológica, e por reorientar a análise da cultura para o estudo do significado e do simbolismo, destacando a centralidade da interpretação como uma abordagem metodológica (THOMPSON, 1995).

No século XX, as formulações sobre a cultura se ancorarão em uma concepção antropológica, que a enxerga como formas particulares de vida, valores, costumes, normas, hábitos, idéias e sentimentos, expressões das relações simbólicas do homem com a realidade; e em uma concepção sociológica, que a enfoca pelo ponto de vista da expressão artística, ligada a produção, consumo e fruição de especialidades da manifestação cultural, como artes, ciências, técnicas e filosofia.

Em meados deste mesmo século a discussão sobre a cultura erudita, a popular e a de massa⁸ é amplamente difundida pela teoria crítica da cultura, inaugurada pelos teóricos da Escola de Frankfurt.

Para Silveira (2007), seja percebida tanto do ponto de vista sociológico quanto antropológico a cultura denota sempre:

a criação de uma ordem simbólica da linguagem, do trabalho, do espaço, do tempo, do sagrado e do profano, do visível e do invisível, enfim, das inúmeras esferas de atuação humana (SILVEIRA, 2007, p.57-58).

⁸ De modo geral, a cultura erudita referenciará os valores da elite, designando, freqüentemente, a arte nobre; a cultura popular será vista como a tradição revelada nas manifestações culturais, em que se incluem as danças, festas, ritos, mitos e objetos considerados expressões genuínas de um povo. A cultura de massa, por sua vez, encerra aquela decorrente da produção da “indústria cultural”, termo criado por Adorno e Horkheimer, teóricos da Escola de Frankfurt, em meados do século XX. Esta expressão foi formulada para designar o processo de mercantilização da cultura, notada sobremaneira na transformação da obra de arte em mercadoria, produzida industrialmente para o consumo. Neste sentido é emblemático o ensaio de Walter Benjamin, também filiado a mesma corrente, “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, publicado originalmente em 1936.

Estas esferas de atuação humana, de produção e reprodução de universos materiais e simbólicos se traduzem sob a forma de diversos objetos e expressões com nuances fundamentalmente significativas.

Thompson (1995), em sua formulação de uma concepção estrutural da cultura⁹, entende ações, objetos e expressões significativas de variados tipos- os fenômenos culturais- como formas simbólicas relacionadas a contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados, dentro dos quais e por meio dos quais são processadas.

A concepção estrutural de cultura ampara-se, portanto, na consideração de que:

os fenômenos culturais são vistos, acima de tudo, como construtos significativos, como formas simbólicas, e a análise da cultura é entendida como a interpretação dos padrões de significados incorporados a essas formas. Mas os fenômenos culturais também estão implicados em relações de poder e conflito. As ações e manifestações verbais do dia-a-dia, assim como fenômenos mais elaborados, tais como rituais, festivais e obras de arte, são sempre produzidos ou realizados em circunstâncias sócio-históricas particulares, por indivíduos específicos providos de certos recursos e possuidores de diferentes graus de poder e autoridade; e estes fenômenos significativos, uma vez produzidos ou realizados, circulam, são recebidos, percebidos e interpretados por outros indivíduos situados em circunstâncias sócio-históricas particulares, utilizando determinados recursos para captar o sentido dos fenômenos em questão (THOMPSON, 1995, p.178).

A forma simbólica está conjugada então a um intrincado processo de produção de sentidos, estes elaborados, transmitidos e confrontados pelos indivíduos e grupos sociais, e que operam no âmbito da representação do imaginário social, a partir dos quais se concebe e se administra as relações.

Ao ser localizada no universo da cultura, a informação pode ser entendida como uma forma simbólica que supõe complexas matrizes de produção, circulação e expressão de modos de produção de sentidos.

⁹ A concepção estrutural da cultura considera tanto o caráter simbólico dos fenômenos culturais quanto sua localização em contextos sociais estruturados.

2.2 Informação como forma simbólica

De acordo com Thompson (1995), ao serem relacionadas com o que comumente se entende por “significação”, “sentido” e “significado”, as formas simbólicas trarão como aspectos inerentes as dimensões: intencional, convencional, estrutural, referencial e contextual.

O aspecto intencional das formas simbólicas aponta que estas compreendem expressões de um sujeito para outro (ou outros sujeitos) que, ao elaborá-las e empregá-las, intentou expressar algo.

Isto indica que um sujeito-produtor, ao elaborar uma forma simbólica tenta expressar-se para outro sujeito (ou outros sujeitos) que a percebe como expressão e mensagem a serem interpretadas.

Thompson (1995) não sugere, entretanto, que o significado de uma forma simbólica possa ser analisado exclusivamente em termos do sujeito-produtor, e sim que a mesma foi produzida por, ou percebida como produzida por, um sujeito que o fez intencionalmente, pois os sentidos de uma forma simbólica são complexos e ramificados, ultrapassando o que originalmente o sujeito-produtor tenha tencionado. Além disso, acentua:

aquilo que o sujeito-produtor tencionou ou quis dizer em qualquer caso particular pode ser obscuro, confuso, incoerente ou inacessível; o sujeito pode ter tido várias intenções, intenções conflitivas, intenções “inconsciente” ou simplesmente intenções não-claras (THOMPSON, 1995, p.185).

A segunda característica das formas simbólicas é sua dimensão convencional. Tal nuance assinala que a elaboração, o emprego e a interpretação das formas simbólicas se constituem como processos que envolvem a aplicação de regras, códigos ou convenções que incluem desde os preceitos da gramática, até convenções que governam a ação e interação de indivíduos, que se expressam ou interpretam as expressões de outros (THOMPSON, 1995).

Para ele, a aplicação de regras, códigos ou convenções na produção ou na interpretação de formas simbólicas não significa, fundamentalmente, estar consciente dessas regras, ou ser capaz de formulá-las clara e precisamente se assim lhe for solicitado, pois essas regras, códigos e convenções são geralmente aplicados em uma

situação prática, isto é, como esquemas implícitos ou indiscutíveis para a geração e interpretação das formas simbólicas.

A dimensão “estrutural” é a terceira característica das formas simbólicas que as definem como construções que exprimem uma estrutura articulada de elementos que se associam uns com os outros. Para o autor, estes elementos e suas inter-relações arranjam uma estrutura passível de ser analisada formalmente, a partir da distinção entre a estrutura de uma forma simbólica e o sistema nela corporificado.

Analisar a estrutura de uma forma simbólica, bem como o sistema nela corporificado, segundo ele, é:

analisar os elementos específicos e suas inter-relações que podem ser discernidos na forma simbólica em questão; analisar o sistema corporificado em uma forma simbólica é, por contraste, abstrair a forma em questão e reconstruir uma constelação geral de elementos e sua inter-relações, uma constelação que se exemplifica em casos particulares (THOMPSON, 1995, p.188).

Entretanto, o autor adverte que ainda que seja importante a análise dos traços individuais das formas simbólicas e a relação entre estes e as características dos sistemas, o significado das formas simbólicas não se exaure pelos traços e elementos que as constituem.

A quarta característica das formas simbólicas é o aspecto referencial, que indica que as mesmas são construções que “tipicamente representariam algo, referem-se a algo, dizem algo sobre alguma coisa” (THOMPSON, 1995, p.190).

O termo referencial é empregado pelo autor de forma abrangente, abarcando o sentido geral através do qual uma forma simbólica, ou um elemento desta, pode, em um dado contexto, substituir ou representar um objeto, indivíduo ou situação, bem como num sentido mais particular, através do qual uma expressão lingüística pode, em dada ocasião de uso, referir-se a um objeto particular (THOMPSON, 1995).

Ao destacar o aspecto referencial das formas simbólicas, o autor chama atenção não apenas para os modos como as figuras ou expressões fazem referência ou representam algum objeto, indivíduo ou situação, mas também para as maneiras pelas quais, tendo feito referência ou representado algum objeto, as formas simbólicas caracteristicamente dizem algo sobre ele, isto é, apontam ou revelam, projetam ou retratam.

A quinta característica das formas simbólicas diz respeito ao seu matiz contextual, que assinala sua inserção em processos e contextos sócio-históricos

específicos dentro dos quais e por meio dos quais elas são produzidas, transmitidas e recebidas. Implica em considerar que as formas simbólicas guardam as marcas das condições histórico-sociais de sua produção.

O vislumbre das formas simbólicas em contextos sociais decorre da consideração de que:

além de serem expressões de um sujeito, essas formas são, geralmente, produzidas por agentes situados dentro de um contexto sócio-histórico específico e dotados de recursos e capacidades de vários tipos (THOMPSON, 1995, p.193).

Estes contextos, além de serem social e historicamente estruturados, são marcados pelas relações irregulares de poder, pelo acesso desigual a recursos e oportunidades e pelos mecanismos institucionalizados que regulam a produção, a transmissão e a recepção das formas simbólicas (THOMPSON, 1995).

A delimitação contextual também assinala que as formas simbólicas são, frequentemente, elementos de complexos processos de valorização, avaliação e conflito, sendo, por isso, valorizadas e avaliadas, proclamadas e contestadas pelos indivíduos que as produzem e as recebem. São objetos do que Thompson (1995) denominou “processos de valorização”, isto é, procedimentos por meio dos quais lhes são atribuídos determinados tipos de valor, os quais se justapõem.

A primeira forma de valorização, a “valorização simbólica”, é o processo a partir do qual os indivíduos produzem e recebem as formas simbólicas, conferindo às mesmas um “valor simbólico” que compreende:

aquele que os objetos têm em virtude dos modos pelos quais e, na extensão em que, são estimados pelos indivíduos que os produzem e recebem, isto é, por eles aprovados e condenados, apreciados ou desprezados (THOMPSON, 1995, p.194).

As estratégias de valorização simbólica estão vinculadas à posição ocupada pelos atores dentro do contexto social, a partir dos quais mobilizam maiores ou menores recursos nesta dinâmica.

A valorização econômica abarca o processo pelo qual se aplica às formas simbólicas um determinado “valor econômico”, ou seja, um valor pelo qual elas poderiam ser compradas e vendidas em um mercado. Thompson (1995) lembra que na medida em que as formas simbólicas são mercantilizadas, elas adquirem status de bens simbólicos.

Um breve olhar para o estatuto da informação na sociedade contemporânea, delineado a partir da época Moderna, nos mostra os constantes processos de valorização simbólica e econômica sofridos por esta forma simbólica.

Ao sair do escopo da experiência e transformar-se em bem simbólico, a informação passou a ser produzida e disseminada de forma institucionalizada pela indústria de comunicação de massa, regulada pelo mercado e pelo Estado, fato que contribuiu para sua valorização tanto simbólica quanto econômica.

A valorização simbólica liga-se, comumente, ao valor conferido, por exemplo, pela posição ocupada pelo ator no campo social, o seu “lugar de fala”, definido institucional, econômica e politicamente. Neste sentido à informação será concedida uma maior ou menor legitimidade, de acordo com os critérios do processo de valorização simbólica, que se regulam pela posse do “capital simbólico” (BOURDIEU, 1998).

A acentuada valorização econômica pela qual passa a informação está evidenciada, sobretudo, na denominação “Sociedade da Informação”, estratégia discursiva dada ao atual processo de produção e reprodução do capitalismo avançado, pautado nos fluxos imateriais da informação-mercadoria circulantes nos espaços e aparatos tecnológicos das redes virtuais¹⁰.

Thompson (1995) lembra que estes tipos de valorização são acompanhados de diferentes formas de conflito simbólico, processado dentro de um contexto social caracterizado por assimetrias e diferenças de vários tipos.

Tais conflitos sempre têm lugar em contextos sociais estruturados nos quais alguns indivíduos podem ser capazes de e desejar pagar mais do que outros para adquirir ou controlar bens simbólicos (THOMPSON, 1995, p.204).

Assim, o modo como o significado das formas simbólicas é construído, reconstruído, recebido e apropriado pode servir, de várias maneiras, para manter ou transformar relações sociais estruturadas, características dos contextos dentro dos quais essas formas são produzidas e/ou recebidas.

Isto porque formas simbólicas- dentre as quais se inclui a informação- são, em sua natureza, articulações, arranjos e rearranjos de sentidos sociais, balizas orientadoras

¹⁰ Em uma ou outra forma de valorização, a contradição da informação revela-se na tensionalidade desvelada entre seu valor de troca e seu valor de uso, conforme, ressaltado por Alves (2004). Isto pode ser notado, por exemplo, nas diferentes formas de pirataria (reprodução que atenta contra os direitos autorais) das formas simbólicas.

da atuação, da concepção e da representação dos indivíduos e coletividades frente ao real.

O sentido compreende:

uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas- na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas- constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta (SPINK, 2004, p.41).

Para Spink (2004) atribuir sentido ao mundo é uma prerrogativa poderosa e inevitável na vida em sociedade, que não se restringe às cadeias cognitivas intra-individuais, nem à reprodução de modelos predeterminados. “Ela é uma prática social, dialógica, que implica a linguagem em uso” (SPINK, 2004, p.42).

Como forma simbólica, a informação articula, em sua processualidade lingüística, arranjos de sentidos sociais que atuam na nomeação, interpretação e significação dos sujeitos frente ao real, por meio das práticas discursivas que perpassam o cotidiano e que se referem ao próprio jogo de sentidos.

A íntima correlação estabelecida entre informação, discurso e produção de sentidos exige que se confira relevo às complexas combinações entre saber e poder, já que o discurso compreende a essência constitutiva do próprio poder, não sendo, portanto, “aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos” (FOUCAULT, 2004, p.3).

A produção social de sentidos que inaugura todo processo informacional ocorre, então, de maneira conflitiva, processual e negociada por duas principais razões. A primeira porque o sentido não é um enunciado programático, imanente ao objeto, elaborado fora da experiência comum, e sim um resultado sempre provisório da relação intersubjetiva, de uma relação que se manifesta no controle e na troca de subjetividades (CAUNE, 2000). A segunda, porque, sendo os sentidos termos pelos quais se fixam e se nomeiam dialeticamente a realidade, ou seja, seus modos de apreensão, classificação e representação, o controle sobre sua produção e circulação se constitui como o próprio alvo na disputa pela hegemonia, compreendida como a prevalência de certos grupos sobre outros, que se processa por meio da organização e mobilização de sentidos específicos e dominantes que se metamorfoseiam em universais.

Assim, o poder da informação nas sociedades contemporâneas residirá em sua faculdade de significar, nomear e instituir a realidade por meio da articulação discursiva

de sentidos, o que faz com que ela se apresente como um caro recurso com o qual e pelo qual se dá o confronto simbólico que intenta impor uma constituição ao real.

Esta idéia nutre-se da concepção de que a realidade não se conforma como um todo estruturado e acabado, e sim como um campo em disputas por formas de significação, em constante movimento que o institui.

Neste sentido, compartilhamos com Prado e Rodrigues (2008) quando entendem que:

o real não pode ser definido como uma objetividade transparente e completa. Mas, ao contrário, deveríamos partilhar de uma conceituação do real, na qual este está sendo construído por conflitos e lutas que concorrem às possibilidades de limitar suas múltiplas significações (PRADO; RODRIGUES, 2008, p.15).

O olhar que se funda teórica e epistemologicamente pela dimensão sócio-histórica do objeto informacional, leva-nos a abandonar a tradicional visão da informação como espelho do real, assumindo que a mesma opera, sobretudo nas sociedades contemporâneas, de modo não apenas a representá-lo, como também a engendrará-lo, a instituí-lo dialética e discursivamente.

Esta consideração exige uma reflexão sobre os modos pelos quais a informação e suas diferentes formas de elaboração, fluxo e circulação atuam na constituição do real, no seio das sociedades contemporâneas.

2.3 Informação e realidade: lutas pela significação

Para Melucci (2001) as inúmeras e profundas transformações pelas quais passou e tem passado a vida individual e coletiva nas sociedades complexas, tornou premente uma reflexão sobre os modos pelos quais a informação constrói a realidade.

De acordo com o autor, o cenário colocado por estas sociedades cujo traço distintivo é sua alta densidade de informação - sociedades às quais nos referimos com imprecisão conceitual (pós-industriais, pós-materiais, da informação, do conhecimento), nos obriga a abandonar a idéia de uma realidade objetiva que deveria ser espelhada pelas informações que a reproduziriam mais ou menos fielmente.

Dentre tais transformações assinala-se o desenvolvimento não mais alicerçado pelo domínio sobre a força de trabalho e pela transformação de recursos naturais, bem como uma reformulação de questões antagônicas que invertem o modo de produzir o desenvolvimento e de definir identidades e necessidades.

Conforme acentua o autor, nestas sociedades:

produzir não significa mais transformar os recursos naturais e humanos em mercadorias para a troca, organizando as formas de produção, dividindo o trabalho e integrando-o no complexo técnico-humano da fábrica. Significa, ao contrário, controlar sistemas complexos de informações, de símbolos, de relações sociais. O funcionamento e a eficiência dos mecanismos propriamente econômicos e dos aparatos tecnológicos são confiados à gestão e ao controle do sistema no qual as dimensões culturais se tornam preponderantes no que se refere às variáveis técnicas. Também o mercado não funciona simplesmente como lugar de circulação das mercadorias, mas como sistema no qual se intercambiam símbolos (MELUCCI, 2001, p.80).

No contexto ora assinalado, a reorientação da atividade produtiva tem sido pautada, especialmente, pela dinâmica de mercados de amplitude global que apontam para a necessidade de espaços de fluxos tão proporcionados pela difusão ubíqua dos aparatos tecnológicos de informação e comunicação.

Esta lógica, de base técnico-informacional (e raízes profundamente ideológicas) passa a amparar, decisivamente, o desenvolvimento do capitalismo avançado de caráter eminentemente financeirizado, cujo alcance será sentido na constituição de novos espaços de produção e reprodução social (ALVES, 2004).

Com a geração alargada de artefatos tecnológicos de comunicação e informação decorrentes deste estágio de produção e reprodução do capital, nossa experiência se tornou intensamente atravessada pelos códigos informacionais amplamente difundidos e produzidos pelas sociedades complexas, nas quais a informação adquiriu centralidade.

Assim, Melucci (2001) afirma que contemporaneamente os arranjos cognitivos e as relações simbólicas que nos consentem vivenciar a realidade relacionam-se intimamente com as informações das quais dispomos. Deste modo, o autor assegura que a idéia ingênua de que a informação reflete uma “realidade em si” é um resíduo do passado ao qual devemos renunciar, já que o mundo onde vivemos se tornou “irreversivelmente construído pela informação”, que em suas diversas configurações, vai compondo a realidade.

Neste sentido, a luta pelo poder de instituir o real dirige-se para a apropriação dos códigos que organizam a informação, à qual se corporifica em novo fundamento do poder nas sociedades. Um poder que se articula tanto para sustentar, quanto para forjar

novas relações de dominação e resistência, dialética essencial do movimento permanente que formula o real.

Este confronto simbólico, ao qual se atrela inexoravelmente a informação, é explicitado de modo concreto pelos novos movimentos sociais que atuam no complexo cenário das “sociedades da informação”, quando estes interrogam acerca da definição dos códigos e de uma leitura exclusiva da realidade, sustentados nos usos da linguagem e dos símbolos antagonistas (MELUCCI, 2001).

Visto que o núcleo do conflito ultrapassou o cerne da luta de classes e das relações de produção, diferentes indivíduos, organizados em movimentos sociais, se envolvem em lutas simbólicas sobre os significados e interpretações dos fatos e coisas, de modo que os confrontos se encaminham em direção à apropriação do sentido em oposição às formas hegemônicas que nomeiam a realidade (REIS; MARTINS, 2009).

Para Prudencio (2003) as ações coletivas questionam de diferentes modos a definição dos códigos, o modelo de leitura da realidade e oferecem outros modos de apreender o significado da ação individual e coletiva.

A articulação dos movimentos homossexuais e pela diversidade sexual, ou movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT), é empiricamente representativa neste aspecto. Esta ação coletiva tem uma parcela de demandas que se orientam por mudanças no nível simbólico-cultural quando, por exemplo, manifesta-se pela instituição da parceria civil registrada, luta que “demanda mudanças em elementos simbólico-culturais, como os conceitos tradicionais de família e certos preceitos religiosos” (MACHADO; PRADO, 2005, p.37).

Isto significa que, ao questionar as formas hegemônicas de concepção de família e casamento, o movimento em questão luta não apenas pela democratização das relações sociais, concretizada sob a forma de garantia dos direitos civis, mas contra uma lógica social pautada pela *heteronormatividade*, ou seja, sistemas simbólicos e normas socialmente construídas que privilegiam padrões heterossexuais (MARTINS; REIS, 2009). Esta evidência do confronto simbólico indica-nos, pois, que um importante eixo dos conflitos contemporâneos reside na produção e reapropriação do sentido que se articula discursivamente em informação.

É o que nos ratifica Prudencio (2003) quando indica que:

o conflito se estabelece, então, na capacidade de resistência e subversão dos códigos autorizados, na luta para nomear de modos diferentes o espaço e o tempo mediante a construção de novas linguagens e para organizar e interpretar de outra maneira o fluxo de

informação. Essa é a transformação operada pelos atores sociais: o anúncio de que uma outra forma de perceber os problemas é possível (PRUDENCIO, 2003, p.45).

Pela ótica da teoria social de Bourdieu este conflito é dirigido pela posse do “poder simbólico”, um poder de “construção da realidade” (BOURDIEU, 1998, p.9) em que os símbolos, enquanto elementos de conhecimento e comunicação, são instrumentos de integração social, tornando possível o consenso acerca do sentido do mundo social.

O autor nos sinaliza que:

sem dúvida, os agentes constroem a realidade social; sem dúvida, entram em lutas e relações visando impor sua visão, mas eles fazem sempre com pontos de vista, interesses e referenciais determinados pela posição que ocupam no mesmo mundo que pretendem transformar ou conservar (BOURDIEU, 1998, p. 8).

A fixação dos sentidos sociais que nomearão e ordenarão a realidade dependerá, assim, “na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes” (BOURDIEU, 1989, p.11).

Neste sentido, o conceito de campo em sua teoria é fundamental para entender a dinâmica do poder simbólico que perpassa o engendramento da realidade.

Para o autor um campo social liga-se às subdivisões do contexto cultural macro, podendo ser concebido como um espaço estruturado de interação, uma rede ou uma configuração que congrega:

relações objetivas entre posições definidas objetivamente, na sua existência e nas determinações que impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, pela sua situação presente e potencial ... na estrutura de distribuição do poder (ou capital), cuja posse comanda o acesso aos benefícios específicos que estão em jogo no campo, assim como pelas suas relações objetivas com outras posições (BOURDIEU, 1998, p.36).

No campo social, cada indivíduo ocupa determinada posição dimensionada pelas disponibilidades de recursos acumulados pelos atores, aos quais Bourdieu (1998) denomina *capital econômico* (posse de bens materiais); *capital cultural* (conhecimentos legítimos, habilidades educacionais), *capital social* (diferentes tipos de relações valorizadas) e *capital simbólico* (prestígio e honra social).

É por meio destes recursos que os indivíduos prosseguem a consecução de seus objetivos individuais e/ou coletivos, o que faz com que um campo se configure como um terreno de forças onde os agentes se enfrentam orientados por meios e fins distintos,

de acordo com seu lugar nesta estrutura de posições, de modo a atuar na sua manutenção ou transformação.

Assim, o lugar ocupado em cada campo estrutura-se e regula-se em termos de relação de poder, convencionando relações de dominação, submissão ou equivalência (homologia), em função do acesso que detém os atores aos bens ou recursos (capital) que estão em jogo no campo.

Isto indica que a informação trará impressos os “lugares de fala” ocupados pelos sujeitos envolvidos em sua produção, recepção e expressão, decorrentes do capital simbólico, ou seja, da legitimidade socialmente reconhecida pelos sujeitos e instituições sociais, já que “o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia” (BOURDIEU, 1998, p. 15).

Em sua perspectiva, as pessoas incorporam um *habitus*, conceito que exprime esquemas de percepção, pensamento e ação, funcionando como um princípio gerador, organizador e unificador das práticas, dos discursos, das representações, tanto ao nível do agente quanto ao nível do grupo ou da classe social.

Para ele o *habitus* representa:

um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas (BOURDIEU, 1983, p. 65).

De acordo com Marteleto (1995) a associação dos conceitos de *habitus* e *campo* no domínio dos estudos sociais da informação permite “perceber o modo de estruturação dos sentidos produzidos socialmente, agenciados e gerenciados por agências e agentes” (MARTELETO, 1995, p.5).

A combinação destes conceitos enseja também a consideração de dois importantes aspectos que se conjugam na extensa trama de sentidos sociais evocados continuamente pelos atores nas dinâmicas informacionais. O primeiro dimensiona o lugar ocupado pelo sujeito que elabora, transmite e recebe informação, em termos de sistema de subdivisões de posições sociais e relações de poder. O segundo localiza os esquemas individuais que se constroem socialmente e se traduzem em orientações, ou nas palavras de Bourdieu (1983), em “subjetividade socializada”, a qual atua de maneira decisiva nestes mesmos processos informacionais.

Os sentidos arranjados e rearranjados pelo modo discursivo- informacional compreendem, assim, uma vasta malha de interlocução formada por inúmeras e conflitivas vozes que disputam a posse pelo poder simbólico, o poder que instaura e estabelece o real.

Vislumbrar a informação por este viés, remete-nos, pois, a íntima relação que este elemento processual opera com os modos de construção e significação da realidade. Este pensamento abarca, portanto, os referenciais de historicidade, tensionalidade e totalidade, apontados por Cardoso (1994) e permitem situar nosso entendimento da informação pelo ponto de vista dialético.

Elucidado nosso entendimento da informação, deteremo-nos a outro conceito chave desta pesquisa, a mediação.

Para isto, prossegue-se ao traçado de uma perspectiva disciplinar acerca do termo, de modo a vislumbrar as diferentes acepções referentes ao mesmo, suas significações e apreensões em cada domínio, para que, posteriormente, possamos esboçar uma “cartografia” da mediação na Ciência da Informação, observando suas diferentes formas de uso e inserção.

3 MEDIAÇÃO: TERMO PLURAL

3.1 Raízes: história, etimologia e filosofia.

Do latim *mediatione* que designa originalmente intervenção humana entre duas partes¹¹, ação de dividir em dois ou estar no meio, o conceito mediação foi tomado por diferentes perspectivas, indicando idéias de interveniência, relação, conjugação, religação, ponte ou elo estabelecido nas relações humanas, por meio de um elemento mediador.

Tecendo uma perspectiva histórica acerca do termo mediação, Raymond Williams (1985) indica que este conceito é dotado de relativa complexidade e que se tornara mais abrangente na medida em que fora utilizado como termo-chave por vários sistemas do pensamento moderno.

Williams (1985) aponta que na língua inglesa o mais antigo uso do termo que se tem conhecimento fora feito por Chaucer, na obra *The Man of Law's Tale* em 1386, referindo-se ao modo de interceptação entre dois adversários, com vistas à reconciliação entre ambos.

Tal conceito pode ser entendido também como um modo de predição e compreensão da realidade a partir da postura de certos atores sociais frente à mesma e à consciência desse real.

A mediação apresenta-se também na vertente filosófica idealista alemã de origem cristã que, ligada à herança teológica, assinalava a mediação do Cristo entre Deus e o mundo e a mediação dos santos entre Deus e os pecadores.

O significado mais recorrente do termo mediação liga-se à idéia do intermediário, entretanto, o emprego filosófico do conceito não se limita a esse sentido, podendo não se aplicar ao próprio elemento intermediador, mas àquele que se restringe ao primeiro (ou dele deriva) por intermédio do segundo (LALANDE, 1993).

Preconiza-se também que o conceito fora utilizado, de forma implícita ou explícita, por vários filósofos da Antiguidade Clássica, quando estes se viram ante a necessidade de encontrar um modo de relacionar dois elementos diferentes. Assim, a mediação foi entendida como a atividade própria de um agente mediador que era, ao mesmo tempo, uma realidade intermediária (PUGLIESI; BINI, 1977).

¹¹ RUSS, Jacqueline. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Scipione, 1994, p.180.

No pensamento clássico, desempenha função importante o chamado “termo médio”, ou “meio-termo”, cujo papel de mediador no raciocínio permite que se torne possível uma conclusão a partir de determinada premissa.

Em geral, a mediação em um processo discursivo é o que torna possível tal raciocínio: de fato, em um processo discursivo, tanto dedutivo como indutivo, são necessários termos ou juízos que ‘medeiam’ entre o ponto de partida e a conclusão (PUGLIESI; BINI, 1977, p.252).

Em *Ética a Nicômaco*, Aristóteles apresenta a virtude como uma mediedade (*mesotês*) entre o excesso e a falta, sendo o meio termo “o que dista igualmente de cada um dos extremos, que justamente é um único e mesmo para todas; por meio relativo a nós, o que não excede nem falta” (ARISTÓTELES, 2002, p.17).

O conceito de mediedade, formulado a partir da consideração do meio-termo como virtude, é essencial para o entendimento da ética proposta por Aristóteles. Em sua definição da virtude, o filósofo estabelece três tipos de fenômenos formulados na alma: as paixões, as capacidades e as disposições.

Por paixão compreendem-se as inclinações acompanhadas pelo prazer e pelo dor tais como a cólera, o temor, o apetite e a audácia. As capacidades encerram a possibilidade que os homens têm de vivenciarem a paixão. As disposições, por sua vez, referem-se à conduta boa ou má diante das paixões.

As paixões e as capacidades não são consideradas pelo filósofo como gêneros da virtude, o que faz com que esta seja entendida como disposição, a qual será responsável por orientar o homem a agir com mediedade diante das paixões.

Desse modo, um homem se torna dotado de virtude na medida em que alcança o meio termo entre excesso e falta. O conceito de meio termo, central para o entendimento da doutrina aristotélica sobre a virtude moral, é distinguido entre o “meio termo da coisa” e o “meio termo relativo a nós”.

O primeiro compreende uma proporcionalidade aritmética: “se dez é muito e dois é pouco, toma-se o seis como meio termo da coisa” (ARISTÓTELES, 2002, p.17).

O “meio termo relativo a nós” indica algo que se situa entre o excesso e a escassez, conforme demonstra o filósofo:

se a alguém comer dez minas de peso é muito e duas é pouco, não é verdade que o treinador prescreverá seis minas, pois isto talvez seja pouco ou muito para quem as receberá: para Mílo será pouco, para o principiante nos exercícios será muito (ARISTÓTELES, 2002, p.17).

O “meio termo relativo a nós” deve ser compreendido como um princípio relacional, tendo em vista que o “nós” significa aquilo que é relativo ao agente e às circunstâncias nas quais o agente está inserido. Assim, explicita o filósofo:

por “meio-termo no objeto” quero significar aquilo que é equidistante em relação aos extremos, e que é o único e o mesmo para todos os homens e por “meio-termo relativo a nós” quero dizer aquilo que não é nem demasiado nem muito pouco, e isto não é o, único do mesmo para todos (ARISTÓTELES, 2002, p.17).

A virtude encerra uma mediedade (meio termo entre excesso e falta), “uma disposição para agir de maneira deliberada, consistindo em uma mediedade relativa a nós, disposição determinada pela razão, isto é, como determinaria o homem prudente” (ARISTÓTELES, 2002, p. 18).

Do ponto de vista da Teoria do Conhecimento, encontramos a mediação situada na discussão sobre o sujeito cognoscente, o mundo a que se refere seu conhecimento e as formas de representação do mesmo.

De acordo com Domingues (2004), a representação empreende uma superposição de dois tipos de presença: uma que se refere a presença concretamente direta de um indivíduo, de um objeto ou de uma ação, e outra que remete a presença indireta, mediatizada pela primeira, de uma realidade que não se encontra circunscrita no campo da apreensão direta.

Para o autor, a noção de representação foi chamada a dar conta do fenômeno do conhecimento. Assim:

conhecer uma coisa é, com efeito, assimilá-la, introjetá-la, fazê-la sua, e assim torná-la presente no sentido forte, no sentido de uma verdadeira “intussuscepção”, deixando-lhe seu estatuto de realidade exterior, indiferente enquanto tal ao processo pelo qual ela torna-se objeto de conhecimento (DOMINGUES, 2004, p.1).

Esta perspectiva implica em dizer que um ato de conhecimento abarca um fragmento do mundo tornando-o profundamente presente no homem, sem deixar, no entanto, de conservar separado dele por uma distância que o conhecimento não pode abolir. Para o autor, o conhecimento aparece assim como uma “sorte de duplicação do mundo, na qual e pela qual o mundo se oferece à consciência” (DOMINGUES, 2004, p.2).

Domingues (2004) pontua que tradicionalmente há uma divisão em três níveis de conhecimento, imputados a três faculdades distintas: a sensibilidade, a imaginação e o intelecto. Tais níveis estão ligados de forma íntima e específica à questão do mecanismo da representação.

O problema central da questão do conhecimento se ancora na impossibilidade de analisa-lo segundo um modelo exclusivo. Isto porque há uma forma de conhecimento concatenada à presença física de algo que é percebido- o que inclui a interação deste com as faculdades fisiológicas de sentido- e a possibilidade de representação de algo que se encontra ausente.

Em suma:

é possível conhecer um objeto não na sua realidade concreta, na sua integridade atual ou potencialmente apreensível, mas num de seus aspectos particulares, considerado em separado e enquanto ele é suscetível, como tal, de se encontrar realizado em outros objetos (DOMINGUES, 2004, p.1).

O autor lembra também das polaridades estabelecidas quando se pensa o ato de conhecimento: o sujeito e o objeto. A primeira encerra a instância pela qual há uma representação, isto é “a realidade humana enquanto ela é capaz de re-apreender a si mesma e de apreender a realidade na qual ela está imersa” (DOMINGUES, 2004, p.3).

A polaridade objeto compreende o conteúdo apreendido pelo conhecimento, ou seja, a realidade (no homem ou exterior a ele) enquanto conhecida. Para o autor, o problema do conhecimento se coloca no questionamento de como um fragmento do real pode se constituir em objeto para um sujeito. Neste sentido, a existência do conhecimento se atrela à necessidade de uma “mise en présence” (diante do sujeito), da interiorização da realidade conhecida, da produção desta realidade no terreno da consciência. Diante da impossibilidade de um objeto real se alojar diretamente no âmbito da vida subjetiva, o autor assinala a necessidade de que “intervenha uma **mediação**, que ele se torne presente por um intermediário”(DOMINGUES, 2004, p.4, grifo nosso).

No caso da percepção, a idéia de mediação é considerada do ponto de vista do efeito engendrado pelo objeto real nas terminações nervosas, ou o efeito conjugado em nível do sistema nervoso central, bem como a uma série de mecanismos/operações ligados a experiência perceptiva. No que tange à imaginação, a mediadora será a imagem e seu poder de evocar algo que representa. No conhecimento abstrato, de acordo com Domingues (2004), intervirá o conceito, entendido pelo autor como “uma

sorte de objeto inteligível inato ou formulado no espaço da consciência por um mecanismo apropriado de abstração” (DOMINGUES, 2004, p.2).

No âmbito da filosofia será, pois, pela dialética, que a mediação se desenvolverá como importante categoria para se pensar o movimento que constitui o real. Por esta vertente, desenvolvida sobretudo a partir de Hegel e posteriormente por Marx, a mediação será relacionada à articulação entre as partes de uma totalidade complexa, sendo a ela atribuída a responsabilidade pela capacidade da passagem entre o imediato e o mediato. Está, portanto, vinculada à idéia de processo e movimento que fundam a dialética.

3.2 Mediação: categoria dialética

A lógica dialética tem sua gênese nas idéias de Heráclito, pensador que acreditava no movimento, na mudança, na transitoriedade e na contrariedade. Sócrates também a utilizou no curso do desenvolvimento de sua filosofia a partir da consideração dos três momentos que constituem a elaboração do conhecimento: hipótese, designando a definição prévia e provisória do que se almeja conhecer; a ironia, interrogatório que conduz o interlocutor ao reconhecimento da ignorância do que intentava saber; e a maiêutica, arte de dar à luz as idéias adormecidas no espírito do interlocutor.

Para Platão, a dialética é o processo por meio do qual a alma ascende, por níveis, das aparências sensíveis às realidades inteligíveis. Por meio do verbo *dialeghestai*, cujo sentido etimológico remete a idéia de “diálogo” e “dialogar”, o filósofo assinalou a passagem do *logos* na comunicação entre dois interlocutores. A partir desta perspectiva, a dialética é entendida como:

um instrumento de busca da verdade, uma pedagogia científica do diálogo graças ao qual o aprendiz de filósofo utiliza sistematicamente o discurso para chegar à percepção das essências, isto é, à ordem da verdade (BRAGA, 2004, p.2).

Chauí (1985) indica que a dialética fornece a resposta para os questionamentos da filosofia platônica expostos no Mito da Caverna tais como: “como conhecer as essências, separando-as das aparências?” “Como sair do mundo da caverna que nos aprisiona no mundo das aparências?” (CHAUÍ, 1985, p.191).

Na filosofia idealista de Hegel, a dialética é a pedra angular. Partindo do princípio da identidade de opostos, ela compreende o movimento racional que permite a

superação de uma contradição, fundamentando-se, pois, nas unidades tese, antítese e síntese.

A tese pode ser apreendida como o momento da afirmação; a antítese como o momento da negação da afirmação, provocando uma tensão que gera a síntese, o último momento que corresponde à negação da negação, ou seja, o resultado da antítese anterior, no qual suspende a oposição entre a tese e a antítese.

Almeida¹², Arnoni e Oliveira (2006) destacam que:

como categoria filosófica, a mediação atinge seu pleno desenvolvimento em Hegel. Daí o seu caráter dialético, que a impede de ser entendida fora dessa perspectiva de análise, bem como de ser considerada como produto: ela é processo, pois funda-se na tensão e no movimento (ALMEIDA; ARNONI; OLIVEIRA, 2006, p.2).

Konder (1981), em sua explanação sobre a dialética, assinala que:

a experiência nos ensina que em todos os objetos com os quais lidamos existe uma dimensão imediata (que nós percebemos imediatamente) e existe uma dimensão mediata (que a gente vai descobrindo, construindo ou reconstruindo aos poucos) (KONDER, 1981, p. 48).

Para a filosofia hegeliana a mediação seria um momento da dialética em que o ser retornaria a si através da negação.

Enquanto Espírito o homem não é um imediato, mas essencialmente um ser que retorna a si. Este movimento de mediação é um momento essencial do Espírito. Sua atividade consiste em sair da imediatez, em negá-la e retornar assim, a si (HEGEL, 2008, p.78).

A dupla dimensão da experiência (imediata e mediata) é, para Hegel, fundamental para a compreensão do movimento dialético que constitui a realidade, esta vista pelo ponto de vista de sua totalidade¹³.

Guarady (1983) destaca no método hegeliano, a posição da mediação e a relação entre o mediato e o imediato.

Todo conhecimento real deve passar por três momentos: o do imediato ou do universal abstrato, depois o de sua negação, que é reflexão, *mediação*, e o da totalidade concreta, do universal concreto, isto é, do

¹² Almeida (2004; 2006; 2007) propõe uma metodologia pedagógica denominada “Metodologia da Mediação Dialética” (M.M.D.) cuja proposta central consiste na operacionalização do método dialético na sala de aula para uma interpretação crítica da realidade.

¹³ A totalidade é um conceito central na filosofia hegeliana e no método dialético marxista. Exprime um todo dinâmico, em constante desenvolvimento, em unidade de contrários, cujo conhecimento é um processo de conquistas de verdades relativas. Na filosofia materialista a categoria da totalidade concreta é, sobretudo, a resposta à pergunta: “que é a realidade”? (KOSIK, 1976, p.34) assim como um princípio metodológico.

resultado que conserva e contém nele o momento da negação, da reflexão, da *mediação*. Dizer que o método do conhecimento é dialético é dizer que não poderia existir conhecimento imediato. É negar somente a possibilidade de possuir a verdade por uma intuição sensível, direta, mas também de alcançar a verdade por um conceito isolado (GUARADY, 1983, p. 28).

Assim, o conhecimento mediato compreende um momento de ponderação ou negação acerca do conhecimento imediato, sendo responsável pela reflexão acerca das contradições¹⁴ que atravessam a realidade.

De acordo com Hegel, a relação entre o imediato (*Unmittelbar*) e a mediação (*Vermittlung*) provoca uma oposição lógica que deve ser conciliada. É por este motivo que Hegel assume, no desenvolvimento de sua lógica, o devir, unidade interposta entre o ser e o nada, e não o ser pura e simplesmente, como primeira manifestação concreta do absoluto. Para Santoro (2007) isto indica que a gênese da lógica hegeliana tem como pressuposição implícita uma teoria da mediação.

O movimento, por ser intermitente, não se configura por limites, princípio ou término. Contudo, isso não o caracteriza como desarranjado, pois a ordem se instaura através da negação mútua estabelecida entre os elementos da relação. Essa negação recíproca não consente que a mediação, pela perspectiva dialética, abarque “idéias que tenham por princípio a igualdade, a homogeneidade e o equilíbrio” (ALMEIDA; ARNONI; OLIVEIRA; 2006, p.2).

Assim, a mediação compreende uma força negativa que não apenas atrela o imediato ao mediato, mas também os afasta e os distingue.

A partir da negação, a mediação permite que o imediato seja superado no mediato, sem que o primeiro seja nulificado ou suprimido pelo segundo. Desse modo, o imediato faz-se presente no mediato e este se encontra presente naquele, o que implica que a mediação seja responsável pela reflexão mútua de um termo no outro.

De acordo com Almeida (2004) o mediato não supera o imediato, quem o faz é a mediação, assim, a força inerente à superação não se manifesta nos pólos da relação, o imediato e o mediato, ela é uma propriedade da *mediação*.

A passagem de uma coisa a outra ou de um estado a outro por meio da superação não suprime a coisa ou o estado superados, ao contrário, integra-os àqueles que os superaram. Eles não são suprimidos porque também contribuem no processo de superação. A *mediação* na qual se dá a superação, não é unilateral nem excludente, busca a totalidade e,

¹⁴ Na dialética a contradição é um princípio elementar do movimento pelo qual os seres e a realidade existem.

assim, combate a unilateralidade da parte sem excluí-la do todo e, ao mesmo tempo, sem diluí-la nele (ALMEIDA, 2002, p.3).

O autor lembra que a mediação é um predicado particular do ser humano, (compreendido como ser social), já que apenas o homem pode elevar-se ao plano do mediato e, assim, constituir relações de mediação com a natureza e com os outros homens.

Ao aprofundar a dialética em Hegel, criticando sua concepção idealista, e incorporar o postulado materialista de Feuerbach, Marx faz da dialética o método do materialismo histórico. O filósofo realiza a inversão da dialética, conferindo primazia aos conteúdos materiais ou históricos - as formas finitas da consciência - sobre as formas infinitas da mesma consciência.

Sua visão, que busca superar a dicotomia entre sujeito e objeto, fundamenta-se, pois, na consideração de que uma realidade socioeconômica, inscrita em um dado período histórico, se comporta como um todo articulado, perpassado por contradições específicas.

O materialismo histórico e dialético de Marx propõe um método de conhecimento da realidade que coloca a mediação como categoria importante nas relações de polaridade ou contradição, tanto entre categorias, quanto entre as polaridades internas de cada categoria.

Como mostram Bergamo e Bernardes (2006), tem-se esquematicamente, os seguintes momentos de constituição de mediações:

a) A identificação de pólos opostos: $A=B$.

b) A mediação imediata de pólos opostos: A é o meio imediato de desenvolvimento de B e reciprocamente (primeira negação já que A se nega ao desenvolver B e reciprocamente). Nessa unidade indissolúvel dos contrários, a ação do negativo é interna, o que se diferencia da mera oposição.

c) Os pólos diferenciam-se por constituírem-se como qualitativamente distintos. Desse modo a relação entre ambos pressupõe um “termo médio” que estabelece outra relação de mediação. Do ponto de vista lógico é que aparece a necessidade de um terceiro termo para estabelecer relação entre pólos qualitativamente irreduzíveis (essa relação implica uma segunda negação em que A se determina pela negação de B e reciprocamente). Tem-se aqui a oposição externa do negativo.

d) Ação interna e oposição externa do negativo caracterizam uma contradição, que se resolve num momento novo de uma unidade elevada a um nível mais alto, que incorpora e supera a unidade anterior.

Além de apreender a mediação como articulações entre as polaridades, uma formulação elaborada “pela razão de forma lógica a fim de possibilitar a apreensão do movimento do real” (BRAGA, 2004, p.4), a dialética marxista também a entende como uma categoria ontológica, portanto, na composição do ser social.

Marx apontou o trabalho como o mediador entre homem e natureza, identificando na atividade produtiva do “ser natural automeiado”, a condição vital da autoconstituição humana (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 264).

Para ele é a partir da mediação pela atividade sensível, da atuação transformadora no mundo material, que o homem se exterioriza e produz o seu mundo. Assim, a objetividade e a exterioridade são mostradas pela relação entre homem e natureza.

Marx concebe a natureza como: a) um todo coerente em que os fenômenos se condicionam reciprocamente; b) um estado de mudança e de movimento; c) o lugar onde o processo de crescimento das mudanças quantitativas gera, por acumulação e por saltos, mutações de ordem qualitativa; d) como a sede das contradições internas, seus fenômenos, tendo um lado positivo e o outro negativo, um passado e um futuro, o que provoca a luta das tendências contrárias, gerando o progresso (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996).

O trabalho compreende o momento em que o “homem natural” é transposto para o “homem social”, sem, contudo, denegar seu fulcro natural. Marx não compreende o trabalho limitando-o como atividade puramente natural, física e biológica. De acordo com o filósofo alemão, ao alterar a natureza por meio do trabalho, o homem produz subjetividade e objetividade próprias a ele. Objetividade e subjetividade são, portanto, dimensões produzidas, também, no processo de trabalho.

A partir do trabalho, a naturalidade humana torna-se cada vez mais suplantada. Tanto sua objetividade quanto sua subjetividade aparecem como frutos dos produtos históricos e humanos do ser social. Mas a relação com a natureza nunca esvaece. A relação entre indivíduos é possibilitada pela relação destes com a natureza. A natureza não é suprimida pela sociabilidade humana (BRITO, 2009, p. 2).

Na realização do trabalho o homem procede também à criação de instrumentos, considerados elementos mediadores, pois, além de serem ferramentas, são objetos

sociais que trazem intrínseca a função e o modo de utilização para os quais foram criados.

Para o filósofo húngaro marxista contemporâneo, István Mészáros (1981), a *mediação* do homem com a natureza e com os outros homens conforma-se em *automediação*.

A relação entre o homem e a natureza é ‘automedidora’ num duplo sentido. Primeiro, porque é a natureza que propicia a *mediação* entre si mesma e o homem; segundo, porque a própria atividade mediadora é apenas um atributo do homem, localizado numa parte específica da natureza. Assim, na atividade produtiva, sob o primeiro desses dois aspectos ontológicos a natureza faz a *mediação* entre si mesma e a natureza; e, sob o segundo aspecto ontológico - em virtude do fato de ser a atividade produtiva inerentemente social - o homem faz a *mediação* entre si mesmo e os demais homens. (MÉSZÁROS, 1981, p. 77-78).

Por esta perspectiva a *automediação* não elimina o homem da natureza, mas o diferencia dela. Estando circunscrito numa parte específica da natureza, o homem é capaz de intervir na mesma, decorrendo daí sua auto-transformação. Assim, é a natureza quem possibilita a mediação entre si mesma e o homem, já que o homem é também natureza e porque ela oferece as condições para que o ser humano a altere.

Esta é a primeira dimensão da *automediação* sublinhada por Mészáros (1981). A segunda, diz respeito à *mediação* entre os homens, que se cumpre através da atividade produtiva, enquanto o modo pelo qual o ser humano transforma a natureza. Já que os homens não se apartam da natureza, as relações entre eles não podem se desenrolar fora dela.

De acordo com Rambaldi (1989) a mediação, tendo como fundamento a natureza e a história, se explicita melhor nas relações intersubjetivas. Para ele “o homem como indivíduo só adquire um significado real após um desenvolvimento milenário de mediações e o seu pressuposto real é o de ser sempre membro de uma comunidade” (RAMBALDI, 1989, p.145).

A escola marxista fez inúmeros seguidores em distintos campos de conhecimento, onde foram postos a operar o sistema conceitual da dialética marxista, no qual se inclui a categoria “mediação” que ganhou novos delineamentos. É o que se pode vislumbrar nos estudos da psicologia.

3.3 A mediação na Psicologia

A mediação aparece no domínio da Psicologia designando o elemento-chave da relação do homem com o mundo e dos indivíduos entre si.

Tendo como expoente os trabalhos de Vygotsky, esta perspectiva concebe o conceito de mediação como fundamental para a compreensão do desenvolvimento humano que se pauta nas relações mediadas entre os sujeitos e a realidade.

Para o psicólogo, toda experiência humana se estabelece, antes, como uma experiência mediada, já que:

os mecanismos de percepção humana, desde os primeiros estágios do desenvolvimento infantil, estão determinados não exclusivamente pelo sistema sensorial natural, responsável pela captação de sons, cheiros, imagens exteriores, mas, ao contrário, por um complexo sistema de representações construído culturalmente, que atua nos processos de significação do universo concreto e, neste sentido, a humanização dos sujeitos é processo de reconstituição social do que foi adquirido e acumulado pela espécie (PINO SIRGADO, 1999, p.13 apud FARIA, 2000, p.67).

Segundo esta perspectiva, o fenômeno psicológico só existe por meio das mediações, não podendo se situar, pois, na ordem do imediato. Isto porque, baseado nas idéias marxistas que colocam o desenvolvimento humano como resultante do trabalho, o psicólogo compreende as funções mentais- memória, percepção e pensamento- como produzidas na sua conexão com o meio sociocultural, relação esta, mediada por signos. Assim, a mediação em Vygotsky está fundamentada no materialismo dialético e na consideração do caráter mediador dos instrumentos no âmbito do trabalho. Sobre isso pontua-nos Coutinho (1997):

a partir da constatação de que os instrumentos ou ferramentas são mediadores, orientados externamente para regular a ação do homem frente a natureza, Vygotsky estende este conceito mediacional para os signos (como por exemplo, a palavra machado), que passam a ser considerados instrumentos psicológicos ou mediadores internos para a interação entre o psiquismo das pessoas (COUTINHO, 1997; p.7).

Esta teoria assinala que o desenvolvimento infantil abarca duas dimensões distintas em sua origem: processos psicológicos elementares, de origem biológica, genética, maturacional e processos psicológicos superiores, de origem sociocultural os quais são mediados por signos. Por esta perspectiva, no decurso do desenvolvimento, as atividades mediadas passam a sobrelevar-se, se comparadas com a quantidade de

atividades procedentes do capital genético, do maturacional e dos reflexos (COUTINHO, 1997).

A existência dos sistemas simbólicos, sobretudo da linguagem, foi destacada por Vygotsky como mediadora elementar na elaboração da consciência humana, já que estabelece a mediação dos processos, funções e sistemas psicológicos. Neste sentido, a linguagem é vista mesmo como uma constituinte do sujeito, sendo este, forjado nas contexturas das significações culturais construídas socialmente.

O sistema de signos, estes elaborados por meio de diferentes arranjos da linguagem, conserva cristalizadas as marcas da cultura de uma sociedade. Assim:

enquanto no desenvolvimento filogenético dos homínidos as conquistas se consolidam na organização biológica através do código genético, no homem (após a constituição do *homo sapiens*) as conquistas se consolidam na cultura material dos instrumentos e na cultura dos signos: daí a necessidade da interação e da comunicação mediacional entre as gerações e entre as pessoas, para haver transmissão do acervo do patrimônio cultural da sociedade (COUTINHO, 1997, p.12).

Contemplando a relação entre sujeitos por meio de um componente terceiro - o elemento semiótico, aquele que se configura como mediação e que dialeticamente constitui a relação - o psicólogo formula o construto *mediação semiótica*, o qual supõe uma “intervenção de signos na relação do homem com o psiquismo dos outros homens” (COUTINHO, 1997, p.9).

Cara à psicologia de Vygotsky, a noção de “mediação semiótica” figura como elo articulador com os demais conceitos tais como internalização, objetivação, desenvolvimento proximal, pensamento e linguagem.

Ao apresentar-se como ponto nodal da relação eu - outro, a mediação se coloca no cerne da intersubjetividade. Ela se apresenta como processo, compreendendo a própria relação, não se configurando, pois, como algo que se interpõe ou como elemento situado entre dois termos que se relacionam.

De acordo com Molon (2000), rastrear o conceito de mediação na obra acessível de Vygotsky, buscando uma definição para o mesmo, é uma empreitada bastante difícil, já que a mediação não encerra um conceito, e sim:

um pressuposto norteador de todo o seu arcabouço teórico-metodológico. É um pressuposto que se objetiva no conceito de conversão, superação, relação constitutiva Eu-Outro, intersubjetividade, subjetividade, etc (MOLON, 2000, p.4).

A mediação é alocada, então, no âmbito do processo de desenvolvimento humano e cognitivo, no cerne da aprendizagem, em que o signo será indispensável para o desenvolvimento das funções psicológicas. A mediação, por esta abordagem, ainda mantém seus contornos de categoria dialética, denotando a transformação e o movimento, a partir da presença de um terceiro elemento: o signo social.

A presença de um terceiro elemento que se interpõe nas relações também será o eixo para outro emprego da mediação, bastante distinto, feito pelas Ciências Jurídicas.

3.4 Mediação e Ciências jurídicas

Do ponto de vista jurídico, a mediação aponta para a solução de conflitos entre duas partes em disputa. Diferente da negociação, na qual o interveniente representa o interesse de uma das partes, a mediação jurídica pressupõe a existência de um intermediário neutro e imparcial para a equação da controvérsia em pauta.

Pompeu (2006) assim caracteriza a mediação no campo jurídico:

a mediação delinea-se como um processo de solução de conflitos, por meio do qual os envolvidos dispõem do auxílio de um interventor, mas que atua de maneira interativa, promovendo a prática discursiva, sempre com vistas a preservar e promover a autonomia das partes (POMPEU, 2006, p.26).

Dessa forma, a mediação compreende um mecanismo cujo um dos objetivos basais seria a prevenção da litigiosidade e a pacificação social, por meio do exercício do diálogo entre as partes envolvidas.

Tal prática não adversarial de resolução de conflitos tem emergido na atualidade como via alternativa ao procedimento estatal judicializado, sobretudo porque envolve a possibilidade de, por meio de um diálogo pacífico, buscar-se um consenso para o enfrentamento conflitual.

Desde 550 a.C. a presença de um terceiro elemento para encaminhar a dissolução de conflitos era comum nas sociedades orientais reguladas por princípios religiosos, dentre os quais se incluía a ética conciliatória.

Da forma como é encaminhada hoje, a mediação teve seu desenvolvimento a partir da segunda metade do século XX, nos Estados Unidos e no Brasil a partir de 1990.

Sousa (2005) define a mediação no campo das ciências jurídicas como um “método consensual de solução de conflitos, que visa à facilitação do diálogo entre as

partes, para que melhor administrem seus problemas e consigam, por si só, alcançar uma solução” (SOUSA, 2005, p.56).

De acordo com a autora, a mediação é indicada para os dissensos provenientes de conflitos estabelecidos em relações continuadas ou cuja continuação seja importante, como as relações familiares, empresariais, trabalhistas ou de vizinhança, porque permitirá o seu restabelecimento.

O mediador deve ser um terceiro imparcial, provido de competência técnica¹⁵ e eleito pelas partes. Sua principal atribuição será facilitar o diálogo entre as partes envolvidas na disputa, dirigindo questionamentos a elas. Cabe a ele também o reconhecimento dos reais interesses envolvidos na desavença.

Segundo Sousa (2005) tal método de coordenar a mediação, por intercessão da escuta e do questionamento que levem as partes a refletirem sobre o caso, tem como pilares teóricos o método socrático de busca da verdade, a maiêutica.

O diálogo é o fundamento desse método, em que o conhecimento é extraído do interior da mente pela própria pessoa, a partir de um questionamento bem conduzido, que a encaminhe à essência do que se quer saber (SOUSA, 2005, p.58).

Para ser considerada bem sucedida uma mediação não deve, necessariamente, culminar em acordo entre as partes. Basta que a comunicação tenha sido facilitada para que um ato mediador logre êxito.

3.5 Mediação e cultura

A Antropologia estuda a mediação e, especificamente os mediadores, como modo de perceber a natureza e os domínios das interações entre categoriais sociais e níveis culturais distintos.

Esta perspectiva coloca em destaque a interação social dando ênfase à natureza simbólica da cultura e ao trânsito de distintos códigos culturais entre grupos sociais, o que estabelece uma possibilidade de articulação entre diferenças sociais (MORAES, 2001). Desse modo, os estudos sobre mediação cultural na Antropologia são considerados como processos de comunicação cultural - entendidos em sentido amplo -

¹⁵ De acordo com Sousa (2005) a competência técnica diz respeito à capacitação do mediador, que envolve o conhecimento básico de psicologia, sociologia, técnicas de escuta e comunicação, formas de manejo dos conflitos, dentre outros.

que abarcam a interpretação e a tradução entre códigos, mundos, visões e estilos de vida (VELHO; KUSCHINIR, 2001).

Com relação à mediação como articuladora de diferenças, Velho (2001) nos lembra que:

é preciso ressaltar que as diferenças podem estar, e constantemente estão, associadas a relações de poder e ao mundo da política nos seus termos mais amplos. O conflito é também uma possibilidade permanente entre atores diferenciados. A interação não é sinônimo de relação pacífica e harmoniosa, pois a própria diferença implica possibilidade de contradição (VELHO, 2001, p.9).

Duarte (2001) nota que o tema da mediação é na Antropologia e nas Ciências Sociais um dos mais críticos, já que ele expressa relação, conexão, vínculo, tanto no sentido cultural como no social.

De tal modo, o que se observa nos trabalhos antropológicos que se dedicam a descortinar os trâmites da mediação cultural é uma reconstituição permanente da divisão produzida pela cultura moderna ocidental que polarizou urbano e rural, erudito e popular, asfalto e favela, grande e pequena tradição (DUARTE, 2001).

Entendida também pelo prisma da aproximação de sujeitos a produtos e artefatos culturais, como obras de arte, livros, exposições e espetáculos, a mediação cultural é abordada como uma atividade processual que possibilita o encontro e o acesso aos mesmos.

O trabalho de aproximação tem como figura-chave o mediador, responsável por promover a ligação entre instâncias oficiais de produção de bens culturais e o público, fornecendo a este último os códigos que permitam o acesso e a apropriação das produções culturais.

Para Teixeira Coelho (1999) mediação cultural pode ser definida como:

processos de diferentes naturezas cuja meta é promover a aproximação entre indivíduos ou coletividade e obras de cultura e arte. Essa aproximação é feita com o objetivo de facilitar a compreensão da obra, seu conhecimento sensível e intelectual – com o que se desenvolvem apreciadores ou espectadores, na busca de formação de públicos para a cultura – ou de iniciar esses indivíduos e coletividades na prática efetiva de uma determinada atividade cultural (COELHO, 1999, p. 248).

De acordo com ele, podem desempenhar papel de mediadores culturais: orientadores de oficinas culturais, monitores de exposição de arte, animadores culturais,

museólogos, curadores, profissionais das diversas áreas que constituem um centro cultural, bibliotecários de bibliotecas públicas, arquivistas e guias turísticos.

Lamizet (1999) propõe um entendimento da mediação cultural situando-a na ordem de representação do espaço social. Assim, de acordo com o autor:

a mediação representa o imperativo social essencial da dialética entre o singular e o coletivo, e da sua representação em formas simbólicas. A sociedade pode existir apenas se cada um dos seus membros tem consciência de uma relação dialética necessária entre a sua própria existência e a existência da comunidade: é o sentido da mediação que constitui as formas culturais de pertença e de sociabilidade dando-lhes uma linguagem e dando-lhes as formas e os usos pelos quais os atores da sociabilidade apropriam-se dos objetos constitutivos da cultura que funda simbolicamente as estruturas políticas e institucionais do contrato social (LAMIZET, 1998, p. 9).

Por esta ótica, as mediações ocorrem no espaço público, um espaço que promove a dialética entre as formas coletivas e as representações singulares. “O espaço público é, por definição o lugar da mediação cultural” (LAMIZET, 1998, p.9).

Caune (2000) parte do entendimento da mediação cultural considerando que a mediação indaga sobre as relações entre os membros de uma coletividade e o mundo que eles constroem. Para ele:

no entre- dois da intenção da ação e de sua realização, na margem entre começo e fim, na tensão entre o antes e o depois, no vazio das coisas que não são mais e aquelas que ainda não são, na distância entre si e o mundo, se insere a ação e a história humanas. O conjunto desses temas ata a problemática da mediação e de sua criação (CAUNE, 2000, p.3).

O autor situa a mediação cultural por meios de conceitos da lingüística, alocando-a na ordem da produção de sentido, processo que se dá pelas dinâmicas da linguagem, no seio das experiências compartilhadas que possibilitam, por exemplo, as obras de arte.

Para ele o conceito de mediação deve ser concebido ao relacionar um eixo horizontal, o das relações interpessoais, e um eixo vertical, aquele de um sentido transcendental que orienta as relações longas. Isto é, “a mediação, como projeto social, não pode se contentar de forjar ligações efêmeras, ela deve também participar da produção de um sentido que leva à coletividade” (CAUNE, 2000, p.2).

O autor assinala ainda que uma das ambigüidades da noção de mediação são três aproximações recorrentes ao termo que, freqüentemente, se sobrepõem e acabam por se confundir.

A primeira consiste nos usos sócio-políticos do termo e se manifesta nos discursos funcionais. “A mediação se apresenta como meio destinado a interromper as sobrevivências herdadas de uma organização congelada no seu passado”¹⁶ (CAUNE, 2000, p.2). Desse modo ela valeria como representação que usa ferramentas de expressão e apoios de comunicação, permitindo aos “importantes” fazer circular sua visão de mundo e de acolher, eventualmente, a opinião daqueles que se trata de convencer e de seduzir (CAUNE, 2000).

Por esta perspectiva, a mediação atuaria com uma função ideológica: “ela aparece como um meio ao qual se dá a instituição (jurídica, política ou cultural) para “manter o contato com seus administrados e impor representações e relações sociais” (CAUNE, 1999, p. 2). O autor ressalta que freqüentemente, a mediação do discurso dos dirigentes se desenvolve pelo viés das mídias: “a midiatização é então o dispositivo social e técnico pelo qual os cidadãos são visados no espaço publico” (CAUNE, 2000, p.2).

A segunda aproximação ao termo é de ordem teórica: implica em estabelecer a gênese da noção e de escolher os pontos de vista, pego emprestados das ciências sociais e humanas, e que transformam esta noção do sentido comum em um instrumento de pensamento, ou seja, um conceito. A mediação, nesta perspectiva, é vista “como um fenômeno que permite compreender a difusão de formas de linguagens ou simbólicas, no espaço e no tempo, para produzir um significado dividido em uma comunidade” (CAUNE, 2000, p.2).

A terceira noção pode ser examinada como um conjunto de práticas sociais que se desenvolvem em áreas institucionais diferentes e que visam construir um espaço determinado e legitimado pelas relações que se manifestam nele. Assim, instituições como a escola, as mídias ou as empresas culturais podem ser analisadas em função das relações interpessoais que elas legitimam.

De acordo com Costa (2009) no transcurso histórico da produção e recepção de objetos culturais, a idéia de mediador tendeu a designar o conjunto de intermediários pelos quais as obras ou objetos poderiam se tornar conhecidos, compreendidos e recebidos. Os mediadores atuariam desse modo, na circulação do sistema cultural que,

¹⁶ Agradeço aqui à professora Maria Aparecida Moura que gentilmente colaborou com a tradução e compreensão desta passagem.

ao ser complexificado, sofre uma acentuada distinção e especialização¹⁷. Este imbricado sistema passa a exigir um mediador que dê conta das burocracias e responsabilidades atinentes ao alargado processo de produção de bens culturais. Fertiliza-se aí a idéia de mediador, produtor, agente, diretor, engenheiro e empresário cultural.

Reitera-se neste processo a noção de mediação como o exercício destinado a promoção do acesso. “A mediação cultural agrupa o conjunto das ações que visam reduzir a distância entre a obra, o objeto de arte ou de cultura, os públicos e as populações” (BEILLEROT, 2000, p. 679 apud COSTA, 2009, p.5).

Há nesta proposição, segundo Costa (2009), uma indefinição acerca da posição intermediária ocupada pelo mediador:

podemos entender esse mediador como aquele profissional que na cadeia produtiva da cultura trabalha com diversas linguagens, sabendo dialogar com as fontes de financiamento, os artistas e os públicos, para que tenhamos algum movimento na área cultural. De fato, essa figura faria uma mediação por estar envolta de diversos atores diferentes que de algum modo precisam entrar em comunhão num momento (COSTA, 2009, p.5).

O mediador designa ora o agente que coloca em relação diferentes públicos com certa instituição museal, ora o processo de análise e organização de conteúdo das exposições. Assim, a mediação cultural e o trabalho dos mediadores são entendidos pelo viés da ajuda, acompanhamento e intermediação (COSTA, 2009).

Esta perspectiva levanta inúmeros questionamentos, dirigidos tanto para a natureza da mediação e para a prática que ela encaminha, quanto para o lugar onde ela se efetiva e onde se insere o mediador.

Isto porque alguns críticos enxergam nesta concepção um caráter pedagógico positivista, no sentido de que o mediador é o disseminador de saberes legitimados institucionalmente e encaminha a mediação orientado-a em uma perspectiva linear emissor/mensagem/receptor.

Como contraponto a este sentido, os Estudos Culturais (*Cultural Studies*) ingleses serão um marco para se repensar os processos de mediação cultural.

Em 1964 Richard Hoggart, E. P. Thompson e Raymond Williams fundaram, na Inglaterra, o Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, ligado à Universidade de Birmingham que, orientado por uma perspectiva marxista, sobretudo gramsciana e althusseriana, buscou reformular as relações entre cultura popular, hegemonia,

¹⁷ Para o autor esta distinção e especialização são reflexos do processo de complexidade das relações humanas e produtivas que culminou em uma maior divisão social do trabalho.

ideologia, identidade, representações étnicas e de gênero e os meios de comunicação em massa.

O estudo de Hall “Codificação/Decodificação”¹⁸ é emblemático desta perspectiva crítica, por indicar a multirreferencialidade, a contingência e a contextualidade dos significados das mensagens atinentes aos atos de leitura, de interpretação e de fruição cultural.

Para este autor o processo comunicativo (em que se incluem aparatos, relações e práticas de produção cultural) se realiza por meio de veículos simbólicos constituídos no cerne das regras de linguagem, que circulam através da forma discursiva, formulando um complexo circuito que envolve a produção, circulação, distribuição/consumo e reprodução de significados.

Por este viés, os textos, as representações e os discursos se concatenariam a mapas de significados que concedem aos indivíduos a interpretação, o conhecimento, a contestação e a ação no mundo social.

A decodificação de certo discurso, não se determinaria na codificação, sendo perpassada por diferentes elementos, como a posição hegemônica e o código negociado.

A posição hegemônica assinala que a apropriação do sentido conotado (em termos do referencial no qual ele foi codificado) por um indivíduo indica que o mesmo opera dentro do código dominante, potencializando a reprodução das relações hegemônicas e ideológicas.¹⁹

As definições dominantes ou hegemônicas:

conectam eventos, implicitamente ou explicitamente, a grandes totalidades, às grandes visões de mundo [...]. Elas assumem “perspectivas globais sobre as questões, associam os acontecimentos ao “interesse nacional” ou a geopolítica, mesmo que essas relações sejam estabelecidas de maneira truncada, invertida ou mistificada. A definição de um ponto de vista hegemônico é: (a) que define dentro de seus termos o horizonte mental, o universo de significados possíveis e de todo um setor de relações em uma sociedade ou cultura; e (b) que carrega consigo o selo da legitimidade - parece coincidir com o que é “natural”, “inevitável” ou “óbvio” a respeito da ordem social (HALL, 2003, p.401).

A decodificação, no vértice da visão negociada, abarca uma combinação de elementos de adaptação e oposição: reconhece a legitimidade das definições hegemônicas para produzir as grandes significações, ao passo que, em nível mais

¹⁸ Publicado originalmente em 1980

¹⁹ Neste ponto o autor não descarta, contudo, a existência de conflitos, contradições e mal entendidos entre as significações dominantes e seus agenciamentos significativos.

restrito, situacional, faz suas próprias regras, funcionando como exceções à outras existentes (HALL, 2003).

Para ele, os códigos negociados operam “através do que podemos chamar de lógicas específicas ou localizadas: [...] lógicas sustentadas por sua relação diferencial e desigual com os discursos e as lógicas de poder” (HALL, 2003, p.402).

A perspectiva dos Estudos Culturais influenciará sobremaneira o desenvolvimento do conceito de mediação na Ciência da Comunicação, empregado largamente no âmbito dos estudos de recepção latino-americanos.

3.6 Ciência da Comunicação

A Comunicação é, certamente, um dos campos onde o conceito de mediação encontrou terreno mais fértil para se desenvolver, seja do ponto de vista teórico ou metodológico, ainda que não se tenha estabelecido consenso sobre sua natureza, aplicações e significados.

Quem primeiro referiu-se às mediações no campo da Comunicação foi Manuel Martín-Serrano, professor da Faculdade de Ciências da Informação da Universidad Complutense de Madrid que, em 1977, propôs uma “teoria da mediação social” no âmbito da comunicação, em contrapartida ao funcionalismo e utilitarismo de origem norte-americano que dominava o campo de estudos da área.

De acordo com Martín Serrano, o paradigma da mediação é “adecuado para estudiar todas aquellas prácticas, sean o no comunicativas, en las que la conciencia, las conductas y los bienes entran en procesos de interdependencia” (MARTÍN SERRANO, 2004, p. 22).

Para o autor, a dupla lógica da racionalidade da ação social que atravessa a prática (atores podem levar em conta a necessidade para a comunidade de uma ação a longo prazo -necessidade histórica-, ou podem optar por protegerem os seus objetivos privados ou institucionais -uso funcional.) tornou premente a criação de programas mediadores, dentre os quais a comunicação pública (MARTÍN SERRANO, 2004).

De um ponto de vista racionalista e sistêmico, Martín Serrano (2004) indicará que as mediações vão além dos meios de comunicação, sendo responsáveis por produzirem modelos de ajuste que operam com recursos, práticas e visam resolver as dissonâncias geradas pelo conflito entre inovações e normas culturais.

Desse modo, para ele, em uma sociedade que se define em crise, o controle social é exercido como um ajuste técnico, cuja função é produzir instituições mediadoras, (por exemplo, a mística do desenvolvimento) e objetos de mediação (tranqüilizantes, por exemplo) para restabelecer o equilíbrio no estado de deficiência permanente. Quando a sociedade não pode resolver o conflito - eliminando um dos fatores de contradição, já que ambos são essenciais a um sistema-, impõe-se que as instituições mediadoras, dentre elas os meios de comunicação, propaguem um modelo lógico para interpretar e integrar a contradição, ou seja, que ponham em ordem, a nível formal, a desordem existente no nível real, de maneira que a própria contradição sirva a reprodução social e a totalidade da ordem social não seja questionada (MARTIN SERRANO, 1978 apud GÁMEZ TORRES, 2007).

Assim, todas as instituições normativas que têm em comum um modelo de ordem podem ser consideradas mediadoras dos processos sociais, o que faz com que a análise da mediação social seja extensiva a instituições como:

La clase social, como un instrumento de mediación entre la estructura de producción y las relaciones de producción. La política, como instrumento de mediación entre los recursos y las aspiraciones. La educación, desde un cierto punto de vista, como instrumento de mediación entre los recursos y los comportamientos. La psicoterapia psicoanalítica, como instrumento de mediación entre los instintos y la socialización” (MARTÍN SERRANO, 2004, p.50).

Focando sua teoria nos meios de comunicação, Martin-Serrano parte da proposição de que os mesmos atuam de modo a afetar os processos cognitivos das audiências, já que oferecem junto dos relatos de acontecimentos, modelos de representação do que acontece e como estes devem ser lidos (BERGER, 2008).

Estas tarefas comunicativas encerram, para ele, operações de mediação, às quais o autor distinguiu em mediação cognitiva e mediação estrutural.

A primeira, mediação cognitiva, atua sobre os relatos e notícias fornecidas pelos meios de comunicação, oferecendo às audiências modelos de representação do mundo. Esta mediação é fundamentalmente ideológica, sendo por meio da mesma que os meios de comunicação definem o que é importante, relevante e oportuno que a sociedade conheça.

A mediação estrutural designa os modelos de produção de relatos, sendo a instância onde a mediação cognitiva adquire visibilidade. Está relacionada com as características intrínsecas, através das quais se apresenta aquilo que é selecionado.

A mediação é trazida ao debate da Comunicação na América Latina quando a cultura passa a ser considerada um importante operador conceitual e analítico para se entender a relação dos receptores com o meio, no âmbito dos estudos de recepção²⁰.

O entrelaçamento entre cultura e comunicação já havia estado presente na problemática das indústrias culturais e seu papel da constituição da identidade contemporânea, elaborada pelos autores da Escola de Frankfurt. Por esta vertente os meios de comunicação eram tratados:

alheios à cultura, ou pior, como prejudiciais a ela, sendo combatidos tanto pelos que defendiam a sobrevivência da cultura popular, quanto pelos que defendiam a distinção da cultura culta, ambas em seus redutos particulares, ameaçados pela dissolução massiva (JACKS, 1999, p.30).

Autores como Jesús Martín-Barbero e Guillermo Orozco Gómez se afastarão desta concepção, demonstrando os limites inerentes à mesma, a partir do entendimento da cultura de um ponto de vista ampliado, compartilhando preocupações dos Estudos Culturais ingleses.

No nível teórico macro essa perspectiva fia-se à discussão sobre a falência de determinadas correntes de pensamento atreladas a paradigmas que vislumbram os processos da cultura e da comunicação de forma globalizante, desconsiderando o âmbito micro no qual as relações se efetivam²¹.

Contemplando a cultura, de modo geral, como elementos que compõem um sistema de significados amplo e compartilhado, a mídia passará a ser vista por esta corrente como instância constitutiva das práticas sociais. Assim ela encerrará: uma esfera de concretização de interesses mercantis, um espaço modulador de hábitos de vida pautados nas dinâmicas do consumo, uma instância de recomposição da memória cultural.

Assim, os novos enfoques preterem a leitura ideológica, a concepção instrumental da linguagem, a idéia de dominação e de reprodução mecânica do social, a

²⁰ São recentes os estudos de recepção na América Latina. Eles surgem no início dos nos 80, no âmbito de um forte movimento teórico crítico que “procurava fazer uma reflexão alternativa sobre a comunicação e a cultura de massas através da perspectiva gramsciana, reflexão alternativa às análises funcionalistas, semióticas e frankfurtianas predominantes até então” (LOPES, 1999, p.2). De acordo com a autora, é, sobretudo, no cerne da temática das culturas populares que uma teoria complexa e multifacetada da recepção começou a ser desenvolvida, tendo como bases de reflexão o deslocamento dos meios às mediações (Martín Barbero, 1987) e os processos de hibridização cultural (García Canclini, 1990).

²¹ De acordo com Jacks (1999) essa crise originou-se na insuficiência dos instrumentais para analisar e entender a sociedade contemporânea e nas mudanças bruscas que se operavam no final de milênio.

objetividade e a racionalidade únicas, dentre outras concepções que vinham sendo usadas nos estudos de cultura e comunicação (JACKS, 1999).

Martín-Barbero (1995) apresenta uma perspectiva teórico-metodológica que incide luz sobre os modos pelos quais as pessoas se relacionam com os meios e processos comunicacionais. Para ele, essa nova visão significa realocar os problemas de comunicação em outro campo, o dos processos socioculturais. A partir de então, propõe o estudo dos fenômenos de comunicação através das mediações.

O autor efetua um deslocamento conceitual que transita “dos meios às mediações”. Conforme pontua: “o eixo do debate deve se deslocar dos meios para as mediações, isto é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade das matrizes culturais” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 258). Isto porque para ele, a comunicação:

se tornou para nós questão de mediações mais do que meios, questão de cultura e, portanto, não só de conhecimentos mas de reconhecimento. Um reconhecimento que foi, de início, operação de deslocamento metodológico para re-ver o processo inteiro da comunicação a partir de seu outro lado, o da recepção, o das resistências que aí têm seu lugar, o da apropriação a partir de seus usos. Porém num segundo momento, tal reconhecimento está se transformando, justamente para que aquele deslocamento não fique em mera reação ou passageira mudança teórica, em reconhecimento da história: reapropriação histórica do tempo da modernidade latino-americana e seu descompasso encontrando uma brecha no embuste lógico com que a homogeneização capitalista parece esgotar a realidade do atual (MARTÍN-BARBERO, 1997, p.19).

Decorre deste deslocamento uma aproximação radical entre cultura e comunicação, possibilitando redefinições teóricas, metodológicas e políticas.

Os apontamentos do autor estão calcados na concepção de que, nos espaços da comunicação, (esta concebida como uma instância ampla que não se reduz à transmissão de informações ou ao ato da fala), entre estímulo e retorno, há um denso amálgama de crenças, valores, aspirações, temores e costumes, que formulados cotidianamente, se conformam em cultura.

Em seu conceito de mediação, entendido de modo geral como “o lugar de onde se outorga sentido à comunicação”, Martín-Barbero (1997) sistematizou três componentes ou dimensões da prática comunicativa: a socialidade, a ritualidade e a tecnicidade.

Por socialidade, o autor entende o que, na sociedade, transcende a simples ordem de racionalidade institucional e compreende as negociações cotidianas das pessoas e grupos com o poder institucional. Ou seja, uma dimensão que impregna e define as estratégias por uma apropriação/transformação da ordem social e assim pode ser correlacionada ao seu contexto empírico e analítico, na aplicação que se faz do conceito de mediação.

A ritualidade pode ser comparada, de alguma forma, ao *habitus* de Bourdieu²², uma vez que expressa as práticas rotineiras incorporadas pelas pessoas e grupos, que jogam um papel importante na reprodução das instituições e suas regras, não descartando, pois, a possibilidade de uma ação criativa sobre as rotinas. Esta dimensão estará presente nas estratégias de manutenção da ordem discursiva dominante, sempre em articulação tensa com a dimensão anterior, voltada para a transformação.

A tecnicidade diz respeito ao modo como cada um organiza sua percepção dos meios de comunicação, compreendidos como uma combinação de tecnologia e discurso. Neste processo, os gêneros discursivos adquirem importância como fatores de mediação. Assim entendida, a tecnicidade se expressa fortemente na necessidade de domínio dos gêneros discursivos próprios dos discursos em confronto nas relações interétnicas.

De modo semelhante, ele assinalou a existência de três lugares fundamentais para a operação das mediações: a cotidianidade familiar, a temporalidade social e a competência cultural.

O cotidiano se apresenta como espaço importante para pensar a recepção e a captação do real, já que compreende um *locus* privilegiado de produções simbólicas. A temporalidade social alude a especificidade do tempo do cotidiano, contrariamente ao tempo produtivo e a competência cultural.

Para Martín-Barbero (1997) a mediação refere-se às construções culturais, às ressignificações do sujeito no contexto dos meios de comunicação de massa, ou dos meios de comunicação interativos, integrando uma comunidade simbólica e tomando decisões negociadas, também simbolicamente, com esses meios de comunicação.

Nesta perspectiva, o receptor, antes tomado como consumidor passivo dos produtos culturais de massa e alienado do processo de produção de sentido, alcança o

²² Notas de aula. Professor Valdir de Castro Oliveira.

estatuto de produtor, no entendimento de que elabora outros e diversos sentidos para o que é emitido.

É o que nos ratifica Jacks (1999):

tem-se assim dois sujeitos, o emissor e o receptor, e nesta relação entre eles, que não é direta, aparece o papel das mediações, elementos que compõem a urdidura na qual a trama cultural se realiza, pano de fundo para pensar a atuação dos produtos massivos e a compreensão da apropriação cultural feita pelo receptor (JACKS, 1999, p.48).

O emprego do termo mediação em sua obra emblemática “*De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonia*”²³, goza de sentidos múltiplos, apresentando-se, de acordo com o mapeamento realizado por Signantes (2006)²⁴ como:

a) Construto ou categoria teórica que demonstra uma relação entre antinomias ou forma de apropriação que possibilita a relação com o provável ou o radicalmente outro. Pode ser vista também como “temporalidade específica que promove a comunicação entre diferentes durações” (SIGNANTES, 2006, p.65).

b) Discursividade específica que absorve formas diversas de apresentação, ou que conecta diferentes temporalidades ou socialidades.

c) Estruturas, formas e práticas vinculatórias de estruturas categoricamente diferenciadas que vinculam diferentes racionalidades, ou que amparam lógicas distintas ou diferentes temporalidades, num mesmo processo. E ainda:

processo ou estrutura que permite chegar a um ordenamento temporal sem sair completamente do anterior. Práticas de produção, distribuição e consumo (econômicas, portanto), possibilitando simultaneidade e acordo entre sentidos opostos, antinômicos, ou ainda um deslocamento de modos de produção e suportes, que resulta em formato discursivo específico (como, por exemplo, o folhetim). Prática cultural que absorve diferentes discursividades. Relação institucional e/ou econômica, cujo modo e cuja periodicidade reorientam a intencionalidade artística de um tipo de produtor cultural (SIGNANTES, 2006, p.65).

d) Instituição cuja prática relaciona sentidos, modos de vida e instituições ou local de vivência de sentidos ambíguos ou sintetizadores. As medições são entendidas também como os lugares dos quais provêm as constrições que delimitam e configuram a materialidade social e a expressividade cultural dos meios. A cotidianidade familiar, a

²³ Publicado originalmente em 1987.

²⁴ O autor realizou um extenso mapeamento sobre o conceito de mediação na obra de Martín-Barbero tendo encontrado 37 citações relativas ao mesmo, as quais sistematizou conforme apresentado aqui. Signantes (2006) ressalta, contudo, que em diversos pontos da obra a mediação é apenas citada sem condições claras de análise conceitual.

temporalidade social e a “competência” cultural são exemplos de lugares (SIGNATES, 2006).

e) Dispositivo que torna exequível e legítima a hegemonia ou a resolução imaginária da luta de classes no cerne da cultura, ou como:

ofício da cultura, de cobrir diferenças e reconciliar gostos, cobrindo o conflito de classes pela produção de uma resolução no imaginário que assegure o consentimento ativo dos dominados, o que culminou na inversão da cultura popular em cultura de massa, evitando que se tornasse uma cultura de classe (SIGNATES, 2006, p.65).

Dentro desse processo hegemônico, Sigantes (2006) assinala que a mediação é também para Martín-Barbero a mutação da materialidade técnica em potencialidades socialmente comunicativas, processo de transformação cultural que viabiliza as modalidades de comunicação, revelado pelas inovações tecnológicas. A mediação é, assim definida, como “processo pelo qual os meios de comunicação adquirem materialidade institucional e espessura cultural, abordagem que supera os estudos sobre estrutura econômica e conteúdo ideológico” (SIGNATES, 2006, p. 66).

Fundamentando-se na teoria de mediações barberiana e na teoria da estruturação de Anthony Giddens, Orozco Gómez (2001) desenvolve um plano conceitual fundado na tentativa de superação das dicotomias macro/micro, emissores/receptores e de operacionalização metodológica do conceito de mediação.

O autor parte do pressuposto de que a interação TV/audiência manifesta-se como um processo complexo, multidimensional e multidirecional, que contempla diferentes momentos, cenários, mediações e negociações, ultrapassando a tela da TV. Assim, a recepção para ele:

no puede entenderse como mero recibimiento, sino como una interacción siempre mediada desde diversas fuentes y contextualizada material, cognitiva y emocionalmente [...] y que incluye estrategias y negociaciones de los sujetos con el referente mediático de la que resultan apropiaciones variadas que van desde la mera reproducción hasta la resistencia y la contestación¹ (OROZCO GÓMEZ, 1997, p.23).

Assumir a audiência como sujeito implicará em considerá-la tanto como “situação”, portanto condicionada individual e coletivamente, quanto como constituição processada no decurso do tempo, que vai se transformando, e que resulta da interação receptor/TV/mediações (JACKS, 1999).

Trabalhando com diferentes categorias de mediação, Orozco Gómez (1997) inicialmente define as mediações como “processos de estruturação derivados de ações

concretas ou intervenções no processo de recepção televisiva” (SIGNATES, 2006, p.67), para em seguida distinguir mediações e fontes de mediações, sendo as últimas, os lugares de onde emanam estes processos estruturantes.

Para Orozco Gómez (2001), as mediações se revelam através de ações e do discurso, se forjando em um processo complexo e difuso, que não se restringe à soma dos elementos que o compõe.

As fontes de mediação são de ordem cultural, política e econômica, o que inclui classe social, gênero, idade, etnia, meios e condições situacionais. Também se origina na mente do sujeito em suas emoções e experiências, sendo que cada uma dessas instâncias é fonte de mediações e pode também mediar outras fontes (SIGNATES, 2006, p. 67).

De acordo com sua teoria, as mediações, em sua dimensão heterogênea, se dividem em cinco grupos: individual, situacional, institucional, videotecnológica e referencial.

A mediação individual tem como base o indivíduo, entendido como sujeito social, cognitivo, emotivo e integrante de uma cultura, sendo dividida por Orozco Gómez (1997) em mediação estrutural e mediação cognitiva.

Na primeira incluem-se experiências que atuam como elementos de referência na construção do universo do receptor. A mediação cognitiva, principal mediação individual, é derivada da estrutura mental e encerra um conjunto de fatores que concorrem na percepção, na apropriação e no processamento, através dos quais o indivíduo elabora conhecimento. Este mecanismo contempla tanto o processamento lógico da informação, quanto o arranjo de crenças e valores nutridos pelo indivíduo.

A mediação situacional enfoca a situação da interação, apontando para as circunstâncias nas quais se encontra o receptor no transcurso da recepção das mensagens: se está acompanhado ou sozinho, se realiza concomitantemente outras atividades, se elabora considerações e as troca com outros espectadores, se mantém a atenção concentrada ou está disperso etc. Isto porque para Orozco Gómez (1997):

no es lo mismo ver una película en el cine que verla por TV. No es lo mismo verla acompañado o verla solo. Es otra la interacción.[...] A veces sólo se quiere distracción y se conecta con la TV; en otras oportunidades se quiere una información precisa de lo que pasó ayer e se la busca en la prensa para leer. A veces se está cansado, a veces no (OROZCO GÓMEZ, 1997, p.117-118).

Para ele as mediações situacionais advêm também de lugares específicos da experiência como o trabalho, a escola, a igreja e o bairro, sendo uma instância de mediações decorrentes dos vínculos institucionais que os receptores estabelecem com diferentes instituições sociais, incluindo os meios de comunicação. Deriva deste pertencimento múltiplo dos sujeitos a diferentes instituições - estas detentoras de maior ou menor poder, autoridade e recursos - a configuração de um referencial caleidoscópico, já que cada uma destas instituições busca fazer prevalecer a sua produção de significados como a mais legítima, o que faz com que:

nessa luta, algumas vezes, as instituições se reforçam e, em outras, se anulam ou entram em choque, ou ainda não competem entre si por terem objetivos diferentes. Família e escola, por exemplo, se possuem uma mesma concepção sobre determinado assunto, reforçam-se em seus objetivos para formação de um indivíduo (JACKS, 1999, p.55).

As mediações institucionais são também “cenários” por onde se desdobra o processo de recepção e por meio do qual transcorrem as apropriações e ressignificações das mensagens, seja no ato ou no momento subsequente à recepção.

A mediação videotecnológica ou tecnológica põe em destaque os mecanismos específicos da televisão, partindo da consideração de que esta não reproduz somente as outras mediações institucionais. Para Orozco Gómez (1997) a televisão engendra sua própria mediação e lança mão de estratégias para inculcá-la sobre sua audiência. O arranjo tecnológico também é apontado como um elemento que influencia no processo de percepção e interação com a informação.

A mediação referencial, por sua vez, inclui todas aquelas que situam o indivíduo em um contexto ou ambiente determinado: idade, gênero, etnia, raça ou classe social.

Por meio do conceito de multimediasções, Orozco Gómez (1997) procura assinalar que as mediações são produzidas por um processo multidimensional e multidirecional, já que as pessoas ocupam diferentes posições sociais e lugares de fala.

Ele identifica um processo combinatório dos elementos de mediação que podem determinar o resultado em termos de sentidos produzidos. Esta combinação sofre a influência decisiva das comunidades interpretativas²⁵, já que o autor percebe a

²⁵ “Comunidade interpretativa” para Orozco Gomez (2001) é um grupo de sujeitos sociais unidos por um conjunto particular de práticas sociais e por um âmbito de significação, do qual emerge uma significação especial para sua atuação social. Destaca que, apesar de poder coincidir com comunidades territoriais, não se confunde com elas, tanto por sua demarcação não ser geográfica, como pela relação

existência de diferentes tipos de comunidades no processo de recepção televisiva, comunidades de apropriação e de reapropriação, que referenciam cenários em que os sentidos propostos pela TV são ressignificados e transformados.

Desenvolvido amplamente pelos estudos de recepção latino-americanos o termo mediação é um importante marco no avanço dos estudos do campo da comunicação, já que:

una de las maneras com que el ámbito de la comunicación e de la cultura avanzó em conocer cualitativamente la relación entre cultura-médios de comunicación-sociedad, hay sido a través de lo que se conoce como las mediaciones. Se suele hablar de paradigma, perspectiva o modelo de lá mediación (OROZCO GÓMEZ, 1997, p. 113)

A pesquisa bibliográfica que esta pesquisa realizou permitiu localizar pontualmente, em alguns sistemas de pensamento, usos, atribuições e imputações dadas ao termo mediação, esforço este que está longe de alcançar a exaustividade de emprego de conceito tão complexo. Complexidade que se reforça na medida em que o mesmo transita por diferentes sistemas do pensamento, fato que torna significativo entendermos este movimento, o qual tem se tornado exercício freqüente no âmbito das ciências contemporâneas.

de exterioridade com seus membros: enquanto aquelas são externas à constituição de seus membros como agentes sociais.

4 SOBRE A MIGRAÇÃO DE CONCEITOS: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

A temática da interação entre as disciplinas, dos espaços de fronteiras, da conjunção e interpenetração de abordagens teóricas e metodológicas vem ganhando cada vez mais espaço nas discussões relativas à produção do conhecimento, sobretudo nas ciências sociais e humanas.

Nestes enfoques, a migração e a apropriação de conceitos de um domínio de conhecimento para outro é um exercício freqüente em todos os campos científicos que encaminham práticas de análises cruzadas: aquelas de caráter inter e transdisciplinares.

Esta discussão está circunscrita em um panorama maior de contestação do modelo de racionalidade desenvolvido pela ciência moderna, responsável por promover uma acentuada especialização, disciplinarização e fragmentação do conhecimento.

A partir do século XX, vê-se uma crise do modelo de inteligibilidade da ciência moderna decorrente tanto de condições teóricas quanto sociais (TÁLAMO, 2009). São postas em xeque as idéias de mecanicismo e determinismo, balizas na produção do conhecimento acerca da natureza e na configuração de leis, ao mesmo tempo em que a industrialização da ciência transfere para o sistema econômico a definição das prioridades científicas e ocasiona certa desilusão social com relação aos progressos científicos²⁶.

Para Nicolescu (1999) a ciência moderna demarcou historicamente três postulados essenciais que orientavam a investigação de leis e da ordem na natureza: a) a existência de postulados universais, de caráter matemático; b) a possibilidade de descoberta de leis pela experiência científica; c) a reprodutibilidade perfeita dos dados experimentais.

Os princípios norteadores desta ciência passam, desse modo, a ser o determinismo, a previsibilidade, a reversibilidade e a controlabilidade, estes sustentados pela idéia de que:

as coisas se repetem com regularidade e o mundo é ordenado, com leis de funcionamento simples e imutáveis, que podem ser conhecidas. Os objetivos da ciência e do cientista, sob esse ponto de vista, são explicar, prever e controlar o mundo, o que ele faz por meio do estudo experimental dos fenômenos em ambiente artificial (laboratórios), de

²⁶ Esta crise do paradigma da ciência moderna não culminou, contudo, em uma rejeição da mesma como um modo de conhecimento. Discutem-se seus fundamentos, realocando-a como uma das prováveis explicações da realidade (TÁLAMO, 2009).

forma a controlar as variáveis envolvidas (experimentação), processo denominado de verificação empírica (ANDALÉCIO, 2009, p. 33).

Outro pressuposto que orienta a ciência moderna, segundo Andalécio (2009), é a crença de que o mundo pode ser conhecido como ele é na realidade, empreitada que exige o abandono da subjetividade pelo cientista, que deve ficar numa posição de afastamento de si próprio, a partir da qual tenha uma visão abrangente do mundo.

Assim, a ciência passa a ser demarcada pelo *princípio de simplicidade*, porque simplifica o universo; pelo princípio de estabilidade, porque tem em vista explicá-lo e prevê-lo; e pelo princípio da objetividade, que implica em desvendar o universo tal como este figura (de fato) na realidade.

A adoção destes pressupostos, baseados em princípios físicos e matemáticos, pelas ciências humanas e sociais, mostrou-se um tanto problemática na medida em que os objetos de sua investigação, e as complexidades imanentes a eles, não se mostravam passíveis a tais enquadramentos.

Do caráter simplificador, analítico, fragmentador e reducionista, núcleo deste modelo de ciência, decorreu ainda uma excessiva fragmentação do saber, notada, sobretudo, na compartimentação do conhecimento científico em disciplinas, que fez com que os sistemas reais complexos fossem transformados em sistemas simples, “meros agregados de partes em relações causais separadas umas das outras” (ANDALÉCIO, 2009, p.46).

Esta ubíqua multiplicação de disciplinas corroborou ainda com uma desconexão dos campos de conhecimento, trazendo dificuldades a uma apreensão mais aproximada do real e dos fenômenos nele investigados.

A partir das limitações inerentes à ultra-especialização do conhecimento e da complexidade dos problemas trazidos com as transformações pelas quais passa a sociedade contemporânea, inúmeros pensadores como Santos (2004, 2007), Nicolescu (1999, 2002, 2003) e Domingues (2005) vêm sinalizando a necessidade de uma efetiva interação entre diferentes campos disciplinares na produção do conhecimento científico, como modo de superar o hiato proporcionado pelo modelo da racionalidade dominante.

Este cenário traz à tona uma crise no modelo clássico da ciência, colocando em pauta uma alteração de seu código epistemológico tradicional, bem como de seus critérios metodológicos.

Através de um movimento de diálogo, de “alargamento” e de aproximação das fronteiras disciplinares, tão bem delimitadas pela ciência moderna, emerge a proposta de um estatuto metodológico e epistemológico alternativo, representado pelas noções de inter e transdisciplinaridade.

De modo geral²⁷, a interdisciplinaridade tem sido referenciada como uma prática de transferência de métodos de uma disciplina para outra, bem como de intercâmbio de conhecimentos. Nocolescu (1999) assinala três níveis a partir dos quais a transferência de métodos entre domínios distintos pode ocorrer:

- a) nível de aplicação: na solução de problemas de uma disciplina pelos métodos de outra;
- b) nível epistemológico: pela análise de determinado assunto de uma disciplina, utilizando a maneira característica empregada por outra;
- c) nível de geração de novas disciplinas: na origem de uma nova disciplina, através da transferência de métodos de uma para outra.

A interdisciplinaridade tem como foco uma maior abertura das fronteiras disciplinares e o consentimento das interpenetrações e comunhões entre conhecimentos e procedimentos disciplinares, o que pode implicar na elaboração de novos conhecimentos. Segundo Japiassu (1976):

haverá procedimento interdisciplinar sempre que houver: interações mutuamente enriquecedoras, incorporação de resultados de várias especialidades, empréstimos recíprocos de instrumentos e técnicas metodológicas e integração e convergência de análises conceituais. (JAPIASSU, 1976, p. 8).

A interdisciplinaridade é definida então, como método de pesquisa e de ensino que executa uma interação entre duas ou mais disciplinas, podendo ir da simples comunicação das idéias, até a interação mútua dos conceitos, da epistemologia, da terminologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa (JAPIASSU; 1976).

Vê-se, a partir de tais formulações, que a interdisciplinaridade compreende uma integração disciplinar ensejada no nível de conceitos e métodos que podem

²⁷ Não é intenção deste trabalho abordar em profundidade os aspectos e critérios específicos da inter e transdisciplinaridade, o que por si só resultaria em um outro trabalho. Apenas demarcamos uma compreensão geral das práticas desta natureza que se valem do exercício da “migração de conceitos”, já que nos deteremos nesta pesquisa à transposição do conceito de mediação para o campo da Ciência da Informação. Sobre a inter e a transdisciplinaridade, bem como as mudanças no estatuto da produção do conhecimento científico consultar: ANDALÉCIO, Aleixina Maria Lopes. Informação, conhecimento e transdisciplinaridade: mudanças na ciência, na universidade e na produção científica. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, 2009.

trasladar de um campo a outro, suscitando interlocuções entre diferentes domínios do conhecimento, em uma integração recíproca entre as ciências. Esta interlocução entre terrenos disciplinares, entretanto, deve resultar em uma alteração nos mesmos, já que a simples troca de informações não se constitui, por si só, em um método interdisciplinar (JAPIASSU, 1976).

A transdisciplinaridade, por sua vez, diz respeito “ao que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através e além das mesmas, tendo como objetivo a compreensão do mundo a partir da unidade de conhecimento” (NICOLESCU, 1999, p.12).

Domingues et al (2001) indicam que a prática transdisciplinar consiste em evidenciar efetivamente o prefixo *trans* que, além da acepção de “através” ou de “passar por”, encerra os sentidos de “para além”, passagem, transição, mudança, transcendência e transformação, apontando para situações do conhecimento que conduzem à transmutação ou ao traspassamento das disciplinas, à custa de suas aproximações e freqüentações.

É importante ressaltar que a abordagem transdisciplinar não estabelece vários discursos disciplinares insulados sobre um mesmo objeto (multidisciplinaridade), ou congrega os múltiplos saberes e discursos dentro de um único discurso globalizante (interdisciplinaridade). Ela põe em contato as várias disciplinas e saberes específicos até que eles compenentrem-se, pois:

além de sugerir a idéia de movimento, da freqüentação das disciplinas e da quebra de barreiras, a transdisciplinaridade permite pensar o cruzamento de especialidades, o trabalho nas interfaces, a superação das fronteiras, a migração de um conceito de um campo para outro, além da própria unificação do conhecimento (DOMINGUES et al, 2001, p.18).

Ainda que com diferenças bem marcadas, nota-se que nas diversas abordagens trans e interdisciplinares ganha relevo a prática da migração, apropriação, incorporação e tradução de conceitos, estes agora fluidos pelas fronteiras permeáveis dos campos científicos que orientam práticas inter e transdisciplinares.

A transposição de conceitos é vista mesmo como uma das características que assinala a natureza dos procedimentos e abordagens transdisciplinares que trabalham com:

processos que incitam à **migração de conceitos**, à freqüentação exploratória de outros territórios, ao diálogo modificador com o diverso e o de outra forma, processos que não se esgotam na partição de um mesmo objeto entre disciplinas diferentes, prisioneiras de

pontos de vista singulares, irredutíveis, estanques, incomunicados (SILVA, 2001;p.36, grifo nosso).

A experiência interdisciplinar, por seu turno, se caracterizaria também pela:

aproximação de campos disciplinares diferentes para a solução de problemas específicos, especialmente através do compartilhamento de metodologias e a **migração de conceitos** (DOMINGUES, 2005, p.124, grifo nosso).

De acordo com Dumont e Bruno (2003) o “paradigma emergente”, aquele que contesta o estatuto do conhecimento científico clássico, aponta para:

o conhecimento local; conhecimento como construção; conhecimento além das evidências empíricas; ciência como construtora de processos sociais; cultura como construída por processos sociais; texto científico transdisciplinar (intertemático); metodologia plural de natureza complementar; **incentivo à migração de conceitos e teorias**. (DUMONT; BRUNO, 2003, p.32, grifo noso).

Edgar Morin, crítico arguto da fragmentação e ultra-especialização do conhecimento, vê a prática da migração de conceitos como um dos pilares essenciais na busca pela reforma do pensamento fraturado pela disciplinarização.

Para ele migração de conceitos é um exercício que sempre aconteceu no interior das ciências, sendo a própria história da ciência erigida pela migração de conceitos, pelo uso de metáforas.

Sobre isso, assegura-nos:

os conceitos viajam e é melhor que viajem sabendo que viajam. É melhor que não viajem clandestinamente. É bom também que eles viajem sem serem percebidos pelos aduaneiros! De fato, a circulação clandestina dos conceitos ao menos permitiu às disciplinas respirar, se desobstruir (MORIN, 2005, p. 114).

Almeida (2004), antropóloga que se dedica a estudar o autor, indica as duas principais ferramentas utilizadas por Morin na elaboração de seu “pensamento complexo”:

migração conceitual de um domínio para outro, o que garante a ressignificação e ampliação de conceitos e noções, originariamente disciplinares e a construção de metáforas, que permitem religar homem e mundo; sujeito e objeto; natureza e cultura; mito e logos; objetividade e subjetividade; ciência, arte e filosofia; vida e idéias. A partir desse metier, melhor dizendo, dessas ferramentas, Morin tem, sobretudo a partir dos anos 1970, formulado incansavelmente os argumentos, as premissas e os fundamentos de uma ciência nova -

fundamentos, premissas e argumentos que devem alimentar uma reforma do pensamento (ALMEIDA, 2004, p. 4, grifo nosso).

Domingues (2005) entende a migração de conceitos como “a possibilidade de transposição de conceitos metalingüísticos de um campo para outro(s), podendo resultar em novas condições de significação e aplicação” (DOMINGUES, 2005, p. 102).

Este movimento de transposição implica na atribuição de novos sentidos a conceitos que têm sua gênese ligada a contextos e campos específicos e que recebem novos contornos ao serem apropriados, ou seja, tornados próprios.

Isto porque a migração assinala uma passagem, a transposição de um lugar ao outro, conforme Araújo (2009) nos indica:

migração é um conceito da geografia, designando, como se sabe, o movimento de populações que, levando consigo uma cultura e uma história, vão construir outras culturas e histórias na interface com as da sociedade que as acolherá. O sentido de migração de conceitos, portanto, traz consigo a gênese da palavra migração, com sua predestinação ao novo, ao outro (ARAÚJO, 2009, p.42).

Os conceitos, por seu turno, compreendem “construções lógicas, estabelecidas de acordo com um quadro de referências que adquirem seu significado dentro do esquema de pensamento no qual são colocados” (MENDONÇA, 1983, p. 17).

De acordo com esta autora, cada ciência usa seus próprios conceitos para a comunicação de seus conhecimentos. O sistema teórico de uma ciência pode ser referido como um sistema de conceitos que busca representar um dado fenômeno ou aspectos do mesmo, o que empreende um processo de conceituação. O emprego de tal processo, ainda segundo a autora, é o espelhamento, através dos conceitos, do que sucede no mundo dos fenômenos existenciais, simplificando, assim, o pensamento, ao dispor alguns acontecimentos sob o mesmo título geral.

A formulação conceitual tem a função de expressar uma abstração formada pela generalização a partir de particulares e, por isso, requer que se utilize o termo mais adequado que exprima, por meio do seu significado, o que ocorre na realidade empírica.

Assim, um termo pode referir-se a fenômenos diferentes conforme o contexto histórico no qual se articula.

Em face deste caráter, é necessário que o conceito seja dotado de lógica interna com significações que lhe confirmem clareza e inteligibilidade, para que possa ser empregado na elaboração de modelos científicos que permitam a observação, a descrição e a interpretação de objetos teóricos e empíricos de um campo de

conhecimento, bem como fenômenos presentes, passados e futuros a ele concatenados (GALVÃO, 1998).

Para Domingues (2005) o exame sobre o papel dos conceitos em determinados sistemas e campos conceituais deve levar em conta a avaliação de duas dimensões: a) uma que apure o modo de operação desse conceito como instrumento de nomeação, de descrição, de cálculo, de explicação e de demonstração de dados no interior do sistema onde foi fundado e; b) outra que leve em conta estes mesmos pontos, mas que saliente também as conseqüências advindas do processo de transposição de um campo para outro.

O conceito tomado de empréstimo pode, muitas vezes, significar fenômenos diversos, quando colocados em diferentes sistemas referenciais. Isto porque ao ser utilizado em novo quadro de referência, todo conceito científico gradualmente perde o significado que originalmente lhe havia sido atribuído (DOMINGUES, 2005).

O autor assinala que em decorrência de um conceito transposto poder conservar a originalidade de seu sentido, as condições de significação devem ser menos deformadas do que as condições para a sua aplicação, ainda que se trate de duas perspectivas nem sempre sujeitas a uma clara distinção, já que a aplicação pode exigir um formato próprio, em se tratando de um novo objeto, de um novo sistema para se efetivar. Ou seja:

quando vírus migra da biologia para a informática- talvez umas das metáforas conceituais mais simétricas- ajustes no processo de sua significação podem ocorrer, mas com certeza não exibirão mudanças profundas a ponto de virem a se constituir em um outro conceito. Por exemplo, o fato de ser um agente que age sobre um organismo (sistema) com propensões nocivas, não exclusivamente, pode apresentar contornos diferentes em um e outro caso. Quanto à sua aplicação, já que se trata de um outro objeto e em razão do novo ambiente em que o termo vai operar, os ajustes podem apresentar um teor mais incisivo. A função que desempenha os componentes de sua estrutura, certas propriedades descritivas devem ser alvo de um ajuste mais profundo, já que nem todos os padrões de sua composição são adequados a uma aplicação múltipla (DOMINGUES, 2005, p.103).

O fato de um conceito transposto causar localmente algum tipo de “contaminação” nos outros conceitos ou operações a ele adjacentes é chamado pelo autor de *disseminação de sentido*.

O exemplo oportuno do conceito *vírus* indica que a migração gerou um efeito irradiador à medida que implicou uma contigüidade conceitual como infecção viral, ciclo de infecção, antivírus, novo vírus, inoculação, dentre outros que foram tornados

exeqüíveis para o funcionamento de um novo campo conceitual. Migração e disseminação compreendem, pois:

dois movimentos que operam de modo complementar: enquanto o primeiro- migração- justifica a transposição material de elementos de um campo para outro, o segundo –disseminação- evidencia os efeitos sobre formulações locais que essa transposição pode ocasionar (DOMINGUES, 2005, p.103).

A correlação entre migração e disseminação não assegura, de acordo com Domingues (2005), o quanto se deve compreender a disseminação, enquanto propagadora de outros aspectos de significação.

Um uso apropriado de determinado conceito importado de um campo específico implica na avocação de uma dimensão explicativa para outros aspectos daquele campo, já que a concepção primária que o conceito revela deve estar embutida em diferentes particularidades do objeto em análise. Em referência a este aspecto, Domingues (2005) demonstra:

o conceito de caos não foi importado para nenhum campo, sem que o objeto em consideração não estivesse envolvido em conexões que deixassem transparecer, ao menos, algumas dimensões a que se aplica a idéia momentânea de ordem, de controle, de previsão, em geral (DOMINGUES, 2005, p. 104-105).

Desse modo, da migração de um conceito decorre uma intervenção sobre um complexo de fatos e de sistemas relacionais atrelados a ele.

Domingues (2005) salienta ainda que migração e disseminação são fenômenos atinentes a quaisquer atividades que impliquem em uso de termos. Para o autor, um dado conceito pode ter sido gerado como explicação de um determinado fato, em certo contexto, o que, todavia, não o priva de se estender a aplicações ulteriores e de ser validado em outros contextos.

Assim, ao inserir-se em nova rede conceitual, o conceito é redefinido, ao mesmo tempo em que carrega consigo a memória da sua procedência, conforme acentua-nos Silva (2001).

O que talvez merecesse ser mencionado é que uma das primeiras características sedutoras, mas perigosas, explicitadas pelo processo de cruzamento entre os enfoques disciplinares, foi certamente o das implicações da circulação metafórica dos conceitos. Quando um conceito é arrancado do seu discurso original e caminha nômade e livre pelo mundo, rompem-se os laços que o definiam, e ele perde a precisão que o configurava. Ao inserir-se em um território novo, ao ser colhido em um novo jogo de relações, ele porta a memória de sua origem, ao mesmo tempo em que se redefine pela nova rede que o

situa. Ao se instalar ali e recriar a sua vida social, se relacionar com outros de outra forma, em sua redefinição, ele gera simultaneamente novos efeitos de sentido (SILVA, 2001, p. 40).

A trajetória do conceito de energia é emblemática neste aspecto. Inaugurado por Young pela Física em 1807, na Inglaterra, foi tomado por Meyer e Helmholtz nos estudos da fisiologia. Em seguida Freud o redescobriu e compôs o conceito de “energia livre”, inserindo-o numa rede que a fez significar exatamente o contrário do que significava na ciência física de onde ele advinha (DOMINGUES et al, 2001).

Desse modo, a migração de conceitos pode implicar em controvérsias, contradições e equívocos que acabam por alocar determinados termos em uma “nebulosa”, dificultando a sua apreensão e sua localização ou até mesmo diluindo sua especificidade.

São inúmeros os exemplos de conceitos que transitam por campos de conhecimentos distintos, sofrendo uma reorganização semântica, contextual e, portanto, conceitual.

Alguns deles podem ser vistos percorrendo o vasto universo das fluidas fronteiras disciplinares do campo da Ciência da Informação.

4.1 - A migração de conceitos na Ciência da Informação

Na Ciência da Informação, a prática de migração, incorporação e apropriação de conceitos de outras disciplinas tem sido historicamente validada pelo discurso, de certo modo consensual, sobre a interdisciplinaridade deste campo científico. Há, entre os autores, uma representação bastante sedimentada acerca do caráter interdisciplinar do campo e de seu objeto de estudo, que vem sendo reiterada por diversos pesquisadores no transcurso dos anos.

Almeida (2005), em seu trabalho de dissertação sobre o discurso coletivo dos pesquisadores em Ciência da Informação²⁸ a respeito da área, mostra que a natureza interdisciplinar da Ciência da Informação opera de modo significativo nas representações produzidas pelos autores brasileiros relativas ao campo. Para estes:

²⁸ O trabalho teve como foco as representações do campo da Ciência da Informação produzidas pelos pesquisadores classificados como pertencentes a esta área de conhecimento. A partir da teoria das representações sociais de Moscovici e da metodologia da análise do Discurso do Sujeito Coletivo de Lèfevre e Lèfevre, o autor procedeu à análise do discurso de pesquisadores da área para traçar as representações do campo da ciência da informação operantes nos seus discursos.

o campo da Ciência dedica-se ao estudo teórico, metodológico e aplicado dos fenômenos que envolvem a geração, a organização, a recuperação e o uso da informação registrada. É a abordagem científica e interdisciplinar do fenômeno informação, na construção de conceitos, princípios, métodos, teorias e leis e nas suas aplicações tecnológicas, ou seja, é o campo de estudos da Informação em base científica (ALMEIDA, 2005, p.297).

Na literatura do campo, encontram-se inúmeras referências que evidenciam a Ciência da Informação como uma ciência de relações interdisciplinares, bem como explicitam as afinidades engendradas por ela.

Dentre os principais teóricos que defendem as relações transversais e conjugadas com outras disciplinas estão:

- Le Coadic (1996): menciona a psicologia, a lingüística, a sociologia, a antropologia, a informática, a matemática, a lógica, a estatística, a economia, o direito, a política, a eletrônica, as telecomunicações, a filosofia, a epistemologia e a história como as principais áreas que estabelecem um diálogo fronteiro com a Ciência da Informação.
- Saracevic (1996): designa a biblioteconomia, a ciência da computação, as ciências cognitivas e a comunicação como disciplinas basilares a figurarem como interlocutoras do campo.
- Hjørland (2000): aponta a ciência da computação, a comunicação, a epistemologia, a lingüística, a matemática, a estatística, a psicologia e a ciência cognitiva, os estudos da ciência, a semântica, a semiótica e a sociologia como as principais relações interdisciplinares instituídas.
- Pinheiro e Loureiro (1995): defendem que as principais relações interdisciplinares da Ciência da Informação se dão com biblioteconomia, arquivologia, museologia, informática, administração, estatística, economia, comunicação, jornalismo científico, história da ciência, filosofia da ciência, filosofia, epistemologia, antropologia, sociologia, educação, história, sociologia da ciência, lingüística, psicologia e matemática.

Para estas últimas, a Ciência da Informação se configura como “área do conhecimento autônoma e com seu próprio estatuto científico cuja natureza interdisciplinar é evidenciada com distintos campos” (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995, p.2).

Buscando mapear os desdobramentos disciplinares da Ciência da Informação, Pinheiro (2003) estabelece que as considerações acerca do caráter interdisciplinar do

campo deram-se a partir da década de 1960. Para a autora a natureza interdisciplinar do campo foi “reconhecida” pelos autores, o que ratifica a característica interdisciplinar como algo supostamente “imane” à Ciência da Informação.

De acordo com ela o primeiro momento de apreensão da nuance interdisciplinar da Ciência da Informação, “fase conceitual e de reconhecimento interdisciplinar”, deu-se entre 1961-1969, sobretudo com os trabalhos de Borko (1968), que alocou a interdisciplinaridade em sua própria definição conceitual do campo.

De 1970 a 1989 tem-se a “fase de delimitação do terreno epistemológico” na qual sobressaem os trabalhos de Harmon (1971), Foskett (1973), Wersig e Nevelling (1975) e Yuexiao (1988), todos eles destacando as principais disciplinas com as quais a Ciência da Informação mantém conexões. Para Wersig e Nevelling (1975), por exemplo, os campos de conhecimento que mais estabelecem interfaces disciplinares com a Ciência da Informação são: matemática, lógica, filosofia da ciência, psicologia, sociologia e ciência política.

Pinheiro (2003) considera que a partir da década de 90 há uma “fase de consolidação do reconhecimento interdisciplinar e o aprofundamento da discussão sobre a interdisciplinaridade” no campo científico, que tem na noção de interdisciplinaridade uma característica definidora de seu núcleo epistemológico.

O quadro a seguir apresenta, de modo sumário, as fases deste “reconhecimento” interdisciplinar do campo científico como um campo interdisciplinar, de acordo com os apontamentos de Pinheiro (2003).

QUADRO 1
Fases de reconhecimento da interdisciplinaridade da Ciência da Informação
segundo Pinheiro (2003)

Período	Fase	Principais autores
1961/62	Fase conceitual e de reconhecimento interdisciplinar	BORKO (1968): “é uma ciência interdisciplinar derivada e relacionada com a matemática, a lógica, a lingüística, a psicologia, a tecnologia de computadores, a pesquisa operacional, as artes gráficas, as comunicações, a biblioteconomia, a administração e assuntos correlatos”
1970/1989	Fase de delimitação do terreno epistemológico: princípios, metodologias e teorias próprios e influência de novas tecnologias	HARMAN(1971) FOSKETT, WERSIG e NOVELLING (1975), SARACEVIC (1992, 1999) A C.I. seria “uma fertilização cruzada de idéias que incluem a velha arte da biblioteconomia, a nova arte da computação, as artes dos novos meios de comunicação, e aquelas ciências como a Psicologia e a Lingüística, que em suas formas modernas tem a ver diretamente com todos os problemas da comunicação –a transferência da informação”. (FOSKETT, 1980)
Década de1990	Fase de consolidação da denominação de alguns princípios, métodos e teorias e o aprofundamento da discussão sobre interdisciplinaridade com outras áreas	SARACEVIC (1992, 1997), WERSIG (1993) HAGAR ESPANHA GOMES (1971) e LENA VANIA RIBEIRO (1995). Partem do pressuposto de que os problemas da CI não podem ser resolvidos por abordagens ou construtos de uma única disciplina.

Baseado em PINHEIRO (2003).

Para Saracevic (1996) a Ciência da Informação - campo que se dedica às questões científicas e à prática profissional voltadas para a comunicação do conhecimento e seus registros - teve, em sua formação e no decurso de seu desenvolvimento, a contribuição de diferentes profissionais como engenheiros,

administradores, lingüistas, filósofos, psicólogos, bibliotecários e químicos, fato que corroborou com sua formatação interdisciplinar.

Por sua perspectiva, as principais contribuições disciplinares para a constituição da Ciência da Informação foram provenientes da Biblioteconomia, Ciência da Computação, Ciência Cognitiva (em que se inclui a Inteligência Artificial) e Comunicação.

Em seu texto já clássico na área “*Ciência da Informação: origem, evolução e relações*”, publicado originalmente em 1991, o autor trabalha três premissas principais: a) a Ciência da Informação é, por natureza, interdisciplinar, embora suas relações com outras disciplinas estejam mudando; b) a evolução interdisciplinar está longe de ser completada; c) a Ciência da Informação está inexoravelmente ligada à tecnologia da informação, sendo o “imperativo tecnológico determinante da C.I” (SARACEVIC, 1996, p.42).

Devido à complexidade do objeto informacional, a Ciência da Informação é situada por Saracevic (1996) em um terreno fronteiro, onde se encontram e se tangenciam diferentes campos e domínios do saber.

Partindo da consideração de que o objeto de estudo da Ciência da informação requer diferentes abordagens, advindas de áreas do conhecimento distintas, a prática de deslocar conceitos pode ser vista no campo pela identificação de incorporações de diferentes termos derivados tanto da filosofia, quanto da economia, administração, comunicação, lingüística, ciência da computação e sociologia.

Galvão (1998) indica que no percurso histórico da biblioteconomia e da documentação, campos seminais da Ciência da Informação, conceitos e denominações oriundos de outras ciências ou disciplinas foram introduzidos e/ou adaptados com o objetivo de se conquistar soluções para problemas práticos. Assim:

importaram-se conceitos e denominações de algumas teorias da administração, da lingüística, da lógica, da comunicação e de outras áreas. Porém, visando-se a um uso imediato desses conceitos e denominações, não houve compreensão/problematização dos conceitos metodológicos e conceitos descritivos e um questionamento sobre as implicações do uso de conceitos e denominações provenientes de diferentes áreas do conhecimento (GALVÃO, 1998, p.51).

Ilustrando tal panorama a autora menciona a administração, da qual foram importados inúmeros conceitos da teoria clássica, e a lingüística, de onde se transportaram conceitos da teoria dos campos conceituais. Para ela, este movimento

conduziu a biblioteconomia e a documentação a: a) formação de conceitos descritivos conciliáveis com os conceitos metodológicos de origem, mas que, com o decorrer do tempo, se tornaram desatualizados em relação ao estado-da-arte tanto da administração, quanto da lingüística; b) elaboração de conceitos descritivos conflitantes com os conceitos metodológicos de origem; c) em consequência dos itens a e b, nos momentos em que a Biblioteconomia e Documentação intentaram atualizar os conceitos descritivos que utilizam, não lograram êxito devido à carência de conceitos metodológicos internos à área.

A partir da importação de conceitos e denominações originárias de outras ciências, a Ciência da Informação, por sua vez, procurou uma justificativa “científica” para a sua atividade prática, adotando, muitas vezes, uma posicionamento eclético (GALVÃO, 1998).

Tal postura pode ser entendida a partir de Oliveira Filho (1995) que define o ecletismo como:

o uso de conceitos fora dos seus respectivos esquemas conceituais e sistemas teóricos, alterando os seus significados. A ocorrência do termo, sem definição que reduzisse ou eliminasse a sua ambigüidade, não permitiria saber a qual de vários conceitos possíveis está associado. Inadvertidamente, muitas vezes, utiliza-se o sinal que expressa o conceito, mas não o próprio conceito. O discurso torna-se vazio ou obscuro sem que o cientista social perceba que a sua linguagem pode dificultar a comunicação. Se tal ocorrência é grave em nível da teoria, será gravíssima em nível metateórico ou meta-sociológico. Neste caso, os conceitos metodológicos desprovidos de suas características limitar-se-ão a nomeações e classificações rituais de postura sem qualquer influência nas estratégias de investigação, o que é comum em textos produzidos por autores desprovidos de treinamento metateórico. Termos vazios de significado não podem funcionar como instrumentos de reconstrução teórica ou metodológica (OLIVEIRA FILHO, 1995 *apud* GALVÃO, 1998, p.51).

Para Galvão (1998), ao se posicionar em muitas ocasiões de forma eclética, importando conceitos e denominações oriundos de outros domínios, a área de Biblioteconomia e Documentação não institui uma ruptura epistemológica necessária para a constituição de um arcabouço conceitual próprio.

Smit, Tálamo e Kobashi (2003) fazem uma leitura aproximada à da autora supracitada, a partir da investigação de critérios científicos que pautaram a constituição do campo da Ciência da Informação.

Há, segundo as autoras, uma assertiva bastante habitual com relação à configuração do campo científico que aponta a constituição da área nos espaços

fronteiriços de disciplinas como a Lógica, a Administração, a Linguística, a Teoria Geral dos Sistemas, a Psicologia, as Ciências da Computação, etc.

Tal postura, fortemente arraigada na bibliografia²⁹, associa a apregoada interdisciplinaridade da área a uma junção de diferentes disciplinas, “revelando uma inconsistência teórica, associando à área uma abordagem a-histórica” (SMIT; TÁLAMO; KOBASHI, 2003, p.3).

Em pesquisa³⁰ conduzida pelas autoras, há o pressuposto mesmo de que o termo “Ciência da Informação” propõe-se como uma forma vazia conceitualmente, podendo ser preenchida de forma circunstancial. Isto porque segundo elas:

o termo não se define pelo que é, mas pelas possíveis apropriações que realiza em campos do saber, estabelecidas, via de regra, por associações dependentes do problema investigado. Desse modo, se a questão é de usuário recorre-se à Psicologia, se é de informática documentária recorre-se à Informática, se é de administração de sistemas, recorre-se à teoria da Administração, e assim sucessivamente (SMIT; TÁLAMO; KOBASHI, 2003, p. 3).

A crítica endereçada a área da Ciência da Informação, assenta-se na perspectiva de que o campo apoiou-se na interdisciplinaridade, em consonância com a proposta científica da pós-modernidade, sem se atear e refletir criticamente sobre sua própria trajetória de constituição disciplinar.

Disto resulta, segundo as autoras, uma sentida ausência de especificidade e de demarcação conceitual das denominações que se produziram da e na área.

Assim, a Ciência da Informação tem sido assinalada por uma composição terminológica irregular e híbrida, derivada de empréstimos obtidos junto a diferentes disciplinas, como a sociologia, a economia, a ciência da computação e a psicologia, o que, estimula não apenas o impasse, mas corrobora com o atraso teórico do campo (SMIT; TÁLAMO; KOBASHI, 2003).

A partir de um levantamento terminológico da Ciência da Informação, por meio da análise e síntese de 15 obras de referência e 25 fontes bibliográficas da área, compreendidas no período de 1970 a 1998, as autoras procederam à elaboração de fichas terminológicas buscando um ensaio categórico das noções da área, que se dividiram em:

²⁹ Para as autoras há uma unanimidade bibliográfica a respeito do caráter interdisciplinar da Ciência da Informação, o que pode ser dimensionado, por exemplo, em Saracevic, para quem a interdisciplinaridade “não precisa ser procurada, ela está aí” (SARACEVIC, 1995, p.37).

³⁰ “Ciência da Informação: objetos teóricos, desenvolvimento e determinação do campo científico”, realizada em 2002 e financiada pelo CNPq.

- 1) noções específicas da área;
- 2) noções da área, semi-elaboradas;
- 3) noções tomadas de empréstimo de outras áreas do conhecimento;
- 4) noções da experiência empírica comum, ou seja, noções gerais da língua.

4.1.1 Noções específicas da área, sedimentadas ao longo do tempo.

De acordo com Smit, Tálamo e Kobashi (2003) nesta categoria inserem-se as noções que nomeiam os procedimentos e componentes tradicionais da Biblioteconomia, como “classificação”, “biblioteca”, “resumo” e “análise documentária”. Para elas, embora estas concepções exibam estabilidade em seu conceito, inclinando-as a certa tendência unívoca, observa-se que as mesmas, usualmente, são apresentadas “pelos procedimentos ou pelos componentes que lhe determinam o alcance, mas dificilmente pela pertinência em relação à área” (SMIT; TÁLAMO; KOBASHI, 2003, p.8).

Isto pode ser observado, por exemplo, na noção de “classificação”, mais conceituada pelo procedimento e pelos instrumentos empregados, do que pela sua finalidade em relação à área da Biblioteconomia, Documentação ou Ciência da Informação.

4.1.2 Noções da área, semi-elaboradas

Recorrentes no arrolamento feito pelas autoras, estas noções designam termos cujas concepções apontam uma significativa variação. Inúmeras vezes são apresentadas na literatura conjugando vários significados ou abordagens, mas a distinção não evidencia matrizes teóricas ou tradições diferenciadas, e sim, a existência interposta de uma multiplicidade de visões.

As autoras incluem nesta categoria noções como “necessidade de informação”, (que não examinam as distinções entre necessidade, demanda e desejo), “análise”, “estratégia de busca” e “recuperação da informação”.

4.1.3 Noções tomadas de empréstimo de outras áreas do conhecimento

Esta classe compreende termos “importados” ou “migrados” de outros domínios do conhecimento e que não são ajustados para a área da Ciência da Informação, o que pode ser notado na noção de “base de dados”. Para as pesquisadoras:

o fenômeno da importação terminológica, muito freqüente em Ciência da Informação, aponta para uma área que mantém interfaces bastante próximas com uma diversidade de outras áreas do conhecimento, mas também permite refletir sobre as razões da ausência de “exportações” de termos da Ciência da Informação para as outras áreas (SMIT; TÁLAMO; KOBASHI, 2003, p.8).

Pela perspectiva das autoras, o elevado número de “noções emprestadas” indica a existência de uma “interdisciplinaridade formal”, que não retrata uma “interdisciplinaridade real”, e sim um “empréstimo” de termos de outros campos sem que os mesmos se submetam a uma adaptação, ou ressignificação para os intentos da área.

4.1.4 Noções da experiência empírica comum

Nesta categoria estão abarcadas noções que se fixam de forma totalmente empírica e não configuram uma terminologia própria da área. A figurar nesta classe está o termo “livro”, usualmente descrito como:

um conjunto de páginas impressas, ligadas entre si, contendo no mínimo 49 páginas. A função do livro para a área, como suporte de informação, não é destacada, não se dispondo de conceitos distintivos do livro para a área da Ciência da Informação. Quando as definições do "livro" vão além de sua materialidade, inscrevem o mesmo na lista dos objetos sagrados, dignos de culto, permanecendo a indistinção do termo no que diz respeito à sua inserção na área (SMIT; TÁLAMO; KOBASHI, 2003, p.10).

As expressões lingüísticas são empregadas de multifárias maneiras, sendo a elas delegada a finalidade de nos permitir conhecer a proposição, a idéia, ou seja, a realidade objetiva a que se refere o conceito. Contudo, para as autoras, o equívoco que nos afasta das expressões de idéias claras e distintas nas Ciências Sociais não provém de uma carência da linguagem. Isto porque não se pode retirar de tais expressões a “contingência, o processo histórico e a realidade social; de modo geral a possibilidade de diversas interpretações, em sua maioria baseadas num recurso à experiência” (SMIT; TÁLAMO; KOBASHI, 2003, p.10).

O levantamento terminológico realizado apontou na área a escassez de uma linguagem genuína de especialidade. Para as autoras, os termos utilizados pelo campo usualmente não designam conceitos e sim remetem: a) a procedimentos da prática, b) a instrumentos que regulamentam as aplicações; c) a outras áreas do conhecimento. Estes são indícios que levam as autoras a assinalarem a inexistência de um sistema conceitual elaborado na Ciência da Informação, o que indica certa fragilidade conceitual, e, portanto, epistemológica.

Um outro ponto acentuado por elas diz respeito à necessidade de delimitação do objeto informação para a incorporação de expressões tais como transferência da informação, acesso à informação. Diante do exposto concluem que:

a terminologia da área reúne uma série de unidades lexicais, mas não permite entrever o sistema conceitual que deveria conferir um estatuto epistemológico à área”. A fragmentação conceitual, o recurso constante a terminologias de outras áreas, a ausência de projeto de consolidação acabam retardando o desenvolvimento da área. (SMIT; TÁLAMO; KOBASHI, 2003, p.15).

Gomes (2001) chama atenção para o fato de que, diversas vezes, no campo da Ciência da Informação confunde-se a mera incorporação de conceitos, teorias e métodos de determinada disciplina com a prática interdisciplinar.

Com relação a este procedimento adverte Marteleto (2007):

é relevante, assim, cuidar da migração de conceitos, fazer o recorte preciso e situado do seu emprego, cuidando ainda para não esvaziá-los dos seus significados de origem, sem os quais ele perderia seu poder interpretativo ao serem inseridos em outro campo disciplinar (MARTELETO, 2007, p. 14).

Para a autora, ao vislumbramos o campo de estudos da informação como configurado por um caráter inter e transdisciplinar, é preciso ter em vista a lógica e a visão de realidade de cada disciplina da qual são apropriados os referenciais, os métodos e os conceitos. “É preciso lembrar [...] que quando um conceito é retirado do seu discurso original e caminha por outros campos de conhecimento, ele perde os elos fundamentais e a precisão contextual e epistemológica que o definiam” (MARTELETO, 2007, p. 13).

Isto indica, portanto, a necessidade da releitura do conceito apropriado para que o mesmo possa operar de modo factível em um novo sistema conceitual que o mesmo ajuda a (re) elaborar.

O termo de mediação, ao ser utilizado por diferentes sistemas do pensamento ganhara complexidade e ao mesmo tempo obscuridade, já que fora articulado de diferentes maneiras e por distintas perspectivas.

Davallon (2007) afirma que o anseio de conceituar a mediação de um ponto de vista teórico e científico é uma empreitada bastante específica do campo das Ciências da Informação e da Comunicação e que:

enquanto investigador, se eu quiser utilizar o termo mediação enquanto conceito, é-me necessário, primeiro e antes de mais, (i) assumir que esse questionamento pertence à filosofia; (ii) mas procurar a pertinência e a validade da noção de mediação na investigação em Ciências da Informação e da Comunicação (DAVALLON, 2007, p.20).

Buscando averiguar a atinência de tal assertiva no campo da Ciência da Informação brasileira, alçamos o objeto de estudo desta dissertação, apreendido por meio do caminho metodológico exposto a seguir.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

5.1 Formação do *corpus* da pesquisa

Aproximando-nos do nosso universo de estudo- o conceito de mediação no âmbito da Ciência da Informação brasileira- este trabalho teve como principal eixo a análise de textos produzidos pela comunidade acadêmica e validados pela mesma a partir de dois importantes canais da comunicação científica: artigos de periódicos e anais de encontros de pesquisadores do domínio.

Como instâncias tradicionais da expressão do conhecimento produzido pela ciência, estas publicações são significativas para o cumprimento do nosso intento, na medida em que revelam discursos, reflexões teóricas, conceituais, epistemológicas e metodológicas que transitam, são debatidas e se legitimam no corpo de uma comunidade científica, ao longo do tempo.

Assim, para localizar as inserções e as apropriações do termo mediação na Ciência da Informação brasileira, compusemos um universo textual que buscasse representar esta tendência no campo, por meio do arranjo de um *corpus* documental: materialidade composta sistematicamente a partir da problemática da pesquisa.

Do latim *corpora*, designação de corpo, o *corpus* é uma expressão utilizada primeiramente pelas Ciências históricas em referência a uma determinada coleção de textos, remetendo a idéia de conjunto. A partir deste referencial, Barthes (1967, citado por BAUER; AARTS, 2000) redefiniu o *corpus* como: “coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, com (inevitável) arbitrariedade e com a qual ele irá trabalhar” (BARTHES, 1967, p.96 apud BAUER; AARTS, 2000, p.44).

A formulação do nosso *corpus* teve como fundamentos centrais os critérios de homogeneidade entre os materiais, representatividade e relevância dos mesmos, de modo a constituir um universo expressivo a partir do qual pudesse ser sustentada nossa investigação.

A homogeneidade diz respeito à natureza do material que compõe o *corpus*, que deve apresentar convergência com relação ao gênero e a estrutura dos registros. Este critério sugere que não sejam misturados em um mesmo conjunto, por exemplo, materiais textuais e sonoros ou textos jornalísticos e científicos.

A representatividade indica que devemos contemplar um suficiente espectro de material que represente o universo analisado, no sentido de um uma comunidade lingüística de modo geral, em nosso caso, o campo da Ciência da Informação brasileira.

A partir disto buscamos integrar diferentes lugares de expressão de onde partem o entendimento da mediação, ou seja, conjugar materiais que representassem, de modo mais amplo, a produção intelectual e discursiva circulante no domínio.

O último critério, a relevância, passa, necessariamente, por uma escolha arbitrária do pesquisador que julga a pertinência das unidades em termos de representatividade em relação ao universo estudado.

Adotando tais premissas, conjugamos trabalhos apresentados nas dez edições dos Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB); artigos veiculados em periódicos científicos nacionais devotados ao campo e trabalhos de pesquisadores brasileiros apresentados no “1º Colóquio Mediações e Usos de Saberes e da Informação: um diálogo França-Brasil”, realizado em 2008, emblemático em termos de reflexão acerca da mediação na área.

Ao elegemos como primeiro critério definidor de escolha das unidades amostrais (cada um dos elementos que compõe o *corpus*) a vinculação dos registros aos canais formais de comunicação científica, buscamos conferir homogeneidade ao nosso *corpus* na medida em que, tanto periódicos quanto anais de encontros têm como característica convergente, as regras subjacentes a expressão, circulação e validação do conhecimento no campo da Ciência. A opção em incluir apenas matérias de língua portuguesa segue também este mesmo princípio.

A conjugação destes dois importantes veículos de expressão do conhecimento científico busca também dimensionar, de modo mais abrangente, o cenário no qual se desdobram as aplicações do termo mediação, bem como possibilita entrevê-lo a partir de uma perspectiva temporal, critérios que contribuem para que o universo delimitado seja dotado de representatividade.

Para adotarmos o princípio da relevância buscamos localizar no universo de materiais disponíveis, aqueles que tratavam diretamente da mediação, ou seja, utilizando o termo como eixo significativo da discussão. Para isso elegemos como elemento norteador a presença dos termos mediação, mediador, mediadores e mediações no título, resumo e palavras chaves, por entender que nestas parcelas encontram-se expostas e delimitadas as principais bases argumentativas da discussão propostas no texto.

Será, pois, a partir de um conjunto formado por materiais textuais com os critérios anteriormente assinalados que buscaremos refletir sobre as formulações, aplicações e abordagens que cercam o emprego do termo mediação na Ciência da Informação brasileira.

5.1.1 Trabalhos apresentados no Grupo Informação e Sociedade/Ação Cultural: ENANCIBs I, II, III, IV e V

Tendo em vista que a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia (ANCIB), sociedade científica de âmbito nacional reconhecida como mais importante da área de Ciência da Informação, fixa, a partir da sexta edição de seu encontro nacional de pesquisa (ENANCIB), o termo mediação na nomenclatura que cognomina um de seus grupos de trabalho- o **GT Mediação, Circulação e Uso da Informação**³¹- julgou-se pertinente a leitura e análise das produções que compunham o escopo de pesquisa designado por tal trinômio, visando perceber as formas de abordagem ao conceito em foco, sua utilização, bem como os autores e filiações teóricas que fundamentaram seu emprego.

Os trabalhos apresentados em encontros retratam, em ampla medida, as principais tendências nacionais de estudo na área (assuntos privilegiados, discussões teórico-metodológicas, abordagens conceituais), que, delineadas pelo contexto macro da cultura, da história, da economia, da política e das próprias conformações inerentes ao campo científico, fornecem uma síntese da produção intelectual em determinados recortes temporais, como assinalam Muller, Miranda e Suaiden (2000):

na medida em que a ANCIB congrega a comunidade brasileira de pesquisadores da área de Ciência da Informação, o conjunto de trabalhos apresentados em seus encontros pode ser considerado representativo do estado da arte da pesquisa em Ciência da Informação (MULLER; MIRANDA; SUAIDEN, 2000, p.293).

Dado que o grupo de trabalho (GT) em questão substituiu o grupo **Informação e Sociedade/ Ação Cultural** vigente de 1994 a 2004, entendeu-se ser relevante, antes, um mapeamento dos trabalhos apresentados sob este arcabouço de discussão para que pudéssemos compreender os horizontes temáticos tratados por este grupo e com as quais o conceito mediação foi posto a dialogar. Isto porque vislumbramos a perspectiva

³¹ Este grupo passou a ser denominado de Medição, Circulação e Apropriação da Informação em 2009

de que da incorporação de um conceito por uma área decorre sua articulação com determinada trama conceitual e temática já operante no domínio.

Este momento tornou-se importante para revelar parte da trajetória da mediação dentro do campo, uma vez que permitiu entrever o cenário de discussões ao qual o termo foi alinhavado.

Assim, o primeiro momento da análise consistiu em delimitar as urdiduras temáticas nos trabalhos filiados ao grupo Informação e Sociedade/Ação Cultural durante os cinco primeiros Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia (1994, 1995, 1997, 2000 e 2003), período em que o GT em questão esteve operante com tal denominação, para apreendermos o arranjo temático e conceitual circulante no grupo.

5.1.1.1 Contextualizando o ENANCIB

A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), entidade promotora dos encontros, foi fundada em 1989 tendo seu núcleo inicial derivado de reuniões de coordenadores de cursos de pós-graduação na área de informação do Brasil, datadas do final da década de 1970.

A constituição dos Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia, (ENANCIB) está ligada ao Encontro Nacional de Cursos de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, que compreendiam reuniões fechadas, predominantemente administrativas, visando à consolidação dos cursos.

Muller, Miranda e Suaiden (2000) apontam que nestes encontros constituíram-se grupos de interesses que excediam o escopo dos cursos e que foram a gênese dos grupos temáticos que passaram a constituir a estrutura da ANCIB e as sessões temáticas dos trabalhos de pesquisa.

Os grupos de trabalho são responsáveis pela organização nuclear dos ENANCIBs no que concerne à avaliação das comunicações encaminhadas para a apresentação oral e que constarão nos Anais na forma de resumo ou de trabalhos completos, conforme as deliberações da comissão editorial de cada ano do evento.

De acordo com o documento que regulamenta a criação, o funcionamento e a avaliação dos GTs da ANCIB, os grupos de trabalho têm como princípios norteadores: a) uma configuração em torno de uma ordenação consensual da área ou de sua organização interna, motivada pela possibilidade de interlocução; b) a independência de

cada GT em relação aos Encontros Anuais da Associação, embora esse seja o principal local de reunião dos pesquisadores; c) a flexibilidade na caracterização temática dos grupos de trabalho deve ser operacionalizada por validação periódica dos pesquisadores, respeitadas as relações temáticas entre os GTs.

Assinala-se no referido documento a função dos grupos de trabalho.

Os Grupos de Trabalho da ANCIB não devem se constituir em torno de temas apenas para reunir os trabalhos a serem apresentados a cada ENANCIB. Ao contrário, os GTs constituem uma instância que permite reunir pesquisadores, ao longo do tempo, cujos problemas são próximos ou similares, mesmo não compartilhando necessariamente uma bibliografia. A organização dos GTs segundo temas e metodologias corresponde a uma clivagem, simultaneamente conceitual e prática, do campo da Ciência da Informação em determinado momento. Não devem se caracterizar, portanto, como agregados fixos, mas espaços temporários de interlocução cuja manutenção ou modificação deve ser testada e validada pela maioria dos seus participantes. Não se pretende que os GTs sejam regidos por recortes rígidos ou por especializações excessivas. Eles são provisórios, temporários. Nesse sentido, as clivagens são instrumentos de adequação aos objetivos de interlocução (ANCIB, 2005, p.1).

A criação de outros grupos se daria a partir da necessidade de novos espaços temáticos, identificados pelos pesquisadores nos GTs de que participam, e pela incompatibilidade entre a temática abordada por um novo grupo de trabalho e a ementa do GT. A constituição dos grupos de trabalho está ligada, portanto, a instituição de um foro de discussão regulado pelos temas propostos pelos GTs.

O recorte inicial para a composição de nosso *corpus* compreendeu, desse modo, os trabalhos apresentados sob o escopo do grupo Informação e Sociedade/Ação Cultural, durante os cinco primeiros encontros de pesquisa, no qual buscamos identificar as principais temáticas abordadas pelo mesmo.

O primeiro ENANCIB foi realizado em Belo Horizonte, no período de 8 a 10 de abril de 1994, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG. Foram publicados os resumos de 23 trabalhos, sendo que nem todos os trabalhos apresentados incluem-se nesta publicação. As temáticas tratadas cumpriram o seguinte agrupamento:

1. Informação Tecnológica.
2. Informação e Sociedade/Ação Cultural.
3. Representação do Conhecimento/Indexação/Teoria da Classificação.
4. Administração/Gestão/Avaliação e Estudos de Usuários.

5. Formação profissional/Mercado de trabalho.
6. Produção Científica/Literatura Cinzenta.
7. Políticas de Pesquisa dos Cursos de Pós-Graduação.

O segundo ENANCIB aconteceu em Valinhos, entre 22 e 24 de novembro de 1995, sendo uma realização do Departamento de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP). Foram apresentados 56 trabalhos, o que representou um acréscimo significativo em relação ao evento anterior. Os trabalhos publicados foram dispostos a partir dos seguintes grandes temas.

1. Informação Tecnológica e Administração de Serviços.
2. Representação do Conhecimento/Indexação/Teoria da Classificação.
3. Novas Tecnologias/Bases de Dados/Fontes de Informação/ Educação.
4. Informação e Sociedade/Ação Cultural.
5. Produção Científica/Literatura Cinzenta.
6. Formação profissional e Mercado de trabalho.

A terceira edição do ENANCIB realizou-se no Rio de Janeiro, de 10 a 12 de setembro de 1997, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação mantido pelo convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/ UFRJ). Neste verificou-se um crescimento de 140% no número de trabalhos em relação ao II evento. (ANCIB, 2007). Os anais trazem um total de 135 resumos apresentados que se distribuíram em seis grupos temáticos:

1. Informação Tecnológica e Administração de Serviços
2. Representação do Conhecimento/Indexação/Teoria da Classificação
3. Novas Tecnologias/Redes de Informação/Educação a Distância.
4. Informação e Sociedade/Ação Cultural.
5. Produção Científica/Literatura Cinzenta.
6. Formação Profissional/Mercado de Trabalho.

O quarto encontro ocorreu em Brasília, organizado entre os dias 6 e 10 de novembro de 2000, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UNB) e teve como tema central “Conhecimento para o Século XXI: a pesquisa na construção da Sociedade da Informação”. Foram apresentados 250

trabalhos, também representando um acréscimo expressivo em relação ao evento anterior. Estes trabalhos se distribuíram em oito sessões temáticas:

1. Informação Tecnológica e Informação para Negócios.
2. Representação do Conhecimento/Indexação/Teoria da Classificação.
3. Novas Tecnologias/Redes de Informação/Educação à Distância.
4. Informação e Sociedade/Ação Cultural.
5. Comunicação Científica.
6. Formação Profissional e Mercado de Trabalho.
7. Planejamento e Gestão de Sistemas de Informação e Inteligência Competitiva.
8. Epistemologia da Ciência da Informação.

Já o quinto ENANCIB ocorreu em Belo Horizonte, entre os dias 10 e 14 de novembro de 2003. Promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o tema central do encontro é “Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade: desafios do milênio”. Os 139 trabalhos apresentados distribuíram-se em oito grupos temáticos, que se seguem:

1. Informação Tecnológica e para Negócio.
2. Representação do Conhecimento/Indexação/Teoria da Classificação.
3. Novas Tecnologias/Redes de Informação/Educação à Distância.
4. Informação e Sociedade/Ação Cultural.
5. Comunicação e Produção Científica/Literatura Cinzenta.
6. Formação Profissional e Mercado de Trabalho.
7. Planejamento de Sistemas/Inteligência Competitiva.
8. Epistemologia da Ciência da Informação.

Destas cinco edições, apenas a quinta traz os textos completos publicados nos Anais, sendo que as demais apresentam apenas os resumos. Diante disto foram analisados resumos, títulos e palavras-chave (quando havia) dos trabalhos, de modo a indicar o núcleo temático central dos mesmos.

Ainda que não tenhamos acesso ao corpo completo do texto, entende-se, pelo critério de relevância, que nestes fragmentos textuais já se encontram expostos, de forma sumária, os delineamentos das principais temáticas tratadas na discussão, já que os resumos devem conter informações relativas a todo o texto, tanto gerais quanto específicas, desempenhando, assim, papel importante na classificação/tematização de um trabalho.

Para Flores et al (1994) o resumo é “a condensação de um texto, pondo-se em destaque os elementos de maior interesse e importância” (FLORES et al, 1994, p.138).

Reconhecemos, contudo, as limitações implicadas neste procedimento, sobretudo quando do surgimento do conceito de mediação na fase inicial. Em decorrência das mesmas, consideramos as aparições iniciais do termo mediação como “indícios” a revelarem nuances de suas inserções e usos.

O conjunto de trabalhos apresentados nos ENANCIBs pelo grupo Informação e Sociedade Ação Cultural fez um total de **115** trabalhos distribuídos anualmente segundo a tabela que se segue:

TABELA 1
Número de trabalhos apresentados pelo grupo Informação e Sociedade/Ação Cultural por edição do ENANCIB e número total de trabalhos 1994 - 2003.

	EDIÇÃO	ANO	Nº DE TRABALHOS <i>INFORMAÇÃO/SOCIEDADE/AÇÃO CULTURAL</i>	Nº TOTAL DE TRABALHOS APRESENTADOS
ENANCIB	1	1994	2	23
	2	1995	11	56
	3	1997	36	135
	4	2000	42	250
	5	2003	24	139
TOTAL			115	603

Fontes: Anais dos ENANCIBs e MUELER, MIRANDA, SUAIDEN (2000)

Conforme a tabela indica, podemos notar que na primeira edição do Encontro, da totalidade de trabalhos apresentados, 8% correspondiam ao eixo temático Informação e Sociedade/Ação Cultural. No ano seguinte, esta tendência segue para 19%, sendo que em 1997, no III ENANCIB, há um aumento significativo do número de trabalhos filiados a esta linha, que ocupa em torno de 26,7% da totalidade de trabalhos comunicados.

Em 2000, 16,8% das comunicações compreenderam as discussões sociais da informação e em 2003 a tendência permanece próxima, com 17,3% dos trabalhos.

Deste universo de 115 trabalhos, analisamos, para fins de categorização, o resumo título e palavras-chaves de 107³² deles. Oito não foram analisados por não constarem nos Anais³³.

5.1.2 Trabalhos do GT Mediação, Circulação e Uso/Apropriação da Informação: ENANCIBs VI, VII, VII, XIX e X

No momento subsequente, o *corpus* se compôs por trabalhos apresentados nos ENANCIBs posteriores, referentes aos anos de 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009 e constantes no GT **Mediação, Circulação e Uso/Apropriação da informação**, o antigo grupo Informação e Sociedade/Ação Cultural.

O VI ENANCIB foi realizado em Florianópolis, no período de 28 a 30 de novembro de 2005, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tendo como tema central “A política científica e os desafios da sociedade da informação”. Os anais do evento contêm o texto completo dos 125 trabalhos expostos em sete grupos de trabalho:

1. Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação.
2. Organização do Conhecimento e Representação da Informação.
3. Mediação, Circulação e Uso da Informação.
4. Gestão de Unidades de Informação.
5. Política, Ética e Economia da Informação.
6. Informação e Trabalho.
7. Informação para Diagnóstico, Mapeamento e Avaliação.

O VII ENANCIB ocorreu em Marília, entre os dias 19 e 22 de novembro de 2006, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP com o tema “A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas

³² Ver relação de trabalhos no Anexo A.

³³ São eles: “Informação e construção da cidadania”, de Aida Varela (2000); “As novas relações comunicacionais e informacionais entre poder público e sociedade civil no processo de formulação e gestão de políticas públicas” de José Cláudio Costa Barros (2000); “Massa ou rede? A problemática dos movimentos sociais na Sociedade da Informação”, de Fábio Luiz Milani (2000); “Information literacy na educação superior: caracterização e conceituação”, de Lígia Maria Moreira Dumont (2000); “Necessidade de informação para turistas: estudo de caso de um município mineiro”, de Leonardo Pellegrino de Souza e Beatriz Valadares Cendón (2000); “O uso cidadão da internet: estudo exploratório dos usuários do PROCON de Belo Horizonte”, de Miriam Gontijo Moraes (2000); “Estratégias de democratização do acesso e ampliação dos usos do patrimônio arquivístico: a utilização de documentos de arquivo por comunidades em processo de” Rosane Montiel (2000) e um trabalho do primeiro ENANCIB ao qual não obtivemos nenhuma referência.

interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação”. Foi apresentado um total de 110 trabalhos, distribuídos nas sete sessões temáticas indicadas:

1. Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação.
2. Organização do Conhecimento e Representação da Informação.
3. Mediação, Circulação e Uso da Informação.
4. Gestão de Unidades de Informação.
5. Política, Ética e Economia da Informação.
6. Informação e Trabalho.
7. Informação para Diagnóstico, Mapeamento e Avaliação.

O VIII ENANCIB aconteceu em Salvador, entre os dias 28 e 31 de outubro de 2007, e foi promovido pelo programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O tema central discutido que designou a reunião foi “Promovendo a inserção internacional da pesquisa brasileira em Ciência da Informação” e os grupos de trabalho se dispuseram da seguinte maneira:

1. Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação.
2. Organização do Conhecimento e Representação da Informação.
3. Mediação, Circulação e Uso da Informação.
4. Gestão de Unidades de Informação.
5. Política, Ética e Economia da Informação.
6. Informação e Trabalho.
7. Informação para Diagnóstico, Mapeamento e Avaliação.

O IX ENANCIB ocorreu em São Paulo, entre os dias 28 de outubro e 1º de novembro de 2008 produzido pela Escola de Comunicação da Universidade de São Paulo (USP) cujo tema central foi “Diversidade cultural e Políticas de informação”. Os grupos temáticos seguiram a edição anterior.

1. Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação.
2. Organização do Conhecimento e Representação da Informação.
3. Mediação, Circulação e Uso da Informação.
4. Gestão de Unidades de Informação.
5. Política, Ética e Economia da Informação.
6. Informação e Trabalho.
7. Informação para Diagnóstico, Mapeamento e Avaliação.

O X ENANCIB foi promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) entre os dias 25 e 28 de outubro de 2009, tendo como temática nuclear a “Responsabilidade Social da Ciência da Informação”. Os grupos de trabalho seguiram a seguinte conformação:

1. Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação.
2. Organização do Conhecimento e Representação da Informação.
3. Mediação, Circulação e Uso da Informação.
4. Gestão da Informação e Conhecimento nas organizações.
5. Política e Economia da Informação.
6. Informação, Educação e Trabalho.
7. Produção e organização da informação em Ciência e Tecnologia.
8. Informação e Tecnologia.
9. Museu, patrimônio e informação.

Esta segunda etapa de composição do *corpus* documental partiu do total de trabalhos apresentados sob o grupo Mediação, Circulação e Uso da Informação, durante este período, dispostos na tabela que se segue:

TABELA 2

Número de trabalhos apresentados pelo grupo Mediação, Circulação e Uso/Apropriação da Informação por edição do ENANCIB e número total de trabalhos.

	EDIÇÃO	ANO	Nº DE TRABALHOS <i>MEDIAÇÃO, CIRCULAÇÃO E USO DA INFORMAÇÃO</i>	Nº TOTAL DE TRABALHOS APRESENTADOS
ENANCIB	6	2005	31	125
	7	2006	23	110
	8	2007	27	148
	9	2008	20	150
	10	2009	20	155
TOTAL			121	688

Fonte: Anais do Enancib 2005 - 2009

Como evidencia a tabela, no primeiro ano de vigência do GT com a nova denominação, (2005), 25% dos trabalhos apresentados filiaram-se ao mesmo, sendo que no ano seguinte 21% dos trabalhos apresentados estiveram sob o escopo deste mesmo grupo. Em 2007 há uma queda no número de trabalhos comunicados neste GT, que abarcou cerca de 19% da totalidade dos trabalhos apresentados. Em 2008, aproximadamente 14% dos trabalhos apresentados estiveram sob a rubrica do GT em

questão e no ano seguinte, quando o grupo passa a ser denominado “Mediação, Circulação e Apropriação da Informação”, a tendência permanece próxima, com 13% dos trabalhos.

Do universo de trabalhos apresentados no grupo, elegeram-se aqueles que obedeciam a um critério de relevância, sendo requerido que a publicação empregasse a mediação como parte significativa do eixo argumentativo da exposição.

Para detectar tais trabalhos, buscamos pelos termos mediação, mediador (es) e mediações nos títulos, resumos e palavras-chaves, seguindo a orientação seguida aqui de que nesta parcela se encontram dispostas as principais vertentes de discussão.

Este estrato do *corpus*, que partiu dos 121 trabalhos apresentados, somou um total de 33 trabalhos, ou seja, aproximadamente 27,3% da totalidade de trabalhos apresentados no escopo do grupo³⁴ ao longo do tempo considerado.

Nesta etapa identificamos, a partir da leitura completa dos trabalhos, título, autor, abordagens relativas à mediação, percebendo as concepções teóricas que fundamentaram seus usos, bem como contextualizamos o trabalho em sua dimensão global, identificando o assunto tratado pelo mesmo. Estes elementos foram arrolados em quadros descritivos que categorizaram fragmentos textuais de acordo com a técnica de análise de conteúdo, a qual subsidiou nosso caminho analítico e que será tratada no item 5.2.

5.1.3 Artigos de periódicos científicos

O terceiro momento de composição do *corpus* compreendeu a seleção de artigos vinculados à área de Ciência da Informação e que utilizavam a noção de mediação como vertente argumentativa da discussão, também conforme critério de relevância adotado na escolha dos trabalhos apresentados no GT Mediação, Apropriação e Uso da Informação.

Nesta etapa, finalizada em dezembro de 2009, investigamos a presença dos termos “mediação”, “mediador”, “mediadores” e “mediações” nos títulos, palavras-chaves e resumos de artigos constantes em duas Bases que indexam publicações periódicas nacionais especializadas em Ciência da Informação: a base PERI³⁵, da

³⁴ Ver relação de trabalhos no Anexo B

³⁵ Disponível em www.eci.ufmg.br/peri.htm

Universidade Federal de Minas Gerais e a BRAPCI³⁶ (Base de Dados Referenciais de Artigos de periódicos de Ciência da Informação) da Universidade Federal do Paraná.

A primeira, mantida pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, indexa trabalhos decorrentes de eventos técnico-científicos e artigos de periódicos, somando um total de 77 (setenta e sete) publicações nacionais da área de Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e campos considerados interdisciplinares aos mesmos, como Administração, Educação e Comunicação.

A BRAPCI indexa 27 títulos de periódicos, também ligados Ciência da Informação e áreas consideradas correlatas.

Para os fins desta pesquisa, escolhemos apenas os artigos publicados nos periódicos nacionais e que contemplavam a área de Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia, considerando os elos historicamente estabelecidos entre estas disciplinas no âmbito da pesquisa e pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil.

Desse modo, optou-se por selecionar artigos provenientes das seguintes publicações, as quais constavam nas Bases, conforme destaca o quadro a seguir:

QUADRO 2
Periódicos indexados pelas bases de dados PERI e BRAPCI para composição do *corpus* da pesquisa

Títulos	Base PERI	Base BRAPCI
1. Acervo- Revista do Arquivo Nacional		
2. Arquivo e Administração		
3. Arquivistica.Net		
4. Biblos-Revista do Departamento de Biblioteconomia e História		
5. Boletim ABDF Nova Série		
6. Cadernos Brasileiros de Biblioteconomia		
7. Cadernos da FFC (UNESP)		
8. Cadernos de Biblioteconomia (Recife)		
9. Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação (BAD)		

³⁶ Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br>

10. Cadernos de Biblioteconomia e Documentação (Bahia)		
11. Ciência da Informação		
12. Comunicação e Informação		
13. DataGramZero		
14. Encontros Bibli		
15. Estudos Avançados Em Biblioteconomia e Ciência Da Informação		
16. Em Questão: Revista da Faculdade de biblioteconomia e comunicação da UFRGS		
17. Educação Temática Digital		
18. Inclusão Social		
19. Infociência		
20. Informação Cultural		
21. Informação e Sociedade: estudos		
22. Informação & Informação		
23. Informare		
24. IP - Informática Pública		
25. LIINC em revista		
26. Perspectivas em Ciência da Informação		
27. Revista ACB: biblioteconomia em Santa Catarina		
28. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação		
29. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG		
30. Revista de Biblioteconomia de Brasília		
31. Revista de Biblioteconomia e Comunicação		
32. Revista de Biblioteconomia do Maranhão		
33. Revista de Biblioteconomia e Comunicação Completa		
34. Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação		
35. Revista do Departamento de Biblioteconomia e História		
36. Revista do Núcleo de documentação		

Optamos por escolher pelas bases e não por periódicos específicos porque nossa intenção foi reunir o maior número possível de publicações que tratavam do nosso objeto, critério diretamente concatenado a representatividade, princípio norteador na formatação do nosso *corpus* de análise.

Ao procurar pelo termo mediação na Base Peri, obtivemos um retorno de 54 itens, sendo que destes, 28 eram provenientes de diferentes encontros científicos do campo, os quais nesta pesquisa estão contemplados pelas unidades amostrais que compõem a parcela do *corpus* reservada ao ENANCIB. Dos 26 registros referentes a artigos, 11 deles traziam a palavra mediação apenas uma vez no resumo ou corpo do texto, de modo aligeirado, sem exibir-se novamente no restante da produção. Estes não foram considerados por nós, já que consideramos como critério de relevância a presença de abordagens que coloquem a mediação como unidade significativa para encaminhamento da discussão do texto, conforme procedemos com os trabalhos dos cinco últimos ENANCIBs.

Por alguns periódicos figurarem na lista de ambas as bases de dados, obtivemos inúmeros registros duplicados. Após triagem e seleção, chegamos a um total de 18 artigos³⁷, os quais também foram lidos e analisados na sua integralidade.

A última etapa da constituição do *corpus* compreendeu a incorporação dos textos referentes ao I Colóquio Mediação e Usos Sociais de Saberes e Informação.

5.1.4 Colóquio Mediação e Usos de Saberes e Informações

O primeiro Colóquio “Mediações e Usos Sociais de Saberes e da Informação: um diálogo França-Brasil”, realizado em 2008, é um marco importante para entender os modos pelos quais os estudos sobre a mediação no campo da Ciência da Informação vêm sendo encaminhados no Brasil e também na França e, sobretudo, como os segundos se refletem nos primeiros.

Organizado pela Rede Franco-Brasileira de Pesquisadores sobre Mediações, Usos Sociais de Saberes e Informação configurada em 2007 – Rede Mussi – o evento reuniu inúmeros intelectuais brasileiros e franceses, pesquisadores e estudantes de pós-

³⁷ Ver relação de artigos no Anexo C.

graduação que se dedicam ao estudo do campo temático designado pela expressão que nomeia tanto a rede quanto o evento.

De acordo com Marteleto (2008) uma das coordenadoras do colóquio, e Couzinet (2008), pesquisadora francesa integrante da rede, a idéia do colóquio nasceu porque:

as mediações e apropriação social de saberes, conhecimentos e informações são uma temática de pesquisa núcleo em Ciências da Informação na França e no Brasil. Ela permite interrogar a função histórica, epistemológica e institucional desse domínio de estudos, particularmente no que concerne à produção, organização e acesso aos conhecimentos que são produzidos em diferentes contextos civis, comunitários e organizacionais da sociedade (MARTELETO, COUZINET, 2008, p. 24).

Esta rede integradora de pesquisadores brasileiros e franceses tem como missão, segundo as autoras, a proposição de eixos de pesquisa cujo objetivo é a constituição de espaços de debate e interlocução acerca das questões da informação, tendo como horizonte os aspectos culturais, sociais, educativos, científicos e econômicos de cada povo e país.

Assim, o colóquio congregou laboratórios e grupos de pesquisa de diferentes universidades francesas e brasileiras, tais como: o LERASS- *Laboratoire d' Études et de Recherches em Sciences Sociales Appliquées, Université Paul Sabatier, Toulouse 3*; o Laboratório GERIICO – *Groupe d' Études et de Recherche Interdisciplinaire em Information et Communication; o Laboratoire Culture et Communication, Université d'Avignon et des Pays Du Vaucluse*; o *Centre d' Étude et de Traitement de l'Information Juridique, Université de Montpellier*; o ELICO- *Equipe de Recherche de Lyon em Sciences d l'Information et des Bibliothèques (ENSSIB)*; o Instituto de Comunicação e de Informação em Ciência e Tecnologia (ICICT/FIOCRUZ); o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT/MCT); a Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI/UFMG); a Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP); a Universidade Federal do Estado de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Os conteúdos do colóquio foram articulados em três eixos temáticos transversais aos estudos da informação, que contemplavam dimensões específicas dos estudos das “mediações, usos e apropriações de saberes e informação”: o

epistemológico-histórico; o prático-empírico; o técnico operacional (MARTELETO; COUZINET, 2008, p.27).

Por esta angulação os trabalhos e comunicações foram alinhados aos seguintes eixos, segundo explicita seus anais.

- a) Mediações e usos da informação: histórias, práticas e aspectos interdisciplinares. Neste eixo discutiu-se o terreno epistemológico e interdisciplinar da formulação dos conceitos de conhecimento, saber e informação no campo de estudos da informação, bem como a institucionalização das Ciências da Informação no Brasil e na França.
- b) Mediações, acesso, apropriações e usos da informação: questões práticas e teóricas. Enfocaram-se as mediações e apropriações sociais de informações para a produção de conhecimentos, as redes sociais, as tecnologias de comunicação e informação, usuários e usos da informação, modos de recepção, leitura, textualidade e memória.
- c) Mediações e organizações de saberes, conhecimentos e informações-questões de representação de linguagem. Debateu a organização do conhecimento face aos novos usos e usuários da informação, teorias e metodologias para a construção de instrumentos e linguagens de representação e recuperação da informação, aspectos éticos e jurídicos referentes à produção, organização e representação do conhecimento.

Dado que esta pesquisa se interessa particularmente pelo estudo da mediação produzida por pesquisadores brasileiros, consideramos para fins de análise apenas a produção apresentada por pesquisadores nacionais. Estamos certos de que seus trabalhos refletem, em larga medida, as inúmeras interlocuções teóricas e articulações metodológicas estabelecidas por estes e autores de outros países, sobretudo da França.

Os trabalhos apresentados por pesquisadores franceses nos servem aqui como referenciais teóricos do trabalho, dimensionando o campo macro de estudo das mediações e sua influência sobre o pensamento brasileiro.

Somam-se, assim, um universo composto por 36 (trinta e seis) trabalhos distribuídos em Mesas Redondas e Sessões de Comunicação, sendo que destes 24 (vinte e quatro) são de pesquisadores brasileiros. A subdivisão temática seguiu os seguintes eixos:

1. Mesas-Redondas:

- a) Institucionalização, situação atual e perspectivas de formação de pós-graduação e da pesquisa em Ciência da Informação na França e no Brasil: olhares intercruzados.
- b) Informação e teoria social: domínios de interface, transdisciplinaridade, migração e apropriação de conceitos.
- c) A ciência e suas redes: novas configurações de escritas, publicações e colaborações.

2. Sessões de Comunicação

- a) Informação, conhecimento, saber: história, epistemologia, interdisciplinaridade.
- b) A institucionalização da pesquisa em Ciência da Informação e o lugar dos estudos sobre mediações e usos sociais dos conhecimentos e saberes.
- c) O campo das Ciências da Informação e o papel dos conhecimentos, saberes e informações para o desenvolvimento científico, social e econômico.
- d) Informação, cultura e sociedade contemporâneas: mediações, acesso, usos da informação e dos saberes.
- e) Redes, interações, comunicações e apropriação de informações em diferentes espaços sociais.
- f) Informação, cultura e memória: teorias, práticas, políticas.
- g) Organização dos conhecimentos face aos novos usos e usuários da informação.
- h) Princípios e metodologias para a construção de ferramentas e linguagens de representação e recuperação da informação face aos saberes multi-interdisciplinares.
- i) Informação e sociedade: aspectos éticos e jurídicos da produção, organização e apropriação de conhecimentos/saberes.

Pela variedade de eixos temáticos, podemos entrever que o domínio das “mediações e usos sociais dos saberes e informações” circunscreve-se em uma ampla gama de assuntos, colaterais as divisões dos grupos de trabalho da ANCIB em seus núcleos principais.

Isto fez com que, sob o arcabouço da mediação e do uso, figurassem neste colóquio, variadas temáticas que tratavam, por exemplo, da organização de bases de saberes, do histórico da Documentação no Brasil, da configuração das linhas de pesquisa em Ciência da Informação, da interdisciplinaridade, do acesso livre à

informação, dos índices de produtividade científica, das políticas públicas de informação, dentre outros.

O vasto espectro de assuntos tratados, contemplados pelos eixos norteadores do colóquio- mediação e uso- indicam a natureza plural destes dois construtos que se interrelacionam com a informação, atravessando diferentes segmentos de estudo no campo da Ciência da Informação, tanto francesa quanto brasileira.

Diante desta conformação e, na medida em que buscamos entender, especificamente, as diferentes aplicações do conceito mediação no campo da Ciência da Informação brasileira analisamos apenas os trabalhos que exploram explicitamente (ou se propõem a tal) o conceito mediação.

Para isto, investigamos tanto nas sessões de mesas redondas, quanto nas comunicações, os trabalhos que referenciavam a mediação, identificados a partir da presença dos termos mediação (ões), mediador (es) nos fragmentos de títulos, resumos e palavras-chaves, de acordo com o critério empregado ao longo deste trabalho.

Este estrato do *corpus* foi formado por 6 (seis) trabalhos, sendo que um foi apresentado na sessão “Mesa Redonda” e os 5 (cinco) restantes constaram nas “Sessões de Comunicações”. A totalidade deste estrato se mostra no quadro a seguir.

QUADRO 3:
Trabalhos apresentados no I Colóquio Mediações, Usos Sociais de Saberes e Informações componentes do *corpus* da pesquisa

Título do trabalho	Autor
1. Entre centro e periferia: contextos, mediações e produções de sentidos	Inesita Araújo ³⁸
2. Mediações universidade- sociedade- inovação: a estratégia de fazer caminhos ao caminhar.	Anderson Fabian Higinio; Alcenir Soares dos Reis; Lígia Maria Moreira Dumont; Maria Antonieta Pereira
3. Jovens e AIDS: discursos, mediações e apropriação de sentidos	Janine Cardoso; Kátia Lerner
4. Mediação, informação, conhecimento: reflexões acerca da crítica cultural da contemporaneidade	Marco Antônio de Almeida
5. Exposições e dispositivos de gênero no espaço público: silêncios da mediação cultural	Giulia Crippa
6. Maleta Futura: uma experiência de articulação, mediação e usos sociais da informação	Ana Paula Brandão; Luis Felipe Borges; Nina Ulup Marini

Fonte: Anais do I Colóquio Mediações, Usos Sociais de Saberes e Informações (MUSSI)

Todo o *corpus*, que integrou 164 unidades amostrais, foi submetido à categorização e análise por meio da técnica de análise de conteúdo, a partir da qual foi

³⁸ Trabalho apresentado na sessão “Mesa Redonda”

possível entrever e quantificar os elementos conceituais e temáticos mais recorrentes no grupo Informação e Sociedade/Ação Cultural, bem como apontar os empregos e apropriações do conceito mediação nos trabalhos do grupo Mediação, Circulação e Uso/Apropriação da Informação, nos artigos científicos e nos trabalhos do colóquio da Rede Mussi.

A tabela 3 sintetiza os estratos que compuseram o *corpus* de análise:

TABELA 3
Corpus de análise da pesquisa

Estrato do corpus	Número de unidades amostrais
Resumos referentes ao grupo Informação e Sociedade/Ação Cultural. (ENANCIBs 1 a 5)	107
Trabalhos apresentados no grupo Mediação, Circulação e Uso/Apropriação da Informação (ENANCIBs 5 a 10)	33
Artigos científicos	18
Trabalhos apresentados no I Colóquio da Rede Mussi	6
TOTAL	164

Fonte: pesquisa 2008 - 2010

5.2 A análise de conteúdo

A análise de conteúdo é uma técnica de análise de textos desenvolvida amplamente dentro das ciências sociais, inúmeras vezes conjugada a outros métodos como a lexicologia, a análise de discurso e a análise documental.

Bereleson (1956, apud VALA, 1986) definiu a análise de conteúdo como uma técnica de investigação que permite a descrição, objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo, na medida em que propõe a sua extensão a todo o comportamento simbólico.

Embora a maior parte das análises clássicas de conteúdo culmine apenas em descrições numéricas de algumas características do corpo do texto, importante atenção está sendo dada aos “tipos”, “qualidades”, e “distinções” no texto, antes que qualquer quantificação seja feita (BAUER, 2000).

Para Bardin (1979), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações que abarca explicitação, sistematização e expressão do conteúdo de mensagens, visando deduções lógicas e justificadas a respeito da origem dessas

mensagens, onde se incluem os emittentes, o contexto de emissão e os possíveis efeitos que se pretendem causar a partir delas.

A autora afirma ser a análise de conteúdo caracterizada pelas seguintes funções: a) função heurística: a técnica enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão à descoberta; b) função de administração de prova: hipóteses, sob a forma de questões ou afirmações provisórias servindo de diretrizes, apelação para o método de análise sistemática para serem verificadas, no sentido de uma confirmação ou de uma afirmação.

Tal instrumento consiste em reduzir a complexidade de uma coleção de textos a partir da classificação sistematizada e da contagem das unidades de significado, cujo potencial é o estabelecimento de um elo entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais.

Assim, a finalidade do emprego da análise de conteúdo nesta pesquisa foi abrir caminhos a partir dos quais pudéssemos efetuar inferências, com base em uma lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas.

Tendo como fundamento operações de desmembramento do texto em unidades, buscamos revelar os diferentes núcleos de sentido que constituíam o material analisado, seguindo as orientações de Bardin (1979). Ao dividirmos os textos componentes do nosso *corpus*, buscamos seguir os seguintes critérios.

- a) Homogeneidade: agrupamento de textos segundo sua tipologia: artigos e trabalhos apresentados em congressos e encontros científicos.
- b) Exaustividade: procurou-se esgotar a totalidade do texto em unidades, às quais foram submetidas a uma categorização.
- c) Exclusividade: um mesmo elemento do conteúdo foi enquadrado em apenas uma categoria.
- d) Pertinência: adequabilidade das categorias conforme objetivo da pesquisa.

Em seguida reagrupamos os segmentos em classes ou categorias elaboradas, tendo em vista os pontos de contato entre os assuntos tratados no texto, os quais foram posteriormente quantificados, considerando a sua recorrência.

Nos textos integrantes do primeiro momento do ENANCIB, concernentes ao grupo Informação e Sociedade/Ação Cultural, procuramos encontrar as principais

temáticas tratadas e, na medida do possível, o fio condutor destas abordagens, revelando a ótica pela qual as mesmas eram vislumbradas. Esta etapa do trabalho compreendeu uma *análise categorial temática*, do resumo, título e palavras chaves, que permitiu a classificação dos elementos de significação constitutivos do texto, a fim de que pudéssemos classificá-lo em termos gerais.

A *análise categorial temática* objetivou, desse modo, a identificação de motes que formulavam o arranjo temático do grupo de trabalho, os quais foram, posteriormente, associados, de forma direta ou indireta, à mediação quando da adoção da nova nomenclatura do GT.

As temáticas apresentaram-se sob a forma de expressões e palavras explícitas no texto ou em alusões implícitas, recortadas em *unidades de codificação*, posteriormente agrupadas em *categorias temáticas*, que reuniram os registros conforme as similitudes de seu conteúdo e a reincidência de elementos significativos que contextualizavam a mesma idéia.

Chegamos a estabelecer 15 (quinze) categorias que localizaram o núcleo temático dos textos, sendo as mesmas quantificadas de modo que obtivéssemos a frequência de ocorrência da cada uma delas, conforme será mostrado no capítulo subsequente.

Dentre elas estão: Disseminação da Informação, Classificação, Biblioteca, Transferência da Informação, Movimentos Sociais, Educação etc.

No segundo momento de análise, voltada para as comunicações referentes ao grupo Mediação, Circulação e Uso/Apropriação da Informação, aos trabalhos do colóquio da Rede Mussi e aos artigos científicos, a partir dos quais buscamos perceber, especificamente, o emprego do termo mediação, procedemos também com o recorte das unidades textuais. Estes fragmentos foram codificadas em *unidades de contexto*, as quais permitiram “compreender a significação dos itens obtidos repondo-os em seu contexto” (BARDIN, 1979, p.36). Tais *unidades* situaram e aproximaram as abordagens teóricas, temáticas e conceituais relativas à mediação, subsidiando a descrição analítica do conteúdo das mensagens.

Representando o centro aglutinador das abordagens relativas à mediação, a *unidades de contextos* formularam os núcleos de abordagem à mediação tais como: “Cognitiva”, “Pedagógica” “Transferência/Uso”, “Cultura”, “Movimentos Sociais” etc, que revelaram as principais tendências de abordagem ao termo. Cabe-nos ressaltar que

tais núcleos constantemente interpenetram-se, não se constituindo como agrupamento estanque e isolado dos demais.

Foram também destacados os principais autores e correntes teóricas que fundamentaram o emprego do termo, bem como sublinhada ausência de tratamento conceitual conferido ao mesmo.

Os capítulos que se seguem expõem e discutem os resultados provenientes desta sistematização e análise.

6. MEDIAÇÃO PELO ENANCIB: UM MAPEAMENTO

6.1 Grupo Informação e Sociedade/Ação Cultural: recolhendo indícios

A categorização dos trabalhos apresentados no primeiro quinquênio do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia (ENANCIB) sob a rubrica do grupo Informação e Sociedade/Ação Cultural permitiu visualizar os principais núcleos temáticos tratados por esta clivagem de discussão, além de revelar as aparições iniciais da noção de mediação expostas neste encontro, bem como suas articulações temáticas.

A categorização e a quantificação dos assuntos permitiram visualizar as temáticas mais recorrentes, esboçadas no Gráfico 1.

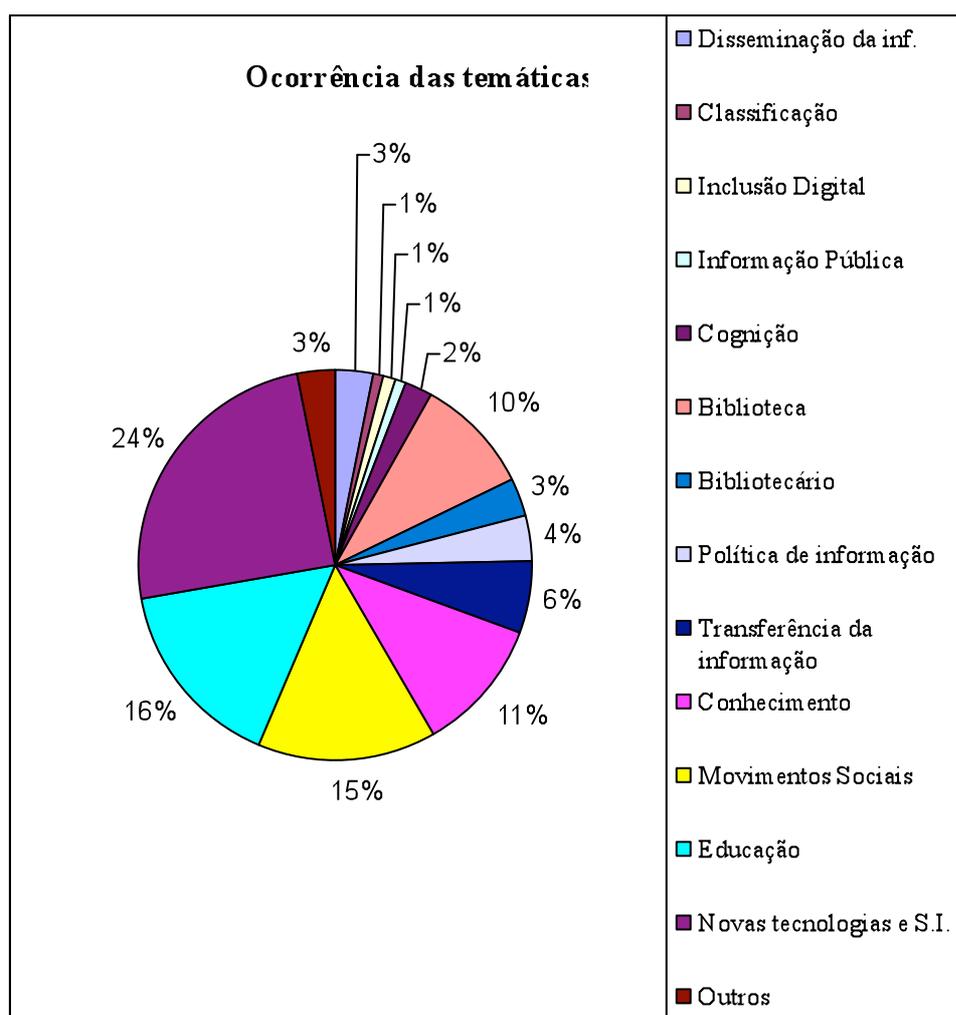


GRÁFICO 1: Frequência de ocorrência das temáticas tratadas pelo grupo Informação e Sociedade/Ação Cultural durante as cinco primeiras edições do ENANCIB.

Fonte: Trabalhos apresentados no grupo Informação Sociedade/ação cultural nos ENANCIB's de 2005 a 2009 constantes no *corpus* da pesquisa

Conforme vemos no Gráfico 1, há uma predominância da temática “Novas tecnologias e Sociedade da Informação”, (24%), seguida pelas temáticas “Educação” (16%) e “Movimentos Sociais”, (15%), o que se configura como um importante indicativo para esboçarmos um primeiro contorno da formatação geral deste grupo de trabalho.

Observa-se neste GT o conceito de mediação articulado, em primeiro momento, aos estudos sobre movimentos sociais, durante o segundo ENANCIB (1997); em seguida, no quarto encontro, realizado em 2000, aos estudos cognitivos da informação e, posteriormente, no quinto ENANCIB (2003) alocado nos estudos das novas articulações políticas estabelecidas entre Estado e Sociedade Civil.

Diante disso acreditamos ser significativo, determo-nos o olhar para estas três temáticas recorrentes, responsáveis por ocupar 55% da totalidade de assuntos tratados pelo grupo ao longo dos cinco primeiros encontros, o que nos indica uma predominância de certos elementos dentro deste domínio discursivo.

6.1.1 Novas tecnologias e a Sociedade da Informação

Ferramentas e aparatos tecnológicos compreendem a temática mais periódica nos debates do grupo Informação e Sociedade/Ação Cultural durante os cinco primeiros ENANCIB's.

Discussões sobre a chamada “Sociedade da Informação”, suas configurações e as mudanças trazidas pelo modelo econômico pautado no desenvolvimento tecnológico e na informação, ocupam lugar de destaque nos estudos apresentados pelo grupo em questão.

Nestes trabalhos a tecnologia é enfatizada amiúde: a) pela expectativa do porvir, do advento, de uma aproximação incessante; b) pela visão de que esta chegada provoca impactos e transformações em diferentes esferas da vida, o que exige adaptações e rearranjos, c) pela perspectiva de que a penetração tecnológica - definidora da Sociedade da Informação - é irreversível ou inevitável.

A partir dos resumos podemos notar a delimitação temporal de um período no qual a tecnologia parece tornar-se um imperativo: trata-se de uma “era” que se aproxima apressadamente e que transforma de muitas maneiras a realidade social.

“*A sociedade de conteúdos de informação*”, apresentado por Barreto (1997) no terceiro ENANCIB aponta-nos essa tendência.

Neste período que se avizinha ao fim de século, fica realçada a transitoriedade da realidade e, sobretudo, do setor de informação que sofre influência direta de tecnologias [...] em constante mutação. Estas tecnologias são derivadas da microeletrônica e da telecomunicação, com suas técnicas correlatas de processos, insumos e equipamentos. A Sociedade Brasileira de Informação se coloca nesta realidade emergente como um anseio do Estado e uma esperança da sociedade (BARRETO, 1997, p.68).

Freitas (2000) identificou este arranjo cronológico, ou “demarcação cronológica”, conforme nomeia, como estratégia discursiva bastante presente no campo da Ciência da Informação, sobretudo daquele produzida a partir da década de 1990.

Segundo a autora:

o estabelecimento de marcos cronológicos – e aqui fundem-se mudança de século e milênio- para transformações tão profundas, radicais e sobretudo desejáveis, parece operar vínculos com o campo das filiações de sentido das promessas, tanto religiosas quanto leigas, do milenarismo. Nesta doutrina (na versão religiosa) ou movimento (na versão laica), ao mundo sem esperança e decadente se sucederia a bem aventura e a redenção humanas. [...] Um marco cronológico é tão significativo para o apagamento dos outros discursivos- coisas do velho milênio-, quanto para renovar promessas investidas do caráter de novidades (FREITAS, 2001, p. 133-34).

A emergência da “Sociedade da Informação” e a admissão do Brasil neste novo cenário são também tratadas por diferentes autores durante os cinco primeiros encontros, como Aun (1997, 2000); Lastres (1997); Malin (1997); Barreto (1997); Burhan (2000); Jardim e Marcondes (2003), Bemfica, Cardoso e Faria (2003).

O caminho rumo a esta sociedade emergente, determinada e ordenada pela informação, seus fluxos e dispositivos técnicos, figura em alguns trabalhos como um curso inevitável pelo qual, a partir de passos evolucionários, todas as nações, organizações e comunidades terão de se orientar.

Sob a perspectiva do encaminhamento do Brasil rumo à Sociedade da Informação, Malin (1997), durante o terceiro ENANCIB, discute em seu trabalho “*Sociedade da Informação no Brasil*”: “de que maneira nossos traços característicos, herança do Brasil rural e industrial, contribuem ou dificultam nossa inserção e desenvolvimento no mundo pós-industrial” (MALIN, 1997, p. 69).

A Sociedade da Informação mostra-se como uma articulação discursiva que se confunde com a mobilização ideológica de sentidos que demarcam a globalização. No

trabalho de Santa'Anna (1997), "*O setor de serviços e a sociedade da informação: contribuições para a montagem de um subsistema estatístico*", apresentado no terceiro ENANCIB, podemos entrever esta correspondência.

As mudanças que vêm ocorrendo na economia mundial durante as últimas décadas e que conferem à informação um papel estratégico central afetaram sobremaneira o setor. Nesta nova ordem econômica mundial- que alguns autores denominam de Sociedade da Informação- [...] surge a necessidade crescente de um subsistema de informações estatísticas [...] (SANT'ANNA, 1997, p.66).

A sociedade da informação corresponde à "nova ordem econômica mundial", do momento em questão. A iminência da mesma ampara-se em um discurso que aponta para:

ações positivas contras perdas, que por sua vez igualam a competitividade, mercado e lugar ao sol. À tarefa imposta à área (de informação) é envolver usuários, igualados a setor produtivo, a pensar a informação como insumo produtivo. O lugar de enunciação é claro: não apenas de porta voz de processo inevitável, mas de uma C.I identificada com a gestão empresarial da informação (FREITAS, 2001, p.136).

Esta visão de adaptação às novas exigências pode ser vista tanto na reorientação do papel do bibliotecário (para o qual são apresentadas novas exigências), quanto nas propostas de reformulação das práticas educacionais, segunda temática mais abordada pelo grupo Informação e Sociedade/Ação Cultural.

6.1.2 Educação

O segundo núcleo temático mais recorrente nos trabalhos do grupo Informação e Sociedade/Ação Cultural durante seus cinco anos de vigência referem-se aos estudos ambientados no campo da educação.

Tais trabalhos se dedicam, de modo geral, a apreender dois principais eixos: o uso das tecnologias no processo de aprendizagem e a construção de conhecimento a partir da informação, vista por um viés pedagógico.

A relação entre tecnologia, cultura escrita e educação é abordada por Carvalho (1997) no terceiro ENANCIB em seu trabalho "*Processo de escrita e leitura e as novas tecnologias*", em que a autora enfatiza as transformações que as novas tecnologias causaram nos modos de produção e leitura dos textos, já que as mesmas introduziram "um novo modo de transmissão do saber" (CARVALHO, 1997, p.62).

De maneira semelhante, no âmbito do processo pedagógico, Gomes (2000) explorará no quarto ENANCIB, com o trabalho “*Oralidade, escrita e outras tecnologias na educação universitária*”, as mudanças provenientes da interpenetração de diferentes recursos tecnológicos no processo pedagógico, partindo também de uma perspectiva de aproximação.

De acordo com a autora:

os avanços das tecnologias da informação e comunicação têm gerado mudanças nas práticas de comunicação que devem ser analisadas em relação à educação universitária, pela responsabilidade que esta tem de formar os profissionais e os pesquisadores, visando o desenvolvimento científico e tecnológico do país, o que justifica verificar como e quais tecnologias são utilizadas na transferência da informação e no processo de construção do conhecimento [...] (GOMES, 2000, p. 340).

A visão de mudança e impacto causado pelas tecnologias no contexto da biblioteca escolar será tema debatido por Furtado (2000) durante o quarto ENANCIB. Seu trabalho, “*Biblioteca escolar brasileira no contexto da Sociedade da Informação*,” indica não somente alterações na natureza das práticas encaminhadas pela biblioteca escolar como proclama a emergência de “um novo paradigma da educação”.

A sociedade da Informação, fenômeno característico do final deste milênio, baseia-se em um modelo de sociedade onde a informação encontra-se presente, de maneira intensa, na vida social de todos os países, independente de seu nível de desenvolvimento [...] desempenhando um papel central na atividade econômica e na criação de riqueza. Porém um dos mais **importantes impactos** dessa realidade econômica é na educação (FURTADO, 2000, p.284, grifo nosso).

Realçar a visão do impacto, por vezes, implica na consideração de que há a ação de uma força que é exercida de forma unilateral, como se ao “impactado” coubesse apenas uma ação passiva, receptora. Esta formulação discursiva, bastante presente nas abordagens à tecnologia, pode ser vista também em outros campos, como na Ecologia, onde durante muito tempo prevaleceu a idéia de “impacto ambiental”, desconsiderando, muitas vezes, o caráter dinâmico, dialético, renovável e tenso da natureza e do espaço social.

A mudança paradigmática é outra formulação encontrada no trabalho supracitado. A autora indica que:

O novo paradigma da educação é aprender a aprender, adquirir habilidade para obter, utilizar e gerar nova informação. [...] A biblioteca escolar é fundamental dentro de um sistema de informação

de um país, pois como parte integrante do sistema educacional pode colaborar, consideravelmente, para a adoção deste novo paradigma (FURTADO, 2000, p.284).

Segundo Freitas (2001) a função discursiva que o termo paradigma ganhara na Ciência da Informação está intimamente ligada à promoção de apagamentos, concomitantes à suscitação de promessas. Seu uso desprovido de qualificação envolve o efeito de deslizamento generalizado de referências ligadas aos processos de compreensão e de práticas sociais. Esta visão, conforme explicita Freitas (2001) está calcada na mudança e na adaptação.

mudança de paradigmas na discursividade científica se agregam aos sentidos de conquistas e revoluções no conhecimento. Mesmo diante da incredulidade nesta rapidez de mudanças-rapidez incrível- a saída individual que nos resta, apresentada como ousada, é também pela via da adequação: mudamos também, aprendendo a conviver com a mudança constante (FREITAS, 2001, p. 167).

Depois de ter se exibido no segundo ENANCIB no cerne das discussões pertinentes aos movimentos sociais - momento que detalharemos no tópico seguinte - a mediação será trazida ao debate pela perspectiva da educação no grupo de trabalho Informação e Sociedade/Ação Cultural, por Varela (2000), no quarto ENANCIB.

Com o trabalho “*Informação e Autonomia: a mediação de Reuven Feuerstein*” a autora apresenta o Programa de Enriquecimento Instrumental (PEI) criado pelo psicólogo israelense Reuven Feuerstein e adotado por um programa educativo proposto pelo Governo de Estado e Secretaria de Educação da Bahia.

O PEI se constitui em um programa pedagógico baseado na Experiência da Aprendizagem Mediada, que busca promover vivências e experiências a partir de quatorze instrumentos, todos, segundo Varela (2000), “dedicados às várias funções cognitivas, possibilitando realizar todo repertório que vai desde as operações básicas às mais abstratas, utilizando-se da linguagem verbal e não verbal” (VARELA, 2000, p.244).

A Experiência da Aprendizagem Mediada consiste em um método de interação em que o mediador (professor e pais) se interpõe entre o organismo do indivíduo mediado (aluno ou filho) e os estímulos (os objetos, problemas ou sinais) de forma a selecioná-los, ampliá-los ou interpretá-los a partir de estratégias interativas para produzir significações que vão além das necessidades imediatas da situação. A partir de então, é possível ao mediado criar orientações, atitudes e técnicas que o modifica.

Pela perspectiva de Feuerstein existe uma interação intencional e consciente entre um sujeito que aprende (mediado) e um sujeito que media (mediador). Nesta relação, o mediador é responsável por provocar condições cognitivas no aprendiz, de modo a flexibilizá-lo intelectualmente para que ele aprenda a se modificar.

Para o psicólogo, a presença de um mediador humano, aquele interposto entre o estímulo e o aprendiz, é essencial em uma situação real.

Interação, interveniência, interposição e incitação são, portanto, as principais noções que sustentam o conceito de mediação na Experiência da Aprendizagem Mediada e a partir das quais a mediação é pensada na prática pedagógica por Aida Varela (2000).

6.1. 3 Os movimentos sociais

A mediação aparecerá neste grupo pela primeira vez no âmbito dos estudos relativos aos movimentos sociais em suas relações com as dinâmicas de comunicação e informação.

Isto porque o GT Informação e Sociedade/Ação Cultural congregou, em suas cinco edições, um número significativo de produções que enfocavam o papel da informação, situando-a em diferentes contextos associativos e comunitários da sociedade civil, o que inclui o campo dos movimentos e outros grupos sociais organizados.

A conformação desta tendência pode ser explicada, em parte, a partir do contexto maior de alteração da postura do Estado a partir da década de 70 que acarretou em um esvaziamento de suas políticas públicas sociais voltadas, sobretudo à educação, à cultura e à saúde.

Neste processo de transformação, a questão do conhecimento, antes circunscrita aos domínios da pedagogia e da academia, que sob a orientação do Estado monopolizava os circuitos de sua expressão e disseminação social, passa a ser apropriada pelas entidades do chamado Terceiro Setor (ONG's, instituições filantrópicas, associações, igrejas etc) que sugerem “novas e complementares formas de apropriação e produção de conhecimentos, e de transferência e gestão de informações, fora da regulação estatal” (RIBEIRO; MARTELETO, 2001, p. 2).

As lutas travadas na América Latina contra os Estados ditatoriais e a emergência de novas formas de ação coletiva, que passam a ser entendidas como “novos

movimentos sociais”, são também fatores cruciais para que a temática dos movimentos sociais ocupe parte significativa das agendas de pesquisa no âmbito das ciências sociais.

Nesta época também ganham relevo pesquisas conduzidas a partir de correntes de análise microsociológicas que estudam a realidade social por meio das relações estabelecidas entre os atores sociais de um grupo, levando-se em consideração o campo da cultura e as formas particulares de interação. Isto pode ser notado na ascendência de trabalhos dedicados às “redes sociais”, cujos principais autores são MARTELETO (1997, 2000, 2003); RIBEIRO (1997, 2000); GUIMÃRÃES (2003) e PEREIRA (1997). O estudo das redes sociais, como se sabe, derivou-se da sociometria proposta inicialmente por Moreno a qual fora, posteriormente, associada à microsociologia.

A dinâmica informacional em pequenos grupos sociais é explorada por Carregal (1997) em seu trabalho “*Pequenos grupos sociais cariocas: eficácia de sua informação e comunicação*”, apresentado no III ENANCIB. Nele a autora se propõe a abordar grupos informais percebendo as particularidades de suas configurações comunicacionais e informacionais, bem como o fluxo e a transmissão de informações e conhecimentos.

Grupos os quais, segundo a autora:

apresentam variados modos de ver o mundo e formas de produção/fruição de convívio, reunindo-se, informalmente, em sistemas de comunicação e de informação que interagem com o espaço circundante, no caso a cidade do Rio de Janeiro, e criam espaços sociais. Tais sistemas e espaços podem construir também redes de informação, informais, porém eficazes, sendo agentes de um processo preliminar de geração e transferência de informação (CARREGAL, 1997, p. 60).

Para ela a informação atua nestes grupos como “estimuladora da consciência crítica e cidadã” (CARREGAL, 1997, p. 60).

Na primeira edição do ENANCIB (1994) foram apresentados dois trabalhos dentro do grupo Informação e Sociedade/Ação Cultural, sendo que apenas um deles consta nos Anais. Intitulado “*O intercâmbio no âmbito da documentação e informação populares no Brasil: um estudo de caso na região nordeste*”, de Rachel Joffly Abath, o trabalho em questão trata da interface estabelecida entre Centros de Documentação Populares e classes populares e os “novos movimentos sociais” a partir de um trabalho feito por militantes, partidos políticos e intelectuais. Trata-se de uma pesquisa que tem como objeto central a chamada “documentação popular”, um modelo de documentação que surge como reação política ao conteúdo e à utilização da documentação

convencional (aquela que pretensamente se apresenta como “neutra” e “despolitizada”), propondo uma perspectiva declaradamente política (em termos de classe).

O trabalho “*As políticas e as ações dos trabalhadores rurais na seca 1992/1993 no Rio Grande do Norte: em busca de uma avaliação*”, apresentado durante o III ENANCIB por Martins, Silva e Pereira (1997), também destaca a questão da documentação e dos movimentos sociais com a perspectiva da disponibilização de documentos relativos às Frentes Produtivas da Seca de 1992/93 - ações dos trabalhadores rurais no enfrentamento a seca - a partir da elaboração de um catálogo bibliográfico que contribuísse para “uma maior reflexão sobre o tema, atingindo prioritariamente, os historicamente excluídos” (MARTINS; SILVA; PEREIRA, 1997, p.61).

Cabral (1997) é outra pesquisadora que se dedicou a revelar diferentes dimensões da informação nos movimentos sociais, durante o III ENANCIB, com seu estudo sobre o discurso da classe operária, elaborado a partir da análise de jornais produzidos pela mesma. “*A vez e a voz das classes populares em Minas*” busca expor o caráter ideológico, as características e as particularidades das publicações, assim como seu papel na mobilização e organização dos movimentos urbanos.

Será vinculada à temática dos movimentos sociais que a mediação aparecerá, em primeiro momento, no grupo Informação e Sociedade/Ação Cultural, durante a terceira edição do ENANCIB.

No trabalho de Ribeiro e Marteleto (1997) denominado “*Conhecimento e novas práticas informacionais nas ações político-pedagógicas de organizações não governamentais (ONG's)*” discutem-se as práticas formuladas no âmbito do conhecimento, da informação e da comunicação que, a partir de 1980 começam a pautar as atividades dos movimentos sociais e dos núcleos das ações coletivas como importantes estratégias de ação.

A abordagem à mediação referencia o trabalho das ONGs, consideradas pelas autoras instâncias mediadoras dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, conforme explicitam:

a partir dos anos 80, o quadro institucional brasileiro passou a incorporar de modo formal e explícito uma nova organização, parceira e **mediadora** dos novos movimentos sociais e de organização da sociedade civil: as Organizações Não-Governamentais (ONGs)” (RIBEIRO; MARTELETO, 1997, p. 54, grifo nosso).

Em outro momento neste trabalho, as práticas de informação e comunicação figuram como mediadoras da arena política.

Tais entidades representam um novo campo de ação política na sociedade, **mediada por práticas de informação** e comunicação, com o propósito de prestar assessoria aos movimentos e grupos sociais na luta pela conquista dos seus direitos de cidadania (RIBEIRO; MARTELETO, 1997, p. 54, grifo meu).

A mediação apresenta-se de modo a adjetivar o papel das Ong's (mediadoras dos novos movimentos sociais) e a atribuir função às práticas de informação e comunicação (mediadoras da ação política), de maneira que a ela é atribuído importante papel na consecução das ações de intervenção conduzidas pelos movimentos sociais, que têm como importante sustentáculo, as práticas de informação e conhecimento.

Ao colocarem o conhecimento científico-técnico dos seus agentes a serviço dos grupos populares, as ONGs elaboram novas leituras e práticas do conhecimento/informação, que funcionam como elementos **mediadores** das suas ações político-pedagógicas junto à sociedade civil de caráter popular (RIBEIRO; MARTELETO, 1997, p.54, grifo nosso).

Mediação, informação, conhecimento como recursos, estratégias e agentes de intermediação, desempenham uma função significativa no encaminhamento de ações de intervenção social.

Dado que somente obtivemos acesso ao resumo deste trabalho, não conseguimos apontar, de modo preciso, as abordagens relativas à mediação utilizadas pelas autoras. Porquanto consideramos esta apresentação do termo no resumo como indício que possibilita aventar uma possível articulação do conceito.

O fato de informação, mediação e ação se ligarem de forma estreita no trabalho das autoras se configura como sinal indicativo de que seu emprego pode ter se sustentado nas “teorias da ação”, as quais consideram as ações sociais integradas em sistemas mais extensos e em processos de compreensão intersubjetiva, o que coloca em pauta a questão do agente (mediação humana) nos processos pelos quais as ações são conduzidas (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996).

No enfoque dado, a ação é localizada e analisada no domínio da vida pública e a comunicação e a informação são tidas como elementos que fundamentam/orientam a ação já que “a construção do conhecimento e o acesso à informação e a criação de espaços de comunicação são fundamentais para organizar a ação dos grupos e indivíduos” (RIBEIRO; MARTELETO 1997, p.54).

Nas teorias da ação, a mediação figura como categoria importante, desempenhando as conexões que se estabelecem entre as ações sociais e as motivações individuais e/ ou coletivas (ALMEIDA, 2007).

Para Marx Weber a ação social compreende “uma ação na qual o sentido sugerido pelo sujeito ou sujeitos refere-se ao comportamento de outros e se orienta nela no que diz respeito ao seu desenvolvimento” (WEBER, 1992, p.400). O autor, para quem as Ciências Sociais teriam o papel de compreender o sentido da ação social, assim distingue os tipos de ação social:

1) racional com relação a fins: determinada por expectativas no comportamento tanto de objetos do mundo exterior como de outros homens, e, utilizando essas expectativas, como “condições” ou “meios” para o alcance de fins próprios racionalmente avaliados e perseguidos; 2) racional com relação a valores: determinada pela crença consciente no valor – interpretável como ético, estético, religioso ou de qualquer outra forma – próprio e absoluto de um determinado comportamento, considerado como tal, sem levar em consideração as possibilidades de êxito; 3) afetiva, especialmente emotiva: determinada por afetos e estados sentimentais atuais; e 4) tradicional: determinada por costumes arraigados (WEBER, 1992, p.417).

As teorias da ação social integram um conjunto analítico conhecido como sociologia compreensiva. Essas teorias concebem uma abordagem da sociedade em que se prioriza a análise das ações sociais ligadas ao indivíduo em detrimento das estruturas sociais que determinariam (de acordo com o estruturalismo) as ações individuais.

Esta lente analítica considera, pois, o indivíduo como dotado de motivações e anseios e que confere sentido próprio às suas ações.

Cabe-nos lembrar que nenhuma teoria da ação aparece explicitamente fundamentando o emprego do termo mediação, o que faz nos referimos a este provável emprego como um indício a nos aproximar de nosso objeto de estudo.

A noção de mediação aparecerá em outro momento, no V ENANCIB, em um texto de Barros (2003) “*Aspectos informacionais e comunicacionais nas novas relações entre Estado e sociedade civil: o caso dos conselhos deliberativos de políticas públicas*”³⁹ em que o autor irá discutir as características das relações políticas e

³⁹ Conforme assinalamos, nesta etapa de análise procedemos à leitura dos resumos e títulos dos trabalhos constantes nos cinco primeiros ENANCIB's pelo fato de que, dos quatro primeiros apenas termos disponíveis os resumos. Embora a quinta edição do evento tenha publicado a integralidade dos trabalhos, optamos por prosseguir com tal critério de modo a conferir regularidade na aplicação do instrumento de análise. Contudo, tendo o trabalho de Barros (2003), constante do quinto encontro, apresentado o termo mediação, julgou-se pertinente procedermos com a leitura completa do mesmo.

comunicacionais que se inauguram entre a Sociedade Civil e o Poder com a instituição dos Conselhos.

Nele as “práticas informacionais e comunicacionais” são entendidas como mediadoras na compreensão das ações e estratégias no âmbito dos Conselhos Deliberativos de Políticas Públicas, sendo que o conceito de mediação ou mediador não é estabelecido pelo autor, remetendo-nos à idéia de recurso.

Dentro do conselho são produzidas parcerias, oposições, diretrizes, regras, análise conjuntural, ações de política entre outros produtos que terão o seu processo de compreensão e reconhecimento mediado por práticas informacionais e comunicacionais estabelecidas pelo conselho. As práticas informacionais irão se referir ao processo de produção, sistematização, registro e tratamento de informação, enquanto as práticas comunicacionais irão se referir ao universo de efeitos de sentidos gerados no processo de disseminação da informação e de trocas informacionais (BARROS, 2003, p.6).

Almeida (2007), ao apontar caminhos para se pensar a inserção e o uso dos termos mediação e mediador no campo da Ciência da Informação, indicou que:

no decorrer da década de 80 circulam, principalmente nas faculdades de comunicação, tanto nos cursos de graduação como nos de pós-graduação, a produção de pesquisadores brasileiros e latino-americanos ligados a uma perspectiva que vê a cultura como processo de construção da hegemonia. Minha hipótese é que esteja aí um dos pontos de partida da construção dos conceitos de mediação cultural e de mediação da informação (ALMEIDA; 2007).

Ao vermos a mediação situada inicialmente no terreno da investigação acerca dos movimentos sociais, o qual contara, a partir da década de 70, com um expressivo aporte marxista, sobretudo de linhagem gramsciana⁴⁰, endossamos a pressuposição de Almeida (2007), quando correlaciona o surgimento da mediação no campo da Ciência da Informação à incorporação e discussão de referenciais gramscianos.

Para o autor uma reflexão sobre a mediação cultural e da informação no campo deve considerar como guia as concepções de Gramsci sobre hegemonia e cultura, pelo fato também de ambas terem sido abrigadas pelos Estudos Culturais ingleses, os quais foram amplamente recebidos no contexto dos estudos da comunicação e da cultura

⁴⁰ Gramsci teve grande influência, por exemplo, nos trabalhos de Regina Marteleto, autora de um dos três trabalhos apresentados no grupo Informação e Sociedade/Ação Cultural que contaram com o termo mediação. A pesquisadora, que atualmente se dedica ao campo da comunicação e informação em saúde, pesquisa as mediações nos contextos das dinâmicas info-comunicacionais da sociedade civil organizada. Foi também coordenadora do GT Mediação, Circulação e Uso da Informação e presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação entre 2004 e 2006, à época em que o GT Informação e Sociedade/Ação Cultural mudara de nome.

popular na América Latina e no Brasil, a partir de onde se fertiliza a idéia de mediação nas Ciências da Comunicação.

Uma das principais contribuições de Gramsci no âmbito da teoria marxista é segundo ele é:

repensar as relações entre uma estrutura determinante (modo de produção) e uma superestrutura determinada (instituições jurídicas e políticas, formas de consciência, práticas políticas e culturais). A análise cultural, nessa chave, buscava revelar os mecanismos de falseamento, ilusão, não-consciência, mostrando como a superestrutura não era meramente o reflexo, mas a mediação das relações de produção (ALMEIDA, 2007, p. 4:).

Em Gramsci, a idéia de hegemonia ultrapassa a dimensão do político abarcando também o cultural, o ideológico e o moral. Ela refere-se às formas de dominação que se estabelecem a partir da articulação do consenso de uma classe sobre outra, em que a ideologia exerce importante função, já que seu grande trunfo é a capacidade de disseminar sentidos particulares travestidos de universais. Ou seja, determinados blocos de poder organizam conhecimentos, sentidos e modos de modo que estes pareçam inevitáveis e universais, fazendo com que a classe dominada conceba como “naturais” os interesses da classe dominante.

Conforme aponta O’ Sullivan (2001) “a hegemonia naturaliza o que historicamente representa uma ideologia de classe, tornando-a uma forma de senso comum” (O’ SULLIVAN, 2001, p.122). As apresentações históricas da hegemonia estão concatenadas às forças sociais que exercem a luta pelo poder entre os grupos sociais no âmbito da sociedade.

Contudo, a hegemonia não é total e absoluta. A partir das contradições de natureza antagonista, subjacentes ao modelo capitalista que se exprimem no conflito de interesses decorrentes do modo de produção e propriedade, insurgem articulações de resistência à subordinação total, as chamadas “contra-hegemonias”.

Outra importante noção de Gramsci bastante difundida nos estudos sobre movimentos sociais refere-se aos “intelectuais orgânicos”.

Em sua filosofia, Gramsci investiga a fundo “a estreita ligação entre intelectuais, política e classe social, mostrando que a filosofia, tal como a educação, deve tornar-se ‘práxis política’ para continuar a ser filosofia e educação” (GRAMSCI, 1975, p. 1.066; apud SEMERARO, 2006, p.5).

O intelectual na acepção gramsciana é um indivíduo que desempenha uma função organizadora no corpo social, elaborada por uma classe em seu desenvolvimento

histórico. Este sujeito é entendido como aquele que atua em conjunto com uma classe, desempenhando um papel de vetor da consciência da mesma e de agregador da vontade coletiva.

A organicidade destes intelectuais está relacionada, sobretudo, à sua extensa vinculação à cultura, à história e à política das classes subalternas que se organizam para construir uma nova civilização (SEMERARO, 2006).

Na contemporaneidade a noção de intelectual orgânico vai sendo substituída pela idéia de mediadores, conforme aponta Silva (2007).

Para a autora, a emergência do papel do mediador está intimamente ligada à morte do intelectual orgânico no contexto da crise da contemporaneidade - crise sistêmica, universal e estrutural da ordem capitalista iniciada em 1970 - cujos efeitos são sentidos na economia, no pensamento social, na academia, nas organizações políticas, na mídia, na produção intelectual e nas práticas políticas, fazendo com que os intelectuais reorganizem seus discursos e suas práticas.

Por sua perspectiva:

a crise traz consigo uma disputa de idéias, de visões de mundo e cria um ambiente político crítico que tem atingido direta e especialmente os intelectuais que ao longo da história contribuíram para o fortalecimento da sociabilidade do trabalho, resultando seja no enfraquecimento da crítica teórica radical à ordem burguesa, seja no abandono da perspectiva de uma direção societária alternativa à mesma. A apreciação do fenômeno da crise atual e suas expressões apontam para a questão da disputa política por direção social e, sobretudo, para a possibilidade de conquista de hegemonia pelas classes subalternas na sociedade contemporânea, processo mediado pela ação dos intelectuais (SILVA, 2007, p.4).

É importante destacar que as formas de organização da cultura que se compõe em processos de disputa por uma direção intelectual e moral não ocorrem de forma mecânica ou imediata. A autora assinala que um momento elementar deste processo é a assimilação, o quanto possível, de sujeitos que ocupam funções estratégicas no âmbito da educação e da cultura, ou ainda, a desagregação e enfraquecimento daqueles que até então conseguiam sustentar o bloco existente. Para ela é importante salientar a existência, em meio à crise atual, de um movimento ofensivo do capital de assimilação dos intelectuais, de modo que no cenário de acirramento da disputa pela direção moral e intelectual na sociedade, alguns intelectuais que fortaleceram a sociabilidade do trabalho, foram frontalmente afetados, sendo assimilados para fortalecer o bloco de poder, dada sua função estratégica de organizador (SILVA, 2007).

Assim, neste cenário de crise orgânica, verifica-se a emergência de “novas” referências para o entendimento acerca dos intelectuais orgânicos, dentre as quais o surgimento de um “novo” sujeito representado pela figura do mediador.

Silva (2007) ressalta que a perspectiva de mediadores na contemporaneidade tem sido apontada como nova explicação para a questão dos intelectuais e sua relação com as classes populares. Isto evidencia que mediadores “são sujeitos ou agentes cuja tarefa é destinada à realização de processos de mudança social, sejam àquelas de caráter comportamental ou as mudanças de visão de mundo de segmentos sociais diversos” (SILVA, 2007, p.6).

Contudo, a autora acredita que esta concepção de mediadores é insuficiente para revelar a posição, a formação e a função que os intelectuais desempenham na sociedade, pois, através da mesma, não é possível localizar a posição (de classe) seja dos “mediadores”, seja dos segmentos “mediados”. Em relação a isto questiona:

quem são estes sujeitos no jogo das relações sociais? Que projetos fortalecem? Quais concepções de mundo que partilham e difundem? Qual o contexto histórico e político no qual se opera sua intervenção? (SILVA, 2007, p.7).

Assim, por sua ótica, a noção de mediador encontra-se saturada de determinações de ordem cultural e desprovida de outras determinações: nela esfacela-se a dimensão das relações de produção e das classes e enfatiza-se a dimensão da cultura, da política e das relações intersubjetivas, despolitizando a função dirigente do intelectual. Isto concede ao intelectual um posicionamento acima das classes, desenvolvendo uma intervenção “neutra” ou flutuante, e descomprometida em relação aos projetos presentes na sociedade.

A consideração da ONG - novo ator político a figurar no cenário da sociedade civil organizada a partir da década de 1980 - como mediadora dos novos movimentos sociais, feita por Ribeiro e Marteleto (1997) durante o segundo ENANCIB, pode ter decorrido desta “substituição” do papel do intelectual orgânico pela noção dos mediadores, diante da crise da contemporaneidade.

O emprego do termo mediação no grupo limitou-se às três ocorrências aqui descritas: em primeiro momento no cerne das ações dos movimentos sociais, em segundo relacionado aos processos cognitivos que atravessam a aprendizagem e em último, relacionado às instâncias de comunicação entre a Sociedade Civil e o Estado que prevêm os Conselhos Deliberativos.

A aparição inicial do termo mediação no âmbito do grupo Informação e Sociedade/Ação Cultural articulado à esfera dos movimentos sociais e da sociedade civil, amplamente estudada por meio de referenciais marxistas, indica que a mediação fora primeiramente contemplada no grupo pelo viés do conflito, do embate, da resistência e da contradição, expressões que referenciam o universo dos movimentos sociais.

Esta exibição tímida do conceito mediação no grupo será vista, contudo, até a alteração da alcunha que denomina o mesmo. Ao ser inserido na expressão que passa a designar, a partir de 2005, este escopo de trabalho, o vocábulo mediação começará a circular no campo não apenas com mais frequência, como também com sentida naturalidade.

De acordo com Barreto (2009) a troca permanente de nomenclatura dos grupos de pesquisa da ANCIB tem ocorrido a cada encontro, pois:

na realidade, a troca do nome pouco modifica estruturalmente sua categorização. Apenas reclassifica interesses momentâneos mais do que desejos explícitos de uma mudança de rumo, exceção feita a alguma introdução de um grupo julgado emergente pela organização do momento. Assim, desde o primeiro Encontro, os grupos vêm se modificando mais ao sabor classificatório das diferentes diretorias do que pelas características emergentes da área (BARRETO, 2009, p.3).

Esta indicação de Barreto (2009) nos sugere que a incorporação do conceito mediação no grupo pode ter sido mais fruto de um “interesse momentâneo” por parte de alguns pesquisadores, ou da diretoria da associação, o que nos leva a indagar: não teria sido o conceito introduzido de modo a corroborar com um entendimento mais aproximado dos objetos investigados pelo grupo de pesquisa? Tal interesse momentâneo não acarretaria na formatação de uma agenda de pesquisa marcada por um caráter transiente? Não seria a nomeação de um grupo responsável por condensar as temáticas tratadas, mas também por regular, a partir de um discurso classificatório, o núcleo temático dos trabalhos?

Para compreendermos esta inserção do termo mediação pautando os estudos em informação, analisamos os trabalhos apresentados no grupo Mediação, Circulação e Uso/Apropriação da Informação, o antigo GT Informação e Sociedade/Ação Cultural.

6.2 Grupo Mediação, Circulação e Uso/Apropriação da Informação

Ao ser incorporada na nomeação do grupo Informação e Sociedade/Ação Cultural, que, em 2005, passa a se chamar Mediação, Circulação e Uso da Informação a mediação começa a ser articulada com a trama temática nele operante, a qual combinava, dentre outros assuntos, a educação, as tecnologias e os movimentos sociais, conforme observamos no capítulo anterior. Em 2009 este nome é novamente alterado substituindo-se a palavra “uso” por “apropriação”.

Nossa análise, guiada pelos preceitos da análise de conteúdo, identificou no corpo dos trabalhos a temática geral tratada, a abordagem relativa à mediação (conceito ou noção empregada) bem como a filiação teórica do emprego deste termo (autores e escolas que fundamentaram sua utilização).

O núcleo das abordagens relativas à mediação foi categorizado em cada trabalho, de acordo com a ocorrência das unidades temáticas e das categorias de codificação provenientes da análise de conteúdo. O gráfico que se segue expõe a frequência dos núcleos temáticos.

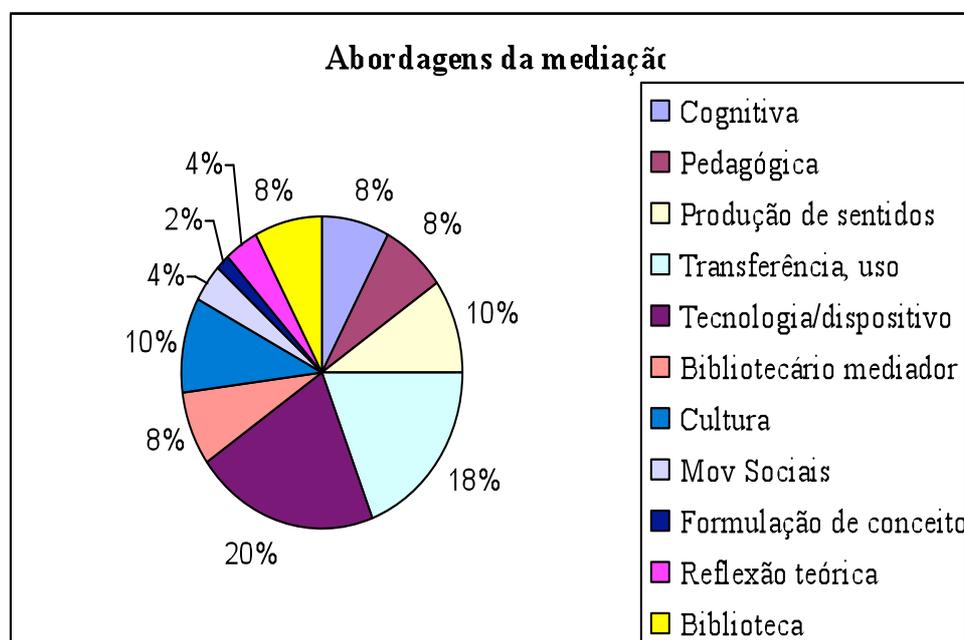


GRÁFICO 2: Núcleo das abordagens relativas à mediação referentes ao ENANCIB entre 2005 e 2009

Fonte: Trabalhos apresentados no grupo Mediação, Circulação e Uso da Informação nos ENANCIB's de 2005 a 2009 constantes no *corpus* da pesquisa

A frequência de ocorrência dos núcleos de abordagens nas publicações mostrará uma recorrência de temáticas que já vinham delimitando e compondo o escopo de discussão do grupo Informação e Sociedade/Ação Cultural, além de ser conjugado às noções emergentes no campo e, sobretudo, à noção de uso e apropriação, conceitos também de ampla significação, que começam a operar de modo bastante próximo ao de mediação.

6.2. 1 Mediação: transferência, acesso e uso.

O trabalho “*Geração, mediação e uso de informação: uma proposta de modelo teórico*”, apresentado por Araújo (2005) durante o sexto ENANCIB, apresenta o Modelo Teórico Comunicativo-Informacional proposto pela autora a partir dos estudos de Paulo Freire. Tal modelo parte do pressuposto de que:

faz-se necessário a renovação do modelo teórico [teoria matemática da informação de Shannon e Weaver] que tem orientado as análises e estudos sobre o fenômeno da informação, especificamente no campo da geração, mediação e uso de informação (ARAÚJO, 2005, p.4).

Seu fundamento é a descentralização das atividades geradoras de conhecimento, a validação do sistema de conhecimento prático e sua combinação com o sistema de conhecimento científico. Propõem-se neste modelo as variáveis: intencionalidade, interatividade e processos comportamentais durante a mediação e a influência dos contextos sócio-cultural, político e econômico nas práticas informacionais (ARAÚJO, 2005).

O conceito de práticas informacionais é proposto de modo a representar as ações de geração, mediação, acesso e uso da informação. Para a autora este conceito busca focar questões antes não abarcadas pelos estudos de transferência da informação tais como:

a intencionalidade subjacente à informação para a ação, a interatividade entre usuário e sistemas de informação, os processos comportamentais da transferência de informação, a influência dos contextos sócio-cultural, político e econômico nas práticas informacionais desenvolvida tanto por profissionais de informação, como por usuários; a relação entre o acesso/uso da informação e o desenvolvimento social e humano, de modo que se encontrem soluções efetivas para os problemas de geração, mediação e uso de informação (ARAÚJO, 2006, p.4).

Não há delimitação conceitual para o termo mediação ou mediação da informação, o que indica-nos que a autora parte do pressuposto do mesmo representar algo já sedimentado no campo. Nele a mediação aparece em seu trabalho como uma componente das práticas informacionais nas quais se incluiria também a geração e o uso da informação.

A dinâmica das práticas informacionais implicaria na “transformação da informação em conhecimento e deste em ação conseqüentemente, o que gera o atendimento das necessidades informacionais do usuário” (ARAÚJO, 2006, p. 8).

Vê-se, portanto, a mediação ligada às noções de uso e necessidade e à construção de conhecimento, ligação que aponta para o caráter operacional da informação e transformativo da mediação.

No trabalho de Ferreira, Borges e Jambeiro (2005) “*O profissional da informação e a mediação do acesso à Internet na biblioteca universitária*”, também apresentado no sexto ENANCIB, será discutido, a partir da exposição de um estudo de caso, “o papel que desempenha o bibliotecário de referência na mediação e na capacitação dos usuários para buscarem a informação nas fontes disponíveis na Internet” (FERREIRA; BORGES; JAMBEIRO, 2006, p. 1).

As noções de intermédio, ponte e intercessão para o acesso à informação circulante nos aparatos tecnológicos são adotadas através do emprego da mediação, de modo a identificar as novas competências do profissional da informação. Situa-se esta perspectiva pelo horizonte de um novo cenário de desenvolvimento social e econômico baseado na informação, a “Sociedade da Informação”, que impõe novos desafios e exigências, reorientando a prática do bibliotecário.

Dessa forma, torna-se premente, segundo os autores, que este profissional desenvolva novas habilidades, dentre as quais uma eficaz intermediação aos recursos informacionais, de modo a promover o que os autores chamam de “pleno acesso à informação”.

Por este viés provisão e acesso estão concatenadas à mediação que está interposta entre as duas. O termo, que não é conceituado ou problematizado, é entendido, portanto, a partir da noção de intermediação que remete uma ponte para o acesso.

Esta abordagem também está presente no trabalho “*Disseminação da Informação sobre plantas medicinais*”, apresentado no VIII ENANCIB por Souza e Carvalho (2007). O estudo objetivou o mapeamento de fontes de informação formais e

informais sobre plantas medicinais nas feiras livres da cidade de Salvador, bem como a verificação da circulação da informação, visando contribuir para o estudo de estratégias de disseminação.

A mediação, termo para o qual não se apresenta conceituação ou discussão de sua aplicação, figura no trabalho das autoras como ponte, elo da disseminação e do acesso à informação, estando ligada, portanto, à transferência. De acordo com o estudo:

no sistema de informação voltado para a disseminação das plantas medicinais tem-se que: os emissores ou produtores de informação correspondem aos fornecedores de plantas. A mediação da informação é feita através dos vendedores que detém o saber popular, transmitido de forma oral, de uma geração a outra (SOUZA; CARVALHO, 2007, p.9).

A transferência da informação neste contexto está a depender da ação humana de um agente intermediário, conforme assinala. “Comerciantes, em sua maioria, proprietários de seus locais de venda, são responsáveis pela mediação entre os fornecedores e os usuários” (SOUZA; CARVALHO, 2007, p.9).

De igual maneira, a interação e o contato interpessoal estabelecido nesta relação são considerados também como parte imanente ao ato mediador.

Mediação, neste trabalho, opera de modo equivalente à intermediação. Parte-se da consideração da existência da separação de dois pólos- usuário e informação- que no processo de transferência de informação será superada por meio da mediação. A idéia de interveniência também está presente nesta visão.

No trabalho “*Informação e cidadania: mediação e circulação de informações públicas nas embalagens de cigarro*”, de Morigi e Santos (2006) mediação, acesso e consecução de ação aparecem encadeados. O trabalho analisou os conteúdos e as “mediações de informações públicas” veiculadas em carteiras de cigarro, tendo como base o direito ao acesso a informação e sua dimensão na constituição da cidadania. Por meio das “mediações comunicativas” que promovem o acesso à informação, é possível que os cidadãos mudem seus hábitos ou reflitam sobre os mesmos.

Ressalve-se neste trabalho a inexistência conceitual ou terminológica para a expressão “mediação da informação” e “mediações comunicativas”, ou mesmo para o termo mediação, sendo que oferta de informação, assimilação e mudança de comportamento aparecem ligadas, aludindo o tradicional modelo difusionista da informação baseado na oferta, no uso e na transmissão unidirecional das mensagens.

A mediação como sustentáculo na transferência da informação é também explorada por Melo et al (2008), no IX ENANCIB. O trabalho “*O papel do agente comunitário de saúde como mediador no processo de transferência da informação*” discorre acerca das atribuições do agente comunitário de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), como intermediário na transferência da informação, buscando descrever os requisitos que garantem a qualidade da informação na relação do agente com a comunidade.

A mediação não é conceituada ou problematizada, mas percebe-se que a mesma é entendida como um elemento do processo de transferência da informação, atuando de modo a aperfeiçoá-lo já que, para os autores:

para que a transferência da informação ocorra é necessário que se observem alguns requisitos, uma delas é a qualidade da informação a ser transferida com a capacidade do receptor em absorver conteúdos. Além disso, para que o processo transcorra de maneira otimizada é indispensável a existência de grupos de indivíduos em ambientes culturais com características semelhantes chamados [...] “comunidades interpretantes” (MELO et al, 2008, p.2).

A mediação ligada à transferência, acesso e uso remete-nos à idéia de ponte estabelecida entre informação e usuário, através do agente intermediário, aquele que está no meio do processo facilitando-o.

Esta visão, bastante arraigada no senso comum, foi difundida significativamente nos estudos sobre serviços de referência e disseminação da informação, os quais enfatizavam as condições/ações ideais para a transmissão de conteúdos e recursos informacionais.

6.2.2 Mediação: tecnologias, dispositivos e a construção de sentidos

Os trabalhos que discutem as ferramentas tecnológicas referenciadas pela noção de mediação buscam, a partir de certo momento, ultrapassar o determinismo técnico que orientou alguns estudos apresentados neste grupo, sustentando-se principalmente em dois principais pilares: a) no trânsito entre códigos culturais e simbólicos a partir do caráter “mediador” das tecnologias; b) na produção de sentidos implicada neste processo.

No trabalho apresentado na sétima edição do evento “*Janelas da cultura local: abrindo oportunidades para a inclusão social*” por Freire (2006), enfoca-se o quadro

teórico e metodológico de um projeto de pesquisa em desenvolvimento cujo objetivo era a promoção de um trabalho de inclusão digital.

A partir de Barreto (1994) a autora considera a informação como “agente mediador na produção do conhecimento” (FREIRE, 2006, p.13) e as tecnologias como dispositivos que permitem uma mediação entre a cultura local e global.

Não há conceituação formal para o emprego do termo mediação, o qual a autora designa pela ótica da intercessão que é possibilitada tanto por uma ação humana orientada, quanto pela própria natureza dos dispositivos técnicos.

Na oitava edição do ENANCIB esta mesma autora apresentou outro trabalho de título homônimo a este, com os resultados parciais provenientes do encaminhamento desta pesquisa, cujo objetivo era promover ações de informação de modo a “dotar os participantes de elementos de mediação entre a cultura local e a cultura global” (FREIRE, 2007, p.1).

O emprego do termo mediação não é discutido pela autora, mas percebe-se que o mesmo opera de modo a designar a interface entre diferentes códigos culturais que transitam entre os espaços fluidos da cultura local e da cultura global, demarcados na contemporaneidade pela lógica da “Sociedade da Informação”. As tecnologias de informação têm, neste cenário, uma função cultural e atuam como vetoras do processo de interconexão, atuando como mediadoras.

No trabalho “*Ordem informacional dialógica: mediação como apropriação da informação*” de Pieruccini (2007), apresentado no VIII ENANCIB, a autora trata os “dispositivos informacionais dialógicos” como instâncias de mediação no contexto da *infoeducação*.

Para isso parte da consideração de que:

a mediação da informação, na contemporaneidade, passa por processos tão revolucionários quanto aqueles originados pelo advento das “antigas” tecnologias de registro e circulação, não apenas com intensidade certamente mais contundente, em razão da natureza e da abrangência que as tecnologias eletrônicas permitiram, (sobretudo depois da Segunda Guerra), mas também face às estruturas e circuitos pelos quais a informação passa a ser organizada e mediada (PIERUCCINI, 2007, p.4) .

Neste trecho a “mediação da informação” é sinalizada pela autora como algo que, dentro do campo, denota uma compreensão compartilhada.

A noção de dispositivo será, neste trabalho, fundamental para a estruturação do pensamento da autora. De acordo com ela, os dispositivos - dentre os quais se inclui

a biblioteca e as tecnologias de informação e comunicação - se configuram a partir de novas propriedades de regulação da produção, organização, circulação e distribuição da informação e são nucleares para se entender a realidade técnica e tecnológica da informação na contemporaneidade.

A partir de Foucault compreende dispositivo como “uma instância, um local social de interação e de cooperação com suas intenções, seu funcionamento material e simbólico, enfim, seus modos de interação próprios” (PIERUCCINI, 2007, p.5).

Apreendido desse modo, as tecnologias de informação são consideradas dispositivos que abrangem tanto uma dimensão material quanto simbólica, compreendendo a segunda, a mediação.

Um dispositivo de informação seria, portanto, um conjunto de mecanismos, técnicos e simbólicos, capaz de promover a interação, o arranjo da realidade e aprovisionar um instrumento para o pensamento (um texto, uma mensagem fotográfica, cinematográfica, um ambiente, uma prática) de modo a produzir um significado.

Por esta perspectiva as formulações de significados e a produção de sentido estão vinculadas às mediações que engendram estes dispositivos.

A noção de dispositivo como instância que abre mediações tem sido bastante empregada nos estudos da Comunicação e Informação de origem francesa na qual se incluem autores como Demeurisse, Couzinet e Régimbeau.

Filiada a corrente de estudos está o trabalho apresentado durante o VII ENANCIB “*Jovens e violência: construção de informações nos processos de mediação e apropriação de conhecimentos*” de Marteleto e Andalécio (2006). A publicação exhibe resultados parciais de uma pesquisa que intentou apreender as formas pelas quais os jovens moradores de periferia transformam os sentidos circulantes socialmente em formas narrativas e discursivas de modo a tematizarem a violência- física e simbólica - por eles vivenciada.

De acordo com as autoras, o construto mediação nas Ciências da Comunicação e Informação tem sido empregado para refletir acerca das:

práticas e dispositivos que compõem os arranjos de sentidos e formas comunicacionais e informacionais nas sociedades atuais, sem perder de vista os elos que, tanto os conteúdos quanto os suportes e os acervos, mantêm com a tradição cultural (MARTELETO; ANDALÉCIO, 2007, p.4).

Para elas o modelo da mediação é resultante de uma evolução da noção de transferência da informação da Ciência Informação e de interação da Comunicação, privilegiando uma análise relacional do conhecimento e das informações.

Partindo de Gellerau (2006) entendem a mediação sob duas vertentes: a de “relação com um sistema” (ex. a mediação social) ou o de “construção de sentido” (o processo interpretativo), onde há a presença de um terceiro elemento.

Seja numa ou noutra acepção, a mediação implica sempre em acompanhamento, controle e negociação por um “terceiro”, enquanto o sujeito que se beneficia de um processo de mediação é levado a aprofundar o seu próprio ponto de vista e a descobrir outros (MARTELETO; ANDALÉCIO, 2006, p. 4).

Pelo enfoque da construção de sentidos, a concepção de mediação se alicerça no fato de que os mesmos não se encontram aderentes aos objetos, mas são elaborados processualmente por sujeitos interpretantes, apoiados em linguagens e dispositivos.

Sustentadas por esta orientação, as autoras compreendem a mediação como um construto teórico que:

reinaugura questões que sempre estiveram presentes no campo de estudos da cultura, informação, comunicação e conhecimento: ao recusar a transparência, ela mostra o quanto os dispositivos de comunicação/informação, a estruturação dos lugares, textos, espaços e acervos influenciam as interpretações e produzem objetos mistos e portadores de sentidos (MARTELETO; ANDALÉCIO, 2006, p. 4).

Seguindo o enfoque da construção de sentidos, a mediação será trazida no trabalho “*Fluxo das informações nas festas comunitárias*”, elaborado por Morigi (2006), em que o autor pesquisou as trocas informacionais em festas tradicionais comunitárias no Rio Grande do Sul e suas relações com a elaboração de sentidos. A partir do modelo social do ciclo da informação de Le Coadic, o autor investiga a produção, a transmissão e a utilização de informações durante a realização de festejos celebrados no transcurso do tempo pelas comunidades.

Para ele a troca de informações tem caráter mediador no processo de produção de sentidos:

as ações e as trocas de informações decorrentes dos circuitos comunicativos que se estabelecem, entre as diversas instituições e seus agentes sociais, são responsáveis pela mediação dos sentidos nas festas e fazem com que o ciclo informacional se expresse de forma dinâmica (MORIGI, 2006, p.5).

A mediação do sentido é exercida a partir da informação, por meio de agentes sociais considerados “mediadores” que atuam na produção, transmissão e utilização de informações por intermediação de canais informais e formais, a partir dos quais se constitui um fluxo de informação.

Neste trabalho não há uma reflexão teórica ou conceitual acerca do termo mediação, percebendo-se seu emprego ligado às articulações que se estabelecem entre produção, transmissão e uso da informação a partir dos quais “se fundamentam os significados dos costumes e da tradição da cultura regional” (MORIGI, 2006, p.11).

A partir destes processos, a mediação seria responsável, em alguma medida, pelo arranjo/rearranjo dos significados compartilhados, a partir do intercâmbio de mensagens e informações realizadas durante as festas.

Em momento posterior, a mediação situada no cerne do processo de produção de sentidos será abordada por este mesmo autor em parceria com Rocha (2007), no VIII ENANCIB. Fruto da mesma pesquisa, realizada entre 2004 e 2007, que investigou a informação (em termos de geração, transferência e uso) e a mediação de sentidos no âmbito de festas tradicionais gaúchas, os autores exploram neste trabalho, as formas pelas quais as narrativas circulantes em festas populares desempenham papel de mediadoras na constituição de um espírito comum.

Intitulado “*A festa como narrativa mediadora na construção de um espírito comum*”, o trabalho avançará em termos de delimitação conceitual na abordagem à mediação, articulando-a ao enfoque da produção de sentidos.

Para os autores a narrativa, ao cumprir a função de mediação, é responsável pela “religação simbólica do homem com a sua transcendência e pela sua conexão com o universo” (MORIGI; ROCHA, 2007, p.4). É através desta narrativa que os laços de sociabilidade são reforçados, unindo uma comunidade e modulando um espírito comum, este último entendido como o “alinhamento das distintas relações de sentido, expressas a partir da experiência compartilhada e que nos remetem à noção de comunidade” (MORIGI; ROCHA, 2007, p. 4).

Os autores apreendem a informação como a representação simbólica das práticas vividas pelo homem, vinculada à produção de sentidos e aos canais mediadores (televisão, rádio, escrita e comunicação face a face).

A mediação da informação é vislumbrada, pois, pela ótica da intercessão de agentes (líderes de grupos, padres, organizadores da festa, grupos participantes); de processos informacionais (geração, transmissão e utilização da informação) que, por

intermédio dos canais de comunicação mediadores (narrativas visuais, orais e panfletos) atuam no compartilhamento dos sentidos circulantes no imaginário popular, empreendendo a construção da memória e de um espírito comum. Assim, as próprias festas são entendidas como mediadoras da tradição.

A partir de Silverstone (2002) e Orofino (2006), os autores consideram a mediação como “o produto dos atos e experiências da vida cotidiana que ocorrem de maneira compartilhada” (MORIGI; ROCHA, 2007, p. 7). Ela compreende tanto a circulação de sentido quanto a tradução.

A tradução da informação é entendida, pela ótica da Comunicação, a partir de Silverstone (2002) que a considera como:

transformativa, envolvida por confiança, agressão, apropriação e restituição. Onde declaramos nossa crença, alegamos ter posse do significado “informacional”. Esse significado implica transição entre “textos” passados e presentes que se movem através do tempo e dos espaços, do público para o privado (MORIGI; ROCHA, 2007, p. 11).

A temática das narrativas será tratada também neste mesmo ENANCIB por Reis, Moura e Ribas (2007). Intitulado “*Oralidade, mediações e digital storytelling: potencialidades e a afirmação das narrativas do sujeito*”, o trabalho compreende o relato de uma experiência desenvolvida na prática docente das autoras, que propuseram aos alunos a construção de narrativas digitais de modo reconstituírem parte de suas vivências, por meio da técnica do “*Digital Storytelling*”⁴¹.

Discute-se assim, a partir da noção de “mediações digitais”, a dimensão social dos dispositivos tecnológicos enquanto “mediações” que permitem conferir voz aos historicamente destituídos da mesma, bem como sua implicação na elaboração da memória dos sujeitos.

O enfoque das mediações está ancorado nas interações, na dimensão simbólica dos dispositivos tecnológicos em seu potencial dinamizador dos processos de intervenção social e de apreensão das subjetividades.

O termo, que não é formalmente conceituado, sugere ainda as articulações entre experiências e saberes, os arranjos dinâmicos na construção de significados e de memórias e as traduções, ou seja, o posicionamento ativo diante da realidade, a partir da apropriação social de ferramentas tecnológicas. Neste sentido, referencia-se, pelo ponto

⁴¹ O *Digital Storytelling* propõe que os indivíduos reconstituam suas histórias de vida por meio das tecnologias da informação e comunicação e tornem-se sujeitos de sua própria fala (REIS; MOURA; RIBAS, 2007)

de vista das interações digitais, a idéia de tradução e mediação advinda dos referenciais da Ciência da Comunicação.

A construção de narrativas por intermédio das ferramentas tecnológicas permite que o sujeito participante:

se descubra competente para falar de si mesmo, elaborando um discurso que combina a construção de uma história em sua ordenação lógica, compondo-a com os fatos do passado e do presente, podendo vislumbrar as potencialidades do futuro. Ressalva-se ainda que ao fazer a articulação entre os diferentes saberes, para traduzir sua vida em uma produção tecnológica, rompe-se com os marcos vigentes em termos do “discurso competente” propiciando a oportunidade do exercício de sua cidadania (REIS; MOURA; RIBAS, 2007, p.3).

A mediação se insere nestes trabalhos em um entre-lugar, onde as articulações, as imbricações entre diferentes realidades, conhecimentos, códigos e contextos culturais e a produção de sentidos ganham corpo e são catalisados por meio das tecnologias de informação e comunicação e dos dispositivos técnicos.

As tecnologias de informação e comunicação, inseridas no escopo de atuação de movimentos que propõem intervenção social, será tema de discussão do trabalho *“Relações e mediações informacionais na Amazônia transnacional: as redes ambientais na internet e a padronização da natureza”*, apresentado por Gabrich (2009), durante a décima edição do ENANCIB.

Nele a autora defende que:

o surgimento de padrões ambientais (regras de convivência do homem com a natureza) resulta da mediação de fluxos informacionais entre redes de entidades, que podem ser locais ou estrangeiras (GABRICH, 2009, p. 888).

É por meio da emergência de distintos conteúdos, através da conectividade virtual, que as redes se estruturam, fazendo com que, a partir do estabelecimento de vias de comunicação, as experiências informacionais sejam trocadas.

Para Gabrich (2009) o fator determinante deste fluxo de informações tem sido a internet, a qual possibilitou a emergência de conteúdos alternativos nas redes de ativismo digital e ambiental, sejam de caráter local ou transnacional.

Considerando Meirelles Filho (2004) e Becker (2004) a autora aponta que:

a mediação informacional entre esses dois tipos de redes – internacionais e de entidades locais – determina acordos para o planejamento das ações de defesa ambiental que executam na Amazônia (GABRICH, 2009, p.892) .

Desse modo são os conteúdos simbólicos os responsáveis por manipularem a opinião pública em função da exposição informacional de questões e temas ambientais para os quais a rede chama atenção.

Com o trabalho de mapeamento de entidades parceiras do Grupo Transamazônico, o qual foi proveniente do conteúdo disponível pelas mesmas em seus *websites* e da aplicação de entrevistas semi-estruturadas, a autora percebeu que a partir da dinâmica de reprodução de conteúdos, as entidades emissoras buscam fixar, no senso comum, padrões os quais elas intentam que sejam considerados parâmetros globais, tais como a impugnação ao trabalho escravo, a não poluição das águas e a liberdade de comunicação (GABRICH, 2009).

Neste trabalho a autora não fundamenta seu entendimento, do ponto de vista teórico e conceitual, acerca da noção de mediação ou mediação informacional. Sua idéia de mediação é entreposta à noção de fluxo informacional e orientada pela concepção de negociações simbólicas de conteúdos informacionais, destacando-se o papel das redes virtuais neste processo, também vislumbrando a faceta simbólica e material das tecnologias.

6.2.3 Mediação e cultura

A abordagem da mediação em sua ligação com a cultura sustenta-se, sobretudo, na aceção desta segunda como bem simbólico cujo acesso se dá de modo desigual. Este núcleo focaliza especialmente museus, exposições, bibliotecas, bem como outros espaços de produção e fruição cultural inaugurados com o desenvolvimento tecnológico.

O papel mediador das instituições museológicas é discutido por Lara Filho (2007) durante o sétimo ENANCIB a partir do trabalho “*O museu como espaço relacional*”. Para o autor é necessário que o museu, no cenário do século XXI, altere a postura tradicionalmente adotada de privilegiar a coleção, passando a focalizar as relações entre as pessoas e o museu, a coleção e a obra. Para isso, assegura o autor: “a curadoria tem que buscar formas de expor que sejam instrumentos para a mediação. Só assim o museu passará a ser um espaço de experiência ou um espaço relacional” (LARA FILHO, 2006, p.1).

Propõe, assim, que bibliotecas, arquivos e museus, como instâncias depositárias da memória coletiva, excedam o escopo da manutenção e conservação de

coleções, envolvendo também a exposição de forma a proporcionar o rápido acesso e a recuperação de objetos e informações desejados.

Desse modo, ressalta:

mais do que a organização dos objetos, livros ou obras, entretanto, é a motivação de seu agrupamento como **instrumento de mediação** o aspecto que mais nos interessa; a ordem que está por trás das exposições, aquela que norteia a montagem dos acervos, os agrupamentos das peças, sua seqüência, distribuição e formas de exposição (LARA FILHO, 2006, p.2, grifo nosso).

Para ele estas operações fazem-se necessárias na medida em que revelam aspectos da matriz cultural de uma época, pois as formas de organização estão profundamente vinculadas a *epistême*⁴². Diante disso assinala a existência de formas de organização distintas para momentos diferentes e também para culturas particulares.

O relacionamento entre público e coleção deve, de acordo com o autor, nortear a própria existência do museu, fazendo com que este passe a ser um espaço de mediação, de experiência relacional.

O autor não se detém à idéia de mediação ou mediador, mas percebe-se seu emprego remetendo às idéias de relação, conexão e proximidade, as quais deverão ser fomentadas e encaminhadas a partir de um agente mediador, entendido como “aquele que aproxima”.

A exposição como experiência de mediação será também debatida por Crippa e Almeida (2008) na nona edição do ENANCIB. Com o trabalho “*A ex-posição: uma experiência de mediação cultural*”, os autores examinam as implicações teóricas e práticas do conceito de “mediação cultural e da informação”, a partir da análise de uma exposição artística cultural e científica, realizada em 2007.

Traçando uma perspectiva teórica do termo mediação, o qual é visto pelos autores como “curinga metodológico”, Almeida e Crippa (2008) apontam alguns dos usos mais recorrentes da mediação no campo das Ciências Sociais.

Indicam que o conceito, neste domínio científico, estivera intimamente ligado às chamadas “teorias da ação”, lembrando que na tradição sociológica weberiana a ação situa-se e é analisada na esfera da vida pública, ainda que se refira a uma ação

⁴² Lara Filho (2006) considera a epistême, ou campo epistemológico, a partir de Foucault, “onde os conhecimentos, encarados fora de todo o critério que se refira ao seu valor universal ou às suas formas objetivas, enraizam a sua positividade e manifestam assim uma história que não é a da sua perfeição crescente, mas antes a das suas condições de possibilidade; nesta narrativa, o que deve aparecer são, no espaço do saber, as configurações que deram lugar às diversas formas do conhecimento empírico” (LARA FILHO, 2006, p.10).

individual. Por esta perspectiva, as mediações encerram “as conexões que se estabelecem entre as ações sociais e as motivações (individuais e coletivas)” (ALMEIDA; CRIPPA; 2008 p.2).

A partir de Davallon (2004) os autores indicam que o sentido predominante atribuído à ideia de mediação é a ação de servir de intermediário ou aquele que serve de intermediário, sendo que a mediação não se caracteriza como mera relação entre dois termos equivalentes, mas como atividade que agrega qualidade suplementar à relação, levando-a a um estado mais satisfatório.

Almeida e Crippa (2008) lembram ainda das funções sócio-políticas do mediador, que deve ser um misto de disseminador e educador no atual cenário contemporâneo, marcado pela proliferação e circulação de informações midiáticas pelos artefatos tecnológicos.

A informação-conhecimento já é seletiva pelo seu próprio conteúdo e também pelos procedimentos de pesquisa dos usuários. A forma de construir e apresentar a informação, prevendo os meios para acessá-la, não é universal, está muito mais relacionada aos esquemas culturais de quem a disponibiliza do que aos esquemas de quem busca. Esta constatação demarca a ingenuidade- ou o oportunismo- do postulado de uma “neutralidade técnica” da organização da informação. Neste sentido, torna-se evidente a importância dos processos de mediação cultural e da informação (ALMEIDA; CRIPPA, 2008, p.3).

Em decorrência do preâmbulo apresentado, os autores assinalam a existência de inúmeros desafios do ponto de vista intelectual e político compreendidos no conceito mediação, aos quais as Ciências da Informação e Comunicação têm se mostrado sensíveis a partir do enfoque do “conhecimento local” dos usuários e através da aplicação de metodologias de análise de redes sociais, análise de domínio e estudos de comunidades.

Para os autores:

estas metodologias e práticas informacionais apontam para a centralidade dos processos de mediação na sociedade contemporânea podendo trazer subsídios valiosos para se repensar a função política dos mediadores - incluídos aqui os profissionais da informação, da comunicação e da educação nos processos sociais e culturais contemporâneos (ALMEIDA; CRIPPA, 2008, p.3).

A partir destes apontamentos, passa-se à apresentação de uma experiência de performance museológica denominada “A Arte da Ex-Posição – Ensaio Material para um Improvável e Impossível museu da Filô”, concebida como um projeto integrador das Artes, Humanidades e Ciências Naturais.

A exposição, de acordo com os autores, consistiu na disposição de quatro instalações de natureza artística e/ou científica, a saber:

1) “Um grande colecionador devolve a individualidade aos objetos anônimos: Andy Wahrol em Ribeirão Preto”, que expôs uma coleção particular de garrafas de um refrigerante popular local, tratadas segundo os preceitos da museologia.

2) “Entre arte e ciência: *Versalium technologicus* ou retrato da humanidade e suas apêndices filosóficas e tecnológicas”, trabalho que consistiu na montagem de imagens de partes do corpo reproduzidas mecanicamente (a partir de raios X, ressonâncias magnéticas, tomografias computadorizadas) que se combinaram em um retrato coletivo do corpo humano.

3) “Espécime da fauna brasileira pela primeira vez oferecido ao mundo”, apresentou o Panguá, marsupial recentemente descoberto, relatando as ocasiões de sua descoberta bem como suas características biológicas.

4) “Tecnologia desde sempre: a verdadeira história de *Quincunx*” que traçava um painel histórico dos usos e desenvolvimentos deste aparato capaz de gerar uma aproximação fiel da famosa curva em forma de sino, usada em aplicações envolvendo probabilidades e eventos aleatórios.

Para os autores o museu se convertera em espaço vazio, “desmemoriado”, ligado às novidades, o que corroborou com a descontextualização da obra, arrancando-a de seu lugar de origem.

Em contraposição a esta tendência hegemônica a exposição anteriormente proposta buscou:

abrir espaço para discutir a possibilidade de lugares de mediação cujas escolhas não são ditadas pelo marketing e, conseqüentemente, às vezes, impopulares e limitadas no direcionamento para aqueles que querem aprender as dores e facilidades da autonomia de julgamento (ALMEIDA; CRIPPA, 2008, p.9).

Isto porque a mediação, concebida tradicionalmente como ação educativa, estabeleceu-se hegemonicamente, priorizando algumas modalidades de informação, de tipos de leitura e de práticas de intermediação cultural legitimadas pelo *status quo*, em detrimento de outras, que valorizariam o estabelecimento de vínculos mais orgânicos dos sujeitos com o conhecimento prático, racional e técnico (ALMEIDA; CRIPPA, 2008).

A mediação cultural é vislumbrada pelos autores como um processo que possibilita a apropriação e a significação de objetos e informações, bem como a instauração de dúvidas e hesitações frente aos mesmos, pois, segundo eles:

torna-se fundamental pensar em processos de apropriação e construção de significados de mão dupla, que envolvam sujeito que, marcados, ao entrarem em contato com as produções culturais (artísticas, científicas e técnicas) também tenham a possibilidade de imprimir nessas produções suas marcas ressignificando-as e reiventando-as, em outras palavras, apropriando-se criativamente delas (ALMEIDA; CRIPPA, 2008, p.9).

Outras reflexões sobre cultura e mediação são apresentadas por estes dois autores no ENANCIB seguinte a partir do trabalho *“Informação, Cultura e Tecnologia: novas mediações para a produção e o consumo cultural”* em que discutem questões subjacentes à produção, recepção e circulação de produtos simbólicos inauguradas pelo uso crescente de tecnologias de informação e comunicação.

Segundo Almeida e Crippa (2009) ao descortinarem inéditas formas de produção, circulação e recepção de produtos simbólicos, as tecnologias de informação e comunicação contribuíram significativamente para tornar a cena cultural mais complexa. Em decorrência das múltiplas camadas de informação que se agregam aos produtos culturais e em torno deles, constitui-se um novo tipo de “conhecimento” necessário para a crítica, o consumo, e, no limite, para a própria compreensão dessas mercadorias singulares. Assim, a partir da internet, por exemplo, o “consumidor cultural” contemporâneo pode exercer e acumular, simultaneamente, os papéis de fã, crítico e produtor cultural.

Ainda de acordo com os autores, considerando a tripla dimensão da informação apontada por Buckland (coisa, processo e conhecimento), a mediação em sua relação com a informação pode ser concebida como produto decorrente das ações dos meios de comunicação e os sistemas de informação como mediadores materiais. Para eles este fato sinaliza a dimensão humana dos sistemas de informação e comunicação e deve ser levado em consideração nos estudos sociais das tecnologias.

As tecnologias, por seu turno, consagraram formas novas de interação comunicacional entre as pessoas que passam a estar dissociadas do espaço físico. A partir de então, surgem as interações mediadas (aquelas que implicam o uso do meio técnico) e as quase mediadas (relações sociais estabelecidas pelos indivíduos com os conteúdos dos meios de comunicação como livros, jornais, rádio, televisão, e que

implicam numa ampla disponibilidade de informação e conteúdo simbólico no espaço e no tempo) que os autores distinguem a partir do pensamento de Thompson (1995).

Assim:

as conseqüências históricas para o intercâmbio de informação e conteúdo simbólico provocadas pelas mudanças tecnológicas (imprensa e, posteriormente, meios eletrônicos) fazem com que as interações face a face cedam cada vez mais espaço para as interações mediadas e quase mediadas: os indivíduos, de um modo geral, passam a utilizar ou a se mobilizar com mais freqüência em busca de informações e conteúdo simbólico de fontes (e pessoas) distantes de seu cotidiano. Desse modo, a organização social passa a se relacionar também com os conteúdos da interação quase mediada (CRIPPA; ALMEIDA, 2009, p.823).

A interação bem sucedida estará relacionada à apropriação das mensagens e à interpretação simbólica das informações e conhecimentos sobre produtos culturais.

Assim a crítica, como instituição cultural da Modernidade, será parte importante na constituição dos arranjos interpretativos.

Crippa e Almeida (2009) lembram que, historicamente, a figura do crítico surge com a ascensão e consolidação do romance na Modernidade e com a emergência de novas necessidades do público leitor decorrentes do aumento da produção literária.

Neste contexto ele vai atuar como “profissional da mediação”, fornecendo chaves interpretativas, sendo sua primeira forma de articulação institucional, o jornalismo.

Com a proliferação dos artefatos tecnológicos de informação e comunicação - sobretudo a emergência da Internet - os autores indicam haver uma multiplicação dos canais de expressão dos *reviewers*, “ampliando o espaço de produção e circulação de informações culturais e reconfigurando os circuitos de crítica e mediação” (CRIPPA; ALMEIDA, 2009, p. 829).

As novas tecnologias e as formas de interação proporcionadas por elas reorientarão, assim, tanto a crítica quanto o consumo cultural deslocando a crítica institucionalizada pela Imprensa ou Universidade para os circuitos informais de “aficionados” por determinadas manifestações culturais e que passam a constituir espaços de discussões (clubes, grupos de discussão) e juízos de valor alternativos.

A respeito disso refletem os autores:

um aspecto importante a ser analisado na abordagem desses espaços é seu papel mediador entre o consumo cultural público e o privado. Nunca se assistiu a tantos filmes como hoje em dia; entretanto, essa fruição é principalmente doméstica, através da televisão e do vídeo.

Trata-se da manifestação, nesse campo, de uma tendência mundial de decréscimo das participações em instalações públicas (cinemas, teatros, salões de concerto, auditórios) em contrapartida a uma oferta de cultura a domicílio (rádio, televisão, vídeo) (CRIPPA; ALMEIDA, 2009, p. 828).

Os trabalhos destes autores são expressivos para uma reflexão da mediação na Ciência da Informação por apresentarem perspectivas de utilização do termo, bem como por apontarem a constante e imprecisa presença do mesmo na Ciência da Informação. No primeiro trabalho, a mediação relaciona-se a proximidade estabelecida entre obra de arte e espectador, pelo ponto de vista das fronteiras simbólicas que os afasta, remetendo a mediação para o campo da cultura. No segundo momento o conceito é entendido pelo prisma da Comunicação que distingue as formas de interação entre os indivíduos, que ocorrem por intermédio parcial ou total de diferentes formas de tecnologia.

Vê-se em seus enfoques um olhar voltado às tecnologias que reorienta-se para a dimensão simbólica das mesmas.

6.2. 4 Mediação, Cognição e Educação

A mediação combinada aos estudos sobre o desenvolvimento cognitivo é tratado no campo, sobretudo, a partir dos trabalhos teóricos e empíricos de Aida Varela.

A autora, que se dedica à compreensão da dimensão cognitiva dos procedimentos informacionais, vem conduzindo, há mais 10 anos, estudos sobre a teoria da Modificabilidade Cognitiva Estrutural, que se baseia na premissa de que os seres humanos são modificáveis, e sobre o Programa de Enriquecimento Instrumental, proposto pelo psicólogo israelense Reuven Feuerstein e que se insere na proposta pedagógica da “Experiência da Aprendizagem Mediada”.

O trabalho da autora “*Explosão informacional e a mediação na construção do conhecimento*”, apresentado no VI ENANCIB, em 2005, expõe a abordagem cognitiva adotada por ela para o estudo da informação inserida nos contextos da aprendizagem.

Partindo da perspectiva de que a sociedade contemporânea goza de uma nova formatação, se articulando em redes por onde fluem informação e comunicação e a partir das quais se estabelece uma interdependência entre relações e ações humanas por meio das tecnologias, Varela (2005) defende que estamos em uma “Sociedade Cognitiva”.

Este contexto caracteriza-se segundo a autora:

por um desenvolvimento sem limites da ciência e da tecnologia, provocando novas necessidades, novas atitudes. Configura-se uma sociedade que busca o conhecimento e novos modelos que possibilitem interpretar e compreender o mundo: mentes que se antecipam, pessoas autônomas no pensar, sentir e fazer, com a capacidade de julgar situações, baseando-se em idéias e em fatos. Num mundo marcado pela explosão informacional destacam-se, portanto: a abordagem da realidade complexa através de ferramentas cognitivas; a construção de representações mentais; o desenvolvimento de competências e habilidades; e a reflexão em torno da apreensão e da compreensão da informação pelo sujeito (VARELA, 2005, p. 2).

Estaria posto então, um desafio dirigido à formação de gerações para a autonomia do pensamento, que deve ser alcançado a partir do fortalecimento do processo ensino-aprendizagem na esfera da ciência e da tecnologia, e da incitação à participação de pessoas e de comunidades, pois “às instituições formadoras de sujeitos cabe, principalmente, responder às demandas da sociedade da informação, mediante projetos educativos com significado e sentido partilhado” (VARELA, 2005, p. 2).

Para responder às estas demandas “impostas” pela “Sociedade Cognitiva” a autora defende o estímulo à “competência informacional” (*information literacy*), ou seja, a “habilidade de acessar, avaliar e usar a informação adequada e criativamente na resolução de problemas” (VARELA, 2005, p.3).

O movimento da *information literacy*, é de acordo com seu trabalho, um eixo fundamental para o desenvolvimento cognitivo dos sujeitos, já que ele:

objetiva formar sujeitos que saibam determinar a natureza e a extensão de sua necessidade de informação como suporte a um processo inteligente de decisão; sujeitos que conheçam o mundo da informação e sejam capazes de identificar e manusear, de forma efetiva e eficaz, fontes potenciais de informação; sujeitos que avaliem a informação segundo critérios de relevância, objetividade, pertinência, lógica, ética, incorporando as informações selecionadas ao seu próprio sistema de valores e conhecimentos; sujeitos que usem e comuniquem a informação com um propósito específico, gerando novas informações e criando novas necessidades informacionais; sujeitos que considerem as implicações de suas ações e dos conhecimentos gerados, observando aspectos éticos, políticos, sociais e econômicos, elaborando intervenções inteligentes; sujeitos que, de modo independente, aprendam ao longo da vida (DUDVIAK, 2001, apud VARELA, 2005, p.3-4).

A “Aprendizagem Mediada”, conceito central na teoria de Reuven Feurstein, é apontada, pois, como modo potencial de promover o desenvolvimento cognitivo dos sujeitos a partir da construção de conhecimento e da acessibilidade às informações.

Baseada na Teoria da Modificabilidade Estrutural, a Experiência da Aprendizagem Mediada baseia-se na premissa de que a aprendizagem humana define-se não somente pela integridade biológica dos genes e cromossomos, ou pelo simples contato direto com objetos, acontecimentos, atitudes e situações, mas, igualmente, por uma relação dos sujeitos com o meio, que é *mediatizada* por outro sujeito mais experiente, proporcionando o desenvolvimento de processos mais complexos de raciocínio, rumo à autonomia do pensamento (VARELA, 2005).

Discorrendo acerca dos critérios da Experiência da Aprendizagem Mediada, Varela (2005) indica-nos as concepções que orientam sua formulação, segundo Feuerstein.

- a) A mediação da intencionalidade/reciprocidade: caracteriza-se pela ação consciente de compartilhamento entre mediador e mediado, aludindo à constituição de vínculos entre as pessoas. No ato educativo é necessário que haja uma intencionalidade por parte do educador a ser compartilhada intencionalmente com seus mediados como algo que sobeja o objeto da tarefa, buscando vivenciar uma forma do fazer, interpretar e transcender a tarefa em si mesma.
- b) A mediação do significado: momento em que ocorre a contextualização de informações/conhecimento a partir do qual emergem crenças, valores e elementos afetivo-motivacionais do mediador e do mediado, que atribuem sentido à aprendizagem mediada, transcendendo significados e formulando diferentes visões de mundo.
- c) A mediação da transcendência: mediador e mediado caminham para além da situação dada, procurando relações entre o conhecimento alcançado e as possibilidades para o futuro, em termos de projeções e generalizações. Ela incita uma ação (mental) focal e momentânea que transcende o aqui e agora, propiciando uma extensão no espaço e no tempo.

A mediação é entendida pelo prisma do desenvolvimento cognitivo dado a partir das relações entre homem e meio, e dos indivíduos entre si, nas quais há a presença de um terceiro interveniente - o mediador- de modo a conduzir este processo, potencializando a flexibilidade da inteligência e o desenvolvimento cognitivo.

O *approach* cognitivo conectado à mediação apresenta-se também no trabalho “*Mediação para inclusão digital: abordagem cognitiva em pontos de inclusão digital*”

nos territórios de identidade baianos”, apresentado no IX ENANCIB por Neves e Gomes (2008).

O trabalho expõe resultados preliminares de uma pesquisa que buscava averiguar a estimulação do desenvolvimento de aspectos cognitivos no processo de mediação adotado pelos Pontos de Inclusão Digital baianos.

Como o trabalho encontrava-se em andamento a “mediação para a inclusão digital” não é problematizada ou teoricamente tratada, indicando as autoras que ambos os conceitos (mediação e inclusão digital) haveriam de ser delineados, sendo o primeiro embasado na abordagem cognitiva da convergência de recursos e o segundo na construção do conhecimento proposta por Vygotsky.

A mediação conjugada à temática da educação pode ser encontrada em outra produção de Gomes (2008) “*Mediações para a leitura na universidade: ações docentes e da biblioteca*”, apresentado neste mesmo encontro de pesquisa.

Com o objetivo de identificar a função “mediadora” do professor e da biblioteca no favorecimento de ações da leitura, o trabalho utiliza a noção de mediação desprovida de considerações teóricas, designando ações docentes voltadas à promoção da leitura entre alunos e à utilização da biblioteca. Desta abordagem pode-se entrever uma concepção de intervenção e intercessão que dialoga com as noções de necessidade, acesso e uso.

Esta mesma autora em parceria de Santos (2009) enfocará novamente as mediações no contexto das bibliotecas, da educação e do uso das tecnologias de informação no trabalho “*Bibliotecas universitárias e a mediação da informação no ambiente virtual: informações, atividades e recursos de comunicação disponíveis em sites*”, apresentado na décima edição do ENANCIB.

Através de um levantamento das atividades descritas nos sites de 415 bibliotecas de universidades públicas federais brasileiras, as autoras buscaram identificar “o potencial dessas atividades em termos da mediação para o uso da informação por seus usuários” (GOMES; SANTOS, 2009, p.1).

Para as autoras, as práticas de mediação no âmbito da educação universitária compreendem ações promovidas pelas bibliotecas cujos objetivos são: uma maior interação do usuário com a biblioteca, as apropriações das informações acessadas, a ampliação do potencial de uso das bibliotecas, o atendimento às necessidades informacionais dos usuários, dentre outros. Apropriação e mediação aparecem intimamente correlacionadas:

faz-se necessário destacar a palavra apropriação da informação, por indicar que o ato da mediação está voltado a esse objetivo, e é com esse olhar, de atender a essa finalidade, que vem sendo analisado o contexto das bibliotecas das universidades federais sob o foco desta pesquisa. Busca-se compreender como vem se dando a interferência do profissional da informação para que se alcance satisfatoriamente o processo de apropriação da informação, atendendo as necessidades informacionais, em todas as atividades desempenhadas pela biblioteca (GOMES; SANTOS, 2009, p.2-3).

Por este ponto de vista, as mediações estariam a cargo da “apropriação da informação”, expressão que não é elucidada pela autora. Neste intento o bibliotecário assume então, a tarefa não só de possibilitar o acesso à informação, como atua de modo a colaborar no desempenho cognitivo do sujeito.

O corpo teórico deste trabalho adotou o conceito de “mediação da informação” proposto por Almeida Júnior (2008, 2007), ao qual nos deteremos adiante.

6.2. 5 Mediação da Informação: a formulação de um conceito

O conceito “mediação da informação”, orientador do trabalho supracitado, é desenvolvido por Oswaldo de Almeida Júnior (2007, 2008) e foi apresentado pela primeira vez no ENANCIB quando de sua nona edição, em 2008.⁴³

Em divergência com a noção de ponte, presente freqüentemente nos estudos em Ciência da Informação, e, defendendo a necessidade de discussões e conceituação formal para a expressão “mediação da informação”, o autor propõe um caminho para se pensar a mediação da informação no campo da C.I. Para ele:

em uma conceituação implícita, proveniente da intuição, a mediação passa a fazer parte do discurso dos profissionais da informação, mas sem que embase suas práticas. Ao contrário, essas são dissociadas da teoria, uma vez que não está ela, teoria, articulada, organizada, sistematizada e explicitada. O senso comum dos profissionais da área identifica a mediação da informação com a imagem de uma ponte. Esta, como aquela, permite a relação entre dois pontos, de alguma forma, estão impedidos de interagir por obstáculos e empecilhos (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, p.3).

Para o autor a idéia de ponte é inapropriada por referir-se a algo estático que conduz alguma coisa entre pontos fixos, de modo a não interferir no percurso.

⁴³ Antes de apresentar o conceito no ENANCIB, o autor já o havia introduzido no VII Encuentro de Educadores e Investigadores en Bibliotecología, Archivología, Ciencias de la Información y de la Documentación de Iberoamérica y el Caribe (EDIBCIC), com o trabalho de título “Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação”.

A partir de então propõe uma concepção mais ampla do termo, para além da disseminação, e define mediação da informação como:

toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, p.3).

Para Almeida Júnior (2008) a mediação da informação abarca todo o fazer do profissional da informação - do armazenamento à disseminação - e por este motivo ela não deve ser julgada secundária no âmbito da Ciência da Informação, mas considerada como o próprio objeto de estudo deste campo. Isto porque, de acordo com sua perspectiva, a informação é intangível e não existe *a priori* sem antes passar por processos de mediação.

Sendo assim, intenta elaborar uma crítica à aceção restrita da expressão “mediação da informação” que, segundo ele, privilegia os aspectos técnicos do fazer bibliotecário em detrimento da construção de conhecimentos operada pelos indivíduos a partir da apropriação informacional, por intermédio da leitura. A partir destas considerações defende o autor:

o objeto da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, a informação,[...] só pode se realizar, se fazer presente, se concretizar, com base e fazendo uso da leitura. Sem ela todas as ações realizadas nos espaços informacionais são inúteis e desprovidas de sentido, pois a informação deixa de ser apropriada (ALMEIDA JUNIOR, 2007, p.35).

À informação registrada em documentos, estruturada com códigos da escrita, o autor delega o nome “proto-informação”, ou seja, uma possível informação ou uma “informação latente”, que para se tornar informação necessita de um “processo que vai da comunicação, via documento, até a transformação do conhecimento de uma pessoa” (ALMEIDA JÚNIOR, 2008; p.4) o qual ele identifica como mediação da informação.

Dessa forma:

ao contrário da disseminação, a mediação não estaria restrita apenas às atividades relacionadas diretamente ao público atendido, mas em todas as ações do profissional bibliotecário, em todo o fazer desse profissional. A mediação estaria presente, de maneira não explicitada, na seleção, na escolha dos materiais que farão parte do acervo da biblioteca, em todo o trabalho de processamento técnico, nas atividades de desenvolvimento de coleções e, também, no serviço de referência e informação. Presente em todas essas ações, a mediação faria parte do próprio objeto da área de informação. Especificamente,

em relação à área de Ciência da Informação, o seu objeto passaria a ser mais a mediação do que a informação. Muitas são as áreas que têm a informação como seu objeto de estudo, de análise, de preocupação. O que diferencia a área da Ciência da Informação das outras áreas que lidam, também, com a informação, seria o fato de que o objeto da Ciência da Informação não é a informação em si, mas a mediação dela (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, p.6).

No escopo da mediação da informação, Almeida Júnior (2008) destaca o conceito de interferência, apropriação e necessidade de informação. O primeiro traz a premissa de que as atividades de mediação da informação não são neutras nem imparciais, resultando sempre em processos de interferências. Sendo assim:

em oposição ao pensamento hegemônico que sustenta a imparcialidade e a neutralidade do profissional da informação no exercício de seu trabalho, defendemos a existência da interferência. Ela é constante e indissociada do fazer do profissional da informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, p.5).

Para a efetividade do processo é necessária a apropriação da informação e a construção de sentido pelo usuário, o que se concretizaria pelo ato da leitura.

O atendimento/satisfação da necessidade de informação dos usuários, que provoque a elaboração de conhecimentos, é a finalidade maior da mediação da informação e, sobretudo, do profissional da informação.

Assim o autor distingue dois níveis de mediação presentes nas práticas do bibliotecário (ou profissional da informação): a) mediação implícita: ações que dirigem os afazeres do profissional da informação, voltadas à recuperação da informação com vistas a satisfazerem a necessidade dos usuários. Acontece nos espaços e equipamentos informacionais sem que o usuário necessite estar presente; b) mediação explícita: ocorre nos espaços onde a presença do usuário é fundamental, ainda que tal presença não seja física.

A concepção de informação que norteia a elaboração do construto “mediação da informação” assenta-se na premissa de que o usuário é um agente ativo na formulação da informação.

Especificamente sobre a informação, nossas reflexões nos direcionam para a afirmação de que, de fato, considere o usuário como um ser ativo e participativo. Parece-nos que o conceito (ou conceitos) hegemonicamente aceito na área, entende o usuário como um ser passivo, mero receptor de uma informação previamente existente e que pouco interfere em seus significados (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, p.9).

Sua formulação de “mediação da informação” desconsidera este papel passivo do usuário, realocando-o como ator central no processo de apropriação. Assim, para ele, será o usuário que determinará a existência ou não da informação, já que:

a informação existe apenas no intervalo entre o contato da pessoa com o suporte e a apropriação da informação. Como premissa, entendemos a informação a partir da modificação, da mudança, da reorganização, da reestruturação, enfim da transformação do conhecimento. Assim entendida, ela, informação, não existe antecipadamente, mas apenas na relação da pessoa com o conteúdo presente nos suportes informacionais (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, p.9).

Esta consideração, elementar na formulação de seu conceito, confere ao receptor, ou usuário, um papel de co-produtor da informação, fazendo com que a informação deixe de ser única e passe a ser repartida entre todos os que poderão fazer uso dessa “informação potencial”.

Para o autor, a apropriação da informação prescinde do ato da leitura que implicará em alteração, em transformação do conhecimento.

Observa-se que, ao propor uma ampliação do conceito de mediação da informação no âmbito da Ciência da Informação, Almeida Júnior (2008) circunscreve-nos domínios do “fazer bibliotecário” e das práticas de leitura, acabando por, paradoxalmente, restringir o termo.

Do ponto de vista da formulação teórica, este é o único autor, no âmbito de nosso *corpus*, que tem tentado conceituar a expressão “mediação da informação”, concebida por inúmeros pesquisadores do campo como intuitivamente assimilada, subentendida ou consensualmente sedimentada.

Assim, na formulação de seu conceito, o autor empreende um esforço para tratar teoricamente uma noção cujo uso se difunde pelo campo. Contudo, sua abordagem não estabelece um plano teórico, conceitual, histórico ou etimológico que sustente sua visão acerca do conceito propriamente dito de mediação.

A mediação vista pela perspectiva do ENANCIB mostrou que a mesma é parcamente conceituada, sendo vista predominantemente: a) ligada às tecnologias de informação que acentuaram e incrementaram as relações entre mediação e informação; b) ao contexto da Sociedade da Informação, que impõe novas demandas baseadas em informação e conhecimento às quais a mediação e os mediadores são postos a resolver, tanto do ponto de vista da oferta de informação quanto da perspectiva cognitiva, já que trata-se de um “sociedade do aprendizado”; c) a mediação dialoga sobretudo com as

noções de uso e apropriação, sendo, a primeira, progressivamente substituída pela segunda que abre perspectivas para se pensar a dimensão simbólica da utilização da informação.

Seguindo o mapeamento do nosso objeto de estudo, procuramos a mediação em artigos publicados em periódicos, cuja sistematização e discussão apresenta-se a seguir.

7 A MEDIAÇÃO SEGUNDO ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS

Em continuidade à investigação da problemática contemplada por esta pesquisa, prosseguimos ao mapeamento, sistematização e análise dos artigos publicados em periódicos nacionais e que compuseram o terceiro estrato do *corpus* desta pesquisa.

Este segmento do *corpus*, que perpez 18 (dezoito) artigos científicos, foi submetido ao mesmo tratamento conferido aos trabalhos apresentados no grupo Mediação, Circulação e Uso/Apropriação da Informação, apresentados anteriormente.

A totalidade destes artigos seguirá tendência semelhante detectada no grupo Mediação, Circulação e Uso/Apropriação da Informação, a partir de onde se percebeu a prevalência de abordagens ligadas às tecnologias de informação, à cultura, à cognição e à educação.

Destacam-se nesta parcela textual, trabalhos que põe em foco o bibliotecário ou “profissional da informação”, bem como a incorporação do termo mediação aos estudos que investigam a informação do ponto de vista gerencial e administrativo nas organizações econômicas.

O gráfico 3 indica a freqüência dos núcleos de abordagens relativas à mediação encontradas, a partir da codificação e classificação dos artigos.

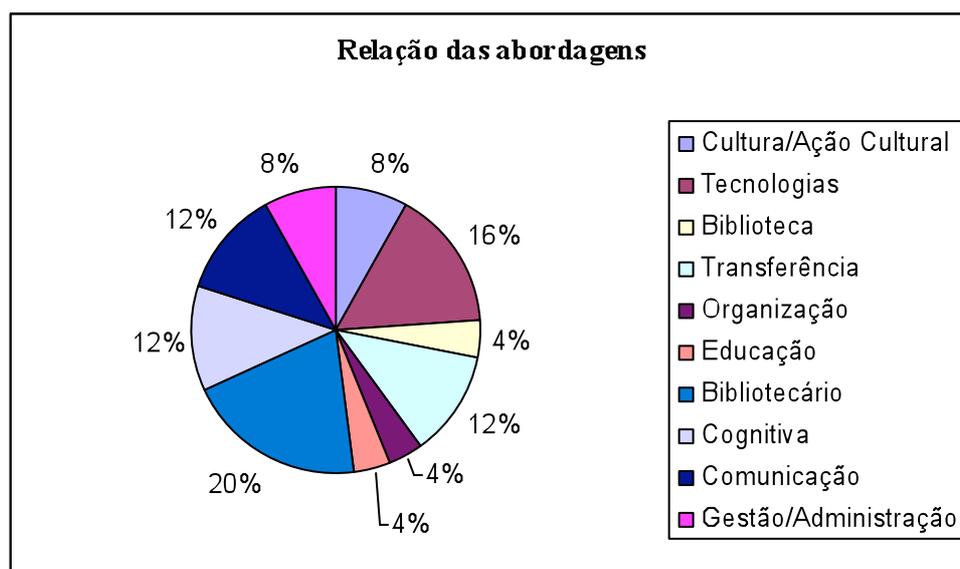


GRÁFICO 3: Núcleo das abordagens relativas à mediação presentes nos artigos analisados
Fonte: Artigos componentes do corpus de pesquisa. Período de 1980 a 2009

Os artigos apresentam uma recorrência significativa (20%) para o papel do bibliotecário ou profissional da informação, que passa a ser chamado de mediador, bem como das temáticas tecnologias, cognição, comunicação e transferência, que representam juntas 52% das abordagens.

Assim, a análise dos artigos evidenciou a utilização do termo mediação em diferentes vertentes de pesquisa em Ciência da Informação como Organização e Gestão da Informação, que não compreendiam a centralidade temática dos grupos da ANCIB Informação e Sociedade Ação Cultural e Mediação, Circulação e Uso/Apropriação da Informação. Do mesmo modo como prosseguimos com a categorização dos trabalhos apresentados nos ENANCIBs, dividimos os artigos segundo núcleos temáticos relativos às abordagens da mediação.

7.1 Ação Cultural, Biblioteca e Mediação

O primeiro artigo encontrado em nossa pesquisa bibliográfica que continha o termo mediação data de 1980 e tem autoria de Victor Flusser, um pesquisador e animador cultural francês e que esteve nesta mesma década na Escola de Biblioteconomia da UFMG, como professor visitante.

“Uma biblioteca verdadeiramente pública”, publicado na Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, discute as dimensões consideradas por Flusser (1980) como fundamentais em uma biblioteca que exerça efetivamente sua condição de “pública”, à qual o autor designa como “biblioteca-ação cultural”.

Para ele as principais atribuições de uma biblioteca pública consistem na “procura do contato com o não-público e a síntese dialética entre criação e mediação cultural” (FLUSSER, 1980, p.131).

O autor parte da perspectiva de que com o desenvolvimento do espírito individualista burguês, as relações entre homem e cultura (esta entendida como conjunto de objetos artísticos), bem como entre criador e público são alteradas de maneira significativa, pois: “se na Idade Média a criação artística tinha uma utilidade social globalmente aceita, era um bem simbólico, pertencia ao domínio público, com a Renascença, ela tende a ser uma fruição individual e um bem econômico” (FLUSSER, 1980, p.131).

Esta modificação é o início de um processo de distanciamento entre alguns grupos sociais e a cultura, movimento este que vai se acelerando até culminar em uma

ruptura, responsável pelo estabelecimento da dicotomia que colocou: “de um lado um público efetivo ou potencial do fenômeno cultural, e do outro um público deixado de lado” (FLUSSER, 1980, p.132).

Para ele, este público não contemplado, ou “deixado de lado”, compreende o “não público”, aquele correspondente à maioria da população, e para o qual uma biblioteca pública deve, prioritariamente, voltar o olhar, conforme pontua:

para que uma biblioteca pública possa vir a ser plenamente pública é necessário que ela se volte para o não público. [...] É necessário romper com o isolamento do não público, isolamento não circunstancial, mas essencial. A cultura na sua pluralidade de expressão não lhe diz respeito. Não se estabelece entre o não público e a cultura um diálogo. [...] A cultura do não-público é a cultura do silêncio (FLUSSER, 1980, p.133).

Um caminho para que a biblioteca entre em contato com o “não público” é dado através do conhecimento da realidade do segundo pela biblioteca, do contato com elementos significativos que compõem sua visão de mundo e do compartilhamento de uma linguagem comum, segundo o autor, passos fundamentais para um projeto de ação cultural.

A ação cultural, como processo de contato, relação e conexão entre o não-público e a biblioteca possui, para Flusser (1980), uma dimensão de mediação, conforme explicita. “Todo o processo de ação cultural engloba também a dimensão de mediação e neste sentido a biblioteca reencontra sua prática primeira: a de ser um depósito da herança cultural” (FLUSSER, 1980, p.134).

A mediação se apresenta no texto sem conceituação específica, dimensionada na articulação entre um repertório cultural, a apropriação e a resignificação do mesmo pelos sujeitos. Recompõe-se, assim, a polaridade entre a criação cultural e o não-público, engendrada pela Modernidade. A mediação não somente aproximaria, como dialeticamente confrontaria estes dois universos.

O conceito e a prática da ação cultural foram amplamente debatidos na década de 1980, tendo como sustentáculo o pensamento de Paulo Freire, referenciado no trabalho de Flusser

Dentro da perspectiva de Freire (2006) evidencia-se que o agir da ação cultural se encontra indissociado do universo da *práxis* humana, uma vez que esta é uma ação que não ignora os processos ou objetivos de que se imbuí.

Em seu pensamento, o termo assume uma conotação ideológica, ligada a um caráter revolucionário e libertador, deliberado, proposital. A ação cultural possui, desse modo, um posicionamento definido e um propósito cujo norte teórico principal é de origem marxista.

O objetivo da ação cultural não é construir um tipo determinado de sociedade, mas provocar as consciências para que se apossam de si mesmas e criem as condições para a totalização, no sentido dialético do termo, de um novo tipo de vida derivado do enfrentamento aberto das tensões e conflitos surgidos na prática social concreta (FREIRE, 2006, p.72).

Ainda que os estudos sobre ação cultural tenham ocupado parte importante da agenda de pesquisa da Biblioteconomia durante a década de 1980, o trabalho de Flusser (1980) é, de acordo com a seleção, o único a figurar em publicação de periódicos da área tratando a mediação explicitamente no âmbito da ação cultural.

7.2 O bibliotecário mediador

A mediação inserida nas reflexões sobre o papel e as funções do bibliotecário compreende a abordagem mais recorrente ao termo mediação presente nos artigos pesquisados.

O papel do bibliotecário como um mediador é abordado na revista *Transinformação* por Odonne (1998) no artigo “*O profissional da informação e a mediação de processos cognitivos: a nova face de um antigo personagem*”, tendo em vista a reorientação do campo de atuação deste profissional dada com a emergência da complexa “Sociedade da Informação”.

Tema de grande atualidade e complexidade - em torno do qual vem se desenvolvendo um amplo leque de estudos teóricos e pesquisas aplicadas - o reconhecimento das mudanças operadas no papel do profissional bibliotecário pela conjuntura social, econômica e tecnológica do mundo contemporâneo é o ponto de partida desta reflexão. Entre outras, as expressões profissional da informação, agente de informação e gestor de informação - surgidas no bojo dos processos de popularização de novas tecnologias de comunicação e de informatização das rotinas técnicas que tentam dar conta da sempre crescente produção científica, intelectual e artística internacional - criam, expectativas em relação ao desempenho profissional do bibliotecário que nem sempre têm se realizado (ODONNE, 1998, p.2).

Para a autora a relevância do ofício do bibliotecário no contexto das sociedades modernas, marcadas pelo uso intensivo das tecnologias de informação, tem sido cada vez mais crescente. A este profissional atribuí-se agora um papel-chave na “transferência da informação e de mediação na construção do conhecimento” (ODONNE, 1998, p.2).

Ao bibliotecário é designada, pois, a função de ser “o homem do meio: intermediário ou *pontifex* entre duas extremidades, [que] mostra-se sensível às circunstâncias, às oportunidades e ambientes” (BOUGNOUX 1994, p. 197 apud ODONNE, 1998, p.7).

No contexto referenciado, a principal atribuição deste profissional consiste em:

identificar e atender as necessidades informacionais dos usuários imediatos e potenciais, procurando estabelecer uma dinâmica entre os repositórios estáticos do conhecimento que se encontram sob sua responsabilidade e as questões vivas dos indivíduos na busca de novas informações e conhecimentos (ODONNE, 1998, p. 2).

Em função de tal reorientação a Biblioteconomia assistiria, segundo a autora, a emergência de “um novo paradigma da função biblioteconômica” que incorpora novos conceitos, novas tecnologias e nova clientela. A autora chega mesmo a sugerir outras possíveis definições para o profissional tais como “ciberotecário” ou “cybrarian”.

Compartilhando com as concepções de Volant (1995) sobre o perfil emergente do profissional da informação, Odonne (1998) aponta sete eixos de ação, em torno dos quais este profissional deve transitar:

- Eixo metodológico: assegurando a coerência entre o sistema de informação global e os subsistemas locais, bem como a coerência dos métodos e ferramentas, permitindo a elaboração da “engenharia documentária”.
- Eixo estratégico: contribuindo para a definição de uma política de informação, participando da reflexão estratégica da organização e criando dinâmicas de modo a contribuir para a inovação.
- Eixo cognitivo: contribuindo para a resolução de problemas, para a fertilização do saber, para a abordagem interdisciplinar e para o questionamento.
- Eixo pedagógico: motivando os atores à utilização de informações, formando os usuários na aplicação dos métodos e das técnicas de pesquisa e de tratamento da informação.

- Eixo tecnológico: dominando ferramentas, adaptando os avanços tecnológicos para um uso apropriado.
- Eixo econômico: produzindo valor agregado, prestando assessoria às esferas decisórias e operacionais da organização em suas necessidades informacionais.
- Eixo sócio-cultural: contribuindo para a autonomia dos indivíduos e para aprendizagem coletiva, desenvolvendo uma verdadeira cultura da informação.

Em sua argumentação a autora resgata a teoria construtivista do pedagogo Jiron Matui (1995) que afirma ser a construção de conhecimento sempre fruto de uma interação dialógica, ou seja, de uma “mediação entre sujeito e objeto, entre sujeito e meio que é mediada tanto por funções e representações simbólicas como pela ação de outros indivíduos” (ODONNE, 1998, p.7).

Odonne (1998) aponta também a interface como outro termo correlato à noção de mediação. Designada por Lévy (1993) como superfície de contato, de tradução, de articulação entre dois espaços, duas espécies, duas ordens de realidade diferentes, a interface estende-se para além do domínio dos artefatos exprimindo operações de “estabelecimento de contato entre meios heterogêneos” (LÉVY, 1993, p.181-182 apud ODONNE, 1998, p.7).

Tarapanof, Suaiden e Oliveira (2002) também exploram o novo perfil do bibliotecário no artigo “*Funções sociais e oportunidades para profissionais da informação*”, publicado em 2002 na revista *Datagramazero*.

Situando também o processo de emergência de um novo perfil do profissional da informação no contexto da Sociedade da Informação, que exige “a necessidade de se adaptar às novas tecnologias para garantir seu crescimento econômico e social” (TARAPANOFF; SUAIDEN; OLIVEIRA, 2002, p.2), os autores estabelecem algumas funções sociais e perfis emergentes imputados a este novo profissional.

Dentre os desempenhos sociais estão: a alfabetização em informação e a animação e mediação da inteligência coletiva.

A primeira função encerra ações de alfabetização voltadas às tecnologias da informação e “alfabetização em informação”, cujo objetivo é a criação de aprendizes ao longo da vida, “pessoas capazes de encontrar, avaliar e usar informação eficazmente para resolver problemas ou tomar decisões” (TARAPANOFF; SUAIDEN; OLIVEIRA, 2002, p.2).

Outra função confiada ao profissional da informação é a de desempenhar o papel de “animador da inteligência coletiva”, conforme apontam:

os bibliotecários e profissionais da informação devem, assim como os professores, tornarem-se animadores da inteligência coletiva dos cidadãos e dos estudantes, oferecendo ferramentas intelectuais para que os indivíduos cooperem e produzam conhecimentos em grupo (TRAPANOFF; SUAIDEN; OLIVEIRA, 2002, p.2).

De acordo com os autores, para que o profissional da informação possa desempenhar seu papel de “animador da inteligência coletiva”⁴⁴, ele deve ser um: “mediador entre o mundo digital e a capacidade real de entendimento de receptor da informação, garantindo a efetiva comunicação e a satisfação da necessidade informacional do usuário dessa tecnologia” (TRAPANOFF; SUAIDEN; OLIVEIRA, 2002, p.3).

A mediação da informação e a “animação da inteligência coletiva” são vistas como recursos “fundamentais para acelerar o processo de inclusão social e possibilitar o indivíduo tornar-se um aprendiz independente ao longo da vida” (TRAPANOFF; SUAIDEN; OLIVEIRA, 2002, p.4).

Além de funções sociais atribuídas ao profissional da informação, os autores apresentam os principais perfis revelados pelo novo contexto social como: “gestores da informação”, “trabalhadores do conhecimento”, “gestores do conhecimento”, “engenheiros do conhecimento”, “especialistas em gestão do conhecimento”, “especialistas de conteúdos informacionais” e “especialistas em uso de ferramentas inteligentes”, profissões as quais “compreendem e colocam a informação a serviço da produção” (TRAPANOFF; SUAIDEN; OLIVEIRA, 2002, p.5).

Outras tarefas atribuídas ao profissional da informação aparecem na publicação “*Capacitação do bibliotecário como mediador do aprendizado de uso de fontes de informação*”, veiculada na *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação* sob autoria de Dias et al (2004).

Situando também o contexto contemporâneo no qual a informação tem lugar de destaque, os autores indicarão as novas habilidades a serem adquiridas pelo profissional da informação.

É praticamente impossível participar da atual sociedade, instável e em constante evolução, sem estar informado, sem conhecer os fatos que

⁴⁴ Para os autores “inteligência coletiva” é “a chance de ir além dos limites, a partir de um compartilhamento de saberes produzidos pela humanidade como um todo” (TRAPANOFF, SUAIDEN, OLIVEIRA, 2002, p.2)

estão transformando o mundo. A informação é matéria prima para os indivíduos serem partícipes de mudanças na realidade social, organizacional e, conseqüentemente, em sua própria realidade. A informação terá valor na medida em que seja devidamente tratada e comunicada para um público capacitado informacionalmente, ou seja, um público que esteja preparado para usar a informação recebida para tomada de decisão e resolução de problemas. Para tanto, os bibliotecários precisam compreender que isso requer não apenas as habilidades básicas de uso de documentação impressa, factual ou eletrônica, mas principalmente de habilidades de pensamento, compreensão, análise e síntese, além de atitudes e agregação de valor à informação – a *information literacy* - para se obter condições de autonomia quanto à obtenção do aprendizado ao longo da vida (DIAS et al, 2004, p.1).

Diante disto, os bibliotecários devem se adequar, buscando:

habilidades especiais em relação ao ensino/aprendizagem da localização de recursos, a formulação adequada das buscas, a decodificação da informação, a localização, a seleção e consulta de registros e de documentos em diferentes suportes e formatos. Aliado a isso, encontram-se também os valores éticos e legais relativos ao acesso e uso da informação. As destrezas no uso das tecnologias de informação e comunicação devem ser aprendidas com o apoio de programas institucionais, bem como os processos de determinação das necessidades de informação, sua análise e sua reelaboração e disseminação à comunidade com a finalidade de produção de novo conhecimento – eis o grande desafio para a capacitação em serviço dos bibliotecários enquanto mediadores desse aprendizado nas bibliotecas brasileiras (DIAS *et al*, 2004, p.2).

Para os autores a disseminação da informação - tarefa nuclear do bibliotecário - deve ter como horizonte o processo educacional, o que faz com que o bibliotecário atue como “mediador do aprendizado”, conforme assinalam:

levando em conta que as bibliotecas fazem parte do processo de aprendizado, pode-se afirmar que o trabalho do bibliotecário está diretamente relacionado à mediação do aprendizado, e que este profissional é peça importante em ambientes nos quais todos estejam em um processo contínuo de aprendizagem (DIAS *et al*, 2004, p. 5).

Desse modo, para que o profissional possa desempenhar seu papel de mediador é necessário que ele seja capacitado continuamente, já que:

o processo de formação continuada para a mediação do aprendizado está intimamente ligado à difusão de informações, capacitando a organização para criar, adquirir e transferir o conhecimento, modificando o comportamento para transformar o ambiente em um espaço de aprendizagem e construção de conhecimentos. As organizações que investem continuamente neste processo terão maior capacidade para reagir às mudanças e de se adaptarem mais rápido a elas (DIAS *et al*, 2004, p.3).

Os autores destacam quatro conceitos elaborados por Dudziak (2003) que, ao serem internalizados pelo bibliotecário, garantem a efetividade da mediação do aprendizado: a) intencionalidade, quando o bibliotecário direciona a interação e o aprendizado; b) reciprocidade, onde ambos aprendem; c) significado, quando a experiência é significativa para ambos e d) transcendência, quando a experiência é extrapolada para a vida do aprendiz (DIAS *et al*, 2004).

Neste artigo a mediação, que não é conceitualmente tratada, está intimamente vinculada aos processos de disseminação e transferência de informação e produção do conhecimento, ações conduzidas pelo profissional especializado, o “bibliotecário mediador”. O termo atribui a este profissional um papel que ultrapassa a função de intermediador para o acesso a informação, devendo o mesmo atuar na transformação das estruturas de conhecimento dos “usuários da informação”. Tanto a mediação quanto a informação têm um caráter operativo que busca “agregar valor” e atua na “resolução de problemas”.

Olhando ainda para o profissional da informação o artigo “*A mediação do profissional da informação nas florestas da Sociedade da Informação*” de Espírito Santo (2006), publicado na *Transição*, discutirá a identidade e a mediação do profissional da informação.

Segundo a autora, em um mundo de transformações conduzidas pela utilização das tecnologias, as práticas dos profissionais da informação sofrem inúmeras transformações que as redefinem.

Sobre isso, prescreve: “a construção da imagem do profissional da informação na sociedade da informação define-se como facilitadora, ou mediadora, entre o mundo de estoques e aproxima-se do profissional transformado e revelado” (ESPÍRITO SANTO, 2006, p.99).

A concepção basal da mediação destes profissionais está calcada na idéia de intermediário para o acesso, já que “nos locais em que se organizam as informações, os profissionais esforçam-se na construção de pontes ou interfaces de conceitos pertinentes à organização, tratamento e mediação da informação” (ESPÍRITO SANTO, 2006, p.99).

Aqui também é trazida ao debate a “mudança de paradigma” na reorientação da função do profissional da informação. “A mediação do museólogo na tarefa da informação rompeu com paradigmas do referente acervo a partir do reconhecimento do

seu usuário, quando está necessariamente próximo de seu público” (ESPÍRITO SANTO, 2006, p.101).

A noção de paradigma ganha contornos mais uma vez de apagamentos, de deslizamentos, de mudanças, conforme apontou Freitas (2001).

Vemos a discursividade do paradigma promovendo apagamentos concomitantes à promoção de promessas. Seu uso sem adjetivação envolve o efeito de apagamento generalizado de referências ligadas aos processos de compreensão e de práticas sociais (FREITAS, 2001, p.169).

Outro ponto importante neste núcleo de discussão sobre o papel do bibliotecário é a utilização de uma terminologia da área gerencial e administrativa qualificando a área de atuação do profissional da informação: valor agregado, inteligência competitiva, oferta, demanda e gestão. Esta tendência está ligada a uma articulação discursiva econômico-gerencial que tem expandido espaços de legitimação de discursos acadêmicos, ou seja, a legitimação tem se afastado do campo semântico da ciência e caminhado para o campo semântico econômico-gerencial (FREITAS, 2001).

Na Ciência da Informação o discurso econômico-gerencial tem sido amplamente recepcionado a partir da consideração de que um novo modelo econômico de sociedade, baseado na informação, avança inexoravelmente, exigindo adaptações e mudanças tanto dos processos de organização, uso e disponibilização da informação como da prática profissional.

Nestes enfoques o olhar que é direcionado à informação parte de uma concepção pautada no neoliberalismo que a vê como insumo da produção econômica: a informação está a serviço do capital, tornada, inclusive, o próprio capital.

Daí a incorporação e a reprodução de expressões como gestão da informação, economia da informação, gestão do conhecimento, inteligência competitiva, sociedade da aprendizagem, evocadas constantemente como importantes operadores discursivos e balizadores da prática profissional.

Com o amplo desenvolvimento de linhas de pesquisa na Ciência da Informação que se dedicam aos estudos da informação do ponto de vista das organizações econômicas, começa-se a ver o conceito de mediação sendo empregado também nestes enfoques.

É o que indica a emergência de um núcleo de abordagem à mediação que privilegia a administração e a gestão da informação.

7.3 Mediação e Gestão

A mediação da informação será contemplada no debate gerencial da informação por Lopes e Valentim (2008) a partir do artigo intitulado “*Mediação da informação no âmbito do mercado de capitais*”, publicado na revista *Informação & Informação*.

Nele as autoras apresentam modelos de gestão estratégica da informação utilizados por analistas de mercado de capitais, identificando as origens das informações empregadas na elaboração de relatórios técnicos disponibilizados aos investidores.

Partindo da consideração de que “informação é insumo para se gerar conhecimento em espaços organizacionais” (LOPES; VALENTIM, 2008, p.89), as autoras argumentam que a utilização de informações estratégicas compreende um diferencial competitivo nas operações das bolsas de valores.

Para isto deverão ser desenvolvidas por profissionais da informação-aqui concebidos como analistas de mercado- ações de “mediação da informação” que equacionem necessidades dos usuários com informações disponíveis.

Defende-se que a relevância e a importância da informação são qualidades dadas pelo usuário da informação, ou seja, é o usuário quem a qualifica, pois é ele que, a partir de sua incerteza, curiosidade, lacuna ou necessidade, busca informar-se. Nesse sentido, os trabalhos informacionais são realizados no intuito de mediar o contexto da necessidade do usuário com as informações disponíveis (LOPES, VALENTIM; 2008 p.90).

A mediação da informação nesta perspectiva é tida como uma operação cuja finalidade é prover informação a um usuário, de modo que o ajude na consecução de seus objetivos, no caso do mercado de capitais, o alcance de lucros.

Este trabalho também não conceitua teoricamente o emprego do termo mediação ou a expressão “mediação da informação”, remetendo-nos à idéia de ponte para o acesso de uma informação que tem uma função resolutive.

Diferentemente do trabalho de Pinheiro (2008), que discute as possibilidades da mediação no escopo da gestão da informação em ambientes organizacionais, a partir de diferentes perspectivas teóricas.

“*Mediações híbridas para uma gestão da informação compartilhada*”, também publicado em 2008 na revista *Informação & Informação*, reflete sobre formas de mediação no desenvolvimento da gestão da informação em organizações, partindo do seguinte questionamento: “Como gerir os gigantescos estoques informacionais

atendendo às subjetividades de cada grupo, cada organização?” (PINHEIRO, 2008, p. 41).

Tomando de referência autores franceses como Lamizet (1994; 1995), Couzinet (1999, 2001) Henion (1990) e Règimbeau (2006), a autora explicita seu entendimento acerca da mediação.

Lamizet e Silem (1997 apud PINHEIRO, 2008) definiram a mediação como instância que garante na comunicação e na vida social a “articulação entre a dimensão individual do sujeito e sua singularidade e a dimensão coletiva da sociabilidade e do elo social” (KERR, 2008, p. 44). É a partir destes autores que Pinheiro (2008) destaca a mediação como uma operação processual que formula, no campo social, uma dialética entre o social e o coletivo. Neste processo a linguagem e o simbólico se fazem de crucial importância na tradução dos códigos coletivos, permitindo, assim, a constituição de mediações.

A mediação é possível quando estabelecemos relações entre os enunciados, entre aqueles que comunicam e aqueles que escutam e respondem. Uma rede de enunciados se coloca em linha, desde que a mediação exista como nós de ligação, uma parada para a compreensão ou o início de um novo conhecimento. Ela articula os enunciados, o que é completamente dependente de uma linguagem comum, ou de signos ou ainda de diferentes formas de representações simbólicas para a criação de estruturas coletivas de referência (PINHEIRO, 2008, p.45).

Callon (1975 apud PINHEIRO, 2008), outra referência utilizada, trabalha com perspectiva semelhante, quando entende a tradução como dependente da existência de uma sintaxe. Para ela a emergência de um sistema de representação constrói uma sociabilidade, uma forma de identificação social, numa lógica de pertencimento, de identificação simbólica em relação ao outro, ou seja, numa lógica de filiação e de subjetividade.

Pinheiro (2008) também resgata os preceitos da mediação de Hennion (1990) que a apreende não como instrumento ou função, mas como processo demarcado pelo sufixo da ação. “Trata-se de um processo atemporal de operações de incorporações recíproca que é continuamente tomado e retomado no trabalho social do seu desenvolvimento” (PINHEIRO, 2008, p.45).

Para a autora a gestão da informação é um processo que abarca outros processos não podendo, assim, fugir de sua condição mediadora para se chegar ao uso da informação.

Para que a mediação seja processada é necessário que se instituem relações entre os enunciados, ou seja, entre os agentes da comunicação, o que pressupõe o compartilhamento da linguagem, de signos ou das formas de representações simbólicas que criam arranjos coletivos de referência.

Assim, torna-se premente considerar a relação entre tradução e mediação, sendo a primeira responsável por transformar um enunciado particular de uma linguagem em outro enunciado particular (CALLON, 1975 apud PINHEIRO, 2008).

Pinheiro (2008) adverte que um processo de gestão da informação nas organizações não deve ser adotado privilegiando apenas a dimensão tecnológica constante no mesmo. Para ela é necessário que se considere o contexto, os objetivos, a cultura e os atores envolvidos no processo.

A gestão da informação deve ser considerada, pois, como:

processo mediador que considere e ao mesmo tempo seja instrumento da cultura do coletivo, represente a identidade de um grupo social pela análise crítica de informações, com o objetivo de compartilhar e comunicar (PINHEIRO, 2008, p.49).

Em seu trabalho vê-se uma acentuada influência francesa que tem- a partir da conjugação entre informação e comunicação- trabalhado o tema da mediação em uma perspectiva simbólica, dos dispositivos e da construção de sentidos, no âmbito das Ciências da Informação e Comunicação.

7.4 Organização, uso e as tecnologias

O título do trabalho “*Novas formas de mediação da informação*” da autoria de Mercadante (1995), publicado na *Transinformação*, sugere de antemão a existência de formas já tradicionais ou usuais de mediação da informação e o ineditismo de outras. Sem deixar claro quais seriam as primeiras, ou seja, em que consistiria a mediação da informação no campo, do ponto de vista teórico ou empírico, o autor indica a emergência de formas de acesso alternativas ligadas aos serviços de compartilhamento de recursos bibliográficos entre instituições e ao processo da expansão tecnológica que alterou o armazenamento, a busca e o acesso às informações.

Neste trabalho nota-se a noção de mediação sendo utilizado de modo a designar diferentes processos de intermediação, de facilitação, de provimento do acesso

à informação- o que inclui da catalogação e classificação até a disseminação- funções basais das bibliotecas e centros de documentação.

As novas formas de mediação têm a marca da potencialidade de utilização dos recursos tecnológicos que permitem, segundo o autor: a) o tratamento de volumes de informação mais rápida e precisamente; b) o armazenamento de modo mais lógico de grandes volumes de informação; c) a recuperação de informações de forma mais racional e lógica; d) a seleção de informações otimizando o tempo do usuário; e) a administração do volume de informações voltada ao oferecimento de bons serviços a custos razoáveis (MERCADANTE, 1995, p.34).

Não obstante aos benefícios trazidos pelas novas tecnologias, o autor inaugura sua fala em tom de preocupação:

as mudanças estão chegando tão grandes, tão rápidas, e a angústia de entender, acertar, e ir adiante parece que toma de certa forma toda a classe de profissionais que trabalha com informação, e principalmente aqueles que estão à frente de bibliotecas e centros de documentação, responsáveis por decisões institucionais (MERCADANTE, 1995, p.33).

Este bibliotecário, ansioso diante de tantas mudanças, é impelido a ser “suficientemente habilitado e com responsabilidade para facilitar o uso da informação em qualquer dos suportes” (MERCADANTE, 1995, p.37).

E a mudança insiste para que este profissional se torne um administrador, aquele com “capacidade de gerenciar, [...] assegurando o conhecimento e a utilização de novos potenciais pela sua comunidade, [...] adicionando valor à informação” (MERCADANTE, 1995, p.38). As “novas mediações da informação” deverão, portanto, ser orientadas por um novo modelo de organização documental proposto pelos bibliotecários.

A mediação aparecerá no trabalho “*Linguagens documentárias, instrumentos de mediação e comunicação*”, publicado por Lara (1997) na *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, também no cerne dos processos biblioteconômicos de organização e acesso à informação. Nele, a autora entende as linguagens documentárias como formas de mediação, porque encerram, antes, processos de representação.

A representação é entendida a partir de Peirce (1977) para quem “representar significa estar numa relação com o outro, que, para certos propósitos, é considerado por alguma mente como se fosse o outro” (PEIRCE, 1977, p.61 apud LARA, 1997, p.72).

O texto não aborda “mediação da informação”, e sim mediação. Situada nos processos de representação, de codificação e decodificação de conteúdos informacionais, a mediação, em sua abordagem, pressupõe uma relação entre “de um lado, o objeto que se quer representar; de outro, um sujeito que deve interpretar essa relação” (LARA, 1997, p.73).

A mediação sustenta-se, pois, em sistemas de significação determinados, o que faz com que a recuperação de informações, dependa da disponibilidade de acesso às estruturas de significação (LARA, 1997).

Esta visão ampara-se na função dos sistemas simbólicos, cujo caráter mediador, torna possível a representação e a experiência da realidade. As linguagens documentárias compreendem, portanto, formas de mediação, de expressão condensada de determinados conteúdos, a partir dos quais é possível a recuperação do documento em sua totalidade. Desempenham papel de mediadoras, pois funcionam como sistemas simbólicos que liga registro-documento e usuário-informação.

O artigo “*Paradigma tecnológico e representações sociais dos bibliotecários sobre seu perfil e suas práticas no contexto da Sociedade da Informação*”, publicado na revista *Informação e Sociedade* por Morigi e Pavan (2005), discutirá as novas formas de interação entre as pessoas, decorrentes da utilização das tecnologias de informação e comunicação na vida cotidiana, a qual redimensionou as funções e os papéis sociais.

O estudo⁴⁵ objetivou verificar como são percebidas as novas formas de sociabilidade pelos bibliotecários, analisando nas relações entre tais profissionais e os usuários, as mudanças decorrentes do emprego das tecnologias de informação e comunicação, estas consideradas como mediadoras no jogo da sociabilidade.

Partindo da consideração do cenário contemporâneo no qual as relações sociais são “impactadas” pelo uso das tecnologias, os autores assinalam que:

a utilização de tais tecnologias cria e recria novas formas de interação, novas identidades, novos hábitos sociais, enfim, novas formas de sociabilidade. As relações sociais já não ocorrem, necessariamente, pelo contato face a face entre os indivíduos. Elas passaram a ser mediadas pelo computador, independentes de espaço e tempo definidos. Informação e conhecimento tornaram-se variáveis imprescindíveis para o cidadão neste novo tempo que se estabelece, denominado das mais variadas formas, como era da informação, sociedade pós-industrial, era do virtual ou sociedade da informação e do conhecimento (MORIGI; PAVAN, 2005, p.1).

⁴⁵ Estudo quantitativo e qualitativo realizado junto aos bibliotecários que atuam em bibliotecas universitárias na rede pública e privada do município de Porto Alegre-RS.

Para os autores, as novas formas de interação advindas da sociedade demarcada pela economia baseada no conhecimento, pelo novo papel das finanças e pela sociabilidade articulada em rede (frentes que definem a Sociedade da Informação) criaram “novas formas de sociabilidade e novas identidades, mediadas pelas redes midiáticas globalizadas” (MORIGI; PAVAN, 2005, p.02).

A mediação, termo para o qual não há designação teórica, semântica ou conceitual, caracteriza a dinâmica das tecnologias de informação e as formas de comunicação que se interpõem nas relações sociais, as quais, na contemporaneidade sofreram um esvaziamento do contato face-a-face.

Desse modo:

as novas “convivências” advindas da mediação tecnológica têm ampliado a rede de relações entre as pessoas e construído laços afetivos entre elas. O uso das ferramentas disponíveis na Internet abriu a possibilidade de as pessoas se “conhecerem” e estabelecerem relacionamentos sem qualquer contato físico anterior. Essa prática, cada vez mais comum, vem modificando os hábitos, os comportamentos, tornando mais complexas as formas de interação social entre os indivíduos e produzindo novas formas de sociabilidade entre eles (MORIGI; PAVAN, 2005, p.5).

O estudo concluiu que os bibliotecários percebem nitidamente as novas formas de sociabilidade no seu ambiente de trabalho, considerando a tecnologia um fator de interferência na relação com os usuários. Identificou-se também a existência de zonas de conflito, de diversas ordens, introduzidas pela mediação das tecnologias de informação e comunicação nas bibliotecas universitárias, já que o conflito é imanente à própria dinâmica social.

As tecnologias são vistas como as mediadoras, na medida em que promovem a articulação, o contato entre duas ou mais realidades, alterando não apenas as relações entre bibliotecários e usuários como também entre os próprios profissionais.

A abordagem do encontro entre diferentes espaços e culturas por meio das tecnologias de informação e comunicação é tema do debate de Freire (2006) no artigo “*Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local*”, publicado na revista *Ciência da Informação*.

Este trabalho, que buscou dotar participantes de um programa de inclusão digital de “elementos da mediação entre a cultura global e a local” (FREIRE, 2006) já fora analisado quando da investigação dos trabalhos apresentados pelo grupo Mediação,

Circulação e Uso da Informação em Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB).

Conforme indicamos, a autora emprega o termo mediação, para o qual não há discussão teórica e conceitual, designando a interface entre diferentes códigos culturais que transitam entre a cultura local e global, sendo as tecnologias de informação os elementos dinamizadores deste processo de interconexão e comunicação.

7.5 Educação e Cognição

Gomes (2008) em seu artigo “*A mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento*”, publicado na revista *Datagramazero*, situa a mediação no cerne dos processos comunicacionais e educacionais que propõem a construção do conhecimento. O enfoque dado pela autora coloca em destaque o papel das tecnologias aliado aos agentes sociais envolvidos na transmissão de informações. Esta abordagem apresenta a mediação da informação como um elemento-chave do processo de transferência da informação, sendo aquela, etapa primeira da construção de conhecimentos que se efetiva a partir do acionamento de estruturas cognitivas e de acervos de conhecimentos prévios dos sujeitos em contato com o conteúdo da informação e em interação entre si. Indica, portanto, que:

nas atividades de acesso ao conhecimento estabelecido, ao conhecimento registrado, os educadores, os espaços informacionais e seus agentes são os mediadores que transmitem as informações disponíveis, realizando assim, as práticas informacionais (GOMES, 2008, p.2).

O processo de construção do conhecimento associa-se ao conteúdo simbólico da informação que é “mediado” pelos suportes de registro com os quais os indivíduos, dotados de repertórios culturais e experiências próprias, interagem.

A mediação, termo para o qual não há definição, alia-se à transmissão de informações que, a partir de instrumentos de registros e de processos interativos, operam na construção do conhecimento pelos sujeitos.

A mediação posicionada no processo de construção de saberes é também explorada por Bufrem e Sorribas (2008) no artigo “*Mediação e convergência em bibliotecas acadêmicas: saberes e práticas culturais*”, publicado na revista *Encontros Bibli*.

Neles são investigadas as possibilidades de construção de uma cultura informacional nas bibliotecas universitárias brasileiras para a construção de um ambiente propício à formação de saberes, a partir de cinco categorias: o contexto; os fenômenos da mediação e da convergência relacionados às bibliotecas acadêmicas; os sujeitos no processo; as relações de força e a articulação entre esses fatores.

O contexto das bibliotecas acadêmicas é marcado por condições sócio-econômicas diversas e contrastes latentes revelados, por exemplo, pelo alto índice de “excluídos digitais”. Neste cenário, as autoras destacam o papel das redes ou estruturas que reúnem conservam, disseminam e fornecem informações, indicando que seu potencial consiste em oferecer condições para a ampliação de oportunidades dos cidadãos.

No contexto em que se situam essas estruturas de informação são consideradas a infra-estrutura eletrônica e de telecomunicações, bem como as comunidades que assumem papéis sociais historicamente constituídos dos quais resultam a formação de grupos coletivos que compartilham modos de vida e significados que são transmitidos.

Os fenômenos da mediação e convergência estão localizados na tríplice cultura (acadêmica, informacional e telemática) relacionada às redes de informação.

As autoras entendem a mediação como o termo que designa “o fluxo de eventos entre a geração da informação por uma fonte emissora e a aceitação da informação pela entidade receptora” (BUFREM; SORRIBAS, 2008, p.73). Ponderam, contudo que:

mesmo considerando-se esse sentido mais genérico dado ao termo mediação, ele enseja duas interpretações, a primeira, cuja ênfase recai no processo de aprendizagem e a segunda, com enfoque nos processos tecnológicos de suporte ao fenômeno (BUFREM; SORRIBAS, 2008, p.73).

Desse modo, a mediação pode ser lida também como o “processo de divulgação científica mediante recursos educativos” (BARROS, 2005, p. 53 apud BUFREM; SORRIBAS, 2008, p.73) e sua prática evidencia que a capacidade de buscar informação e de interferir na construção de saberes estimula a criatividade e as transformações.

Partindo dessa ênfase, as autoras ressaltam que “o processo de mediação aproxima-se, do ponto de vista de sua funcionalidade, a uma ativação da consciência” (BUFREM; SORRIBAS, 2008, p.73).

Isto porque a mediação pode ser considerada um:

trabalho analítico que consiste na distinção, na seleção e no julgamento, ou seja, em um discurso processual que nega as determinações imediatas e busca ativar o campo do sujeito, pois é nas relações intersubjetivas que a categoria de mediação se explica com mais clareza e contribui para a criação de processos de compreensão intersubjetiva das representações sociais através da argumentação e da manipulação cognitiva [...] (BRAGA, 2004, p. 1 apud BUFREM; SORRIBAS, 2008, p.73).

Para as autoras o conceito de mediação na Ciência da Informação e Biblioteconomia coaduna-se ao de redes de acesso à informação, sendo a Internet decisiva para o processo decorrente do conjunto de modalidades de apoio ao uso da Tecnologia da Informação (BUFREM; SORRIBAS, 2008).

O processo de mediação contribui, assim para: a) a solução de problemas; b) o processo de identidade cultural; c) a formação da cidadania; d) a formação de usuários críticos, produtores e não simplesmente consumidores de conteúdos disponíveis pelas tecnologias de informação e comunicação (SUAIDEN, 2006 apud BUFREM; SORRIBAS, 2008).

As autoras ressaltam, contudo, que tal contribuição limita-se por problemas como a parca intimidade das pessoas com bases e redes de informação, a dificuldade na manipulação das tecnologias, a confiança na busca realizada por pessoas especializadas- como o bibliotecário- e a carência de tempo para buscas ou a ausência de infra-estrutura apropriada. Estas limitações demonstram, assim, “a existência de zonas de conflito introduzidas pela mediação das tecnologias de informação e comunicação nas bibliotecas universitárias, comuns no jogo da sociabilidade” (MORIGI; PAVAN, 2004, p. 117 apud BUFREM; SORRIBAS, 2008, p.74).

Das ponderações acerca da extensão das práticas de mediação, deduz-se a combinação decorrente dos avanços alcançados no processo de convergência de várias tecnologias. O conceito de convergência é entendido na sua dimensão de conjugação das mídias, infra-estrutura e serviços; de formas de organização da informação e de aprendizado, sendo esta última à qual mais a autoras se detêm.

Com este enfoque específico, a convergência define-se como a conciliação de métodos e instrumentos nas práticas bibliotecárias, ou seja, ao resultado de aplicação de diversas mídias no ambiente acadêmico de produção, organização e tratamento para recuperação e disseminação de informações, especialmente voltado aos misteres do ensino superior, com apoio no desenvolvimento de redes de informação e cooperação entre bibliotecas acadêmicas (BUFREM; SORRIBAS, 2008, p.75).

A convergência favorece a proliferação de informação digital, estabelece uma base comum para o manuseio de diversos tipos de informação, suscita a disseminação da conectividade entre as pessoas, possibilita a reunião de informações dispersas e o alargamento do seu valor, contribuindo, assim, para os avanços da tecnologia.

Para as autoras o compartilhamento da informação, fortalecido pelos fenômenos de mediação e convergência, verifica-se em contextos em que as bibliotecas, ao extraírem saberes e cultura da sociedade, transformam-se e transformam os sujeitos, relacionando-os numa “espécie de jogo dialético entre o instituído e o instituinte” (BUFREM; SORRIBAS, 2008, p.80).

A mediação, entendida tanto como processo quanto fenômeno está dimensionada na natureza dos aparatos tecnológicos da informação e nos meandros dos processos de aprendizagem. As autoras utilizam o trabalho de Morigi e Pavan (2005) discutido anteriormente.

A construção do conhecimento, do ponto de vista cognitivo, e o papel das bibliotecas são temas abordados por Varela e Barbosa (2009) no artigo “*A multirreferencialidade de saberes nos atos de mediação e conhecimento: o aporte das ciências cognitivas à ação pedagógica das bibliotecas*”, publicado na revista *Perspectivas em Ciência da Informação*.

Nele as autoras analisam as exigências dos “novos tempos” para o acesso ao conhecimento, a partir de perspectivas teóricas e metodológicas das ciências cognitivas a da função da Educação e da Biblioteconomia no processo de aprendizagem.

Partem do princípio de que:

para se chegar ao conhecimento, não basta o acesso físico às tecnologias, mas sobretudo, é preciso estimular os múltiplos processos cognitivos, a mediação e a contextualização que se constituem pré-requisitos para apreender e compreender conteúdos formativos e informativos (VARELA; BABROSA, 2009, p.189).

Resgatando o papel educativo das bibliotecas, entendidas como espaço em que os alunos encontram material para complementarem sua aprendizagem e desenvolverem sua criatividade, imaginação e senso crítico as autoras ressaltam a importância de estudos teóricos sobre o campo da aprendizagem com foco na cognição humana, como subsídios importantes para a formação de professores e bibliotecários.

Assim, recuperam a concepção de Vygótsky e Freire acerca da mediação. Para o primeiro, o conhecimento constitui-se em uma produção cultural, diretamente relacionada à linguagem e a interação social. No processo de construção do

conhecimento, o pensador russo ressalta as relações culturais de mediação das estruturas psicológicas.

O fator decisivo no desenvolvimento não recai sobre o indivíduo, sujeito dos processos de construção intelectual, mas sobre os processos de mediação das estruturas cognitivas e lingüísticas. A mediação é a ação que se interpõe entre o sujeito e objeto de aprendizagem, sendo a palavra de fundamental importância (VARELA; BARBOSA, 2009, p.196)

Já para Freire (1979 apud VARELA e BARBOSA 2009) a mediação é a ação por meio da qual o homem chega a ser sujeito por uma reflexão sobre sua situação, sobre seu ambiente concreto .

As teorias da Modificabilidade Aplicada e da Experiência de Aprendizagem Mediada, desenvolvidas pelo psicólogo israelense Feuerstein, são também situadas para entender o processo de mediação na construção do conhecimento.

Para Feuerstein a aprendizagem humana é decorrente de uma relação indivíduo-meio, mediatizada por outro indivíduo mais experiente, cujas práticas e crenças culturais são transmitidas, promovendo zonas mais amplas de desenvolvimento crítico e criativo, rumo à autonomia cognitiva, conseqüente de uma aprendizagem mediada (FEURESTEIN, 1980 apud VARELA; BARBOSA, 2009).

A função do mediador, elemento regulador deste processo, pode ser exercida tanto pelo professor quanto pelo bibliotecário conforme assinalam as autoras:

Quando o mediador é o professor, ele põe em prática estratégias de mediação na apresentação das várias tarefas inerentes ao processo ensino-aprendizagem, visando à generalização e à abstração conceitual. No entanto, o processo de mediação transcende a sala de aula, alcançando a biblioteca e outros ambientes de aprendizagem (VARELA; BARBOSA, 2009, p.197).

As autoras indicam ainda que a falta de mediadores que se interponham entre o sujeito e o mundo, que selecionem e organizem informações contextualizando-as culturalmente, provoca a denominada “síndrome cultural”.

A mediação é tida como um elo do processo da cognição, que promove acesso à realidade, a partir de uma ação orientada por elementos intervenientes, como os pais, os professores e a escola e o acionamento de estruturas cognitivas.

Interação, interveniência e ação são noções contempladas pelos estudos cognitivos da aprendizagem através da mediação.

Mediação e educação são relacionadas em outro artigo publicado por Martucci (1997) na Revista de Biblioteconomia de Brasília. “*Processo educativo na mediação da*

informação em biblioteca pública: um estudo fenomenológico” compreende um estudo que busca apreender a dimensão educativa do processo de referência, ou “mediação da informação”.

Parte do pressuposto teórico de que “todas as circunstâncias de vida e de convívio podem ser oportunidades de educação e que em toda prática social existe um processo educativo” (MARTUCCI, 1997, p.167).

A autora considera como prática social a relação, interação, a ação social entre indivíduos, que pode ocorrer tanto em ambientes sociais formalizados e institucionalizados, quanto em situações informais de convivência e relacionamento. Entende-se o processo educativo como “situação de troca, de desenvolvimento, de significações, de sentido do mundo, dos outros e de si próprio, que ocorre entre as pessoas envolvidas na prática social, num ato de criação, recriação e transformação” (MARTUCCI, 1997, p.67).

Explicando seu intento, a autora emprega o termo mediação em analogia ao processo de referência.

Considerou-se ato de educar-se como a construção da identidade do atendente e do usuário de uma biblioteca pública, através da interação face-a-face que se estabelece no processo de referência; como atendente, o mediador do uso da informação e como usuário, os membros da comunidade buscam a biblioteca para a resolução de um problema de informação. A contribuição da resposta à questão posta é compreender o processo educativo próprio, peculiar do processo de referência ou da mediação da informação na biblioteca escolhida e, com isto, desvelar se educa para a reprodução ou para a transformação (MARTUCCI, 1997, p.167).

A mediação da informação é vista como o serviço de referência da biblioteca pública, o que pode ser notado na utilização da conjunção “ou” indicando correspondência, e na visão do mediador como o bibliotecário, o condutor deste serviço. Empregada neste contexto, indica relação, interface e interlocução estabelecida entre os agentes e a ação, tendo função do provimento da informação, entendida como elemento importante no processo de aprendizagem e na construção do conhecimento.

7.6 Comunicação e mediação

Estudos do campo da comunicação publicados em revistas da Ciência da Informação integram parte pequena dos trabalhos que lançam mão da noção de

mediação como aporte argumentativo da discussão. Um olhar atento a estas publicações revelam, portanto, um uso que situa o termo do ponto de vista teórico-conceitual.

“*O jornalismo especializado e a mediação de um ethos na sociedade contemporânea*”, da autoria de Tavares (2007) publicado na revista *Em Questão*, propõe uma reflexão acerca do jornalismo de revista e sua relação com a formação de um *ethos* social na contemporaneidade.

Partindo do pressuposto de que o discurso do jornalismo especializado é dotado de características próprias, o autor indagou-se acerca das “mediações” decorrentes da relação entre jornalismo e sociedade, no momento em que os temas da qualidade de vida e bem estar (social e individual) emergem nas esferas temáticas do mundo da mídia (TAVARES, 2007).

Assim o autor discute a natureza do jornalismo; a mediação como ato comunicativo e suas singularidades quando processada na relação mídia e vida social; a formação de um *ethos* na sociedade; as mudanças advindas com a modernidade e a participação do jornalismo na tessitura da cultura na sociedade contemporânea.

Para o autor o jornalismo compreende uma prática discursiva especializada de produção e transmissão de saber. Desse ponto de vista, os “produtos jornalísticos” permitem que os sujeitos tomem conhecimento dos acontecimentos, situem-se no espaço e no tempo; compartilhem de um mesmo universo de valores e, com isso, promovam um constante posicionamento subjetivo e intersubjetivo no interior da sociedade.

Neste sentido, a relação entre jornalismo e sociedade se dá de forma dinâmica e opera dialeticamente na existência de cada um dessas instâncias.

No caso do jornalismo especializado abordado pelo autor (revistas dedicadas à temática da qualidade de vida, voltadas para a auto-ajuda) há uma relação entre jornalismo e cultura que evidencia uma conexão maior e direta em que mídia e sociedade são lidas e re-lidas uma pela outra, configurando-se aí, um processo de mediação.

A mediação, nesse sentido, apresenta-se como prática midiática de captar a realidade e transmiti-la a partir de um processo de produção próprio, sem fugir da idéia de interação comunicativa que a envolve. Percebemos assim, a mediação como um processo socialmente contextualizado, inserido numa lógica comunicativa mais ampla, que abrange diversos âmbitos de produção, recepção e de relação entre ambos (TAVARES, 2007, p.47).

Esta concepção de mediação baliza a idéia de construção social da realidade promovida pelo jornalismo, o que incluiria, segundo o autor:

além de uma idéia de construção jornalística de acontecimento (ou de acontecimento como construção jornalística) [...] o acontecimento como algo ligado a um tempo social, a um contexto mais amplo que, quando mediado (pela mídia), assume graus distintos de visibilidade e de importância (TAVARES, 2007, p.47).

Ao refletir sobre o tempo social e seus referentes, o autor assinala que o jornalismo especializado voltado para o bem estar social e para a qualidade de vida na sociedade contemporânea, coloca em evidência a sociabilidade, um *ethos*⁴⁶ social, mostrando a dimensão ética da cultura contemporânea.

A conformação deste *ethos* depende de uma mediação engendrada pela mídia, seus processos e suas instâncias reguladoras da sociabilidade.

Mediação é entendida, a partir de referenciais de Martín-Barbero (2001) e Silverstone (2002), como uma prática da mídia, processo da interação social realizada pela comunicação. O jornalista atua como um mediador em “uma cadeia mais ampla de sentidos, da qual o produto impresso é apenas um componente” (TAVARES, 2007, p.49).

“*Mediação e processos de compreensão intersubjetiva das representações sociais do trabalho*”, da autoria de Braga (2004) é outra publicação fruto de pesquisa no campo da Comunicação, veiculada em periódico da Ciência da Informação.

Situado no campo da comunicação e trabalho, o estudo parte da consideração de que a mediação compreende uma categoria analítica, comumente tratada:

de modo acidental e frívolo, interpretada através de um conceito (uma noção abstrata ou uma idéia geral, designando seja um objeto suposto único, seja uma classe de objetos), ou categoria (porque as categorias habitam a representação e a ordenação da experiência e constituem uma classificação de conceitos), cuja investigação perde qualquer força demonstrativa, diluindo-se numa série de analogias, que pretensamente teriam efeito sobre- ou seriam originárias de- todas (ou quase todas) as realidades sociocomunicacionais que permeiam o contrato social vigente (BRAGA, 2004, p.1).

Para o autor, a mediação- à qual ele se refere como “esse pancresto que nos faz voar na panacéia” (BRAGA, 2004, p.1), serviria para explicar “como os fenômenos e realidades sociais estão todos demarcados pelo campo da comunicação, e mais, como estão todos afeitos ao *modus operandi* da mediação” (BRAGA, 2004, p.1).

⁴⁶ *Ethos* é entendido pelo autor a partir de Geertz (1989) como o estilo moral e estético, os elementos valorativos de uma cultura.

Assim, Braga (2004) apresenta um mapeamento da utilização do termo mediação que, para ele pode ser entendida de muitos modos, tais como: a) mediação analítica para demonstrar a veracidade do próprio discurso cognoscitivo definidor nos confrontos com os outros; b) como mediação entre as particularidades específicas de cada determinação; c) como mediação com a generalidade das outras determinações concretas; d) como redução sistemática e rigorosa dos aspectos que são demonstrados como não fundamentais e complexos; e) como desenvolvimento fenomenológico e substancial de uns a partir de outros.

Baseado em Rambaldi (1988) o autor sublinha que:

é na história que tudo encontra mediação, embora, para efeitos de encadeamento analítico, seja oportuno ficar no campo do "sujeito", pois é nas relações intersubjetivas que a categoria de mediação se explica talvez com maior realce, uma vez que o homem como indivíduo só adquire um significado real após um desenvolvimento milenar de mediações e o seu pressuposto real é o de ser sempre membro de uma comunidade (RAMBALDI, 1988, p.145 apud BRAGA, 2004, p.2).

A perspectiva da dialética marxista é adotada pelo autor no encaminhamento de seu trabalho acerca das mediações intersubjetivas no campo do trabalho.

Para isso discorre acerca da noção marxista da natureza como fundamento da mediação, indicando que a natureza pode ser entendida a partir de três pilares: a) como conjunto de dados físicos e objetivos, pelo que compreende o ambiente e o homem como entidade físico-biológica; b) como substrato comum dos homens; c) como forma de associação produtiva.

Ainda guiado pelo pensamento de Rambaldi (1988), o autor indica que a terceira compreensão da natureza coloca em destaque um problema central à mediação, decorrente de sua dimensão eminentemente intersubjetiva: a questão da igualdade.

Desse modo, Braga (2004) lembra que:

as determinações concretas que constituem a base primordial da desigualdade são certamente todas por natureza: os homens diferem uns dos outros não apenas com acontecimentos irredutivelmente individuais no palco da história, mas também biológica e psicologicamente, de modo que o especificamente humano é sempre uma relação a posteriori com a realidade natural, da qual, todavia, participa; nisto reside uma passividade fundamental invencível do homem, para além de uma rigidez fundamental do elemento natural objetivo (RAMBALDI, 1988, p.146 apud BRAGA 2004, p.3).

Na procura de um substrato natural comum aos homens e para a identificação de uma forma natural e universal da associação entre os mesmos, chega-se ao núcleo

das determinações efetivas da desigualdade: a desigualdade social. Esta se expressa pelas relações de produção que mediadas pelas forças hegemônicas do Capital e do Trabalho geram, em conflito, a luta de classes, principal motor da história (BRAGA, 2004).

O homem se torna, desse modo, o substrato natural da mediação intersubjetiva, categoria cuja análise deve dar-se a partir da relação complexa entre a mediação natural e as mediações históricas reais, estas plenas de desigualdades.

Assim, o autor distingue dois momentos essenciais na interpretação da relação entre igualdade natural e desigualdade histórica: o caráter natural (espontâneo), mas substancial, necessário e devastador da desigualdade, e o caráter acidental de uma desigualdade não enraizada nesse mesmo fundamento natural.

Desse modo, para que o conhecimento da realidade avance, o autor indica a necessidade da realização de operações de síntese e de análise que esclareçam não só a dimensão imediata como também, e, especialmente, a dimensão *mediata* delas (BRAGA, 2004).

A realidade social é entendida então como “a experiência humana constituída por meio de práticas comunicativas ou simbólicas em que esse entre-lugar é o lócus da mediação” (BRAGA, 2004, p.4).

O espaço-tempo do trabalho compreende uma mediação fundadora do ser social, que se distende em “mediação da re-produção” e “mediação da re-presentação”. A “mediação da re-produção” procede da complexidade do processo produtivo do homem, suas relações de trabalho, bem como o âmbito da reprodução propriamente dita ou a dimensão da sobrevivência. A “mediação da re-presentação” é traduzida tanto pela consciência de si frente ao outro, como pela mobilização das energias postas em movimento nas lutas e demandas individuais e coletivas, além da manifestação da cultura, da ideologia, do eu, da vida diária das relações de classe de maneira heterogênea e confusa.

Fundamentando-se no materialismo histórico dialético de Marx, Braga (2004) entende o trabalho como a base sobre a qual se sedimenta o próprio universo da realização da atividade do homem.

Como *mediador* o trabalho satisfaz necessidades tornando o gênero humano, na sua apropriação da natureza, cada vez mais um gênero para si mesmo. A essência humana, para Marx, é característica fundamental do homem liberto do estranhamento do trabalho e sua efetivação vincula-se à descoberta tanto deste estranhamento como

das possibilidades da sua superação, possibilidades que, em si mesmas, alçam os homens à perspectiva de uma individualidade plena no interior de uma universalidade articulada, genérica, mas que não podem ser compreendidas como emancipação humana sem a concorrência da superação da diferença nuclear entre capital e trabalho. A grande maioria dos homens é um apêndice imediato ou mediato dos instrumentos de produção; passou o tempo em que era o meio e o fim da mediação produtiva (BRAGA, 2004, p.4).

No contexto do trabalho, as “formas de mediação” são entendidas como:

a resultante (força que é a soma vetorial de todas as que agem sobre um corpo) das várias posições discursivas possibilitadas por *fatores de mediação* de natureza e ordens diversas, sob a forma de discursos, relações, habilidades, mecanismos, processos, estruturas, domínios, modelos, dispositivos, articulação, lutas, estratégias, interesses, controles etc (BRAGA, 2004, p.5).

Referindo-se ao campo da comunicação e trabalho, o autor indica que mediação é um elaborado processo de compreensão intersubjetiva (“terceiro espaço de enunciação”) resultante da negociação e disputa pelos sentidos hegemônicos de uma sociedade. Oposto de imediato, mediação “é ultra-passagem, atravessamento, interpenetração, resultante da intersubjetividade que retroalimenta os jogos de saber e de poder na relação entre capital e trabalho” (BRAGA, 2004, p.6).

Nesse sentido, retoma-se a questão do mediador, concebido como ser ou realidade de natureza ou função intermediária que exerce uma mediação. Para Braga (2004):

a introdução da historicidade coloca fim à dimensão cosmológica e atemporal da noção de mediador. O Cristo mediador é ao mesmo tempo Deus e homem, pessoa singular, no que e por que tudo foi criado. É a parte, o caminho e o vinhedo [...] Ele é o intermediário da graça e da revelação definitiva; ele une e reconcilia; ele continua a interceder por seus fiéis. Como a mídia, que se arvora a interceder por seus fiéis, buscando ser a única mediadora entre o real e os homens (BRAGA, 2004, p.7).

Esse estatuto traz intrínseco o confronto entre a mediação impessoal e a a - histórica e a encarnação em uma figura singular limitada, o mediador. De acordo com o autor, o mediador ocupa a posição do meio, operando a mediação entre extremos que são ligados antes a ele por essência (BRAGA, 2004).

Assim, para ele o que a mídia faz é, direta ou indiretamente, disseminar e tornar dominante velhos sentimentos do trabalho realmente produtivo como castigo, e da preguiça como um crime - embora muito dependente de quem seja a pessoa “criminosa”.

Distinguindo as formas de mediação do trabalho pelo capital, pela mídia e pelos aparatos ideológicos, o autor cria um modelo conceitual que auxilia no entendimento da articulação entre discurso, poder e ideologia, identificando exemplos particulares de discurso, estruturação e reestruturação das ordens do discurso no campo do trabalho.

Adotando a perspectiva dialética, a mediação é um modo de reflexão acerca das contradições do capital e das representações engendradas pelo mesmo no âmbito da comunicação e do trabalho. É categoria central para se pensar as relações de desigualdade na sociedade, contemplando o jogo de forças que governam as mesmas.

8 MEDIAÇÕES E USOS SOCIAIS DE SABERES E INFORMAÇÕES: O I COLÓQUIO DA REDE MUSSI

Dos 6 (seis) trabalhos do primeiro colóquio da Rede Mussi integrantes do *corpus* desta pesquisa, 3 (três) eram provenientes de estudos do campo da Ciência da Informação e 3 (três) do domínio da Comunicação. Embora busquemos especificamente apreender a noção de mediação no campo da Ciência da Informação, entendemos ser oportuna a análise destas produções, já que o encontro trabalhou na perspectiva do diálogo entre estes dois campos do conhecimento para uma compreensão aproximada dos “usos e mediações” da informação.

Com o trabalho *“Entre centro e periferia: contextos, mediações e produções de sentidos”*, Inesita Araújo apresenta a configuração do Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde – LACES – da Fundação Oswaldo Cruz, bem como o referencial teórico e metodológico que norteia algumas pesquisas por ele conduzidas, explicitando que as mesmas inserem-se nos espaços intersticiais entre as Ciências Sociais, Ciências da Informação e Comunicação e Saúde.

Integrando o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica da Fundação Oswaldo Cruz, cujo objetivo é o desenvolvimento de pesquisa, ensino e serviços no campo da Comunicação e Saúde, o LACES possui, de acordo com a autora, um arcabouço teórico permanentemente aberto a diferentes abordagens que possam contribuir para a análise da complexa realidade social e para o desenvolvimento de instrumentais metodológicos.

Dentre os inúmeros conceitos que estruturam atualmente as pesquisas do laboratório, Araújo (2008) destaca: contexto, produção social de sentidos, mediações, concorrência discursiva, comunidade discursiva e lugar de interlocução. De acordo com a autora, todos estes conceitos referem-se a alguma dimensão da concepção de comunicação concebida pelo grupo como “processo baseado na interlocução e na negociação de sentidos” (ARAÚJO, 2008, p.155).

Esta concepção entende que a comunicação supõe um contínuo fluxo de informação e saberes entre as pessoas e comunidades discursivas, o que desfaz a polaridade produção-recepção que marcou tradicionalmente os modelos informacionais.

Desta perspectiva a comunicação é entendida como “um mercado, no qual comunidades discursivas negociam bens simbólicos - seu modo de perceber e classificar

o mundo e a sociedade, em busca do poder simbólico, o poder de constituir a realidade” (ARAÚJO, 2008, p.155).

Este enfoque ancora-se na teoria do poder simbólico de Bourdieu, na articulação do modelo produtivo de Verón, sendo subsidiado pela perspectiva da língua como arena dos embates sociais de Bakhtin e pela microfísica do poder de Foucault.

Os processos comunicacionais e os fluxos informacionais, inseridos na lógica do mercado simbólico, são entendidos pela autora como procedimentos de produção, elaboração, circulação e consumo de sentidos sociais, expressos sob a forma de discursos.

No mercado simbólico da comunicação dirigido pelos interlocutores⁴⁷, o poder de circulação dos discursos é distribuído de forma desigual, fazendo com que a produção de sentidos sociais seja perpassada sobremaneira pelas relações de poder instaladas no campo social. Diante deste caráter desigual, marca das relações discursivas, Araújo (2008) identifica os interlocutores como situados em espaços diversos da escala de poder, posições estas estabelecidas pelas situações específicas da comunicação.

Há, portanto, a existência de um *Centro* e uma *Periferia* discursiva, posições que correspondem ao lugar de interlocução e que conferem poder de transação no mercado simbólico. Desse modo, cada interlocutor desenvolve estratégias de trânsito entre as posições, estas de caráter dinâmico e relativo⁴⁸, visando sempre uma maior aproximação com o Centro ou no caso do Centro, de manutenção da posição (ARAÚJO, 2008).

Essas estratégias são amparadas pelos “fatores de mediação”, responsáveis por promoverem o fluxo dos interlocutores entre as posições (ARAÚJO, 2008).

A partir dos estudos culturais latino-americanos, sobretudo da abordagem de Martín-Barbero e de Orozco, a mediação é entendida pela autora como a propriedade desempenhada pelo elemento que possibilita “a conversão de uma realidade em outra” (ARAÚJO, 2008, p. 159).

⁴⁷ Para a autora os interlocutores do mercado simbólico da comunicação são os sujeitos ou as comunidades discursivas, estas últimas “grupos de pessoas, organizados ou não de forma institucional, que produzem e fazem circular discursos, que neles se reconhecem e são por eles reconhecidos” (ARAÚJO, 2004, p.167).

⁴⁸ De acordo com Araújo (2008) Centro e Periferia são posições relativas, que se reproduzem em cada campo, em cada núcleo ou comunidade discursiva, em cada grupo social já que os indivíduos não pertencem apenas aos núcleos centrais ou aos periféricos.

A matriz de fatores de mediação contempla as motivações e interesses, as relações (pessoais, grupais e comunitárias, institucionais e organizacionais), as competências, as discursividades (discursos, sistemas de nomeações, paradigmas, teorias e modelos), os dispositivos de comunicação (de enunciação, de produção e circulação discursiva, medições tecnológicas) e as leis, normas e práticas convencionadas.

Estes fatores são, portanto, de ordem pessoal, grupal, coletiva ou organizacional, material ou simbólica, ocorrendo em contextos, cuja articulação determina o lugar de interlocução.

Mediação encerra aqui uma idéia de movimento, de articulação das posições discursivas dos atores sociais, reguladas pela dinâmica de poder que orienta a sociedade. Tem ligação com a natureza processual da elaboração de sentidos que acontece no âmbito dos processos comunicacionais. Mediações, sentidos, discurso e poder são, portanto, elementos intrínsecos que operam nos processos e estratégias comunicativas, sobretudo daquelas desenvolvidas no campo da saúde.

O trabalho “*Mediações universidade- sociedade- inovação: a estratégia de fazer caminhos ao caminhar*”, de Higino et al (2008), autores do campo da Ciência da Informação, discute, do ponto de vista teórico-prático, as mediações a partir de projetos ligados à Escola de Ciência da Informação e à Faculdade de Letras, ambas da Universidade Federal de Minas Gerais. Refletem, a partir destas iniciativas, a responsabilidade social da universidade e as relações estabelecidas entre universidade, sociedade e inovação.

A partir da articulação teórica entre educação, cultura, leitura, cidadania, pensamento complexo e ecologia dos saberes, os autores buscam elucidar as significações da inovação associadas aos projetos em discussão.

Partem da consideração de que:

o campo das mediações tecnológicas e simbólicas referentes à interação com a informação e o conhecimento é hoje fortemente marcado, dentre outros fatores, pela presença dos produtos, discursos e formas de poder ligados ao movimento mundial pela inovação tecnológica, que exerce uma pressão especialmente intensa no contexto das tecnologias de informação e comunicação. Importa, por isso, construir pontes teóricas entre pesquisa sobre mediações e o campo da reflexão crítica e da ação política voltada a evitar distorções de ordem econômica, política e mesmo epistemológica que muitos analistas apontam decorrer dessa pressão (HIGINO et al, 2008, p.344).

Um caminho profícuo, de acordo com os autores, é a reflexão acerca das conseqüências pra a universidade de sua adesão ao discurso da inovação. Fundamentam-se, por isso, na distinção feita por Chauí (2003) entre organização e instituição, para localizarem o discurso da inovação no seio da educação brasileira que, a partir da reforma política dada na década de 1990, passa a ser orientada não mais exclusivamente pelo Estado.

Este contexto fez com que a pesquisa acadêmica se afastasse do caráter social para tornar-se operacional e a universidade atuasse em um cenário competitivo no qual:

se distorcem fortemente a docência e a formação, confundidas com transmissão rápida e com treinamento, bem como a pesquisa e seu financiamento, que se transmutam em componentes da própria lógica de produção e acumulação capitalista (HIGINO et al, 2008, p.345).

No âmbito dessa discussão são apresentadas três experiências conduzidas na Universidade Federal de Minas Gerais e que tentam evidenciar a responsabilidade social da universidade: o *Digital Storytelling*, o *carro-biblioteca* e o projeto *A Tela e o Texto*.

A primeira iniciativa, já abordada neste trabalho quando da análise dos trabalhos publicados no grupo de trabalho Mediação, Informação e Uso/Apropriação da Informação, consistiu no emprego de uma metodologia cujo objetivo foi possibilitar aos indivíduos a narração de suas histórias de vida, a partir da apropriação de ferramentas tecnológicas. A proposta central foi a produção de uma história digital, a partir da gravação e montagem de narrativas em primeira pessoa, de modo a reconstituir o vivido e a compreender o lugar histórico dos sujeitos nas urdiduras da realidade social.

Para os autores o contato com o *digital storytelling*:

trouxe o vislumbre de promissores caminhos para a inclusão de distintos públicos no uso das novas tecnologias de informação e comunicação. Essa metodologia é um importante instrumento para o registro e o compartilhamento da história e da memória, além de uma ferramenta de apreensão da realidade social capaz de ampliar possibilidades de crítica e questionamento da ordem vigente. Sob tal prisma, ela se presta a um consistente trabalho de mediação entre universidade e inovação, pela via da responsabilidade social (HIGINO et al, 2008, p.352).

Outra ação conduzida neste sentido, é o carro biblioteca que, desde 1973, vem atendendo ininterruptamente, comunidades periféricas da região metropolitana de Belo Horizonte, incentivando a prática da leitura e atualmente oferecendo acesso à internet.

Para os autores há neste trabalho uma importante dimensão de inclusão social possibilitada pelas experiências encaminhadas pelo Carro-Biblioteca que, ao promoverem a leitura, abrem portas à interpretação e à reflexão crítica pelos sujeitos.

O terceiro empreendimento compreende um programa de ensino, pesquisa e extensão conduzido pela Faculdade de Letras desde 1998 e que se insere no conjunto de atividades desenvolvidas pelo grupo de estudos dedicado à literatura contemporânea e às trocas culturais na América Latina. A experiência surgiu da percepção- sustentada pela idéia de hipertexto e da análise crítica das teorias contemporâneas de leitura- de que a leitura do texto impresso se associava à de imagens, especialmente às cinematográficas. Desta noção surgiu “um espaço de leituras diversificadas em que as teorias instigavam à produção do saber e de comportamentos democráticos” (HIGINO et al, 2008, p.355).

A partir de 2003 o programa articulou dimensões de pesquisa, ensino e extensão dedicando-se a investigar as inúmeras variáveis históricas, sociais, culturais que conformam o quadro de analfabetismo, bem como desenvolver formas alternativas de “mediação do acesso ao texto e à tela, com foco na população pobre” (HIGINO et al, 2008, p. 357).

Assim, foram propostas ações nos campos da leitura massiva, extensiva e intensiva, conduzidas por meio de projetos que atuam: na disponibilização de lâminas de leitura em ônibus circulantes em Belo Horizonte; no fornecimento de instruções para criação de bibliotecas autogeridas; na publicação a baixo custo de livros de bolso de literatura brasileira e livros teóricos que discutem a formação de leitores; na promoção de mostras expositivas e competitivas de cinema e vídeo no Brasil e no exterior; na realização de debates sobre aspectos diversos dessa temática da leitura; no oferecimento de artigos, entrevistas e outros textos sobre temas de interesse do educador contemporâneo e nas ações pedagógicas de formação de leitores.

Para os autores as três iniciativas descritas:

envolvem formas diversas de mediação e uso da informação e do conhecimento, que dão atenção direta ao caráter social e traduzem práticas de relacionamento com a inovação tecnológica compatíveis com a perspectiva de responsabilidade social da universidade (HIGINO et al, 2008, p.357).

O conceito de mediação não é problematizado pelos autores, percebendo-se seu emprego, que é feito de modo alusivo, ligado tanto à natureza dos projetos que promovem um “caminho do meio” situado entre o mercado, a universidade e o discurso

de inovação, quanto na dimensão de interface, interação e intermediação dos aparatos tecnológicos e dos sistemas simbólicos, que se ligam, pois, aos processos de significação.

“*Jovens e AIDS: discursos, mediações e apropriação de sentidos*” de Cardoso e Lerner (2008) discute resultados de uma pesquisa que analisou os modos pelos quais jovens de bairros de periferia da cidade do Rio de Janeiro lidam com situações de risco e informações sobre a prevenção da AIDS.

Da mesma perspectiva teórica do LACES, apresentadas por Inesita Araújo (2008), o trabalho adota como referenciais os conceitos da Semiologia dos Discursos Sociais e da Mobilização Social buscando destacar as mediações simbólicas presentes nos processos comunicacionais e informacionais no campo da saúde.

O projeto foi desenvolvido tendo como tema a prevenção da epidemia entre jovens e como proposta central o desenvolvimento e teste de um método de avaliação das estratégias de comunicação, que contribuísse para o aprimoramento das intervenções públicas para controle e prevenção da epidemia (CARDOSO; LERNER, 2008).

A pesquisa se orientou pela Semiologia dos Discursos Sociais, ou Teoria Social do Discurso, que entende os fenômenos sociais antes como fenômenos de produção de sentidos. Discurso é entendido, desse modo como “prática sócio-discursiva desenvolvida no interior de um campo social seja para instituir esse campo ou designar o que esse campo enuncia” (CARDOSO, LERNER, 2008, p.363).

O entendimento do discurso como espaço de luta e transformação social é uma premissa elementar do método proposta o qual, de acordo com as autoras, tem por objetivo também a alteração das relações entre a população e as instituições, no modo como enfrentam as epidemias.

De acordo com os autores este enfoque semiológico:

é potencializado pela Teoria das Mediações que permite perceber com mais precisão os fatores que movem o processo de negociação e o fluxo dos atores sociais entre as diversas posições de poder, polarizadas entre Centro e Periferias discursivas (CARDOSO; LERNER, 2008, p.364).

Esta perspectiva teórica baseia-se também nos estudos de Orozco Gomez (1993) que entende a comunicação como processo “multimediado”, “multidirecional” e “multidimensional”.

Para Orozco (1993 apud CARDOSO; LERNER, 2008) não há um receptor pronto, mas um ser em situação, que vai se constituindo mediante os múltiplos processos interativos, portanto, pelas múltiplas mediações, que são determinantes dos sentidos produzidos.

A tipologia de mediações proposta por este autor- individuais, situacionais, institucionais e massmediáticas- integra o estudo de forma complementar.

No trabalho de Almeida (2008) “*Mediação, informação, conhecimento: reflexões acerca da crítica cultural na contemporaneidade*” o autor tratará da crítica como instituição cultural da Modernidade, correlacionada a um sistema de produção e circulação de informações sobre bens culturais, em perspectiva equivalente ao trabalho apresentado na nona edição do ENANCIB, o qual fora descrito e avaliado aqui.

Neste trabalho a abordagem da mediação situa-se em primeiro momento tanto do ponto de vista da instituição, ou seja, da instância social legitimadora de formas padronizadas de comportamento e de relação social, quanto do ponto de vista dos agentes que, por meio da posição institucional que ocupam, fornecem chaves interpretativas, influenciando escolhas, hábitos e comportamentos. Mediação e mediador, neste caso atuam como elementos moderadores, que, providos de poder, regulam o consumo e a fruição cultural.

A noção de intermediário, de elo, pode ser apreendida, portanto, não é enfocada de forma estática, levando-se em conta as múltiplas imbricações econômicas, políticas e culturais envolvidas no acesso de apropriação às obras.

Crippa (2008) trará também a mediação cultural para debate neste Colóquio com o trabalho “*Exposições e dispositivos de gênero no espaço público: silêncios da mediação cultural*” a partir do qual a categoria do gênero é inserida.

A partir dos Estudos Culturais e da teoria crítica feminista, a autora reflete sobre um momento de encontro/desencontro entre público, mediação cultural e expressão artística.

Este indicativo foi apreendido durante a exposição “Yoko Ono”⁴⁹ em que fora exibido o vídeo que documenta a performance *Cut Piece*, de 1964, na qual a artista aparece sentada no palco, imóvel e em silêncio, enquanto as pessoas do público levantam e retiram dela peças do vestuário com ajuda de tesouras, ou rasgando e desabotoando suas vestes.

⁴⁹ Realizada pelo Centro Cultural Banco do Brasil em São Paulo, no ano de 2007.

Crippa (2008) narra o início do desencontro da mediação cultural, que acreditamos ser significativo reproduzir para fins do entendimento da argumentação da autora.

Um grupo de quatro moças entre os quinze e os dezoito anos se aproxima do vídeo, acompanhado por um dos monitores da exposição. As moças observam as imagens, em que a artista já aparece, em boa parte, despojada de suas roupas. O vídeo as incomoda, de algum maneira, e elas perguntam ao monitor do que se trata, enquanto espiam a imagem de soslaio: nenhuma delas, jovens moças do século XXI, consegue encarar a nudez de Yoko Ono, impassível e imóvel perante as centenas de olhos do público presente ao happening, que registrados no vídeo, a fixam, contribuindo ao seu desnudamento público. O monitor, por sua vez, se expressa com dificuldade demonstrando certo constrangimento e procurando escamotear os problemas que as imagens provocam, através de jargões e lugares comuns sobre o feminismo como fenômeno em que algumas mulheres queimavam os sutiãs e revelavam uma certa ousadia em mostrar o corpo.[...]Utiliza ainda um referencial popular, Leila Diniz, que oferece a barriga aos olhares, integrando, assim, a idéia transgressiva de Yoko Ono com uma idéia mais aconchegante, e hoje, nada transgressiva de maternidade. Quando o grupo se desloca para outro vídeo, que retrata John Lennon, o monitor muda o tom da explicação, relacionando as imagens ao casamento dos dois. [...] duas posturas de mediação: pouco pródiga a primeira, tranquila e afável a segunda. Yoko Ono se torna uma mediação esquizofrênica: à artista ousada e inquietante de outrora se contrapõe ao retrato familiar de esposa devotada ao marido (CRIPPA, 2008, p.493).

A partir de tal circunstância, Crippa (2008) busca mapear as razões da dificuldade na ocasião de mediação da performance *Cut Piece* por meio da categoria de gênero, a qual, segundo a autora, permite uma maior compreensão crítica dos produtos culturais. Por sua ótica, a categoria eleita é relevante também, na medida em que a construção do gênero se faz necessária na demanda de informação do público que busca decifrar a narrativa presente em um vídeo como o de Yoko.

Desse modo, Crippa (2008) elucida, *a priori*, seu entendimento acerca da mediação, compreendida como:

o processo que envolve, de um lado, o processo de transferência de informação, “contextualização” correta de obra e artista e, por outro lado, o ato de apropriação da informação com base em uma característica que consideramos “chave de volta” desse processo: a instituição da categoria de gênero no contexto atual do público receptor e criador de sentidos (CRIPPA, 2008, p.494).

Em seguida, a autora reconstitui o contexto de produção que relaciona a nudez de Yoko às manifestações da revolução sexual da década de sessenta, em seu enlaçamento com as contestações feministas. Em seguida percorre alguns aspectos

relativos à obra da artista japonesa e discorre sobre as mudanças de foco na mediação cultural provenientes da adoção de modelos de comunicação propostos pelos Estudos Culturais pós-coloniais. Ao final, apresenta elementos da crítica feminista relativos à presença/ausência das mulheres no espaço público e pondera sobre o exercício contemporâneo da mediação artística e cultural.

Para desvelar os silêncios presentes na mediação do vídeo que registra a performance, Crippa (2008) revê o modelo positivo-pedagógico que tradicionalmente orientou as práticas da mediação cultural, pautado na seqüência linear e unidirecional de comunicador-meio-receptor. De acordo com a autora, esse esquema:

considera o receptor somente na medida em que é necessário verificar a eficácia da mediação entendida como precisão da recepção. A seleção e o controle do significado são tarefas exclusivas do comunicador/mediador, enquanto os meios são os focos da comunicação, e o termo “disseminação” bem representa este ato que vê no público um receptor passivo (CRIPPA, 2008, p.496).

Este modelo traz implícito um “imperativo moral” designado pela condição eminentemente educativa dos museus, sendo que os processos elaborados objetivam ministrar informações para que sejam assimiladas. Assim:

a imposição da mediação é puramente técnica em sua perspectiva de produzir suportes educacionais. O princípio de autoridade pertence ao comunicador/mediador, na forma de dotação do conhecimento legítimo a ser disseminado para um “grande público” (CRIPPA, 2008, p.497).

Este fato está relacionado com a implantação e realização do Estado Moderno que instituiu museus para tornar públicas as coleções, cujo fito maior - orientado pela burguesia em ascensão - era que adquirissem significado unificador para todos os públicos, já que nova configuração social se estabelecia. Os museus se tornaram, desse modo, depósitos de objetos responsáveis por estabelecer os elos da história nacional que, em seu ato de preservação de um patrimônio comum, deve e pode ser acessível a todos (CRIPPA, 2008).

Neste sentido, a autora indica que os museus se tornaram instrumentos de pedagogia do cidadão, exibindo, contudo, problemas de dinâmica de inclusão/exclusão da cidadania moderna, que se conforma no século XVIII: a cidadania proposta inclui formas de desigualdades de gênero, raça e etnia (HALL, 2006 apud CRIPPA, 2008).

Assim, a autora assinala ser positiva a concepção moderna de museu, porque busca representar os ideais do saber enciclopédico e universal, notados na própria

segregação de espaços em que os estudiosos se contrapõem ao público genérico: “aos primeiros é delegada a tarefa de estabelecer as normativas das práticas de aprendizagem do segundo” (CRIPPA, 2008, p.498).

A reorientação deste referencial, que inaugura a idéia de públicos ativos na apropriação da informação, advém do processo crítico manifesto na segunda metade do século XX, a partir das formulações contestadoras pós-colonialistas e feministas que não endossam o arranjo institucional das culturas materiais dos museus.

Conforme pontua a autora:

os tempos de amadurecimento e legitimação das contestações encontram somente na década de noventa a reflexão para o desenvolvimento de técnicas expositivas eficazes sob o perfil da transferência e apropriação da informação, buscando uma maior compreensão dos públicos visitantes e dos sentidos que as próprias visitas adquirem no âmbito de suas referências. Museus, coleções e exposições encarnam e representam valores sociais que agem no sentido de enfatizar, minimizar, demonstrar ou dissimular conhecimentos através de suas narrativas. A escolha dessas se traduz no princípio de autoridade atribuído à voz institucional que as explicita na mediação, entrelaçando as definições de saberes e de poderes (CRIPPA, 2008, p.500).

Para a autora os processos de mediação não devem mais ser vistos:

no triângulo seleção/conservação/disseminação, aparentemente ainda lema das disciplinas que encontram alguma afinidade com o campo da Ciência da Informação, mas sim uma transposição do ato de disseminação para uma dialética viva da transferência de informações corretamente (isso é: na perspectiva histórica social e cultural do contexto da obra) e de sua apropriação, ou seja: o público não é vazio, carrega suas identidades étnicas e de gênero, que coloca na sua interpretação dos fenômenos artísticos (CRIPPA, 2008, p.504).

Em sua abordagem, feita a partir dos Estudos Culturais, a mediação está relacionada aos processos de significação, de produção de sentidos, que construídos socialmente, revelam os contextos que permeiam a criação de distintos objetos e *performances* culturais. A mediação cultural, como promotora do acesso concerne, neste sentido, a apropriação para decodificação das narrativas que compõem os múltiplos e abertos sentidos da obra.

9 MEDIAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA: UM PANORAMA

A investigação que esta pesquisa realizou permitiu, a partir dos elementos da análise, identificar, no campo da Ciência da Informação, a utilização do termo mediação designando prática e/ou processo que envolve o fluxo, a transferência e a apropriação da informação, a elaboração de conhecimento e sentidos pelos sujeitos, podendo estar apoiada no agente mediador especializado, o bibliotecário ou profissional da informação e nos dispositivos tecnológicos.

Pode-se notar que a concepção de mediação é flutuante, sendo que inúmeras vezes o termo não é problematizado ou formalmente conceituado.

Dos 33 (trinta e três trabalhos) analisados no escopo do grupo Mediação, Circulação e Uso/Apropriação da Informação, oito (cerca de 25%), apresentaram uma reflexão teórica ou conceitual explícita para o termo, sendo que destes:

- a) 2 (dois) deles se basearam nos estudos de recepção latino-americanos;
- b) 1 (um) refletiu acerca dos usos do termo mediação da informação e cultural no campo da Ciência da Informação;
- c) 1 (um) baseou-se nas abordagens da mediação das Ciências da Informação e Comunicação francesa;
- d) 1 (um) empregou uma conceituação situada no campo das Ciências Cognitivas,
- e) 1 (um) elaborou conceitualmente a expressão “mediação da informação”, sem contudo, conceituar o termo mediação;
- f) 1 (um) empregou o construto citado no item anterior;
- g) 1 (um) construiu uma noção própria para o termo mediação sem situá-lo em uma perspectiva teórica.

No conjunto de 18 (dezoito artigos), 5 (cinco) esboçavam uma reflexão acerca do entendimento da mediação (27%), dos quais 2 (dois) eram de pesquisadores do campo da Comunicação. Destes, um concebeu a mediação do ponto de vista dialético e outro dos estudos de recepção latino-americanos.

No cômputo dos artigos, os outros 3, produzidos por autores da Ciência da Informação, 1 (um) concebeu a mediação a partir de formulações das Ciências

Cognitivas, 1 (um) a situou pelas Ciências da Comunicação e o último o considerou pelo ponto de vista das Ciências da Informação e Comunicação de origem francesa.

Nos 6 (seis) trabalhos do colóquio da Rede Mussi, 4 (quatro) fundamentaram a mediação, sendo que destes, 3 (três) foram provenientes de autores do campo das Ciências da Comunicação, que a perceberam pela linha dos estudos de recepção. O outro que situou a mediação era proveniente de pesquisadores-professores da Ciência da Informação que empregaram a perspectiva dos Estudos Culturais.

O quadro a seguir apresenta uma síntese do emprego do termo mediação, segundo cada estrato que compôs nosso corpus de análise.

Quadro 4:
Síntese das unidades amostrais que apontaram um entendimento para a mediação

Estrato do <i>corpus</i>	Número total de unidades amostrais	Número de unidades amostrais que conceituaram mediação	Perspectivas
GT Mediação, Circulação e Uso/Apropriação da Informação	33	8	1) Estudos de recepção latino-americanos 2) Reflexão sobre o emprego da expressão mediação cultural na C.I. 3) Ciências da Comunicação e Informação de origem francesa. 4) Psicologia/Ciências Cognitivas. 5) Elaboração do conceito “mediação da informação”. Não situa teoricamente a mediação. 6) Utiliza a expressão do item 5. 7) Estudo de recepção latino-americanos 8) Concepção própria de mediação, sem embasamento teórico.
Artigos	18	5	1) Dialética. 2) Estudos de recepção latino-americanos. 3) Psicologia/Ciências Cognitivas. 4) Ciência da Comunicação. 5) Ciências da Comunicação e Informação de origem francesa
Colóquio MUSSI	6	4	1) Estudos de recepção latino-americanos. 2) Estudos de recepção latino-americanos. 3) Estudos Culturais. 4) Estudos Culturais.
TOTAL	57	17	

Fonte: análise dos dados da pesquisa

Observa-se que cerca de 29% dos trabalhos localizaram uma noção de mediação empregada na discussão, sendo que destes 30% (cinco) adotaram os

referenciais dos Estudos de Recepção Latino Americanos, o que permite-nos inferir que as relações entre informação e comunicação têm sido situadas.

A parcela que utilizou o termo mediação sem propor uma reflexão acerca do mesmo considerou-o, freqüentemente, pelo prisma de “ponte para o acesso”.

Esta análise reitera o apontamento de Almeida (2008) de que a mediação é um exemplo de conceito que a partir de certo momento passa a estar circunscrito nos debates acadêmicos da Ciência da Informação “exibindo uma naturalidade que muitas vezes esconde a falta de discussões mais aprofundadas acerca de suas aplicações, limites e paradoxos” (ALMEIDA, 2008, p.3).

Para ele, a idéia de mediação abarcou propriedades/processos demasiado distintos entre si, compreendendo desde as tradicionais formulações de “atendimento ao usuário”, atravessando o ofício de um agente cultural em instituições (museu, biblioteca, arquivo, centro cultural), perpassando os produtos destinados à inserção do público nos espaços de informações, de artefatos culturais e compartilhamento de experiências, até à elaboração de políticas que visem o acesso e capacitação para manejo de tecnologias de informação e comunicação.

Tendo em vista esta discussão de diversas naturezas e matizes, há, para Almeida (2008), uma indefinição conceitual da mediação nos ambientes da pesquisa e da prática em Ciência da Informação.

Mais que ausência de um consenso nota-se a escassez de um tratamento teórico, conceitual e epistemológico conferido à noção de mediação - o qual tem sido utilizado por diversas perspectivas de estudos em informação tais como a cognitivo, a gerencial, a educacional e as técnico-organizacionais – indicando que o campo integrou o construto desprovido de reflexões mais aprofundadas, sem proceder aos ajustes de modo a viabilizar sua operação em novos contextos.

Davallon (2003) já havia identificado esta tendência no campo tanto da Ciência da Informação quanto da Comunicação, quando apontou que:

ao longo dos últimos dez anos, a noção de “mediação” conheceu um sucesso sem precedentes. Algumas destas utilizações estão, com toda a evidência, bastante distantes de qualquer reflexão sobre o estatuto científico do termo (DAVALLON, 2003, p.3).

A noção de mediação enquanto intervenção ou ponte na Ciência da Informação aparece tradicionalmente no campo visando conceituar um processo de facilitação do acesso à informação, tendo como pressuposto que o mesmo é iniciado a partir de um

sentimento de necessidade, demanda ou carência informacional por parte de um sujeito e que a apropriação/uso do conteúdo poderá acarretar em transformação de determinada estrutura (como a estrutura cognoscente, ou estoque de conhecimento dos sujeitos).

Assim, a mediação é situada como uma ação que implica em transformação seja “da situação ou do dispositivo comunicacional, e não uma simples interação entre elementos já constituídos” (DAVALLON, 2007, p.10).

Nestes enfoques o bibliotecário ou profissional da informação aparece como o agente responsável e capacitado (ou com potencial para tal) para o exercício da mediação, ou seja, ele é o mediador, o elo, o agente intermediário que tece a trama entre a informação e a apropriação da informação, cuja consequência poderá ser a construção de conhecimentos pelo sujeito em interação informacional.

Isto porque:

se generalizou no campo de estudos da informação, a idéia de que um “profissional da informação” (independentemente dele eventualmente preferir ser chamado de bibliotecário, arquivista, museólogo ou outra definição profissional) cumpriria, na prática do trabalho, uma função de “mediador”(ALMEIDA, 2008; p.3).

Nota-se a presença do terceiro elemento como um distintivo emblemático da mediação. Se os delineamentos deste elemento variam de forma extensa de um autor para outro, a sua ação, em contrapartida, indica configuração dos seguintes aspectos: (a) a produção de um efeito da ação, em maior ou menor medida, sobre o destinatário: ele vai elevar-se, instruir-se, transpor. Esta ação é também, de acordo com Davallon (2007), modalizada: o sujeito ao qual se destina a ação é um beneficiário respeitado, considerado, valorizado como sujeito, e não instrumentalizado; (b) o objeto, o sujeito ou a circunstância de partida passam por uma alteração em decorrência da acomodação em outro contexto. Ou seja, o artefato técnico alocado em contexto de uso opera de forma distinta da mediação, mesmo se não é modificado enquanto tal. (c) A ação do elemento terceiro, do mediador, encerra sempre em impacto sobre o ambiente (constantemente o ambiente social) no qual ela se posiciona (DAVALLON, 2007).

No caso dos textos analisados em nossa pesquisa, o bibliotecário converte-se em mediador na medida em que o cenário informacional torna-se mais complexo a partir: da produção e utilização em larga escala das tecnologias de informação que multiplicou exponencialmente a geração de conteúdos informacionais e alterou as formas de relação do usuário com a informação e a própria organização da mesma; do modelo da produção e reprodução capitalista que modulou uma “sociedade da

informação”, orientada pelos pilares inovação, conhecimento e aprendizagem. Isto pode ser ratificado na seguinte passagem:

A adoção de um paradigma centrado no usuário, cujo foco é o usuário e não o sistema de informação, como no paradigma tradicional, pressupõe um novo papel, vislumbrado para o bibliotecário na era das novas tecnologias da informação. Este novo papel deverá ser respaldado por um **modelo de mediação** no qual o bibliotecário assume uma postura pró-ativa, cria situações que estimulem o gerenciamento da busca e de uso de informação a qual deverá gerar um novo conhecimento. Sem perder de vista que, o sujeito é quem gerencia e constrói o seu conhecimento quando reflete sobre o que conhece e o que deve conhecer. Razão pela qual os sistemas de informação devem, promover a autonomia dos usuários criando situações que estimulem as estruturas cognitivas e afetivas desses usuários (ALVES; FAQUETI, 2002, grifo nosso).

A noção de mediação aparece como uma resposta de adaptação ao modelo de desenvolvimento econômico que tem na produção de artefatos tecnológicos uma importante aliada. Os bibliotecários, neste sentido, se transformam em “mediadores” como modo de integrar-se nesta dinâmica que exige novas habilidades.

A noção de mediação como intermediação está ligada a um modo positivista de ver a realidade, uma visão que afasta as categorias em partes tidas por preexistentes e independentes entre si e que, por isso mesmo, “necessitam de outras categorias, externas a cada uma delas, para cumprir o papel de intermediárias e garantir as ligações que as tornam interdependentes” (WILLIAMS, 1979, p.102).

Verificou-se também um uso operacional tanto da informação como da mediação, realizado a partir do emprego de um conceito operatório- mediação da informação- designando, representando ou analisando um processo específico. Sem contornos delineados, o construto “mediação da informação” compreende processos distintos que se realizam nos meandros da transferência, disposição e acesso à informação, ou designa os fluxos imateriais da informação e suas articulações em redes virtuais.

Nestes enfoques informação e mediação são olhadas de um ponto de vista funcionalista e resolutivo. A conjugação das duas é orientada para a resolução de problemas, o que indica a orientação da Ciência da Informação em “dar respostas”, em focar a resolução prática e operacional de questões.

Não se questiona aqui a relevância da dimensão resolutiva do campo que se firma tendo como sustentáculo a prática e o exercício da organização, sistematização e disponibilização de acervos de informação. Salienta-se, particularmente, que a

apropriação de conceitos como modo de solucionar problemas de ordem prática pode ocasionar certo esvaziamento da discussão epistemológica e teórica que orientam a prática científica.

Foram apreendidas também alusões à mediação que vislumbram a dimensão simbólica dos processos de interação realizados por meio de tecnologias que permitem o entrelaçamento de informações, idéias, sujeitos e ações, bem como a dinâmica de construção de sentidos e dos processos interpretativos que a informação aciona. Neles a dimensão simbólica dos aparatos de informação e comunicação é realçada por meio do conceito de mediação e, inúmeras vezes a mediação é vislumbrada como algo que só fora possibilitado pelas tecnologias.

A mediação se relaciona intimamente às noções de uso, ênfase que pode ser notada tanto na denominação da Rede MUSSI (Rede Franco- Brasileira de Pesquisadores em Mediações e Usos Sociais de Saberes e Informações) e de seu primeiro colóquio, quanto na cognominação do grupo de trabalho da ANCIB Mediação, Circulação e Uso da informação.

A idéia de uso, ainda que tradicional na Ciência da Informação, Biblioteconomia e Documentação tem sua gênese ligada à sociologia da mídia, desenvolvida, sobretudo, no âmbito das investigações sobre públicos midiáticos.

Cardon (2006) indica que a noção de uso apareceu na sociologia das mídias com a corrente funcionalista de “*usos e gratificações*” a partir de trabalhos americanos conduzidos durante os anos 1960 e 1970.

Segundo ele, os defensores dessa abordagem buscavam manter-se à distância do paradigma então dominante que analisava exclusivamente a ação das mídias em termos de resultado. Assim:

seja a conclusão da existência de “efeitos amplos” como a escola de Frankfurt (Adorno, Horkheimer) ou de “efeitos limitados” (Lazarsfeld), as primeiras tradições dos estudos das ferramentas de comunicação colocavam a mesma questão: o que as mídias fazem às pessoas que são expostas a elas? A corrente dos “*usos e gratificações*” procurou se afastar desse *midia-centrismo* transformando o sentido da pergunta colocada pelos fundadores dos estudos de comunicação. Eles não perguntam mais como as mídias influenciam as pessoas, mas, o que as pessoas fazem com as mídias (CARDON, 2006, p.5).

Essa reorientação paradigmática vai inaugurar o terreno de pesquisas rumo à uma outra concepção da relação dos usuários com as ferramentas de comunicação. De uma perspectiva funcionalista, os pesquisadores da corrente dos “*usos e gratificações*”

ponderam que os utilizadores não recebem de modo passivo as mensagens, e sim utilizam ativamente as mídias para delas retirar satisfações específicas que respondam a necessidades psicológicas (CARDON, 2006). O autor lembra que, embora essa escola tenha sido criticada por restringir, freqüentemente, a atração pelas tecnologias a mecanismos de compensação psicológica, seus primeiros trabalhos abriram caminho para uma análise do uso, emancipando-se de um determinismo unilateral da técnica sobre a sociedade.

Jeanneret (2008) aponta que na França, os termos “*usage*” e “*usager*” (possíveis traduções das palavras inglesas “uso” e “usuário”) possuem uma história científica muito rica. Segundo ele, ambas foram elaboradas pela abordagem crítica cultural a partir de investigações sobre leitura, consumo, cultura técnica, cujo objetivo era tornar visível a parte invisível de culturas comuns. Os trabalhos de Michel de Certeau são emblemáticos neste aspecto.

Sua abordagem funda-se na perspectiva da apropriação dos mecanismos pelos quais os indivíduos transformam-se em sujeitos, manifestando formas de autonomia em um conjunto muito grande de práticas da vida cotidiana, de consumo, de leitura ou de forma de habitar.

Jeanneret (2006) lembra que a noção de uso adquire novo status a partir de sua incorporação pelos projetos importantes de inovações técnicas, como dispositivos de telecomunicação e comunicação mediada por computador. Segundo ele, esta tendência pôde ser notada na França, na criação de um laboratório de pesquisa industrial e de desenvolvimento sobre as utilizações dos objetos técnicos que produziu um modelo específico de trabalho e, por conseguinte, toda uma pré-construção intelectual da noção.

Desta reorientação os estudos dos usos vão se ligando as pesquisas sobre a inovação técnica, cujo caráter funcionalista acabou por ofuscar a noção de prática em sua dimensão simbólica.

Assim o deslizamento do “uso” do campo das práticas culturais para o da apropriação mais ou menos fácil de objetos técnicos inovadores, fez com que a palavra “uso” perdesse em exatidão o que lograra em popularidade (JEANNERET, 2008).

Para o autor, mediação e uso se relacionam, mas não sem paradoxos. Uma diferença evidente com relação a ambas, segundo ele, é que noção de uso, ao contrário da de mediação não se encaixa facilmente com a idéia de comunicação, já que a segunda acaba por trazer embutida certa idéia de funcionalidade.

Para fugir do determinismo tanto social quanto técnico, emerge uma abordagem sócio-técnica dos usos ancorada na mediação.

A mediação seria uma técnica porque o artefato utilizado estrutura a prática, mas também é social porque “as formas de uso e o sentido acordado à prática se regeneram no corpo social” (JOUANET, 1993 *apud* DAVALLON, 2007, p. 9).

Jeanneret (2008) ressalta que a fórmula da abordagem sócio-técnica dos usos foi insuficiente para impedir o paradoxo, pois “se colocarmos de um lado a técnica e do outro a sociedade - mesmo se recusarmos a própria oposição -, não conseguiremos compreender como a mediação se refere a símbolos, discurso ou representação” (JEANNERET, 2008, p. 28). Isto porque, segundo ele, a utilização de um livro, um computador ou um telefone celular não pode ser reduzida a uma combinação pura de lógica social e propriedades técnicas já que, além destes objetos serem artefatos particulares, eles não somente moldam como os seres humanos dominam as forças naturais, mas também os meios da representação.

Este é, portanto, um ponto nodal no campo da Ciência da Informação no qual algumas pesquisas acerca dos “usos” ficam restritas ao conceito de “tecnologia”. A respeito disso Jeanneret (2008) assinala que

sejam computadorizadas ou não, a mídia não é só ferramenta simples. Seu uso não depende somente da ergonomia. Ou, mais precisamente, depende de uma ergonomia de natureza muito especial. A questão é muito importante para aqueles que analisam ou gerenciam processos de informação. Pois a produção simbólica de informação e conhecimento é freqüentemente retratada sob a forma do uso prático de várias ferramentas, através de como essas ferramentas dão acesso a mercadorias e se adequam às diferentes expectativas de “usuários finais” (JEANNERET, 2008, p.29).

A concepção de apropriação vem a relacionar-se a esta complexa dialética entre a instrumentalidade dos artefatos de informação e comunicação e as formas simbólicas mediadas/instituídas pelos mesmos, ou seja, entre a dimensão material dos dispositivos de mediação e a dimensão cultural e antropológica dos “modos de fazer” (CERTEAU, 1994) que eles engendram.

De acordo com Cardon (2006) a noção de *apropriação* procede das inquietações iniciais dos pesquisadores que formaram o núcleo constitutivo dos primeiros estudos de uso das TIC. Próximos da corrente de inspiração marxista da autonomia social, os promotores da noção de apropriação, nos anos 1970 e 1980, desejavam desenvolver uma sociopolítica dos usos, chamando a atenção para a

dimensão conflituosa da apropriação das tecnologias no seio das relações de produção e de reprodução da economia capitalista.

Este enfoque da apropriação tem sua gênese teórica ligada a Marx e Engels, para os quais o “*tornar próprio*” implica em “fazer e usar instrumentos”, uma relação dialética que acarreta em transformação recíproca de sujeitos e objetos, formulando modos particulares de trabalhar/produzir. Assim, “a apropriação (das forças produtivas) é nada mais que o desenvolvimento das capacidades individuais correspondendo aos instrumentos materiais de produção” (MARX; ENGELS 1984, p. 105 *apud* SMOLKA, 2000, p.5).

Ao longo dos anos, a Ciência da Informação vem tratando a apropriação da informação galgando-se em três principais pilares que interpenetram-se.

1) O transferencial, cognitivo e da construção de conhecimentos, que privilegia a apropriação/internalização/assimilação dos conteúdos informacionais pelas estruturas cognoscitivas dos sujeitos a partir da interação com a informação, o que pode resultar na transformação do cabedal de conhecimento do sujeito e na consecução de ações práticas, conforme assinala Barreto (2007):

a essência do fenômeno da informação se efetiva entre o emissor e o receptor, quando acontece uma transferência apropriada de um conhecimento. Assim, adequadamente assimilada, a informação, modifica o estoque mental de saber do indivíduo e traz benefícios para o seu desenvolvimento pessoal e da sociedade em que ele vive (BARRETO, 2007, p.1).

2) A utilização, manuseio e apoderamento de dispositivos e tecnologias, incluindo: a dimensão pedagógica que sublinha o processo de aprendizagem, a vertente sócio-política vista nos trabalhos acerca da inclusão digital e a simbólica, relativa aos processos de significações inerentes à apropriação de tecnologias. Para Gomes (2007):

a formulação de novos dispositivos, considerada a perspectiva da apropriação de informações, e não apenas assimilação, torna-se essencial à reversão dos atuais quadros de participação sociocultural e terá, necessariamente, que partir de outras bases, nas quais busca e apropriação de informação sejam elementos de um mesmo processo de relações materiais, simbólicas e interacionais, tanto com as informações, quanto com suas disposições no ambiente (GOMES, 2007, p.5).

3) Processos de significação, construção e produção de sentidos, formulados processual e conflituosamente a partir da combinação entre diferentes arranjos do conhecimento-como o empírico e o científico- ,ordens de experiências e suportes

informativos, fundamentados, sobretudo, na epistemologia social de Shera. Traz portanto perspectivas das conjunções e disjunções entre saberes e vivências.

Um pressuposto geral orienta essas reflexões em torno da apropriação: o de que não existe uma via unidirecional a ser percorrida, mas a instauração de um diálogo no espaço social entre uma pluralidade de atores, discursos, sabedorias, ideologias e práticas presentes na esfera de um mercado simbólico ambientado pelas novas mídias e por relações de domínio e poder, as quais tomam novos matizes na ambientação contemporânea das sociedades do conhecimento, da comunicação e da informação (MARTELETO, 2009, p.873).

De modo correlato à apropriação, a mediação também tem sido abordada aludindo estas ancoragens- a transferencial, a cognitiva, a de dispositivos e a elaboração de sentidos, sendo interposta tanto ao acesso e ao uso (visão funcionalista, operacional) quanto à apropriação (visão simbólica e cultural).

A substituição, em 2008, do nome do grupo de pesquisa Mediação, Circulação e Uso da Informação para Mediação, Circulação e Apropriação da Informação indica, portanto, uma tentativa de reorientação do enfoque funcional do uso para a abordagem social, cultural e semiótica da apropriação. O emprego do termo dispositivo, que privilegia uma dimensão relacional, simbólica e de construção de sentidos, em substituição ao de aparato tecnológico corrobora com esta perspectiva.

Contudo, do mesmo modo com que trata-se a informação e a mediação, a idéia de apropriação também não se exhibe de modo claro nas produções textuais.

Percebe-se aí uma acentuada influência das Ciências da Informação e Comunicação francesas cuja vertente estuda “as mediações para a apropriação de saberes, informações e conhecimentos” (MARTELETO, 2009, p.873).

Destaca-se, contudo, nossa análise salienta a indicação de “abordagens”, “referências”, “enfoques” ou “alusões” à mediação, já que a maior parte das utilizações do termo têm sido conduzidas com poucas considerações conceituais e teóricas, de maneira livre e aligeirada, o que acaba implicando em certo esvaziamento do mesmo, ou até em sua vulgarização.

A desconsideração da historicidade do conceito, bem como o desconhecimento dos componentes e variáveis que atuam na composição do mesmo, conferem à mediação, no campo da Ciência da Informação brasileira, uma inconsistência que pode ser notada nas diferentes alocações do termo, em circunstâncias variadas.

Nas ciências, de modo geral, o risco da ausência de reflexões que sustentem a transposição e aplicação de conceitos é o de incorrer em aplicações impertinentes, como a migração de categorias provenientes de processos históricos humanos para contextos a-históricos. Elucidando este inconveniente, Foladori (2001) pondera a respeito do uso do conceito de escravidão, referindo à forma de organização social das formigas. Para ele “se a escravidão é um conceito histórico (portanto, social), não poderia explicar relações entre outros seres vivos, como as formigas” (FOLADORI, 2001, p.111). Esta é uma ocorrência em que a utilização de um conceito é feito fora de seu contexto de produção, de modo metafórico, na ausência de um termo que exprimisse as relações sociais das formigas.

Na busca por uma explicação, a metáfora de escravidão pode ser, neste caso, pertinente, entretanto o peso ideológico impregnado ao mesmo, por suas origens, pode suscitar interpretações que já não se referem a uma crítica científica da teorização, mas a uma crítica ideológica: os riscos de que a escravidão venha a ser considerada como um comportamento natural e geneticamente determinado em todos os seres vivos, incluindo as formigas e a espécie humana.

De modo semelhante, Gonçalves (1998) evidencia que o termo população-proveniente do latim *populus* -denotando do ponto de vista político, ético e moral, povo-passou a ser utilizado em outro sentido com o desenvolvimento do Estado Nacional Moderno e sua *posteriori* incorporação pela Biologia onde começa a gozar de um significado estatístico e despolitizado.

No caso da mediação no campo da Ciência da Informação brasileira há, paradoxalmente certo esvaziamento e certo inchaço no emprego do termo: ao mesmo tempo que abarca uma infinidade de processos, práticas, atores, objetos e dispositivos ela não é foco de reflexão ou investigação que revele ou explicita sua natureza.

Ao analisarmos a partir de um recorte temporal o emprego do conceito mediação- a partir do *corpus* eleito para esta pesquisa- veremos seus primeiros aparecimentos (entre 1980 e 1997) conjugado aos estudos sociais da informação, especialmente aqueles do campo dos movimentos sociais e da função política da biblioteca e da ação cultural. Posteriormente, entre 1997 e 2005 há uma predominância de enfoques que consideram o bibliotecário como agente mediador do acesso e uso da informação e as tecnologias como espaços da interface entre conteúdos e a utilização. A partir de 2005, há uma pulverização das abordagens mesclando enfoques do ponto de vista do tratamento e organização da informação, bem como os econômico-gerenciais.

Neste sentido, a alocação do termo mediação para classificar o grupo de trabalho da ANCIB, dada em 2005, pode ter influenciado, de maneira significativa a ascensão e a imprecisão conceitual que ganhou a mediação no campo. Isto pode ser visto nos trabalhos apresentados nos encontros nacionais onde o conceito de mediação, assim como o de uso, é largamente aplicado e pouco problematizado.

A mediação acabou por ser empregada no campo como como “si la noción por sí misma fuera portadora de su propia explicación, o como si hubiera una especie de acuerdo tácito que volviera innecesario cualquier tipo de discusión” (TORRES, 2008, p.196).

Nossa pesquisa confirmou tal tendência, assinalada também por Malheiros (2010) quando afirmou que o termo mediação:

até hoje não foi sujeito a um exercício de apropriação e ajustamento pelos especialistas em Ciência da Informação (CI) e, quando usado por estes, foi como cópia ou tradução directa de certas fontes, sendo Jesús Martín-Barbero uma delas (SILVA, 2010, p.9).

Os trabalhos que trazem a expressão “mediação da informação” têm implícita a visão de elo ou ponte para o acesso, processo em que o bibliotecário, ou profissional da informação atua como facilitador. Reforçando a natureza operacional da informação, compartilha-se uma noção de mediação arraigada no senso comum, aquela de intermédio, interposição e instância que se dispõe ao meio.

Tomar como ponto de partida uma noção radicada no senso comum torna problemático o encaminhamento da ruptura epistemológica, importante no desenvolvimento da pesquisa científica e na produção do conhecimento, conforme apontou Bachelard, Bourdieu e Passeron (1999).

Isto porque a formulação de bases conceituais é um processo importante na ruptura com as representações comuns da sociedade e as explicações mais espontâneas acerca da realidade.

As pré-noções, por seu turno, estão calcadas no uso da linguagem comum, conforme explicitam Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1999):

na medida em que a linguagem corrente e determinadas utilizações eruditas das palavras banais constituem o principal veículo das representações comuns da sociedade, é sem dúvida uma crítica lógica e lexicológica da linguagem comum que aparece como a condição indispensável para a elaboração controlada das noções científicas (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999, p.24).

A superação da influência das noções comuns nas ciências sociais, de acordo com os autores pode ser efetivada a partir da crítica lógica das noções, da comprovação estatística das falsas evidências e da contestação decisória e metódica das aparências.

Seguindo um caminho reflexivo, que contemple a historicidade do termo e suas articulações, é possível que a mediação possa se consolidar efetivamente como categoria de análise metodologicamente exequível para a condução de estudos no campo da informação.

Por ora, a adoção do complexo termo mediação a partir de pré-noções, como a do “agente do meio”, acabou por desconsiderar uma importante dimensão presente em suas utilizações seminais: aquela referente ao movimento, ao processo e ao elo dialético, vista nas abordagens da mediação conduzidas pela filosofia de Hegel e Marx, e à dimensão do conflito, evidenciada mesmo nas aparições iniciais da mediação no ENANCIB, ao ser vinculada à temática dos movimentos sociais e da ação cultural.

Cabe aos estudiosos da Ciência da Informação que trabalham com a mediação perguntarem-se de que modo esta categoria pode contribuir para a compreensão da realidade. Torna-se importante, pois, que os estudos explicitem de onde a noção de mediação é retirada e como é empregada, articulada e rearranjada.

Pois, é urgente que:

se assuma uma apropriação crítica, porquanto o conceito de mediação tem valor hermenêutico nas pesquisas e análises desenvolvidas em CI. E, por apropriação crítica, queremos significar uma adequação do conceito aos problemas e aos casos específicos do nosso campo de estudo, o que implica sempre, especialmente quando aproveitamos ou importamos um conceito operatório surgido e desenvolvido por outra(s) disciplinas, um exercício de crítica e de integração instrumental no quadro teórico-metodológico que nos é próprio. E só, assim, é possível ir respondendo com coerência e solidez às questões fundamentais que activam e estimulam o debate epistemológico (SILVA, 2010, p.11).

Esta consideração, aliada aos dados provenientes da nossa pesquisa, abre perspectivas para apontamentos futuros que busquem começar um possível caminho de reflexão sobre as convergências e as formas de articulação entre a mediação e a informação, que vislumbrem modos exequíveis de relação entre os mesmos.

Parte-se do entendimento de que mediação e informação ligam-se ao processo da produção social de sentidos que, através de práticas discursivas, estas reguladas pelas assimetrias de poder, vão modelando a percepção dos sujeitos frente ao real.

Diante destas considerações, no fechamento deste trabalho entendemos ser, dialeticamente possível, a abertura de uma perspectiva que se proponha a contemplar potenciais relações entre a mediação e a informação.

Realçando a natureza dialética da mediação e da informação, expomos a seguir alguns pontos de articulação pelos quais podemos nos arriscar a entrever a conjunção entre mediação e informação, pelo ponto de vista da epistemologia social da Ciência da Informação.

Com este esforço intenciona-se abrir vias que busquem avançar na compreensão desta relação, com vistas a fomentar a discussão sobre a mediação do ponto de vista da ótica social da Ciência da Informação.

9.1 Apontamentos futuros: por uma mediação informacional.

Face à multiplicidade de aportes que evidenciam diferentes empregos do termo mediação na Ciência da Informação, esta pesquisa à luz de uma perspectiva social do objeto informacional, vislumbra um possível caminho teórico, como modo de propor discussões futuras. Tal caminho se inicia pela formulação embrionária de um construto denominado *mediação informacional*, o qual busca destacar o movimento, o processo, a contradição e a dimensão simbólica que caracterizam tanto a informação quanto a mediação.

Pensar as formas de combinação entre mediação e informação requer, antes, uma elucidação do entendimento que se faz acerca destes dois caleidoscópios conceitos tão amplamente tratados por diferentes perspectivas. Entendimento este que se esboça a partir da demarcação do terreno epistemológico no qual estão circunscritas nossas reflexões e que sustenta nosso modo de olhar a informação, bem como pelo mapeamento teórico que delineamos acerca da mediação.

Conforme apontamos anteriormente, construímos nossa visão através do chamado “campo da informação social”, por meio do qual se destacam os referenciais que situam a informação em sua dimensão histórica e cultural e sublinham as nuances de conflitos e relações de poder impressas nas dinâmicas da informação e da produção de sentidos.

Parte-se do entendimento da informação como uma formulação da ordem da cultura, elemento da dinâmica do simbólico ligado aos processos de nomeação do real, da significação conferida ao mesmo e que atua na sua instituição pelos meandros da produção social de sentidos.

Seguindo esta orientação, a informação é vista como forma simbólica que articula discursivamente sentidos sociais, estes atuantes no modo como a realidade é nomeada e significada pelos sujeitos no jogo da sociabilidade.

Este pensamento sustenta-se na consideração de que o real compreende um campo aberto em disputas por formas de significação (PRADO; RODRIGUES, 2004), uma totalidade em movimento, na qual diferentes atores se enfrentam, de modo a concorrer pela posse do “poder simbólico” do qual falava Bourdieu (1998), o poder, de fazer crer-se e de fazer ver-se: o poder de instituir o real.

Vista por este ângulo, a informação é percebida então não apenas como produto que revela ou traduz um fragmento, fenômeno e objeto do real, mas, como elemento processual que atua de modo a engendrará-lo. Assim, vislumbramos este complexo objeto em sua natureza dialética, cuja produção é tanto demarcada pelas condições contextuais, históricas e materiais da vida social, quanto atua de forma a demarcar, a modular, a fixar e a transformar estas mesmas condições.

Circunscrita em uma totalidade em constante movimento, a informação deve ser, assim, historicamente localizada pelo prisma das relações sociais que imprimem na mesma as marcas dos contextos sociais pelos e nos quais é produzida e por onde transita.

Nas sociedades contemporâneas, onde a produção de informação, e, por conseguinte, de produção e reprodução de sentidos sociais torna-se cada vez mais acentuada, sobretudo pela expansão do emprego das tecnologias, vê-se uma intensa polifonia de sentidos (ARAÚJO, 2008), em que cada voz representa um “lugar de fala” que busca ver prevalecido seu próprio modo de apreender o real e, conseqüentemente, interferir nesse real.

Nestas dinâmicas de confronto simbólico, reguladas pela posse de diferentes tipos de capital (simbólico, econômico, político), a informação assume um importante papel a conferir ao atores, possibilidades de inscreverem suas leituras e concepções do real, por meio da mobilização e da inscrição discursiva de sentidos sociais.

Propomos a pensar a mediação neste amplo caleidoscópio de sentidos, entendendo-a como articulação dialética que promoverá o encontro e o confronto entre os distintos códigos e universos simbólicos, entre multifários discursos e sentidos, os quais possuirão maior ou menor legitimidade, de acordo com o lugar de fala de sua proveniência e da posse de capitais.

A conjugação entre mediação e informação aponta-nos, pois, a pensar no movimento do contraposto, daquilo que se une e se afasta ao mesmo tempo na dinâmica permanente e radicalmente contraditória que compõe o real.

Por este ângulo entendemos que a mediação, em sua relação com a informação, promove o trânsito, o encontro e o confronto entre diferentes códigos, sentidos e universos simbólicos que perpassam continuamente o real, o qual se constitui constantemente por meio de tais dinâmicas.

Assim, nosso enfoque privilegia os seguintes eixos orientadores:

- na filiação da nossa reflexão ao campo dos “estudos sociais da informação”, circunscrito ao que alguns autores denominam como “paradigma social” da Ciência da Informação;

- na elucidação de que a informação elabora-se nas tramas da cultura, compreendendo uma forma simbólica que articula discursivamente sentidos sociais;

- no entendimento de que os sentidos são construções históricas e sociais que instituem significados, nomeiam a realidade e ordenam fenômenos e experiências nela formuladas;

- na consideração de que o real é uma totalidade em movimento que não se conforma como um “todo” acabado, sendo processado e instituído por lutas e negociações que objetivam impor sua significação, dinâmica esta regulada pela posse assimétrica de poder;

- que essas lutas são amparadas pela informação, cujo domínio reside em não apenas representar o real como também o significar, o instituir dialeticamente;

- que os conflitos e contradições subjacentes aos processos de significação da realidade tomam corpo nos espaços híbridos da comunicação, onde se encontram a informação e a mediação.

Desse modo, entendemos que a relação entre mediação e informação, através da formulação **mediação informacional**, indica um processo por meio do qual, os atores em inter-relação e situados em campos histórico-culturais de conflito e contradição, negociam, disputam e confrontam sentidos simbólicos destinados à leitura, apreensão, nomeação e significação do real.

Esta perspectiva tenta traduzir o constante movimento da informação em sua perene sobreposição de sentidos, o deslocamento de códigos que continuamente configuram a realidade e o universo simbólico dos sujeitos.

Entendemos, portanto, que informação e mediação se conjugarão nas dinâmicas cotidianas de consenso (hegemonia) e conflito (contra-hegemonia), pelos vínculos dialéticos atrelados ao funcionamento simbólico da realidade, relação que toma corpo nos espaços híbridos da comunicação, a qual pode ser entendida como o *lócus* privilegiado das relações intersubjetivas e da circulação dos sentidos.

Esta extensa trama de sentidos evocados através da informação, os quais circulam tanto por meio dos aparatos técnicos, quanto pela interação face a face, será perpassada constantemente pelas mediações, responsáveis por promoverem o encontro e o confronto entre os mesmos.

Assim os circuitos de sentidos vão formulando-se por meio de uma ***mediação informacional***, um procedimento conflitivo e renovável, que possibilita o embate e a troca entre subjetividades que disputam a posse do poder simbólico.

A ligação entre mediação e informação sob o prisma da dialética ressalta as constantes contradições que atravessam a informação, sobretudo nas sociedades contemporâneas, onde há uma multiplicidade de vozes provenientes de diferentes e desiguais lugares de fala.

Se comportando a realidade como um cenário em movimento por onde se processa um confronto simbólico que a institui, a ***mediação informacional*** indica ainda, o meio pelo qual os atores ajustarão os termos a partir dos quais apreenderão e intervirão na realidade.

É o que assinala Velho (2001) quando nos diz que:

num contínuo processo de negociação da realidade, escolhas são feitas tendo como referência sistemas simbólicos, crenças e valores, em torno de interesses e objetivos materiais e imateriais dos mais variados tipos. A mediação é uma ação social permanente, nem sempre óbvia, que está presente nos mais variados níveis e processos interativos (VELHO 2001, p.10).

A realidade será marcada, pois, por uma heterogeneidade constitutiva, entrelaçando diferentes ordens do conhecimento e distintos universos simbólicos, cuja visibilidade e permanência serão reguladas pelos mecanismos, práticas e recursos de poder, aos quais o acesso é permanentemente desigual.

Desse modo, nossa noção de mediação informacional propõe que renunciemos à premissa *reificante* de que o acesso à informação, necessariamente, esclarece dúvidas, reduz incertezas, gera um novo conhecimento, transforma estruturas cognitivas e, conseqüentemente, as estruturas sociais (MANGUE, 2008).

Isto porque os processos informacionais e de produção de sentidos trazem as marcas das delimitações histórico-culturais específicas impressas nas lutas e antagonismos de diferentes naturezas que aliam e opõem sujeitos e grupos sociais. Entende-se, sobretudo a partir deste percurso dialético, que as configurações tecidas entre informação e campo social não gozam de neutralidade na medida em que a dinâmica social é perpassada continuamente por contradições que a engendram, sendo necessário o desvelamento das relações de poder inerentes a todo procedimento informacional.

Este caminho busca ser apenas o começo de uma trilha em direção a uma compreensão aproximada das complexas relações tecidas pela informação e mediação no campo social.

Não se constituindo como um conceito lapidado, o construto mediação informacional inaugura-se aqui na intenção de permanecer incompleto e aberto, exigindo, como todo processo dialético, um constante movimento que o integre, o negue e o complete.

REFERÊNCIAS

ABATH, Rachel Joffly. O intercâmbio no âmbito da documentação e informação populares no Brasil: um estudo de caso na região nordeste. In: ENANCIB, 1, 1994, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG, 1994, p.32.

ABATH, Rachel Joffly. Experiência de serviços de informações para comunidades economicamente desfavorecidas na cidade de João Pessoa-PB. In: ENANCIB, 2, 1995, Valinhos, SP. **Anais...** Valinhos, SP: Departamento de Biblioteconomia e Ciência da Informação da PUCCAMP, 1995. p. 40.

ALBAGLI, Sarita. Da biodiversidade à biotecnologia: “informacionalização” e privatização da vida. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p.18.

ALBAGLI, Sarita. Informação e desenvolvimento sustentável: implicações geopolíticas para o Brasil. In: ENANCIB, 2, 1995, Valinhos, SP. **Anais...** Valinhos, SP: Departamento de Biblioteconomia e Ciência da Informação da PUCCAMP, 1995. p.44.

ALBAGLI, Sarita. Informação, territorialidade e inteligência local. In: ENANCIB, 5, 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade: desafios do milênio. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2003. p 1-17.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo F de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. In: ENANCIB, 9, 2008, São Paulo, SP. **Anais...** Diversidade cultural e políticas de informação. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 2008. p. 89-103.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Leitura, mediação e apropriação da informação. In: SANTOS, Jussara Pereira dos. (Org.). **A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação.** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2007, v. 1, p. 33-45.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. In: Marta Valentim. (Org.). **Gestão da Informação e do conhecimento.** São Paulo: Polis, 2008, p. 41-54.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediación y información. In: GARCIA, Marco; JAVIER, Francisco (Orgs.). **Avances y perspectivas en sistemas de información y documentación en el entorno digital.** Zaragoza: Universidad de Zaragoza, 2007, p. 27-35.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli. Mediação da informação e da leitura. In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2, 2007, Londrina, PR. **Anais...** Londrina, PR: Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2007.

ALMEIDA, Carlos Cândido. **O campo da ciência da informação**: suas representações no discurso coletivo dos pesquisadores do campo no Brasil. 2005. 395f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2005.

ALMEIDA, José Luiz Vieira de. A mediação como fundamento da didática. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25, Caxambu, 2002. **Anais...**Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2002. 19p. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/25ra.htm>> Acesso em: 17 set. 2008.

ALMEIDA, José Luiz Vieira de; ARNONI, Maria Eliza Brefere; OLIVEIRA, Edilson Moreira de. Mediação pedagógica: dos limites da lógica formal à necessidade da lógica dialética no processo ensino-aprendizagem. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29, Caxambu, 2006. **Anais...** Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2006. 15p. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT04-1724--Int.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2008.

ALMEIDA, Marco Antônio de. Mediação cultural e da informação: considerações socioculturais e políticas em torno de um conceito. In: ENANCIB, 8, 2007, Salvador, BA. **Anais...** Promovendo a inserção internacional da pesquisa brasileira em Ciência da Informação. Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, 2007. p.1-16.

ALMEIDA, Marco Antônio de; CRIPPA, Giulia. Informação, cultura e tecnologia: novas mediações para a produção e o consumo cultural. In: ENANCIB, 10, 2009, João Pessoa, PB. **Anais...** Responsabilidade Social da Ciência da Informação. João Pessoa, PB: Universidade Federal da Paraíba, 2009. p.820-839.

ALMEIDA, Marco Antônio. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 1-24, 2008.

ALMEIDA, Maria da Conceição de. Um itinerário do pensamento de Edgar Morin. Palestra proferida no Instituto Humanitas da Universidade Unisinos, 14 de abril de 2004. Disponível em: <<http://www.uesb.br/recom/artigos/Um%20itiner%C3%A1rio%20do%20pensamento%20de%20Edgar%20Morin.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2010.

ALVES, Giovanni. Informação e trabalho: notas dialéticas. **Datagramazero. Revista de Ciência da Informação**, v. 10, n. 1, fev.2009. Disponível em: <http://dgz.org.br/jun04/Art_05.htm> Acesso em: 20 fev. 2008.

ALVES, Maria Bernardete Martins; FAQUETI, Marouva Faullgatter. Mudanças no serviço de referência, em bibliotecas universitárias, sob o impacto das novas tecnologias. In: SNBU, 3, 2002, Recife, PE. **Anais...** Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias. Recife: UFPE, 2002.

AMARO, Edmir Perroti, R. K. O. F.; VERGUEIRO, W. O. S. Serviços de Informação educativos: oficina de informação e estação memória. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p.25.

ANCIB. Critérios para criação funcionamento e avaliação de grupos de trabalho da ANCIB. Disponível em: <www.ancib.org.br>. Acesso em: 14 fev. 2010.

ANDALÉCIO, Aleixina Maria Lopes. **Informação, conhecimento e transdisciplinaridade:** mudanças na ciência, na universidade e na comunicação científica. 2009. 278 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2009.

ANDRADE, A. N.; ROSÁRIO, J. S.; RIBEIRO, Leila B. O charme e o acesso à automação através de diferentes linguagens comunicacionais. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p.28.

ANDRADE, Maria Eugênio Albino. A informação no cotidiano de jovens universitários de Belo Horizonte. In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais...** Informação e Sociedade/Ação Cultural. Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p.405.

ANDRADE, Maria Eugênio Albino. A informação tecida na moda: o campo das micro e pequenas indústrias de vestuário em Minas Gerais. . In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais...** Informação e Sociedade/Ação Cultural. Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p.404.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Geração, mediação e uso de informação: uma proposta de modelo teórico. In: ENANCIB, 6, 2005, Florianópolis, SC. **Anais...** Florianópolis, SC: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFSC, 2005. p.1-11.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. A Construção Social da Informação: dinâmicas e contextos. **Datagramazero**, v.2 n.5 out/01. Disponível em < dgz.org.br/out01/Art_03.htm>

ARAÚJO, Inesita Soares de. Contextos, mediações e produções de sentidos. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 42-50, set. 2009. Disponível em <

<http://www.reciis.cict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/280/324>> Acesso em: 18 de novembro de 2009.

ARAÚJO, Inesita Soares de. Razão Polifônica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, p. 46-57, 2003.

ARAÚJO, Inesita Soares. Entre o centro e a periferia: contextos, mediações e produções de sentidos. In COLÓQUIO MEDIAÇÕES E USOS DE SABERES E DA INFORMAÇÃO: UM DIÁLOGO FRANÇA-BRASIL, Rio de Janeiro, 2008. **Anais...** Rio de Janeiro: REDE MUSSI, 2008. p.151-164.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Bauru: Edipro, 2002. 287 p.

AUN, Marta Pinheiro. A Ciência da Informação e sua preocupação com as políticas de informação. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p.273.

AUN, Marta Pinheiro. Antigas nações, novas redes: as transformações do processo de construção de políticas de informação. . In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p.426.

AYRES, Bruno Ricardo Costa; FREIRE, Isa Maria. A transformação dos centros voluntariados brasileiros em uma rede organizacional baseada no fluxo de informação. . In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais...**Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000.

BARDIN, Laurence. **A análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, c1979, 226 p.

BARI, Valéria Aparecida; VERGUEIRO, Waldomiro. Biblioteca escolar, leitura e histórias em quadrinhos: uma relação que se consolida. In: ENANCIB, 10, 2009, João Pessoa, PB. **Anais...** Responsabilidade Social da Ciência da Informação. João Pessoa, PB: Universidade Federal da Paraíba, 2009.p 741-752.

BARRET, Arnaldo Lyrio; PORCARO, Rosa Maria. Aspectos da Divisão Digital no Brasil. In: ENANCIB, 5, 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais...**Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade: desafios do milênio. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2003. p.1-18.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A sociedade de conteúdos de informação. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p. 68-69.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Mentas que brilham: cérebro 2.0. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 10, n. 1, fev.2009. Disponível em: <http://dgz.org.br/fev09/Ind_com.htm> Acesso em: 5 jul. 2010.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Olhar sobre os 20 anos da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB). **Pesq. bras. Ci. Inf.**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 3-28, jan./dez. 2009.

BARRETO, Aldo. A questão da informação. In: ENANCIB, 2, 1995, Valinhos, SP. **Anais...** Valinhos, SP: Departamento de Biblioteconomia e Ciência da Informação da PUCAMP, 1995. p.45.

BARROS, Daniela Melaré Vieira. Competência virtual para a mediação da informação e do conhecimento (virtual literacy). **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 64-76, jun. 2005.

BARROS, José Cláudio. Aspectos informacionais e comunicacionais nas novas relações entre Estado e sociedade civil: o caso dos conselhos deliberativos de políticas públicas. In: ENANCIB, 5, 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade: desafios do milênio. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2003. p.1-16.

BATISTA, Antônio Carlos Nunes. Biblioteca e memória: preservação no limiar dos anos 2000: subsídios a partir da análise conceitual de bibliotecas nacionais. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p.26

BAUER, Martin. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p.189-217.

BAUER, Martin; AARTS, Bars. A construção do corpus. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p.39-63

BEMFICA, Juliana do Couto; CARDOSO, Ana Maria Pereira. As centrais de atendimento ao cidadão e seus sistemas informatizados- gestão pública e sociedade. In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais...** Informação e Sociedade/Ação Cultural. Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p.259

BEMFICA, Juliana do Couto; CARDOSO, Ana Maria Pereira; FARIA, Carlos Aurélio P. de. Sociedade da Informação': estratégia para uma 'sociedade mercadorizada'. In: ENANCIB, 5, 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade:

desafios do milênio. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2003. p.1-27

BERGAMO, Geraldo Antônio; BERNARDES, Marisa Resende. Produção de conhecimento. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol.27, n.94, p.1-16, jan./abril, 2006.

BERGER, Christa. De São Paulo à Madri: das mediações à midiatização, **Mediações Sociais**, Madri, n.2, jan./jun, 2008.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BICALHO, Lucinéia Maria; OLIVEIRA, Marlene de. Transdisciplinaridade nas ciências: o lugar da Ciência da Informação. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDO DA COMPLEXIDADE - EBEC, 1, 2005, Curitiba, PR. **Anais...** Curitiba, PR: PUC. 2005. p.1-10.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Ciência da Informação, Esfera Pública e a Economia Política do Conhecimento. O caso do Projeto Genoma Humano do Câncer de São Paulo. In: ENANCIB, 5, 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade: desafios do milênio. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2003. p.1-20.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 412p.

BOURDIEU Pierre; CHAMBOREDON Jean-Claude; PASSERON Jean- Claude. **A profissão de sociólogo**: preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999. 328p.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In.: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1983.

BRITO, Thiago. Marx e Lukács: a relação sociedade e natureza. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 6, 2009, Campinas, SP. **Anais...**Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) 2009. p. 1-9.

BRASIL. Diretrizes Curriculares para a área de Ciência da Informação. Brasília: MEC/SEsu, 1998.

BRAGA, Gilda Maria. Socialização da informação: desenvolvimento de metodologias para a sua efetivação: estudo aplicado às áreas de ciência da informação e de saúde. In: ENANCIB, 2, 1995, Valinhos, SP. **Anais...** Valinhos, SP: Departamento de Biblioteconomia e Ciência da Informação da PUCCAMP, 1995. p.46.

BRAGA, William Dias. Mediação e processos de compreensão intersubjetiva das representações sociais do trabalho. **Datagramazero - Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n. 3, p.1-15, jun. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev09/F_I_aut.htm>. Acesso em: 5 jul. 2010.

BRITO, Verônica Martins de. A Preservação da Memória Científica da Fiocruz: a visão de quem faz ciência. In: ENANCIB, 5, 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade: desafios do milênio. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2003. p.1-11.

BUFREM, Leilah Santiago; SORRIBAS, Tida Viana. Mediação e convergência em bibliotecas acadêmicas: saberes e práticas culturais. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. 25, p.68-83, jan/jun. 2008.

BURHAN, Terezinha Froés. Demandas/impactos das tecnologias. . In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. P.505.

CABRAL, Ana Maria Rezende. A vez e a voz das classes populares em Minas. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p.16.

CABRAL, Ana Maria Rezende; SILVA, Simone Pinheiro. Estado da arte em informação e sociedade. . In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais...**DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p. 258.

CAMPELLO, Bernadete. A função educativa da biblioteca escolar no Brasil: perspectivas para o seu aperfeiçoamento. In: ENANCIB, 5, 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade: desafios do milênio. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2003. p.1-13.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia y ciência de la informacion. In: ENANCIB, 5, 2003, Belo, MG. **Anais...** Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade: desafios do milênio. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2003. p.1-17Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003.CD-ROM.

CARDON, Dominique. A inovação pelo uso. In: AMBROSI, Alain; PEUGEOT, Valérie; PIMIENTA, Daniel. **Desafios de palavras:** enfoques multiculturais sobre as sociedades da informação. [s.l]: Editora C & F Éditions. 2006.

CARDOSO, Ana Maria Pereira. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da informação social. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 107-114, 1994.

CARREGAL, Lucia Tereza Lessa. Pequenos grupos sociais cariocas: eficácia de sua informação e comunicação. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p. 60.

CARVALHO, Kátia de. A vinda do livro para o Brasil. . In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p.370.

CARVALHO, Kátia de. Processo de escrita e leitura e as novas tecnologias. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p. 62.

CARVALHO, Maria da Conceição. A preservação dos acervos culturais e sua importância na atualidade: a ótica dos bibliotecários universitários. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p.18.

CARVALHO, Rosane Maria Rocha. Exposição em museus e relação com o público: o processo de comunicação e transferência da informação. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p.15.

CASTRO FILHO, Claudio Marcondes de. Biblioteca no ensino e aprendizagem na língua inglesa. In: ENANCIB, 5, 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade: desafios do milênio. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2003. p.1-22

CASTRO, César Augusto. Produção e circulação do saber no campo da Biblioteconomia: representação dos profissionais sobre as dimensões educativas do trabalho. In: ENANCIB, 2, 1995, Valinhos, SP. **Anais...** Valinhos, SP: Departamento de Biblioteconomia e Ciência da Informação da PUCCAMP, 1995. p.48

CAUNE, Jean. **La médiation culturelle**: une construction du lien social. Revue les Enjeux de la Communications. 2000. 10p. Disponível em: <http://w3.u-grenoble3.fr/les_enjeux/2000/Caune/Caune.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994, 2 v.

COELHO, José Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**: cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1999.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. Jardim do crime sob o olhar de João do Rio: informação, memória e espaço prisional no Rio de Janeiro. In: ENANCIB, 5, 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade: desafios do milênio. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2003. p.1-11

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. Memória institucional. In: ENANCIB, 2, 1995, Valinhos, SP. **Anais...** Valinhos, SP: Departamento de Biblioteconomia e Ciência da Informação da PUCCAMP, 1995. p.50

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. Processo de institucionalização da Ciência da Informação. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p.11

COSTA, L.S.F. ; FURNIVAL, A.C. ; OKI, C.S. Avaliando a comunicação de informação em campanhas educativas: o programa de economia de energia na UFSCar. In: ENANCIB, 5, 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade: desafios do milênio. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2003. p.1-18

COSTA, Leonardo Figueiredo. Um estudo de caso sobre mediação cultural. IN: ENECULT, 5, 2009, Salvador, BA. **Anais...** Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador, BA: UFBA, 2009. p.1-12.

COUTINHO, M.T. **Educação à distância e mediação semiótica: uma relação necessária**. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

CRIPPA, Giulia. Entre utopia e melancolia: como a ficção desvenda algumas bibliotecas e os se Bibliotecários. In: ENANCIB, 8, 2007, Salvador, BA. **Anais...** Promovendo a inserção internacional da pesquisa brasileira em Ciência da Informação. Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, 2007. p. 1-13.

CRIPPA, Giulia; ALMEIDA, Marco Antônio de. A ex-posição: uma experiência de mediação cultural. In: ENANCIB, 9, 2008, São Paulo, SP. **Anais...** Diversidade cultural e políticas de informação. São Paulo, SP: Universidade São Paulo, 2008. p. 1-18.

CUCHE, Denis. **A noção de cultura nas ciências sociais**. São Paulo: EDUSC, 1999.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma**, n. 04, p. 3-36, jun/2007. Disponível em: <http://prisma.cetac.up.pt/A_mediacao_a_comunicacao_em_processo.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2007.

DIAS, Maria Matilde Kronka. et al. Capacitação do bibliotecário como mediador do aprendizado no uso de fontes de informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 1-16, jul./dez. 2004.

DOMINGUES, Ivan et al. Apresentação. In: _____. (Org.). **Conhecimento e transdisciplinaridade**. Belo Horizonte: IEAT/Editora UFMG, 2001a, p.7-12.

DOMINGUES, Ivan. Apresentação. In: _____. (Org.). **Conhecimento e transdisciplinaridade II: aspectos metodológicos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005a, p.9-14.

DOMINGUES, Ivan. et al. Um novo olhar sobre o conhecimento. In: DOMINGUES, Ivan (Org.). **Conhecimento e transdisciplinaridade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001b. p. 13-27.

DUARTE, Luiz Fernando. Comentários. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. (Orgs.). **Mediação, cultura a política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p. 127-136.

DUMONT, Lígia Maria Moreira. O imaginário e a opção pela leitura de romances em séries. In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais...**Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p.383.

DUMONT, Lígia Maria Moreira; BRUNO, Pedro Paulo Costallat. Ciência da Informação e oportunidade de diálogo intertemático: onde nem tudo é relativo e nem (absolutamente) racional. **Perspect. cienc. inf.**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 28-39, jan./jun. 2003.

FARIA, Ivete Pieruccini. **Estação memória: lembrar como projeto**. 1999. 177f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 1999.

FERNANDES, Fernanda Marques. FUNARTE. In: ENANCIB, 2, 1995, Valinhos, SP. **Anais...** Valinhos, SP: Departamento de Biblioteconomia e Ciência da Informação da PUCCAMP, 1995. p.52

FERREIRA, Flávia; BORGES, Jussara; JAMBEIRO, Othon. O profissional da informação e a mediação do acesso à Internet na biblioteca universitária. In: ENANCIB, 6, 2005, Florianópolis, SC. **Anais...** Mediação, circulação e uso da informação. Florianópolis, SC: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFSC, 2005. p.1-10.

FLORES, L. L. et al. Resumo. **Redação: o texto técnico/científico e o texto literário**. Florianópolis: UFSC, 1994.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2004.

FOLADORI, Guillermo. Una tipología del pensamiento ambientalista. In: PIERRI, N; FOLADORI, G. **¿Sustentabilidad?** Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable. Montevideo: Trabajo y capital, 2001, p 81-128.

FLUSSER, Victor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. **Rev. da Escola de Biblioteconomia**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 131-138, set. 1980.

FREIRE, B. M. J. et al. Situação das bibliotecas escolares das redes pública e privada do ensino de 1º e 2º graus no município de João Pessoa-PB. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p.14.

FREIRE, Gustavo Henrique. A comunicação da informação em situações de ensino-aprendizagem. . In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p.333.

FREIRE, Isa Maria . Acesso a informação e identidade cultural: entre o global e o local. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 58-67, maio./ago. 2006.

FREIRE, Isa Maria et al. Janelas da cultura local: abrindo oportunidades de inclusão digital. In: ENANCIB, 10, 2009, João Pessoa, PB. **Anais...** Responsabilidade Social da Ciência da Informação. João Pessoa, PB: Universidade Federal da Paraíba, 2009. p.840.

FREIRE, Isa Maria. Informação como alteração de estruturas: uma evidência. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p.12.

FREIRE, Isa Maria. Janelas da cultura local: abrindo oportunidades para inclusão digital. In: ENANCIB, 6, 2005, Florianópolis, SC. **Anais...** Florianópolis, SC: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFSC, 2005. p.1-15.

FREIRE, Isa Maria. Janelas da cultura local: abrindo oportunidades para inclusão digital. In: ENANCIB, 8, 2007, Salvador, BA. **Anais...** Promovendo a inserção internacional da pesquisa brasileira em Ciência da Informação. Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, 2007. p. 1-13.

FREIRE, Isa Maria; ARAÚJO, Vânia Maria Rodrigues. A responsabilidade social dos cientistas da informação: uma abordagem. . In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais...** Informação e Sociedade/Ação Cultural. Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p.510.

FREITAS, Lídia Silva de. **Na teia dos sentidos**: análise do discurso da Ciência da Informação sobre a atual condição da informação. 2001. 245f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha. A utilização de informação sobre a população infanto-juvenil pelos conselheiros dos direitos da criança e do adolescente. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais... Informação e Sociedade/Ação Cultural**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p.19.

FURTADO, Cássia. Biblioteca escolar brasileira no contexto da sociedade da informação. In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais... Informação e Sociedade/Ação Cultural**. Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p. 284.

GABRICH, Débora de Carvalho Pereira. Relações e mediações informacionais na Amazônia transnacional: as redes ambientais na internet e a padronização da natureza. In: ENANCIB, 10, 2009, João Pessoa, PB. **Anais... Responsabilidade Social da Ciência da Informação**. João Pessoa, PB: Universidade Federal da Paraíba, 2009. p.888-907.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. Construção de conceitos no campo da Ciência da Informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 27, n. 1, p. 46-52, jan./abr. 1998.

GAMEZ TORRES, Nora. El paradigma de la mediación: crítica y perspectivas. **Mediaciones Sociales**, v.1, n.1, 2007. Disponível em < <http://www.ucm.es/info/mediars/MediacioneS1/Indice/GamezTorres/gameztorres.html>>. Acesso em 23 de março de 2010.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediações para a leitura nas universidades: ações docentes e da biblioteca. In: ENANCIB, 9, 2008, São Paulo, SP. **Anais... Diversidade cultural e políticas de informação**. São Paulo, SP: Universidade São Paulo, 2008. p. 1-17

GOMES, Henriette Ferreira. A transferência da informação na educação universitária: implicações do uso da oralidade, da escrita e de outras tecnologias. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais... Informação e Sociedade/Ação Cultural**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p.19.

GOMES, Henriette Ferreira. A mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento. **Datagramazero - Revista de Ciência da Informação**, v. 9, n. 1, p. 1-12, 2008. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev09/F_I_aut.htm>. Acesso em: 22 abr. 2008.

GOMES, Henriette Ferreira. Interdisciplinaridade e ciência da informação: de característica a critério delineador de seu núcleo principal. **Datagramazero - Revista de Ciência da Informação**, v. 2, n. 4, ago. 2001. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago01/Art_04.htm>. Acesso em: 10 out. 2004.

GOMES, Henriette Ferreira; SANTOS, Raquel do Rosário. Bibliotecas universitárias e a mediação da informação no ambiente virtual: informações, atividades e recursos de comunicação disponíveis em sites. In: ENANCIB, 10, 2009, João Pessoa, PB. **Anais... Responsabilidade Social da Ciência da Informação**. João Pessoa, PB: Universidade Federal da Paraíba, 2009. p.21

GOMES, Henriette. Leitura e escrita: tecnologias complementares no processamento da informação. In: ENANCIB, 5, 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais... Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade: desafios do milênio**. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2003. p.1-19.

GOMES, Henriette. Oralidade, escrita e outras tecnologias na educação universitária. In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais... Informação e Sociedade/Ação Cultural**. Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p.340.

GOMES, Maria Nélia G. de. Cidade, cidadania, informação. . In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais... Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p. 413.**

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 1998.

GUARADY, Roger. **Para conhecer o pensamento de Hegel**. Porto Alegre: L & PM, 1983.

GUIMARÃES, Icléia Thiesen. Informação, memória e espaço urbano. . In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais...Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p.345.**

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história**. São Paulo: Centauro, 2008.

HOLLANDA, Ricardo de. Aspectos informacionais da fotografia urbana. In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais...DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p.455.**

HORTA, Eleonora Bastos. Sistemas públicos de radiofusão. . In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais... Informação e Sociedade/Ação Cultural**. Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p.307.

JACKS, Nilda. **Querência: cultura regional como mediação simbólica, um estudo de recepção**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda.1976.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 3a. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1976.

JARDIM, José Maria; MARCONDES; Carlos Henrique. Políticas de informação governamental: a construção de Governo Eletrônico na Administração Federal do Brasil. In: ENANCIB, 5, 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade: desafios do milênio. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2003. p.1-16.

JARDIM, José Maria. O Estado (in) visível: a opacidade informacional da administração pública brasileira. In: ENANCIB, 2, 1995, Valinhos, SP. **Anais...** Valinhos, SP: Departamento de Biblioteconomia e Ciência da Informação da PUCAMP, 1995. p.53.

JARDIM, José Maria. Os saberes informacionais do Estado: a arquivologia. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p.

JEANNEREAT, Yves. La relation entre médiation et usage dans les recherches em information-communication. In: COLÓQUIO MEDIAÇÕES E USOS DE SABERES E DA INFORMAÇÃO: UM DIÁLOGO FRANÇA-BRASIL, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: REDE MUSSI 2008. p. 37-59.

JOSÉ, Silvio; MENDONÇA, Lucima C. da Silva; MAGRIS, Patrícia Nicolau. Novos espaços de aprendizagem e de trabalho requeridos pela sociedade de informação: cidade viva; dinâmica dos espaços de informação e de aprendizagem. . In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais...**Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p.484.

KERR, Marta Pinheiro. Mediações híbridas para uma gestão da informação compartilhada. **Informação & Informação**, Londrina, PR, v. 13, n. esp., p. 39- 51, 2008.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Primeiros Passos; 23).

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976. 230p.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 2, vol. 1, out. 1986.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LAMIZET, Bernard. **La médiation culturelle**. Paris: L'Harmattan, 1998.

LARA FILHO, Durval de. O museu como um espaço relacional. In: ENANCIB, 7, 2006, Marília, SP. **Anais...** A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação. Marília, SP: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP, 2006. p.1-11.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Linguagens documentarias, instrumentos de mediação e comunicação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 26, n. 1/2, p. 72-80, jan./jun. 1993.

LASTRES, Helena M. M. Globalização e informação. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Informação e Sociedade/Ação Cultural. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p.

LIMA, Fábio Luiz Milani de. A comunicação pós-fordista em Vitória-ES: da publicização informacional á polis digital. . In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais...** Informação e Sociedade/Ação Cultural. Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p.319.

LOPES, Elaine Cristina; VALENTIM, Marta Ligia Pomim. Mediação da informação no âmbito do mercado de capitais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 13, n. especial. p. XX, 2008.

LOTUFO, César A. Um sistema de informações ambientais do ponto de vista nativo: a natureza do conhecimento antropológico. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Informação e Sociedade/Ação Cultural. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. A Articulação de uma ação hegemônica: Informação, Museu, Representação. In: ENANCIB, 5, 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade: desafios do milênio. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2003. p.1-13.

MACHADO, Frederico Viana; PRADO, Marco Aurélio Máximo. Movimentos Homossexuais: a constituição da identidade coletiva entre a economia e a cultura: o caso de dois grupos brasileiros. **Interações**, v. 19, n. 10, 2005. p. 37-50.

MAGRIS, Patrícia; BURHAN Terezinha Froés. Novos espaços de aprendizagem e de trabalhos requeridos pela sociedade da informação. . In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais...**

Informação e Sociedade/Ação Cultural. Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p.442.

MAIA, Maria Manuela Alves. Informação e contracultura: narrativas sobre o movimento hippie. In: ENANCIB, 5, 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais...Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade: desafios do milênio.** Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2003. p.1-13.

MALIN, Ana Barcellos. Sociedade da informação no Brasil. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais... Informação e Sociedade/Ação Cultural.** Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p.69.

MANGUE, Denise Catarina Silva. **(In) formação: um caminho para a participação política?** Um estudo de caso sobre o Programa de Educação para a Cidadania da ALMG. 2008. 178f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2008.

MARI, Hugo. Metáfora, metonímia, denotação e conotação: a propósito da migração de conceitos. In: DOMINGUES, Ivan. **Conhecimento e transdisciplinaridade II: aspectos metodológicos.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p.101-136.

MARTELETO, Regina Maria, COUZINET, Viviane. A Mussi e o Colóquio Rio 2008. In: COLÓQUIO MEDIAÇÕES E USOS SOCIAIS DE SABERES E INFORMAÇÕES – MUSSI, 2008, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ. 2008, p. 23-33.

MARTELETO, Regina Maria. Informação da Sociedade na Sociedade da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. especial, p. 4-7, 2003.

MARTELETO, Regina Maria. Representações acerca do conhecimento, comunicação e informação na sociedade. **Rev. Assoc. Saúde Pública Piauí**, Teresina, v. 2, n. 2, p. 149-162, jul./dez. 1999.

MARTELETO, Regina Maria. Confronto simbólico, apropriação do conhecimento e produção de informação nas redes de movimentos sociais. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, fev. 2001. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev01/Art_02.htm> Acesso em: 26 abr. 2010.

MARTELETO, Regina Maria. Conhecimento e hipertexto: construção de um experimento de informação em redes sociais. In: ENANCIB, 5, 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais... Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade: desafios do milênio.** Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2003. p.1-21.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p.1-8, 1995. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00000145/01/Ci%5B1%5D.Inf-2004-580.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2008.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura, informação e sociedade- estudo das práticas de informação em campos sociais específicos com vistas à revisão e ampliação dos modelos de comunicação e transferência da informação. In: ENANCIB, 2, 1995, Valinhos, SP. **Anais... Informação e Sociedade/Ação Cultural**. Valinhos, SP: Departamento de Biblioteconomia e Ciência da Informação da PUCCAMP, 1995. p.55.

MARTELETO, Regina Maria. Lugar da cultura no campo de estudos da informação: cenários prospectivos. In: LARA, Marilda Lopes Ginez; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires. (Org.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas**. São Paulo: Néctar; ECA/USP, 2008, p. 13-26.

MARTELETO, Regina Maria. Produção e apropriação social de conhecimentos: uma leitura pela ótica informacional. In: ENANCIB, 10, 2009, João Pessoa, PB. **Anais... Responsabilidade Social da Ciência da Informação**. João Pessoa, PB: Universidade Federal da Paraíba, 2009. p. 872-887.

MARTELETO, Regina Maria. Textualidades e espaço social: a construção de metodologias de comunicação e informação para o terceiro setor. . In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais... Informação e Sociedade/Ação Cultural**. Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p.452.

MARTELETO, Regina Maria; ANDALÉCIO, Aleixina Lopes. Jovens e violência: construção de informações nos processos de mediação e apropriação de conhecimentos. In: ENANCIB, 7, 2006, Marília, SP. **Anais... A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. Marília, SP: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP, 2006. p.1-10.

MARTELETO, Regina Maria; ANDALÉCIO, Aleixina Maria Lopes. Jovens e violência: construção de informações nos processos de mediação e apropriação de conhecimentos. In: ENANCIB, 7, 2006, Marília, SP. **Anais... Encontro Nacional de Pesquisa da ANCIB**. Marília, SP: UNESP, 2006. p. 1-10.

MARTELETO, Regina Maria; RIBEIRO, Leila Beatriz. Informação e construção do conhecimento para a cidadania no Terceiro Setor. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 57-85, jan./jun. 2001.

MARTELETO, Regina; GUIMARÃES, Cátia. Produção discursiva e apropriação da informação no nível local – a epidemia de dengue e os meios de comunicação. In: ENANCIB,

5, 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade: desafios do milênio. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2003. p.1-15.

MARTIN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MARTIN-SERRANO, Manuel. **La producción social de comunicación.** Madrid: Alianza, 2004.

MARTINS, R. A. C.; SILVA, R. M. A.; PEREIRA, R. R. L. M. As políticas e as ações dos trabalhadores rurais na seca 1992/1993 no Rio Grande do Norte: em busca de uma avaliação. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p. 61.

MARTUCCI, Elisabeth Marcia. Processo educativo na mediação da informação em biblioteca pública: um estudo fenomenológico. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 21, n. 2, p.167-188, jul./dez. 1997.

MELO, Cristiano Oliveira de et al. O papel do agente comunitário de saúde como mediador no processo de transferência da informação. In: ENANCIB, 9, 2008, São Paulo, SP. **Anais...** Diversidade cultural e políticas de informação. São Paulo, SP: Universidade São Paulo, 2008. p.1-6.

MELO NETO, João Francisco de. Dialética: uma visão marxista. In: _____.(org). **Dialética.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente:** movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001. 199p.

MENDONÇA, Nadir. **O uso dos conceitos:** uma questão de interdisciplinaridade. Petrópolis: Vozes, 1983. 97 p.

MERCADANTE, Leila M. Z. Novas formas de mediação da informação. **Transinformação**, Campinas, v.7, n.1/3, p.33-40, jan./dez. 1995.

MÉSZÁROS, István. **Marx: a teoria da alienação.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MOLON, Susana Inês. Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky. In: CONFERÊNCIA DE PESQUISA SÓCIO-CULTURAL, 3, 2000, Campinas, SP. **Anais...**

Cultura – A dimensão psicológica e a mudança histórica e cultural. Campinas, SP: UNICAMP, 2000, p.1-18.

MORAES, Ilara Hämmerli Sozzi de. Informação em saúde: quem decide sobre sua direcionalidade? In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Informação e Sociedade/Ação Cultural. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p.

MORAES, Miriam Gontijo. O uso cidadão da internet: estudo exploratório dos usuários do PROCON de BH. . In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais...** Informação e Sociedade/Ação Cultural. Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p.430

MORAES, Miriam Gontijo. Redes eletrônicas, informação pública e cidadania. . In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais...** Informação e Sociedade/Ação Cultural. Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p.431.

MORAES, Andréa. Velhice, mudança social e percepção de risco. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. (Orgs.) **Mediação, cultura a política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p.-213-236.

MORIGI, Valdir Jose ; SANTOS, Sandra de Fátima. Informação e cidadania: mediação e circulação de informações públicas nas embalagens de cigarro. In: ENANCIB, 7, 2006, Marília, SP. **Anais...** A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação. Marília, SP: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP, 2006. p.1-11.

MORIGI, Valdir Jose, PAVAN, Cleusa. Tecnologias de informação e comunicação: novas sociabilidades nas bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 117-125, jan./abr. 2004.

MORIGI, Valdir José. Fluxo das informações nas festas comunitárias. In: ENANCIB, 6, 2005, Florianópolis, SC. **Anais...** Mediação, circulação e uso da informação. Florianópolis, SC: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFSC, 2005. p.1-12.

MORIGI, Valdir Jose; ROCHA, Carla Pires Vieira da. A festa como narrativa mediadora na construção do espírito comum. In: ENANCIB, 8, 2007, Salvador, BA. **Anais...** Promovendo a inserção internacional da pesquisa brasileira em Ciência da Informação. Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, 2007. p.1-14.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MOSTAFA, Solange Puntel. Sites educacionais: professores, práticas escolares e a relação com o saber. In: ENANCIB, 6, 2005, Florianópolis, SC. **Anais...** Florianópolis, SC: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFSC, 2005. p.1-9.

MOSTAFA, Solange Puntel; PONTES, Cecília Carmem; ALENCAR, Maria de Cleófas Faggion. Políticas públicas municipais: geração de bases de dados multimídia. . In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais...** Informação e Sociedade/Ação Cultural. Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p.492.

MOURA, Maria Aparecida; CUNHA, Maria Guiomar da Frota. Informação, Redes Sociais e Protagonismo Juvenil. In: ENANCIB, 6, 2005, Florianópolis, SC. **Anais...** Florianópolis, SC: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFSC, 2005. p.1-10.

MUELLER, Suzana P. M; MIRANDA, Antônio; SUAIDEN, Emir. O estado da arte da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil: análises dos trabalhos apresentados no ENANCIB 4. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 23/24, p. 293-308, n. especial, 1999/2000.

NEVES, Iara Conceição B. Pesquisa escolar nas séries iniciais de ensino fundamental: bases para um desempenho interativo entre sala de aula e biblioteca escolar. . In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais...** Informação e Sociedade/Ação Cultural. Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p.344.

NEVES, Barbara Coelho, GOMES Henriette Ferreira. Mediação para inclusão digital: abordagem cognitiva em pontos de inclusão digital nos territórios de identidade baianos. In: ENANCIB, 9, 2008, São Paulo, SP. **Anais...** Diversidade cultural e políticas de informação. São Paulo, SP: Universidade São Paulo, 2008. p.1-7.

NASCIMENTO, Denise Morado, MARTELETO. A “Informação Construída” nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bordieu. **Datagramazero**, Revista de Ciência da Informação, v. 5, n. 5, out/04

NICOLESCU, Basarab. **O manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: Triom, 1999.

ODDONE, Nanci. O profissional da informação e a mediação de processos cognitivos: a nova face de um antigo personagem. **Informação & Sociedade: estudos**, Paraíba, v. 8, n. 1, p. 1-11, 1998. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/425/346>>. Acessado em: 13 ago. 2008.

OLIVEIRA, Dalgiza Andrade; MOURA, Maria Aparecida. Práticas informacionais dos dirigentes do sindicato dos bancários de BH e região. In: ENANCIB, 8, 2007, Salvador, BA. **Anais...** Promovendo a inserção internacional da pesquisa brasileira em Ciência da Informação. Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, 2007. p.1-15.

OLIVEIRA, Carmen Irene Correia de. Memória e discurso institucionais: o caso de uma instituição de ensino superior. In: ENANCIB, 5, 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais... Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade: desafios do milênio.** Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2003. p.1-19.

OLIVEIRA, Carmen Irene Correia de. Universidade do Rio de Janeiro: produção discursiva-informacional e processo identitário. . In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais... Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p.283.**

OLIVEIRA, Hamilton Vieira de. Bibliotecas escolares no planejamento do processo educativo em escolas públicas de Brasília. . In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais... DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p.332.**

OROZCO GOMEZ, Gullermo. OROZCO Gómez, Guillermo. **La investigación em comunicación desde la perspectiva cualitativa.** Guadalajara: IMDEC, 1997.

O'SULLIVAN, T. et al. **Conceitos-chave em estudos de comunicação e cultura.** Piracicaba: Unimep, 2001.

OTUTUMI, Cristiane; GOLDEMBERG, Ricardo. Análise de conteúdo segundo Bardin: procedimento metodológico utilizado na pesquisa sobre a situação atual da percepção musical nos cursos de graduação em música do Brasil. In: IV SIMPÓSIO DE COGNIÇÃO E ARTES MUSICAIS, 2008, São Paulo, SP. **Anais... São Paulo, SP: SIMCAM4, 2008. p. 1-7.**

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p.2-5.

PAIM, Isis; NEHMY, R. M. Q. Questionando a noção “qualidade da informação”. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais... Informação e Sociedade/Ação Cultural.** Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. **p.**

PAULA, Patrícia Pinto de; CRIVELLARI ,Helena. Informação e subjetividade no trabalho contemporâneo. . In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais... Informação e Sociedade/Ação Cultural.** Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p.444.

PAULA, Patrícia Pinto de; CRIVELLARI, Helena. Instrumentos de precisão: um estudo de caso no setor eletroeletrônico de Minas Gerais. . In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais... Informação e Sociedade/Ação Cultural.** Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p.487.

PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. Luz, câmera.....ciência e tecnologia em ação, natureza e sociedade em fabricação. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais... Informação e**

Sociedade/Ação Cultural. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p.

PIERUCCINI, Ivete. Ordem informacional dialógica: mediação como apropriação da informação. In: ENANCIB, 8, 2007, Salvador, BA. **Anais...** Promovendo a inserção internacional da pesquisa brasileira em Ciência da Informação. Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, 2007. p.1-15.

PINHEIRO, A. V. A aplicação do modelo de simetria social no estudo das relações entre Bibliotecas e usuários de Bibliotecas públicas. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p.

PINHEIRO, Edna Gomes. Entre o sonho e a realidade: a leitura como atribuição de sentidos no contexto do câncer infantil. . In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais...** Informação e Sociedade/Ação Cultural. Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p.303.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Ciência da Informação: desdobramentos disciplinares, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. (Org.). **Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento.** Natal: Editora Universitária da UFRN/EDUFRN, 2006, p. 111-141.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 42-53, jan./abr. 1995.

POMPEU, Renata Guimarães. **A mediação e seus fundamentos: autonomia privada e dialogia.** 2006. 113f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2006.

PRADO, Geraldo Moreira. Informação das Terras no Brasil: a constituição dos saberes agrários brasileiros: um fenômeno em transmutação no Estado Monárquico Português. . In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais...**DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p.327.

PRADO, Geraldo Moreira; FREIRE, Isa Maria. Informação como alteração de estruturas: uma evidência. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p.

PRADO, Gerlado Moreira. Informação e Conhecimento Histórico. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Informação e Sociedade/Ação Cultural. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p.

PRADO; Marco Aurélio Máximo; RODRIGUES, Cristiano Santos. Por que a psicologia social é política? identidades coletivas e movimentos sociais na contemporaneidade. In: ROSA, Edinete Maria; SOUZA, Lídio; AVELLAR, Luciane Zacché Avellar. (Org.). **Psicologia social: temas em debates**. Vitória: Abrapso, 2008, p. 11-28.

PROENÇA, Débora; SIMEÃO, Elmira; MELO, Cristiano. Estudo da mediação entre agentes comunitários de saúde e as comunidades do distrito federal: formação e capacitação para pesquisa integrada sobre comunicação, informação e cidadania. In: ENANCIB, 9, 2008, São Paulo, SP. **Anais...** Diversidade cultural e políticas de informação. São Paulo, SP: Universidade São Paulo, 2008. p.1-6.

PRUDENCIO, Kelly Cristina de Souza. Mídia e movimentos sociais: a luta do sujeito pela construção do significado. *Comunicação&Política*, n.3., v.10, p.095-149, 2003. Disponível em: <http://www.cebela.org.br/imagens/Materia/2003-3_095-108_kelly_prudencio.pdf> Acesso em 18/06/2009.

PUGLIESI, Márcio; BINI, Edson. **Pequeno dicionário de filosofia**. São Paulo: Hemus, 1997, p.252-253.

RAMBALDI, Enrico. **Mediação**. In: Enciclopédia Einaudi, vol. 10, Dialéctica. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989, p. 143-174.

RAMOS, Luciene Borges. **Centro Cultural como equipamento disseminador da informação**: um estudo de caso sobre a ação do Galpão Cine Horto. 2007. 243f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2007.

RAPP, Maria de Las Nieves Eirin. Políticas públicas de incentivo à cultura, informação e políticas públicas de informação. . In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais...** Informação e Sociedade/Ação Cultural. Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p.401.

REIS, Alcenir Soares dos; MOURA, Maria Aparecida; RIBAS, Cláudia S. da Cunha. Oralidade, mediações e *digital storytelling*: potencialidades e a afirmação das narrativas do sujeito. In: ENANCIB, 8, 2007, Salvador, BA. **Anais...** Promovendo a inserção internacional da pesquisa brasileira em Ciência da Informação. Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, 2007. p.1-15.

REIS, Alcenir Soares dos; SILVA, Ana Paula. Informação e cidadania: em questão a vivência dos usuários dos serviços do carro-biblioteca em Lindéia. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Informação e Sociedade/Ação Cultural. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p.

REIS, Alcenir Soares. Retórica-ideologia-informação: questões pertinentes ao cientista da informação? **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 145-160, jul./dez. 1999.

REIS, Alcenir Soares; MARTINS, Ana Amélia Lage. Movimentos sociais, informação e mediação: uma visão dialética das negociações de sentido e poder. **Datagramazero**. Revista de Ciência da Informação, v.10, n.5, out 2009. Disponível em http://dgz.org.br/jun10/F_I_aut.htm. Acesso em 05/11/2009.

RIBEIRO, Leila B.; GUIMARÃES, Cátia. Informação e conhecimento em redes de movimentos sociais. . In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais...** Informação e Sociedade/Ação Cultural. Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p.373.

RIBEIRO, Leila Beatriz; MARTELETO, Regina. Conhecimento e novas práticas informacionais nas ações político-pedagógicas de organizações não governamentais (ONG's). In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. 54-55.

ROSA, Déborah Mendonça de Proença et al. A transferência de informação e os objetos de aprendizagem: uma experiência com Agentes Comunitários de saúde. In: ENANCIB, 9, 2008, São Paulo, SP. **Anais...** Diversidade cultural e políticas de informação. São Paulo, SP: Universidade São Paulo, 2008. p.1-8.

RUSS, Jacqueline. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Scipione, 1994, p.180.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiência e luta dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

SANT' ANNA, Roberto Neves. O setor de serviços e a sociedade da informação: contribuições para a montagem de um subsistema estatístico. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Informação e Sociedade/Ação Cultural. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p. 66.

SANTO, Silvia Maria do Espírito ; MURGUIA, Eduardo Ismael. Relações pendulares na mediação da informação: arquivo-biblioteca-museu.. In: ENANCIB, 7, 2006, Marília, SP. **Anais...** A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação. Marília, SP: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP, 2006. p.1-19.

SANTORO, Tiago. Intuição Intelectual na *Spätphilosophie* de Fichte. **Dissertatio**, Revista de Filosofia. Coimbra. V.26, n.2, p.111-125.

SANTOS, Silvia Maria do Espirito. A mediação do profissional da informação nas florestas da sociedade da informação. **TransInformação**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 95-102, mai./ago. 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Cortez, 2004. 119p.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia**. Petrópolis: Vozes, 1999. 279p.

SEBRA, Nelson de Castro. Uma historiografia da informação estatística no Brasil império, as origens da formação de um conhecimento objetivante e objetivado. . In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais...Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB)**, 2000. p.438.

SEBRA, Nelson. A informação estatística no limiar do século XXI, subsídios à elaboração de uma agenda de estudo e pesquisa. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais... Informação e Sociedade/Ação Cultural**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p.

SEPÚLVEDA, Fernando Antônio Miranda. A influência da cultura nipônica no sistema de informação atual do Japão. In: ENANCIB, 2, 1995, Valinhos, SP. **Anais... Valinhos, SP: Departamento de Biblioteconomia e Ciência da Informação da PUCCAMP**, 1995. p.56.

SHERA, J. H. Epistemologia Social, Semântica e Biblioteconomia. **Ciência da Informação**, v.6, n.1,p.9-12, 1977.

SIGNATES, Luiz. Um estudo sobre o conceito de mediação e sua validade como categoria de análise para os estudos de comunicação. In: SOUSA, Mauro Wilton de. (Org.) **Recepção mediática e espaço público**. São Paulo: Paulinas e Sepac, 2006.

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. Por um novo modo de olhar: fotografia, informação e consciência. In: ENANCIB, 5, 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais... Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade: desafios do milênio**. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2003. p.20-40.

SILVA, Alzira Carla Araújo da. Ciência da informação e educação: ressignificando a formação de cidadãos-leitores - discursos e práticas. In: ENANCIB, 5, 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais... Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade: desafios do milênio**. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2003. p. 1-20.

SILVA, Aparecida Imaculada Bedeti da. et al. Recursos informacionais para o ensino fundamental. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p.

SILVA, Armando Malheiro da. Mediação e mediadores em Ciência da Informação. **Prisma**, n. 09, p. 3-37, jan/2010. Disponível em: < http://prisma.cetac.up.pt/Prisma.Com_n9-Mediacao_e_mediadores_em_Ciencia_da_Informacao.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2007.

SILVA, Eliane Andrade da. Os intelectuais diante da crise contemporânea. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12, 2007, Recife, PE. **Anais...** Recife, PE: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2007. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/GT8%20Emancipa%C3%A7%C3%A3o,%20Cidadania%20e%20Reconhecimento/OS%20INTELECTUAIS%20DIANTE%20DA%20CRISE%20CONTEMPOR%C3%82NEA.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2010.

SILVA, Evando Mirra de Paula. Os caminhos da transdisciplinaridade. In: DOMINGUES, Ivan. (Org.). **Conhecimento e transdisciplinaridade**. Belo Horizonte: IEAT/Editora da UFMG, 2001. p. 35-43.

SILVA, Rubens R. Gonçalves da. Da caverna ao ciberespaço. . In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais...**Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p.476.

SILVA, Valéria de Sá. Arquivos fotográficos: abordagens sobre uso no ensino e na pesquisa. . In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais...** Informação e Sociedade/Ação Cultural. Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p.509.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. **Biblioteca como lugar de práticas culturais**: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil. 2007. 246f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2007.

SMIT, Johanna; TÁLAMO, M. F. G. M.; KOBASHI, Nair Yumiko. A determinação do campo científico da Ciência da Informação: uma abordagem terminológica. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 1, fev. 2003.

SMOLKA, Ana Luisa Bustamante. O (im)próprio e o (im)pertinente na apropriação das práticas sociais. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 20, n. 50, p. 26-40, abr.2000.

SOUSA, Maria Isabel de Jesus. A construção do conhecimento no espaço escolar: experiência de leitura na biblioteca da Escola-parque em Salvador. In: ENANCIB, 5, 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade: desafios do milênio. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2003. p.1-20.

SOUSA, Maria Isabel Jesus. A biblioteca escolar enquanto espaço de construção de cidadania. In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p.408.

SOUSA, Lília Almeida. A utilização da mediação de conflitos no processo judicial. **Jus Navigandi**, Teresina, v. 9, n. 568, jan. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6199>>. Acesso em: 05 dez. 2009.

SOUZA , Leila Bárbara Menezes; CARVALHO Kátia de. Disseminação da informação sobre plantas medicinais. In: ENANCIB, 8, 2007, Salvador, BA. **Anais...** Promovendo a inserção internacional da pesquisa brasileira em Ciência da Informação. Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia, 2007. p.1-16.

SPINK, Mary Jane. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2004.

STOTZ, Eduardo Navarro. Redes sociais e construção compartilhada de conhecimento em saúde. In: ENANCIB, 5, 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade: desafios do milênio. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2003. p.1-20.

SUAIDEN, Emir. Interação biblioteca pública com a comunidade baseada em estudos de segmentação de mercado. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p.

TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Produção de conhecimento, interdisciplinaridade e estruturalismo. **Revista eletrônica de Comunicação e Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 3, n.3, p.120-127, set. 2009.

TARAPANOFF, Kira; SUAIDEN, Emir; OLIVEIRA, Cecilia Leite. Funções sociais e oportunidades para profissionais da informação. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, out. 2002.

TAVARES, Carla. “Lugar do lixo é no lixo”: estudo de caso de assimilação da informação. In: ENANCIB, 5, 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade: desafios do milênio. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2003. p.1-20.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. O Jornalismo especializado e a mediação de um *ethos* na sociedade contemporânea. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 41-56, jan./jun. 2007.

THOMPSON, J.B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 427p.

VALA, Jorge. A análise de conteúdo. In: SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (Orgs.) **Metodologia das Ciências Sociais**. Porto: Edições Afrontamento, 1986, 101-128.

VALADE, Bernard. Cultura. In: BOUDON, Raymond (Ed) **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. pp. 489-518.

VALENTIM, Marta Lígia P. Política nacional de financiamento para a produção de bases de dados em C & T: estabelecimento de uma metodologia para seleção, linguagem documentária e avaliação. In: ENANCIB, 3, 1997, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1997. p.

VÁLIO, Else Benetti Marques. Biblioteca Pública: a questão dos interesses de leitura como indicadores de critérios para a seleção e aquisição do acervo. In: ENANCIB, 5, 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade: desafios do milênio. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2003. p.1-20.

VARELA, Aida, BARBOSA, Marilene Abreu. A multirreferencialidade de saberes nos atos de mediação do conhecimento: o aporte das ciências cognitivas a ação pedagógica das bibliotecas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 187-203, mai./ago. 2009.

VARELA, Aida. Informação e autonomia; a mediação em Reuven Feurstein. . In: ENANCIB, 4, 2000, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Universidade de Brasília (UNB), 2000. p. 244-245.

VARELLA, Aida. A explosão informacional e a mediação na construção do conhecimento. In: ENANCIB, 6, 2005, Florianópolis, SC. **Anais...** Florianópolis, SC: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFSC, 2005. p.1-11.

VELHO, Gilberto. Biografia, trajetória e mediação. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina. (Org.). **Mediação, cultura a política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p.13-28.

VELHO, Gilberto; KUSCHINIR, Karina. (Org.). Apresentação. In: _____. **Mediação, cultura a política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p. 9-11.

WILK, Valéria Cristina L.; RIBEIRO, Leila Beatriz; OLIVEIRA, Carmen Irene C. de. O filme como informação, a informação como processo transformador; a transformação do sujeito-espectador. In: ENANCIB, 5, 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade: desafios do milênio. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2003. p.1-17.

WILLIAMS, Raymond. **Keywords:** a vocabulary of culture and society. New York: Oxford University Press, 1985. p. 204-207.

_____. **Cultura.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Anexo A

Relação de trabalhos apresentados nos ENANCIBs referente ao período de 1994 a 2003 analisados pela pesquisa

I ENANCIB -1994- Belo Horizonte/M.G

GT: Informação e Sociedade/Ação Cultural

Trabalho: O intercâmbio no âmbito da documentação e informação populares no Brasil: um estudo de caso na região nordeste.

Autor: Rachel Joffly Abath

Categorias: movimentos sociais; centro de documentação popular; documentação popular.

II ENANCIB- 1995- Valinhos/S.P

GT: Informação e Sociedade/Ação Cultural

Trabalho	Autor
1. Experiência de serviços de informações para comunidades economicamente desfavorecidas na cidade de João Pessoa-PB	Rachel Joffly Abath
2. Intercâmbio em centros de documentação e comunicação popular (CPDCs) no Brasil: um estudo de caso na região Nordeste	Rachel Joffly Abath
3. Informação e desenvolvimento sustentável: implicações geopolíticas para o Brasil	Sarita Albagli
4. A questão da informação	Aldo Barreto
5. Socialização da informação: desenvolvimento de metodologias para a sua efetivação: estudo aplicado às áreas de ciência da informação e de saúde	Gilda Maria Braga
6. Produção e circulação do saber no campo da Biblioteconomia: representação dos profissionais sobre as dimensões educativas do trabalho	César Augusto Castro
7. Memória institucional	Icléia Thiesen Magalhães Costa
8. FUNARTE	Fernanda Marques Fernandes
9. O Estado (in) visível: a opacidade informacional da administração pública brasileira	José Maria Jardim
10. Cultura, informação e sociedade- estudo das práticas de informação em campos sociais específicos com vistas à revisão e ampliação dos modelos de comunicação e transferência da informação	Regina Maria Marteleto
11. A influência da cultura nipônica no sistema de informação atual do Japão	Fernando Antônio Miranda Sepúlveda

III ENANCIB- 1997- Rio de Janeiro
GT: Informação e Sociedade/Ação Cultural

Trabalho	Autor
1. A aplicação do modelo de simetria social no estudo das relações entre Bibliotecas e usuários de Bibliotecas públicas.	A.V.Pinheiro
2. Biblioteca e memória: preservação no limiar dos anos 2000: subsídios a partir da análise conceitual de bibliotecas nacionais.	Antônio Carlos Nunes Batista
3. O charme e o acesso à automação através de diferentes linguagens comunicacionais.	A.N. Andrade; J.S. Rosário; Leila B. Ribeiro
4. A Ciência da Informação e sua preocupação com as políticas de informação	Marta Pinheiro Aun
5. Conhecimento e novas práticas informacionais nas ações político-pedagógicas de organizações não governamentais (ONG's)	Leila Beatriz Ribeiro; Regina Marteleto
6. Da biodiversidade à biotecnologia: "informacionalização" e privatização da vida	Sarita Albagli
7. Exposição em museus e relação com o público: o processo de comunicação e transferência da informação.	Rosane Maria Rocha Carvalho
8. Globalização e informação	Helena M.M. Lastres
9. Informação como alteração de estruturas: uma evidência	Isa Maria Freire
10. Informação como alteração de estruturas: uma evidência.	Geraldo Moreira Prado; Isa Maria Freire
11. Informação e cidadania: em questão a vivência dos usuários dos serviços do carro-biblioteca em Lindéia.	Alcenir Soares dos Reis; Ana Paula Silva
12. Informação e Conhecimento Histórico	Gerlado Moreira Prado
13. Informação em saúde: quem decide sobre sua direcionalidade?	Ilara Hämmerli Sozzi de Moraes
14. A informação estatística no limiar do século XXI, subsídios à elaboração de uma agenda de estudo e pesquisa	Nelson Senra
15. Interação biblioteca pública com a comunidade baseada em estudos de	Emir Suaiden

segmentação de mercado.	
16. Luz, câmera.....ciência e tecnologia em ação, natureza e sociedade em fabricação.	Maria de Nazaré Freitas Pereira
17. Pequenos grupos sociais cariocas: eficácia de sua informação e comunicação	Lucia Tereza Lessa Carregal
18. Política nacional de financiamento para a produção de bases de dados em C & T: estabelecimento de uma metodologia para seleção, linguagem documentária e avaliação.	Marta Lígia P. Valentim
19. As políticas e as ações dos trabalhadores rurais na seca 1992/1993 no Rio Grande do Norte: em busca de uma avaliação	R.A.C. Martins; R.M.A.Silva; R.R.L.M Pereira
20. A preservação dos acervos culturais e sua importância na atualidade: a ótica dos bibliotecários universitários.	Maria da Conceição Carvalho
21. Processo de escrita e leitura e as novas tecnologias	Kátia de Carvalho
22. Processo de institucionalização da Ciência da Informação	Icléia Thiesen Magalhães Costa
23. Questionando a noção “qualidade da informação”	Isis Paim; R.M.Q. Nehmy
24. Recursos informacionais para o ensino fundamental	Aparecida Imaculada Bedeti da Silva; Bernadete Santos Campello; Manuel Valente Mangue; Paulo da Terra Caldeira
25. Os saberes informacionais do Estado: a arquivologia	José Maria Jardim
26. Serviços de Informação educativos: oficina de informação e estação memória	Edmir Perroti, R.K.O.F. Amaro; W.de O. S. Vergueiro.
27. O setor de serviços e a sociedade da informação: contribuições para a montagem de um subsistema estatístico	Roberto Neves Sant’ Anna
28. Um sistema de informações ambientais do ponto de vista nativo: a natureza do conhecimento antropológico	César A. Lotufo

29. Situação das bibliotecas escolares das redes pública e privada do ensino de 1º e 2º graus no município de João Pessoa-PB	B.M.J.Freire; Emeide Nóbrega Duarte; G.F. de Brito; S.P.S. Silva; W.C. Ramalho
30. A sociedade de conteúdos de informação	Aldo de A. Barreto
31. Sociedade da informação no Brasil	Ana Barcellos Malin
32. A transferência da informação na educação universitária: implicações do uso da oralidade, da escrita e de outras tecnologias.	Henriette F. Gomes
33. A utilização de informação sobre a população infanto-juvenil pelos conselheiros dos direitos da criança e do adolescente.	Maria Guiomar da Cunha Frota
34. A vez e a voz das classes populares em Minas	Ana Maria Rezende Cabral

IV ENANCIB- 2000- Brasília
GT: Informação e Sociedade/Ação Cultural

Trabalho	Autor (es)
1. A informação no cotidiano de jovens universitários de Belo Horizonte.	Maria Eugênio Albino Andrade
2. A informação tecida na moda: o campo das micro e pequenas indústrias de vestuário em Minas Gerais	Maria Eugênio Albino Andrade
3. Antigas nações, novas redes: as transformações do processo de construção de políticas de informação	Marta Pinheiro Aun
4. A transformação dos centros voluntariados brasileiros em uma rede organizacional baseada no fluxo de informação	Bruno Ricardo Costa Ayres; Isa Maria Freire
5. Demandas/impactos das tecnologias	Terezinha Froés Burhan
6. Novos espaços de aprendizagem e de trabalhos requeridos pela sociedade da informação.	Patrícia Magris; Terezinha Froés Burhan
7. Estado da arte em informação e sociedade.	Ana Maria Rezende Cabral; Simone Pinheiro Silva.
8. As centrais de atendimento ao cidadão e	Juliana do Couto Bemfica; Ana

seus sistemas informatizados- gestão pública e sociedade.	Maria Pereira Cardoso.
9. A comunicação pós-fordista em Vitória-ES: da publicização informacional á polis digital	Fábio Luiz Milani de Lima
10. O imaginário e a opção pela leitura de romances em séries	Lígia Maria Moreira Dumont
11. A responsabilidade social dos cientistas da informação: uma abordagem	Isa Maria Freire; Vânia Maria Rodrigues Araújo
12. A comunicação da informação em situações de ensino-aprendizagem	Gustavo Henrique Freire
13. Biblioteca escolar brasileira no contexto da sociedade da informação.	Cássia Furtado
14. Oralidade, escrita e outras tecnologias na educação universitária.	Henriette Gomes
15. Cidade, cidadania, informação	Maria Nélia G. de Gomes
16. Aspectos informacionais da fotografia urbana	Ricardo de Hollanda
17. Sistemas públicos de radiofusão	Eleonora Bastos Horta
18. Novos espaços de aprendizagem e de trabalho requeridos pela sociedade de informação: cidade viva; dinâmica dos espaços de informação e de aprendizagem	Silvio José; Lucima C. da Silva Mendonça; Patrícia Nicolau Magris.
19. A vinda do livro para o Brasil	Kátia de Carvalho
20. Informação, memória e espaço urbano	Icléia Thiesen Guimarães
21. Textualidades e espaço social: a construção de metodologias de comunicação e informação para o terceiro setor.	Regina Maria Marteleto
22. Redes eletrônicas, informação pública e cidadania	Miriam Gontijo Moraes
23. Políticas públicas municipais: geração de bases de dados multimídia	Solange Puntel Mostafa; Cecília Carmem Pontes; Maria de Cleófas Faggion Alencar.
24. Pesquisa escolar nas séries iniciais de ensino fundamental: bases para um desempenho interativo entre sala de aula e biblioteca escolar	Iara Conceição B. Neves
25. Universidade do Rio de Janeiro: produção discursiva-informacional e processo identitário.	Carmen Irene Correia de Oliveira
26. Bibliotecas escolares no planejamento do processo educativo em escolas públicas de Brasília	Hamilton Vieira de Oliveira

27. Informação e subjetividade no trabalho contemporâneo	Patrícia Pinto de Paula; Helena Crivellari
28. Instrumentos de precisão: um estudo de caso no setor eletroeletrônico de Minas Gerais	Patrícia Pinto de Paula; Helena Crivellari
29. Entre o sonho e a realidade: a leitura como atribuição de sentidos no contexto do câncer infantil	Edna Gomes Pinheiro
30. Informação das Terras no Brasil: a constituição dos saberes agrários brasileiros: um fenômeno em transmutação no Estado Monárquico Português	Geraldo Moreira Prado
31. Políticas públicas de incentivo à cultura, informação e políticas públicas de informação	Maria de Las Nieves Eirin Rapp
32. Informação e conhecimento em redes de movimentos sociais	Leila B. Ribeiro; Cátia Guimarães
33. Uma historiografia da informação estatística no Brasil império, as origens da formação de um conhecimento objetivante e objetivado	Nelson de Castro Senra
34. Da caverna ao ciberespaço	Rubens R. Gonçalves da Silva
35. Arquivos fotográficos: abordagens sobre uso no ensino e na pesquisa	Valéria de Sá Silva
36. A biblioteca escolar enquanto espaço de construção de cidadania	Maria Isabel Jesus Sousa
37. Informação e autonomia; a mediação em Reuven Feurstein	Aida Varela

V ENANCIB- Belo Horizonte- 2003
GT Informação e Sociedade/Ação Cultural

Trabalho	Autor
1. A Articulação de uma ação hegemônica: Informação, Museu, Representação	José Mauro Matheus Loureiro
2. Aspectos informacionais e comunicacionais nas novas relações entre Estado e sociedade civil: o caso dos conselhos deliberativos de políticas públicas	José Cláudio Barros
3. Avaliando a comunicação de informação em campanhas educativas: o programa de economia de energia na UFSCar	COSTA, L.S.F. ; FURNIVAL, A.C. ; OKI, C.S.
4. Biblioteca no ensino e aprendizagem na língua inglesa	Claudio Marcondes de Castro Filho
5. Biblioteca Pública: a questão dos interesses de leitura como indicadores de	Else Benetti Marques Válio

critérios para a seleção e aquisição do acervo.	
6. Ciência da Informação, Esfera Pública e a Economia Política do Conhecimento. O caso do Projeto Genoma Humano do Câncer de São Paulo	César Ricardo Siqueira Bolaño
7. Ciência da informação e educação: ressignificando a formação de cidadãos-leitores - discursos e práticas.	Alzira Carla Araújo da Silva
8. Conhecimento e hipertexto: construção de um experimento de informação em redes sociais	Regina Maria Marteleto
9. A construção do conhecimento no espaço escolar: experiência de leitura na biblioteca da Escola-parque em Salvador	Maria Isabel de Jesus Sousa
10. Aspectos da Divisão Digital no Brasil	Arnaldo Lyrio Barret; Rosa Maria Porcaro
11. A função educativa da biblioteca escolar no Brasil: perspectivas para o seu aperfeiçoamento	Bernadete Campello
12. Informação e contracultura: narrativas sobre o movimento hippie	Maria Manuela Alves Maia
13. Informação, territorialidade e inteligência local	Sarita Albagli
14. Jardim do crime sob o olhar de João do Rio: informação, memória e espaço prisional no Rio de Janeiro.	Icléia Thiesen Magalhães Costa
15. Leitura e escrita: tecnologias complementares no processamento da informação	Henriette Gomes
16. “Lugar do lixo é no lixo”: estudo de caso de assimilação da informação	Carla Tavares
17. Memória e discurso institucionais: o caso de uma instituição de ensino superior.	Carmen Irene Correia de Oliveira
18. O filme como informação, a informação como processo transformador; a transformação do sujeito-espectador	Valéria Cristina L. Wilk; Leila Beatriz Ribeiro; Carmen Irene C. de Oliveira
19. Políticas de informação governamental: a construção de Governo Eletrônico na Administração Federal do Brasil	José Maria Jardim; Carlos Henrique Marcondes
20. Por um novo modo de olhar: fotografia, informação e consciência	Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva
21. A Preservação da Memória Científica da Fiocruz: a visão de quem faz ciência.	Verônica Martins de Brito
22. Produção discursiva e apropriação da informação no nível local – a epidemia de dengue e os meios de comunicação	Regina Marteleto; Cátia Guimarães

23. Redes sociais e construção compartilhada de conhecimento em saúde	Eduardo Navarro Stotz
24. ‘Sociedade da Informação’: estratégia para uma ‘sociedade mercadorizada’	Juliana do Couto Bemfica; Ana Maria Pereira Cardoso Carlos Aurélio P. de Faria

Anexo B

Relação de trabalhos apresentados nos ENANCIBs referente ao período de 2005 a 2009 analisados pela pesquisa

VI ENANCIB- Florianópolis- 2005

Mediação, circulação e uso da informação

Trabalho	Autor (es)
1. A explosão informacional e a mediação na construção do conhecimento	Ainda Varela
2. Fluxo das informações nas festas comunitárias	Valdir José Morigi
3. Geração, mediação e uso de informação: uma proposta de modelo teórico	Eliany Alvarenga de Araújo
4. Informação, Redes Sociais e Protagonismo Juvenil	Maria Aparecida Moura; Maria Guiomar da Frota Cunha
5. Janelas da cultura local: abrindo oportunidades para inclusão digital	Isa Maria Freire
6. O profissional da informação e a mediação do acesso à Internet na biblioteca universitária	Flávia Ferreira; Jussara Borges; Othon Jambeiro
7. Sites educacionais: professores, práticas escolares e a relação com o saber	Solange Puntel Mostafa

VI I ENANCIB- Marília- 2006

Trabalho	Autor (es)
1. Relações pendulares na mediação da informação	Silvia Maria do Espírito Santo
2. Informação e cidadania: mediação e circulação de informações públicas nas embalagens de cigarro	Valdir Jose Morigi; Sandra de Fátima Santos
3. O museu como espaço relacional	Lara Filho
4. Jovens e violência: construção de informações nos processos de mediação e apropriação de conhecimentos	Regina Maria Marteleto; Aleixina Lopes Andalécio

VIII ENANCIB- Salvador- 2007

Trabalho	Autor (es)
1. A festa como narrativa mediadora na construção do espírito comum	Valdir Jose Morigi; Carla Pires Vieira da Rocha
2. Janelas da cultura local: abrindo oportunidades para inclusão digital	Isa Maria Freire
3. Ordem informacional dialógica: mediação como apropriação da informação	Ivete Pieruccini
4. Disseminação da informação sobre plantas medicinais	Leila Bárbara Menezes Souza; Kátia de Carvalho
5. Oralidade, mediações e <i>digital storytelling</i> : potencialidades e a afirmação das narrativas do sujeito	Alcenir Soares dos Reis; Maria Aparecida Moura; Cláudia S. da Cunha Ribas
6. Entre utopia e melancolia: como a ficção desvenda algumas bibliotecas e os Bibliotecários.	Giulia Crippa
7. . Mediação cultural e da informação: considerações socioculturais e políticas em torno de um conceito	Marco Antônio de Almeida
8. Práticas informacionais dos dirigentes do sindicato dos bancários de BH e região	Dalgiza Andrade Oliveira; Maria Aparecida Moura

XIX ENANCIB- São Paulo- 2008

Trabalho	Autor (es)
1. Mediações para a leitura nas universidades: ações docentes e da biblioteca	Henriette Ferreira Gomes
2. A ex-posição: uma experiência de mediação cultural	Giulia Crippa; Marco Antônio de Almeida
3. O papel do agente comunitário de saúde como mediador no processo de transferência da informação	Cristiano Oliveira de Melo et al
4. Mediação da informação e múltiplas linguagens	Oswaldo Francisco de Almeida Júnior
5. A transferência de informação e os objetos de aprendizagem: uma experiência com Agentes Comunitários de saúde	Déborah Mendonça de Proença Rosa et al
6. Estudo da mediação entre agentes comunitários de saúde e as comunidades do distrito federal: formação e capacitação para pesquisa integrada sobre comunicação, informação e cidadania	Débora Proença; Elmira Simeão; Cristiano Melo
7. Mediação para inclusão digital: abordagem cognitiva em pontos de inclusão digital nos territórios de identidade baianos	Barbara Ceolho Neves; Henriette Ferreira Gomes

X- ENANCIB- João Pessoa- 2009

Trabalho	Autor (es)
1. Biblioteca escolar, leitura e histórias em quadrinhos: uma relação que se consolida.	Valéria Aparecida Bari; Waldomiro Vergueiro
2. . Relações e mediações informacionais na Amazônia transnacional: as redes ambientais na internet e a padronização da natureza	Débora de Carvalho Pereira Gabrich
3. Imagens de leitura representações ideais: uma análise de alguns retratos de livros e de leitores na arte e na literatura	Giulia Crippa; Marco Antônio da Almeida
4. Bibliotecas universitárias e a mediação da informação no ambiente virtual: informações, atividades e recursos de comunicação disponíveis em sites	Henriette Ferreira Gomes; Raquel do Rosário Santos
5. Informação, cultura e tecnologia: novas mediações para a produção e o consumo cultural	Giulia Crippa; Marco Antônio da Almeida
6. Janelas da cultura local: abrindo oportunidades de inclusão digital	Isa Maria Freire
7. Produção e apropriação social de conhecimentos: uma leitura pela ótica informacional	Regina Maria Marteleto

Anexo C

Relação de artigos selecionados para a pesquisa

Artigo	Autor (es)	Revista	Ano da publicação
1. Uma biblioteca verdadeiramente pública	Victor Flusser	<i>Rev. Esc. De Biblioteconomia/UFMG</i>	1980
2. Linguagens documentárias, instrumentos de mediação e comunicação	Maria L.G de Lara	<i>Rev. Brasileira de Biblioteconomia e Documentação</i>	1993
3. Novas formas de mediação da informação	Leila M. Z. Mercadante	<i>Transinformação</i>	1995
4. Processo educativo na mediação da informação em biblioteca pública: um estudo fenomenológico	Elisabeth Márcia Martucci	<i>Rev.de Biblioteconomia de Brasília</i>	1997
5. O profissional da informação e a mediação de processos cognitivos: a nova face de um antigo personagem	Nanci Odone	<i>Transinformação</i>	1998
6. Tecnologias de informação e comunicação: novas sociabilidades em bibliotecas universitárias	Pavan Morigi	<i>Ciênc. Da Inf.</i>	1999
7. Funções sociais e oportunidades para o profissional da informação	Kira Tarapanoff; Emir Suaiden; Cecília Leite Oliveira	<i>Dataramazero</i>	2002
8. Mediação e processos de compreensão intersubjetiva das representações sociais do trabalho	William Dias Braga	<i>Dataramazero</i>	2004
9. Capacitação do bibliotecário como mediador do aprendizado de uso de fontes de informação	Maria Matilde kronka Dias Reina Célia Beluzzo Fábio Assis Pinho Daniela Pires	<i>Revista Digital de Biblioteconomia e C.I</i>	2004
10. Competência virtual para a mediação da informação e do conhecimento	Daniela Barros	<i>Educação temática Digital</i>	2005
11. Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local	Isa Maria Freire	<i>Ciência da Informação</i>	2006
12. A mediação do profissional da informação nas florestas da sociedade da informação	Sílvia Maria do Espírito Santo	<i>Transinformação</i>	2006

13. O jornalismo especializado e a mediação de um ethos na sociedade contemporânea	Frederico Melo Tavares	Em questão	2007
14. A mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento	Henriette Ferreira Gomes	Datagramazero	2008
15. Mediações híbridas para uma gestão da informação compartilhada	Marta Macedo Kerr Pinheiro	Informação & Informação	2008
16. Mediação da informação no âmbito do mercado de capitais	Elaine Cristina Lopes; Marta Lúcia Pomim Valentim	Informação & Informação	2008
17. Mediação e convergência em bibliotecas acadêmicas: saberes e práticas culturais	Leilah Santiago Bufrem ; Tídra Viana Sorribas;	Encontros Bibli	2008
18. A multirreferencialidade de saberes nos atos de mediação do conhecimento: o aporte das ciências cognitivas à ação pedagógica das bibliotecas	Aida Varela Marilene Abreu Barbosa	<i>Perspectivas em Ci. Inf.</i>	2009